

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

CATADORES DE “LIXO QUE NÃO É MAIS LIXO”: Um estudo da
dimensão do reconhecimento social a partir de sua experiência de
organização coletiva no Rio Grande do Sul.

Fernando Canto Michelotti

Porto Alegre
2006

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

CATADORES DE “LIXO QUE NÃO É MAIS LIXO”: Um estudo da
dimensão do reconhecimento social a partir de sua experiência de
organização coletiva no Rio Grande do Sul.

Autor: Fernando Canto Michelotti

Orientador: Prof. Dr. Raúl Enrique Rojo

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como quesito parcial para a obtenção do grau de mestre em Sociologia.

Porto Alegre

2006

AGRADECIMENTOS

“Os livros são a melhor coisa que há, quando bem utilizados”, afirma Ralph W. Emerson¹; – em que consiste a sua correta utilização? – “Não servem para outra coisa, senão para inspirarem”. Exageros à parte, espero, na construção desta dissertação, ter sabido neles – e não somente neles – me inspirar e agora, humildemente, a fazer servir também de inspiração para o desenvolvimento de outros trabalhos que possam dar conta de trazer à tona questões sobre as quais não pude refletir. Agradeço, portanto, especialmente àqueles que me inspiraram, me concedendo parte de seu tempo, de suas batalhas travadas no cotidiano, para dividirem comigo suas realizações, suas angústias, seus projetos e seus sonhos. É com um profundo respeito por cada um dos colaboradores que lhes dedico este trabalho!

Faço um agradecimento especial ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no conjunto das pessoas que o compõem, mas especialmente a alguns de seus professores, que, neste curto período de dois anos, foram fundamentais para o meu desbravamento sociológico e crescimento profissional:

Ao meu orientador, Prof. Raúl Enrique Rojo, agradeço a paciência que demonstrou ao respeitar o meu próprio processo de amadurecimento teórico, em que acredito ter sido um desafio velado, muito mais do que uma cobrança explícita, o qual me tenha servido de estímulo constante. E especialmente por ter me conduzido à teoria com a qual desenvolvi esta pesquisa.

À Prof^a. Soraya Cortes, atual coordenadora do Programa, agradeço pelo estímulo destes dois últimos anos e, mais ainda, por ter tido a generosidade em me mostrar que este era um caminho que eu também podia percorrer. Todo o processo que culmina nesta dissertação se tornou possível graças ao apoio que me proporcionou desde o primeiro encontro.

À Prof^a. Sônia Larangeira, agradeço por ter acompanhado, nas inúmeras aulas que tivemos, todo este processo de construção da dissertação com muita tranquilidade e respeito, espero ter sabido imprimir neste trabalho nuances que revelem “a diversidade daquilo que parece ser único”.

E à prof^a. Cinara Rosenfield e ao prof. Marcelo Kunrath, agradeço pela confiança que senti em poder compartilhar momentos de dúvidas e incertezas que, por vezes, extrapolaram o âmbito sociológico. Encontrei na prática didática de vocês, elementos os quais certamente

¹ In GUTMANN, Amy (Org.). **Multiculturalismo**: examinando a política de reconhecimento. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. p. 36.

quero levar à minha e na prontidão “terapêutica” que tiveram comigo, elementos que suavizaram e que tornaram mais prazeroso o trabalho de concepção deste estudo. Agradeço, de forma especial, à prof^a. Cinara por haver assumido o desafio de oferecer uma disciplina de estudos dirigidos que se mostrou fundamental para o rumo que tomou este trabalho e que fez toda a diferença.

Desejo agradecer ao prof. Josué Pereira da Silva, do Departamento de Sociologia da UNICAMP, por haver prontamente acecido ao convite de compor a banca examinadora deste trabalho. E novamente à prof^a. Cinara e ao prof. Marcelo, desta vez, por haverem aceitado compô-la.

É imprescindível mencionar aqui o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa que me foi concedida no período correspondente ao segundo ano de mestrado, com a qual me foi possível concluí-lo em regime de dedicação exclusiva.

Aos colegas de mestrado com os quais aprendi muito mais do que pude ensinar, agradeço pelo acolhimento com que fui recebido, pelos momentos (des)contraídos que passamos juntos e por grandes amizades que certamente ficarão. Marina, por todos os momentos de angústia “sociológica” que dividimos! Clóvis, pelo companheirismo desde o momento da seleção! E Carlos, Fabiano, Jandir, José, Luís Fernando, Marco, Marcos, Milton, Richardson e Tânia, pelos sempre agradáveis papos de intervalo! Da turma de mestrado 2005/I, quero deixar também registrado um obrigado ao Lucas Azambuja, que soube me trazer idéias decisivas nas poucas conversas que tivemos e a Carla Heyde pelo entusiasmo de compartilhar comigo momentos importantes do meu trabalho.

Gostaria de fazer um agradecimento especial a alguns “psicamigos” que, pelos caminhos inusitados da vida, me conduziram ao contato com os catadores e com os quais pude viver momentos de grandeza ímpar ao longo dos meses que convivemos, Sissa, Cristina, Daniela, Christian e Janice! Valeu pelo companheirismo e pelo “psicaprendizado”! Também aos catadores da unidade de triagem da Restinga com os quais obtive, nesses dois últimos anos de intensa convivência, um outro tipo de aprendizado, que se mostrou ser uma importante fonte de revisão de meus pensamentos e de questionamento constante de minha prática.

Quero registrar, de forma não-nominal para não correr o risco de ser injusto, minha gratidão aos professores, colegas e profissionais de saúde coletiva com os quais tive contato nesses últimos 4 anos. De certa forma, vocês todos me deram estímulo e confiança necessários para buscar novos horizontes e empreender essa “guinada” profissional, a qual

percorro com satisfação e entusiasmo! Em especial, à prof^a. Nara R. Zardin e à prof^a. Salette Pretto, pelo apoio em um momento crucial na trajetória que empreendi nesses últimos anos.

No âmbito familiar, um muito obrigado a todos aqueles que sempre foram e aos que hoje são parte das minhas famílias “Michelotti e Canto, Rodrigues e Lopes”, que souberam compreender tão bem minhas ausências e apoiar, mesmo de longe, minha empreitada, demonstrando sempre muito respeito pelas minhas opções. Especialmente ao “Michelotti”, pelo incansável esforço de haver-se “debruçado” sobre as correções de português em prazos ingratos. Não posso esquecer de fazer também um singelo agradecimento à família Accorssi, com a qual temos uma enorme dívida de gratidão por toda a ajuda obtida em momentos difíceis.

E especialmente à Luana por todo amor e confiança que construímos ao longo desses cinco anos, pela paciência e compreensão que teve comigo nesses dois últimos anos de mestrado e nos momentos difíceis que foram os de elaboração do texto final desta pesquisa. Sem ti, muitos dos sonhos a que aspiro e das realizações que materializo não teriam todo o sentido que têm!

O percurso de uma vida – e de uma dissertação – é feito de encontros, alguns casuais, outros mais duradouros, outros ainda mais longos, não menosprezo nenhum, aprendi com cada um deles e, hoje, se finalizo este trabalho, e o faço com muito prazer e gratidão, é porque, de certa forma, cada uma das pessoas acima mencionadas (e não nominalmente mencionadas) pôde me ajudar neste processo de crescimento pessoal e profissional. Para isso, entrei em contato, pessoalmente e por e-mail com tantas outras, agradeço muito a cada uma delas, porque sempre obtive respeito e presteza aos meus apelos, inclusive da própria prof^a. Nancy Fraser que, via e-mail, engrandeceu o meu árduo trabalho de amadurecimento teórico com gentileza e generosidade.

Espero que este trabalho sirva como um instrumento de reflexão, um laço de diálogo e de comunicação entre as coletividades aqui analisadas e, quiçá, possa suscitar discussões entre grupos de estudiosos da teoria da qual eu parti para tal análise e que, de posse dos dados empíricos, me esforcei para trazer-lhe contribuições.

Obrigado, acima de tudo e de todos, por uma luz e uma força Maior que, acredito, inspira a cada um de nós!

“Uma folha de papel em nossa mesa é um convite ao texto;
uma folha de papel, amassada e jogada na rua, é lixo.
Trata-se do mesmo papel – só que mudou de lugar.
Será que a questão do lixo é, pois, apenas uma questão de como ver as coisas?”

Scliar, Moacyr (1999:11).

“Como fazer falar o silêncio
sem que ele fale necessariamente
a linguagem hegemônica que o pretende fazer falar?”

Santos, Boaventura de Sousa (2000:30).

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	9
LISTA DE SIGLAS.....	10
RESUMO.....	11
ABSTRACT.....	12
INTRODUÇÃO.....	13
Considerações metodológicas.....	21
1. DA FILOSOFIA MORAL AOS DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS VIA TEORIA SOCIAL: O (não-)reconhecimento como um dos parâmetros para a (in)justiça social.....	24
FRASER E HONNETH: Confluências e dissidências ao teorizar sobre o reconhecimento....	27
1.1. NANCY FRASER E A ADOÇÃO DE UMA PERSPECTIVA ANALÍTICA DUALISTA: Das primeiras elaborações teóricas às reformulações conceituais.....	33
1.1.1. Anos 1990: Um contexto de particular dissociação entre cultura e economia.....	34
1.1.2. O "dilema da redistribuição/reconhecimento": O argumento inicial.....	37
1.1.3. Uma abordagem supostamente dicotomizada: Algumas considerações críticas.....	42
1.1.4. Repensando o reconhecimento: O modelo do <i>status</i>	48
1.1.5. Consolidando sua influência weberiana: A adição da representação como a dimensão política do poder.....	57
2. O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DOS CATADORES: Reconhecer-se como um coletivo para ser reconhecido legalmente e mediante este vir a se reconhecer coletivamente.	60
2.1. UMA EXPERIÊNCIA FEITA <i>PARA</i> ELES, <i>COM</i> ELES OU <i>POR</i> ELES?.....	61
2.1.1. Agentes externos em prontidão: afastar os catadores das ruas mediante a implementação de alternativas associativas <i>para</i> os "futuros empreendedores sociais".....	62
2.1.2. Recuando alguns passos e resgatando quem ficou para trás: viabilizar meios de compartilhar o processo <i>com</i> os catadores.....	78

2.1.3. Empreendendo uma auto-organização coletiva: seguir os caminhos propostos <i>por</i> uma federação ou <i>por</i> um movimento social.....	105
3. O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA DOS CATADORES COMO UM MEIO DE (RE)DISCUTIR A CATEGORIA DO RECONHECIMENTO SOCIAL.....	120
3.1. ACRESCENTAR CONTORNOS ECONÔMICOS E POLÍTICOS AO <i>STATUS</i> : Novas bases para se (re-)pensar o reconhecimento.....	121
3.1.1. A reivindicação de um <i>STATUS</i> ECONÔMICO a despeito se serem socialmente valorizados como "AGENTES AMBIENTAIS".....	123
3.1.1.1. FARRGS: O reconhecimento como "reciclador".....	124
3.1.1.2. MNCR: O reconhecimento como "co-gestor".....	138
3.1.2. A reivindicação de um <i>STATUS</i> POLÍTICO a despeito se serem socialmente tachados de "ARRUACEIROS".....	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	168
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	172
ANEXO 1.....	187
ANEXO 2.....	192

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Teoria crítica do reconhecimento.....	28
Figura 2. Quadro da "Matriz teórica das injustiças econômicas e culturais".....	41
Figura 3. 1ª lente fraseriana.....	42
Figura 4. 2ª lente fraseriana.....	55
Figura 5. 3ª lente fraseriana.....	59
Figura 6. Quadro do eixo "Educação" do plano de ações 2004-05 da FARRGS.....	126
Figura 7. Organograma de organização do MNCR para a região sul.....	155
Figura 8. Lente do reconhecimento aplicada ao caso empírico.....	167
Figura 9. Lente analítica fraseriana modificada.....	169

LISTA DE SIGLAS

ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário
ASMARE – Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável
AVESOL – Associação do Voluntariado e da Solidariedade
CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional
CBO – Classificação Brasileira de Ocupações
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
COOPAMARE – Cooperativa de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis
COPEL – Companhia Petroquímica do Sul
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana
FARRGS – Federação das Associações dos Recicladores de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Sul
FAG – Federação Anarquista Gaúcha
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FMSS – Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
METROPLAN – Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional
MNCR – Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis
MST – Movimento dos Sem-Terra
OAF – Organização de Auxílio Fraternal
ONG – Organização não-Governamental
OP – Orçamento Participativo
PET – Poli(tereftalato de etileno)
PP – Polipropileno
PT – Partido dos Trabalhadores
RS – Rio Grande do Sul
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UT – Unidade de triagem

RESUMO

De uma acurada análise das transformações sociais contemporâneas, incluídas no que Nancy Fraser denomina de uma era “pós-socialista”, surge das mãos da autora a chamada “*perspectival dualism*” que logra para si a incumbência de se tornar uma possibilidade de interpretação alternativa para os emergentes conflitos culturais, seus decrescentes interesses materiais e os possíveis remédios adotados para contorná-los. Este modelo começa a tomar forma a partir da publicação, em meados da década de 1990, de um de seus textos mais influentes e discutidos: “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista”. Partindo do referencial teórico desenvolvido pela autora desde então, o presente trabalho pretende discuti-lo tomando a experiência de organização dos catadores de materiais recicláveis no estado do Rio Grande do Sul como sua base empírica. A análise se centra na formação de dois grupos diversos que resultaram desse processo, cuja ação social por eles empreendida foi vista aqui como fruto de diferentes reivindicações de reconhecimento social, expressas na ênfase dada às dimensões econômica e política. Ao procurar alargar o escopo da categoria do reconhecimento à possibilidade de integrar novas dimensões que a constituam intrinsecamente – *status* econômico (“reciclador” e “co-gestor”) e *status* político (“militante”) –, esta pesquisa coaduna o intuito de revelar aspectos que sirvam para evidenciar a dinâmica de construção do reconhecimento por ambos os grupos, bem como os padrões culturais que a possam constranger e/ou favorecer, e de propor desdobramentos conceituais que advieram, em grande parte, do diálogo que se estabeleceu entre os dados empíricos e as premissas conceituais que embasam a teorização da autora.

ABSTRACT

From an accurate analysis of the contemporary societal transformations, included in what Nancy Fraser calls a “post-socialist” age, appears from the author’s hands the “perspectival dualism” that brings to itself the commitment of becoming a possibility of an alternative interpretation to the emergent cultural conflicts, its decreasing material interests and the possible remedies used to get round them. This model begins to get shaped from the publication, in the middle of the the 90’s, of one of her most influential and discussed papers: “From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a postsocialist age”. Starting from the theoretical referential developed by the author since then, the present work intends to discuss it taking the experience of organization of the scavengers of recyclable materials in Rio Grande do Sul as its empirical basis. The analysis concerns the formation of two different groups that resulted from this process, in which the social action enterprised by them was seen in this research as a consequence of different claims for social recognition, expressed in the emphasis given to the economic and political dimensions. In the attempt to enlarge the purpose of the recognition’s category to the possibility to integrate new dimensions that can constitute it intrinsically – economic status (“recycler” and “co-manager”) and political status (“militant”) – this research combines the purpose to reveal aspects that can serve to evidence the dynamic of construction of recognition by both groups, as well as the cultural patterns that can constrain and/or favourize it, and to suggest conceptual unfoldments that came mainly from the dialogue between the empirical data and the conceptual premises that provide Fraser’s theorization.

INTRODUÇÃO

Preza-se iniciar com alguns esclarecimentos que se acredita sejam fundamentais para guiar o leitor na compreensão deste trabalho. Para isso, mesmo que algumas considerações mais teóricas igualmente sejam feitas, esta introdução é vista como uma oportunidade bastante plausível para reconstituir boa parte dos passos e das transformações pelos quais passou este trabalho até culminar nesta dissertação, tornando-os inteligíveis ao leitor.

Por se tratar, no entanto, de um processo composto de múltiplos desdobramentos que elevam, por conseguinte, o risco de se cair em divagações, o mesmo é reconstituído em seus aspectos mais significativos, sem se perder de vista a ênfase sociológica com a qual este trabalho é concebido. Assim, enganar-se-ia quem cogitasse poder encontrar aqui relatos de uma trajetória feita de percepções individuais, pois não é propósito levar o leitor a aventurar-se pelos tortuosos caminhos da subjetividade – muito embora não sejam eles desconsiderados, apenas não serão enfatizados.

A aproximação com o universo dos catadores ocorreu quando nem mesmo havia a intenção de serem tomados como objeto de estudo e quando nem sequer se havia tido algum contato com a teoria do reconhecimento. Mesmo ainda desprovido de uma base teórica acerca desta temática, tornava-se cada vez mais perceptível o quanto o seu correspondente empírico, que, como afirma Souza (2000:180), é passível de ser constatado em situações negativas, ou seja, “quando as pessoas sofrem visivelmente por sua falta”, estivesse latente, ou mesmo pulsante, em seus depoimentos.

No confronto com a realidade em que vivem os catadores, os sentidos de quem deles se aproxima vão sendo impregnados por fortes sensações, imagens e impressões do descaso, desrespeito e desvalor que os acompanham. O contexto de exploração socioeconômica que igualmente envolve a atividade desses indivíduos tem-se mostrado hábil em entrelaçar essas percepções com tamanha pungência, que facilmente se podia ouvi-las sendo reproduzidas em grande parte dos relatos de homens e mulheres que, a despeito disto, ainda tentam manter a dignidade de uma atividade ocupacional que, para muitos deles, é a única alternativa de sobrevivência.

Apesar dessa tentativa já se estender individualmente por várias décadas, somente nos anos 1990 é que vem se verificando um significativo incremento em sua organização coletiva, facilitado pelo contato com entidades religiosas, pela postura “ecológica” que diversas esferas

governamentais passaram a assumir e também pela atuação de vários órgãos da sociedade civil organizada que, de certa forma, assessoraram projetos que resultaram na fundação de muitas das atuais associações/cooperativas de catadores.

O surgimento desses grupos, e de outros tantos que enfrentam condições similares, insere-se em um contexto de mudanças provocadas por processos de reestruturação econômica que não somente precarizaram as condições de emprego já existentes, mas que implicaram também em processos de desassalariamento da força de trabalho (GORZ, 1995). No cenário de informalidade crescente que daí resultou, a “catação” passou a se constituir em uma atividade vista como possibilidade última de sustentabilidade para setores sociais de baixa renda em países em desenvolvimento (MARTINS, 2004). Para viabilizar tal alternativa e assegurar acesso ao lixo, cuja destinação final, apesar do risco iminente de privatização, é de responsabilidade do poder público municipal, tem-se buscado estruturar essa atividade do ponto de vista legal.

Mesmo a organização econômica da atividade do catador de materiais recicláveis em associações/cooperativas e sua recém-conquistada legalização não isentam essa ocupação de seguir oscilando entre o reconhecimento e a desconsideração² e sendo moldada por fatores tão díspares que vão desde a consciência ecológica da população (a qual abastece os catadores da matéria-prima com a qual lidam e que, para uma parte da sociedade, com ela se confundem) até as especulações cambiais do dólar, as quais acabam por interferir diretamente em seus parcos rendimentos.

Fruto do acúmulo que começou a ser gerado desde a primeira revolução industrial com a instauração da “era dos descartáveis” (CARMO; OLIVEIRA & MIGUELES, 2004), um montante de entulhos não-biodegradáveis abastece em ritmo acelerado, mesmo empregando um volume cada vez menor de trabalho, os anseios de uma sociedade de “capitalismo consumista” (LASH & URRY, 1998:15), cuja satisfação dos desejos então despertados por uma abundância de objetos e artefatos é rapidamente convertida em lixo. Enquanto para a população que vorazmente consome tal “abundância” e prontamente descarta os restos que dela resultam, “rapidez e distância indicam a intensidade da repulsa” (LEGASPE, 1996:5); para os catadores, em contrapartida, a referência desse lixo impregna-se de tal forma em seus corpos “que o olhar sempre está atento ao que possa representar *sobra* (que se torna sinônimo de matéria-prima) e sobrevivência” (FISCHER, 1989:42).

² Para Taylor (1994), a desconsideração seria o reverso do reconhecimento e reflete uma conjunção entre direitos e valores, já que sua reparação não pode ser plenamente efetivada por meios exclusivamente legais.

Em virtude de um meio de sobrevivência historicamente execrado, os catadores têm configurado uma categoria à margem das benesses usufruídas pela sociedade e sem acesso, segundo Martins (2004), tanto a políticas de inclusão social quanto sofrendo discriminações diversas, de ordem socioeconômica e simbólica, uma vez que eles próprios acabam por assimilar os padrões que os tacham como uma categoria social dotada de “características sub-humanas” (UNESCO, 2001), outrora conhecida por denominações pejorativas, como lembra Gonçalves (2001), de “burro sem rabo”. Confundidos, freqüentemente, com a matéria-prima da qual extraem sua sobrevivência, a auto-imagem desses indivíduos reflete, em geral, o estigma dos “não-sujeitos” ou “pré-cidadãos” (TELLES *apud* FESTIVAL, 2004:4).

Dada a generalizada rejeição social à sua forma de vida – que com freqüência implica em viver na rua – e ao seu ofício – que requer estar em contato permanente com o lixo –, o catador é vítima de um elevado grau de exclusão e está relegado às zonas mais “selvagens” da cartografia urbana – isto é, às lixeiras, às ruas e aos guetos onde vende os seus produtos a intermediários e aí, em certas ocasiões, inclusive habita – onde é “permanentemente hostilizado por sua presença incômoda aos outros” (RODRÍGUEZ, 2002; DIAS, 2002a:82).

A presença desse segmento social no espaço urbano vem de um longo histórico de exclusão, de não direito à cidade, onde medidas higienizadoras do passado seguem sendo constantemente revisadas de forma a expulsá-los para as periferias. Se a complexidade e intensidade do processo de catação variam de local para local, as condições de trabalho são, em geral, desumanas, o preconceito ainda impera e o incentivo e apoio do poder público ainda são escassos ou intermitentes (ASMARE, 2004).

Para quem se propõe a acompanhar a luta que esses indivíduos travam cotidianamente, surgem nítidas, por certo, problemáticas empíricas de forte impacto sensorial, especialmente ao se adentrar cada vez mais em seu universo. Já para quem se propõe a estudá-las, o desafio reside justamente no fato de que elas podem ser analisadas mediante múltiplas possibilidades de abordagem.

Em conseqüência do vínculo que se havia previamente estabelecido com os catadores de uma das unidades de triagem de Porto Alegre, foi-se entabulando, aos poucos, uma convivência com um outro grupo de catadores que dizia representá-los, membros do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). A partir da articulação que se deu entre várias dessas associações de catadores com um movimento social, Mayer (2005) destaca ter sido possível constatar o início de uma marcha desses trabalhadores em direção à esfera pública, que pode ser mais bem traduzida como uma reivindicação pelo

reconhecimento da dignidade³ de indivíduos sujeitos a todo tipo de reconhecimento recusado. Em meio a esse convívio, descobriu-se que não existia, na cidade, apenas um, mas dois grupos diferentes – embora já tenham feito parte de um mesmo – que assumem para si, mesmo não possuindo a representação legítima por parte de um contingente significativo de trabalhadores espalhados pelas ruas da cidade, a função de organização e luta pela melhoria das condições de vida e de trabalho dos catadores.

Aí emergiu toda uma nova problemática – ou seria somente uma outra forma de encará-la? – que foi ganhando contornos diversos na medida em que o círculo de contatos ia se expandindo e na medida em que outras facetas que envolviam seus esforços coletivos iam sendo reveladas, especialmente no que diz respeito à forma de conduzirem suas demandas e de se inserirem politicamente. Começou a vir à tona, assim, o quanto as organizações vinculadas a esta categoria têm se tornado base de uma luta social com repercussões e desdobramentos político-ideológicos diversos e que, mesmo em seu interior, não representam necessariamente uma homogeneidade de perspectivas e orientações.

Despertado o interesse de invocar um olhar que desse a tal contexto matizes sociológicos, a categoria do reconhecimento social emergiu como uma possibilidade lógica de exploração teórica. Porém, como abordar sociologicamente a problemática empírica que envolve esses grupos mediante o uso da categoria do reconhecimento social, quando esta é desenvolvida sob uma forte carga normativo-filosófica?

Sem que se tente uma resposta precipitada a este questionamento, deve-se tê-lo como um horizonte a ser desvelado ao longo da pesquisa, visto que, até então, o que se constituía de uma vivência em âmbito prático, sem quaisquer fins científicos, passou, em momento posterior, a se configurar numa pesquisa exploratória. Se a relação que se estabelece entre pesquisador e pesquisando ao se desenvolver uma pesquisa social é incontestavelmente social pelo próprio caráter intersubjetivo que a permeia, neste caso, a relação já havia sido travada e, só aí, veio desembocar num processo de pesquisa em que surgiu o interesse em vislumbrar de que forma, então, se desenvolveria uma problemática sociológica.

A partir da vivência com esses grupos, pareceu fundamental trazer para o centro da análise o papel desempenhado por suas lideranças como uma forma de contribuir para reverter entendimentos de que as alternativas para a melhoria da qualidade do trabalho de coleta e triagem de materiais recicláveis só podem ser vislumbradas à luz de um conhecimento técnico

³ Segundo Mayer (2005), a noção de dignidade que aqui se utiliza se refere à esfera pública e às sociabilidades secundárias que a caracterizam. Considerando que há um tipo de sociabilidade (primária ou secundária) para cada regime de interação (hierárquico ou igualitário), no âmbito das sociabilidades secundárias, as demandas se expressariam por respeito aos direitos e deveres de cada um definidos legal ou estatutariamente.

da questão por quem detém o poder decisório, visto que “o catador, por sua vez, não questiona esta relação, pois, em geral, não tem conhecimento de sua importância neste processo” (STREB & BARBOSA, 2004:17). Se esse é o cenário que ainda impera em grande parte do país, cujo risco analítico é o de resvalar em uma “vitimização” ou “culpabilização” dos próprios catadores, não foi esta a opção que se quis adotar neste trabalho. Teve-se a intenção de difundir uma outra faceta, que diz respeito à sua crescente organização coletiva e à busca de serem socialmente reconhecidos pelos diversos papéis que podem assumir nesse processo.

O estudo empírico será, portanto, realizado com base no processo de organização de dois grupos de catadores do Rio Grande do Sul que representam o Estado em âmbito nacional, embora ambos possuam uma maior atuação na região metropolitana de Porto Alegre: a Federação das Associações dos Recicladores de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Sul (FARRGS) e o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Ambos foram vistos sob a perspectiva de suas lideranças, de forma que mesmo que os assuntos abordados aqui digam respeito ao coletivo de catadores que se supõe que estes grupos estejam representando, não se deve negligenciar o fato de que esta análise partiu de um discurso ainda bastante ausente se considerados justamente aqueles que se julgam estar representados.

Quanto ao MNCR, embora suas lideranças não considerem prioritário expressar suas demandas e conflitos via sistema político-institucional, mesmo que este se constitua em palco para suas repercussões, e busquem estabelecer formas alternativas de exprimi-las, como mediante ação direta, é perceptível o quanto esta, de idêntica maneira, é justamente a que lhes viabiliza reuniões com órgãos governamentais, o que os fazem buscar um amparo legal que legitime, face à sociedade, a sua visão da realidade. Contudo, como uma de suas lideranças faz questão de ressaltar, “(...) *o nosso trabalho mesmo é de ação direta, que é de reconhecimento, que é de valorização, a gente faz isso no dia-a-dia na rua, buscando nossos próprios meios para ser reconhecido, então, a parte da lei é uma e a parte de ação direta é outra, que, às vezes, funciona junto ou, às vezes, funciona paralelo*” (A.).

Já a FARRGS possui um histórico muito mais vinculado à presença de agentes religiosos e favorecida pela implantação de um sistema de gerenciamento dos resíduos sólidos pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) de Porto Alegre e, segundo a sua atual coordenadora, se presta bastante a “(...) *fazer esse elo de ligação entre os órgãos públicos e o catador*” (B.), o que tende a provocar uma redução do caráter conflitual de suas ações, embora surjam tensionamentos em determinadas conjunturas políticas.

Concomitante a essa proximidade prática, que ajudou na definição de um recorte mais específico desse universo empírico, o conhecimento acerca da teoria do reconhecimento ia, da

mesma forma, progredindo e desvelando aspectos teóricos importantes que contribuíram para formular uma problemática de pesquisa, a qual, em um primeiro momento, se pensou pudesse ser a de estabelecer uma relação entre a dimensão do reconhecimento social e os processos de institucionalização que as coletividades selecionadas poderiam estar engendrando. Contudo, não só as imprecisões conceituais que teimaram em persistir, mas, principalmente, o próprio trabalho de campo fez, aos poucos, com que novos questionamentos emergissem e fossem se transformando no mesmo ritmo em que a familiaridade com a prática e com a teoria também aumentava.

Todo esse processo, por sua vez, tornou inconsistentes as antigas hipóteses, deixando-as fora de pauta, não passíveis de serem empiricamente constatáveis. Uma série de novas questões havia aflorado deste contato com o campo, talvez até prévias a qualquer tentativa de relacionar categorias, e demandava um retorno à teoria, um repensar da própria problemática sociológica para que se pudesse mais bem servir aos propósitos de continuidade da pesquisa.

Afinal, de qual reconhecimento se estaria falando quando se perde de vista a dimensão individualizante de sua ocupação? Que articulações este reconhecimento poderia estar a sustentar junto às evidentes carências socioeconômicas? Estariam estas sendo deslocadas na viabilização política de seus projetos ou submersas em meio aos potenciais ganhos simbólicos? Enfim, como se articulariam as dimensões cultural, econômica e política na construção analítica de uma reivindicação de reconhecimento por essas duas diferentes coletividades?

Todas estas são questões que passaram a permear este momento de repensar o rumo do trabalho, embora não se tenha tido a pretensão de responder direta e exaustivamente a cada uma delas. É necessário ponderar, no entanto, que, mesmo que se faça um recorte analítico, “consciente do fato de que cada definição constrói o seu objeto e seleciona dimensões dos fenômenos em relação ao ponto de vista do observador” (MELUCCI, 2001), todos esses e muitos outros questionamentos foram se fazendo presentes. Com isto, o risco de divagações, por sua vez, foi uma constante durante boa parte da pesquisa, até porque, mesmo que se instrísse o olhar, todos esses questionamentos, ainda que sutil e implicitamente, teimavam em se manifestar, de forma contundente por vezes, no trabalho de campo.

Com o uso desse referencial, este estudo procurou distanciar-se de grande parte das análises correntes que fazem referência ao processo de formação desses grupos de catadores calcado substancialmente em fatores socioeconômicos como alternativas de trabalho e renda⁴.

⁴ Para um exemplo desta perspectiva, adotada em um estudo sobre uma associação de catadores de Belo Horizonte-MG, ver Cardoso & Carvalho Neto (2003).

De modo geral, tem-se buscado compreender a lógica e a dinâmica desses processos quase que exclusivamente pela perspectiva da natureza dos recursos e incentivos, através de abordagens racionalistas e instrumentais. Em confronto com isso, Melucci (2001) ressalta que os atores sociais não lutam somente por bens materiais ou para aumentar sua participação no sistema, lutam por projetos simbólicos e culturais, por um significado e uma orientação diferentes da ação social. Sem negligenciar a importância de estudos que ressaltam o aspecto econômico dessa nova ocupação ou as estratégias políticas dos diversos atores sociais comprometidos com os rumos dela, esta pesquisa pretendeu lançar um olhar “cultural” sobre esses processos – através da categoria do reconhecimento social – por acreditar que possa contribuir para elucidar outras dimensões que não somente aquelas que os vêem como demandantes, em um jogo de barganha política, de reivindicações (re)distributivas.

Antes, porém, uma decantação terminológica preliminar se faz necessária, pois, como costuma ocorrer com os conceitos que se prestam aos mais diversos usos, uma certa diluição retórica da especificidade do conceito de reconhecimento pode obscurecer o uso que dele aqui se faz. Com o intuito de fundamentar teoricamente a argumentação a ser apresentada em torno da noção de reconhecimento social, discute-se, no capítulo 1, a perspectiva adotada por Nancy Fraser, filósofa e cientista política norte-americana que, desde meados da década de 1990, tem-se dedicado a esta temática. Preocupada em resgatar a dimensão econômica supostamente perdida nos conflitos de cunho cultural e, mais recentemente, expandi-los para uma análise dos processos políticos que os engendram, a autora oferece subsídios que permitiram se pensar teoricamente sobre as especificidades de cada uma dessas dimensões frente à construção de um *status* que venha a possibilitar aos agrupamentos sociais em estudo, acessar as condições objetivas, intersubjetivas e de poder para participarem de forma legítima nas deliberações que lhes digam respeito. Mesmo que os grupos não travem uma luta cultural *stricto sensu*, pela afirmação de uma identidade cultural, trazer para o centro da análise a perspectiva do reconhecimento foi uma forma de abordar aspectos vinculados ao *status* que permeia a sua ação social, bem como caracterizar teoricamente este *status* de forma a mais bem compreendê-lo.

Busca-se, a partir desse recorte teórico, contextualizar a suposta autonomia da dimensão econômica desta atividade envolvendo-a no crescente discurso em prol das questões ambientais e ecológicas, que atinge esses grupos diretamente e contribui para moldar, em última instância, sua própria discursividade, através mesmo de sua apropriação como forma de tornar eficazes e legítimas suas próprias reivindicações político-econômicas. Conforme consta no *site internet* de uma conhecida associação de catadores de Belo Horizonte, são esses

“mediadores na relação entre as sociedades e o meio ambiente’ que, com seu trabalho informal, sustentam o mercado da reciclagem no terceiro mundo” (ASMARE, 2004). Para isso, procurou-se confrontar uma das facetas do atual ativismo ambiental – que diz respeito à instrumentalização do discurso ecológico para fins econômicos – à precária situação socioeconômica dos catadores de rua que, segundo Legaspe (1996), sustentam os altos índices alcançados pelo mercado “ecorresponsável” (MOTA, 2005:5).

No capítulo 2, propõe-se uma descrição dos fatos e eventos que se julga essenciais para reconstituir e caracterizar parte da história que corresponde aos últimos 20 anos de organização dos catadores em Porto Alegre e os desdobramentos que advieram no cenário estadual e nacional, com especial ênfase no surgimento de grupos que passaram a aspirar para si a legitimidade de representar tanto aqueles que começaram a trabalhar em associações quanto os que continuaram a executar sua atividade nas ruas, de forma ainda mais informal.

Como se verá, o desencadear desse processo na capital do Rio Grande do Sul se deu muito em função do vínculo que os agentes religiosos foram estabelecendo com os catadores da localidade que ficaria mundialmente conhecida em 1989 como a “Ilha das Flores”⁵. Esse ano marca igualmente o início da gestão municipal do Partido dos Trabalhadores (PT), que se estendeu por 16 anos ininterruptos (1989-2004), e que implementaria já no início dos anos 90, devido à urgência em dar uma solução à problemática do lixo, o chamado “Sistema de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos”, sob responsabilidade administrativa do DMLU, que passará a interferir diretamente nos rumos desse processo.

O propósito maior do capítulo 2 é ir realçando a paulatina formação de lideranças que se deu em meio a todo um coletivo que começa a ser agrupado por agentes externos e que, ao longo do processo, consegue se organizar a fim de constituir agrupamentos mais autônomos. Na medida em que o capítulo avançar, a ênfase recairá mais especificamente sobre o objeto empírico, onde se pretende apresentar particularidades de cada uma das coletividades em estudo mediante o uso de alguns dados do trabalho de campo que serão incorporados ao texto quando se acredita que contribuam para revelar diferenciações e similitudes que as caracterizem.

Com um pressuposto indutivista passando a assumir um papel preponderante como orientação-guia para a conformação que o trabalho adquiriu em seus últimos momentos, o contato com o campo de pesquisa irá permitir que, no capítulo 3, se comece a discutir

⁵ Este é o título de um curta-metragem dirigido por Jorge Furtado e filmado junto à Ilha Grande dos Marinheiros, em Porto Alegre, e que retratou de forma peculiar a situação de miserabilidade vivenciada pelos seus moradores, os quais disputavam entre si os restos do que costumava sobrar após terem servido de alimento aos porcos.

alternativas para o modelo teórico adotado, as quais serão sistematizadas nas considerações finais. Ao discutir esta temática à luz dos dados coletados empiricamente, a hipótese teórico-empírica cedeu lugar a reflexões de cunho mais teórico e isto significou sugerir modificações à estrutura teórica da autora, de forma a englobar uma pluridimensionalidade de níveis analíticos. Com isto, este trabalho assumiu um caráter mais teórico do que estava previsto de início, e acabou trazendo, assim, contribuições para suscitar novas abordagens em outros contextos empíricos que dêem conta de enriquecer o material teórico, a tal ponto que possa servir aos propósitos analíticos a que o conhecimento sociológico aspira.

Para finalizar, o autor sente-se na obrigação de compartilhar o quanto hesitou em assumir um certo tom de narrativa em boa parte da introdução, muito pelo risco latente de soar enfadonho ou tornar-se uma proposta incongruente tendo em vista a construção de um trabalho que almeja ser sociológico. Entretanto, se acredita haver percebido a tempo o quanto tal postura poderia resultar limitada, considerando que todo o caráter científico que o envolveu não é dado *a priori*, mas fruto de um processo que necessita ser explicitado e incorporado à escrita com vistas a torná-la inteligível. Sem dúvida que, somente assim, ao se exporem no trabalho as ferramentas e os passos que foram seguidos para a sua construção, ele se torna, de forma legítima, verossímil ao leitor e suscetível ao escrutínio público. Na seqüência, acrescentam-se algumas questões relativas à metodologia empregada.

Considerações metodológicas

Com o intuito de fundamentar metodologicamente a argumentação feita neste trabalho, foram adotados três métodos de coleta de dados em particular: entrevista semi-estruturada, observação participante e coleta de documentos.

Com relação ao primeiro deles, a escolha do tipo de entrevista e dos entrevistados não se deu de forma aleatória. Considerou-se, para tanto, que esta modalidade de entrevista serviu melhor aos propósitos desta pesquisa ao permitir que as perguntas tivessem “mais espaço para sondar além das respostas e, assim, estabelecer um diálogo com o[s] entrevistado[s]” (MAY, 2004:148), os quais foram selecionados não somente por ocuparem posições de liderança, mas porque, durante o trabalho de campo, foram detectados como sendo informantes-chave, com posições de destaque nesses grupos.

O contexto que envolve a realização da entrevista é um aspecto importante do processo, de forma que a aproximação prévia que se havia dado eminentemente com o MNCR

veio a facilitar bastante esta etapa da pesquisa. Mesmo não se tendo um contato mais estreito com os coordenadores da FARRGS, eles se mostraram dispostos a colaborar desde o primeiro contato, frisando a importância de que houvesse um comprometimento da parte do pesquisador em dar um retorno ao final da pesquisa, situação da qual eles se ressentem de nem sempre ocorrer. A realização da pesquisa mostrou, de fato, não ser, conforme argumenta Minayo (1996:114), “simplesmente um trabalho de coleta de dados”, mas “uma situação de interação na qual as informações dadas pelos sujeitos podem ser profundamente afetadas pela natureza de suas relações com o entrevistador”.

No conjunto, foi realizado um total de oito entrevistas e, dentre os entrevistados, estão três coordenadores da FARRGS: a coordenadora geral, a 1ª secretária (atual coordenadora geral da gestão 2005-08) e o tesoureiro, todos cargos ocupados durante a gestão 2002-05 (totalizando 1h59 min de fita gravada); e cinco representantes do MNCR: uma liderança reconhecida no cenário nacional (membro da Comissão Nacional do Movimento e da Equipe de Articulação) e quatro das principais lideranças do Estado (totalizando 2h17min de fita gravada). O total de 4h16min resultou em 88 páginas transcritas (folha A4, *Times New Roman*, 12, espaçamento entre linhas de 1,5, formatadas segundo os padrões ABNT). O ANEXO 1 traz as perguntas efetivamente realizadas com cada um dos colaboradores, bem como o tempo de gravação com cada um deles. E o ANEXO 2, o modelo do termo de consentimento livre e esclarecido utilizado ao início de cada entrevista. Vale ressaltar que a maioria dessas lideranças testemunhou grande parte do processo de organização dos catadores no Estado, o que veio a ser um significativo acréscimo para que o mesmo fosse mais bem compreendido.

A observação participante, enquanto técnica que permite ao pesquisador realizar a coleta de dados através de sua participação na vida cotidiana do grupo (BECKER, 1994) – “envolvimento que despe o investigador do seu conhecimento cultural próprio enquanto veste o do grupo investigado” (ITURRA, 1986:149) –, foi utilizada particularmente nas atividades promovidas pelo MNCR, tendo sido, para o caso da FARRGS, restrita à participação em um curso que fazia parte do Programa Estadual de Formação de Lideranças, em agosto de 2005. Quanto ao MNCR, lista-se, a seguir, uma série de eventos:

- Reuniões periódicas do Comitê Regional do MNCR, realizadas na sede da FAG e na Via Campesina, em Porto Alegre, de outubro de 2004 a setembro de 2005;
- 1º Encontro Estadual do MNCR, realizado em Gravataí, em novembro de 2004;
- Reunião de avaliação do 1º Encontro Estadual com a Coordenação Estadual, em Porto Alegre, em novembro de 2004;

- II Congresso Latino-americano de Catadores, realizado em São Leopoldo, em janeiro de 2005;
- Encontro de formação política, com lideranças de diferentes associações do Estado, com ênfase nos aspectos econômicos que envolvem o ciclo da reciclagem no atual panorama do capitalismo globalizado e o impacto que traz para a vida dos catadores, realizado em São Leopoldo, em julho de 2005;
- Fórum do bem-estar animal, promovido pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre, em agosto de 2005, que contou com a participação de membros do MNCR;
- Seminário “Educação, Resíduos Sólidos e Cidadania: o futuro de Porto Alegre”, promovido pela Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre, em novembro de 2005, o qual teve a presença de representantes tanto do MNCR quanto da FARRGS.

No que concerne à coleta de documentos, foi possível de se ter acesso ao plano de ações 2004-05 da FARRGS e a um “Guia de Reciclagem 2005”, publicação da ABES-RS e da FARRGS. Do MNCR, alguns documentos, tais como sua cartilha de formação, folheto de “músicas e gritos de guerra”, “proposta para convênio de cooperação mútua entre o município de Porto Alegre e associações de catadores ligadas ao MNCR”, atas correspondentes a três reuniões do MNCR com representantes do poder público municipal (gestão 2005-08) e outros informativos e programas de eventos realizados. Outros panfletos e materiais de divulgação de ambos os grupos foram obtidos mediante visita a um centro de documentação de uma das ONG’s que vem assessorando a FARRGS. Para a concepção deste trabalho serão igualmente utilizados artigos de jornais e informações coletadas em *sites internet* relacionados ao assunto. Estes dados não expressam o conteúdo principal do trabalho, mas serão acrescentados em algumas partes dele, especialmente quando se julgar que contribuam para a análise específica que esteja sendo feita.

Por fim, aprecia-se concluir com algumas palavras, das quais já se fez uso na elaboração do projeto desta pesquisa, que dizem respeito à trajetória do pesquisador no decorrer desses dois últimos anos de convivência com os catadores e que se expressam na própria modalidade “qualitativa” de investigação adotada, a qual está alicerçada em uma postura de busca do sentido dos fenômenos no espaço da intersubjetividade, ou melhor, “no espaço do encontro entre a subjetividade que se inscreve na vivência dos informantes e na vivência do próprio pesquisador, através das compreensões e interpretações compartilhadas” (UCHIMURA & BOSI, 2002:1567).

1. DA FILOSOFIA MORAL AOS DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS VIA TEORIA SOCIAL: O (não-)reconhecimento como um dos parâmetros para a (in)justiça social

Para que se possa, na atualidade, discorrer sobre a categoria do reconhecimento social, não obstante ela ainda estar em plena fase de amadurecimento teórico e suscitar controvérsias e ambigüidades entre autores, é preciso se reportar a algumas das transformações sócio-políticas do pós-guerra – especialmente quanto à conquista dos direitos sociais, aos moldes em que são descritos por T. H. Marshall (1967), em países altamente industrializados, e às mudanças paradigmáticas na agenda dos chamados “novos movimentos sociais” –, de forma a permitir que se estabeleça um vínculo entre esses processos, em termos das circunstâncias que os geraram, e as implicações que tiveram para a teoria social.

A noção de igualdade foi o *leitmotiv* a animar as lutas sociais que, ao longo do século XX, foram sendo travadas por grupos economicamente desfavorecidos que reivindicavam acesso aos direitos sociais. Esta noção, no entanto, é bem anterior a esse período, tendo sido fruto das revoluções democrático-burguesas que se instalaram no continente europeu a partir do século XVII e que asseguraram o reconhecimento de uma igualdade formal entre os indivíduos. Desde então, a dinâmica moderna esteve calcada em um ideário liberal visto essencialmente através das lentes da igualdade e da liberdade. Ao colocar a ênfase na primeira, mesmo às custas de certas limitações à última, o pensamento marxista exerceu grande influência para que se reconhecesse que a liberdade, por si só, não bastava para alcançar uma igualdade social. Isto significava ter que admitir que o “mercado” não se constituía no meio mais adequado para propiciar a redução das disparidades socioeconômicas entre os membros de uma sociedade, a qual somente poderia ser alcançada, sob a ótica liberal, através de políticas públicas sustentadas pelos Estados nacionais modernos. Em termos gerais, tal como afirma Neves (2002), estava assim estabelecido o argumento que serviu para que um grande número de países ocidentais pusesse em prática medidas de caráter social que vieram a desembocar em diferentes regimes de *Welfare State*, com “combinações qualitativamente diferentes entre Estado, mercado e família” (ESPING-ANDERSEN, 1991:108).

A difusão dessas idéias terminou por se constituir como fundamento de um contrato social que veio a se tornar realidade na medida em que o aumento das riquezas produzidas ao longo dos “trinta gloriosos anos” que se seguiram à II Guerra Mundial possibilitou a adoção

de medidas que as redistribuíssem. Para isso, a consolidação dos princípios keynesianos permitiu a instauração de um pacto social que se expressou no Estado provedor e nas leis que garantiram, dentre outros benefícios, a previdência social, financiada pela renda do trabalho, e a assistência social, financiada pelo imposto de renda (BAJOIT, 2004). O acesso aos recursos materiais pelos membros de uma determinada sociedade, e a conseqüente diminuição da desigualdade social entre eles, se tornou, então, uma questão básica em qualquer composição social com pretensões de ser justa, e passou a configurar, conforme argumenta Neves (2002), como um dos critérios de definição para o próprio conceito de justiça social.

Esse mesmo princípio igualitário universalista, sustentado pelo movimento operário e difundido pelo modelo de Bem-Estar Social para legitimar uma postura redistributiva, foi, no entanto, quando visto de outro ângulo, desatento às transformações que vinham se dando no âmbito das relações pessoais e restrito no reconhecimento ao direito de todos de poderem participar das decisões que se davam no âmbito da esfera pública. A mudança de orientação político-normativa, ocorrida, em parte, pela emergência dos novos movimentos sociais, teve o intuito de provocar alterações em tal horizonte ao favorecer o surgimento de conflitos culturais em meio à progressiva queda tanto da importância político-econômica do socialismo quanto da crença generalizada em promessas emancipatórias de “grandes narrativas”, fossem estas envoltas em um invólucro liberal ou revolucionário⁶.

O processo de renovação político-teórico que daí adveio, vivenciado pelo que se convencionou chamar de “nova esquerda”, acabou por contribuir não apenas para romper a camisa-de-força que o marxismo tradicional havia imposto à análise da cultura e de seu papel na transformação social, como também para trazer mudanças conceituais significativas ao campo específico da análise cultural (DAGNINO, 2000). Tal fenômeno, enquanto ainda se desenvolvia nas décadas de 1960 a 80, não ocorreu sem que se houvesse tido o cuidado em estender essas reformulações igualmente ao terreno da economia política. Mesmo estando com algumas das demandas socioeconômicas, propiciadas pelo *Welfare State*, supostamente já garantidas, as lutas por reconhecimento da diferença que emergiram durante esse período ainda aspiravam, embaladas por um certo tom emancipatório, a enfrentar os problemas de identidades discriminadas sem abandonar aqueles cujas soluções persistissem relacionadas à redistribuição de riqueza e poder. Outrossim, dada à conjuntura do período, ainda era verificável uma certa contigüidade harmônica na condução dos princípios igualitaristas e das

⁶ Pertencentes ao ideário iluminista, liberais e revolucionários têm uma posição em comum: subordinam a vida social aos preceitos da razão. Acreditam ambos no fim das desigualdades e das formas arbitrárias de autoridade e de poder mediante o triunfo final de uma ordem regida por princípios universalistas (TOURAINÉ, 1998).

demandas de reconhecimento dos grupos que tentavam mudar o imaginário acerca do lugar pouco confortável que a sociedade costumeiramente lhes havia reservado.

Nos anos 1990, entretanto, Fraser (2002a:61) destaca que “a nova esquerda já não era mais que uma lembrança e o marxismo era considerado letra morta por vários teóricos”, bem como questionado em seu potencial emancipatório por uma grande parte desses novos movimentos sociais. Em tal contexto, Silva (2005) argumenta que a crítica feita por alguns desses movimentos ao controle do Estado de Bem-Estar Social sobre a vida das pessoas acabou contribuindo, ainda que não tenha sido esta a intenção original, para deslocar as reivindicações de natureza socioeconômica do centro da agenda política. Presa fácil do “*Zeitgeist* pós-socialista” (FRASER, 2005a:298), essa crítica não apenas favoreceu a emergência das reivindicações que giravam basicamente em torno de eixos de identidade e diferença, mas convergiu, de igual modo, com os ataques aos direitos sociais pelas políticas neoliberais a partir da década de 1980, fortalecendo-os.

A partir daí, como reflexo dessa mudança de perspectiva, houve uma significativa projeção de temáticas que se propunham a reabilitar grupos sociais discriminados, expressas pela ênfase dada às políticas afirmativas, ao multiculturalismo e aos direitos culturais, os quais vieram, em um grande número de países, a se tornar o principal eixo do debate público. Embasando esses conflitos, que não mais podiam ser reduzidos à conquista de benefícios econômicos, reside a premissa básica de que o reconhecimento é fundamental para o processo de formação da identidade pessoal. Ao considerar o surgimento empiricamente observável desses conflitos identitários, os quais intentaram reverter padrões culturais considerados hegemônicos, Taylor (1994) os associa a mudanças na topografia moral assumida pelas sociedades ocidentais no último quartel do século XX. Entretanto, quando tomadas de forma geral, sem precisar a sua natureza, o autor argumenta que as lutas por reconhecimento se referem a fenômenos trans-históricos, dotadas de configurações que se moldaram de acordo com os distintos processos sociais.

Ao querer abarcar as recentes transformações culturais sem perder de vista a histórica ênfase igualitária, as reivindicações de alguns grupos têm buscado transcender os contornos identitários e resgatar a luta pelo direito de existir enquanto cidadãos iguais aos demais membros da sociedade, capazes ainda, desde que sustentadas tais reivindicações em pilares igualitários, de aportar contribuições singulares à sociedade, mediante uma maior participação no capital simbólico da cultura (PERTILLE, 2000), condizente com o que Neves (2002) afirma se tratar de demandas por uma “cidadania simbólica”. Para este autor, que aborda o reconhecimento como sendo uma das dimensões da cidadania, não se deve desvinculá-lo de

outras lutas sociais pela ampliação do espaço de exercício da cidadania nem das relações de poder em vigor na sociedade. Desta forma, inserir o reconhecimento na esfera da cidadania significa lhe dar um estatuto que vá além da auto-estima pessoal ou dos direitos de um grupo específico: significa que o reconhecimento passa a ser ancorado institucionalmente e concebido como um dos critérios de justiça na sociedade e, assim, assegura uma vinculação à dimensão redistributiva, a qual, segundo Silva (2000), já está englobada na noção de cidadania.

O impacto empírico do “reconhecimento” no mundo contemporâneo terminou por acarretar repercussões sociais, políticas e ideológicas sobre a formulação da teoria social. Essa profunda transição no cenário sócio-político, retratada através dos acontecimentos acima mencionados, será responsável por nutrir o debate que se instaurará entre comunitaristas e liberais em torno da polêmica acerca de quais seriam os parâmetros a serem considerados válidos para uma definição de justiça social. De forma sucinta, esse é o panorama teórico-prático que envolve o texto que será desenvolvido a seguir, limitado aqui a dois dos principais filósofos e pensadores sociais da teoria do reconhecimento, os quais se encontram, por assim dizer, no meio caminho entre essas tradições, sendo que somente um destes autores servirá aos propósitos desta dissertação.

FRASER E HONNETH: Confluências e dissidências ao teorizar sobre o reconhecimento

Influenciada pelos acontecimentos acima mencionados e por outras transformações societais por demais complexas para serem todas aqui expostas, a teoria social acabou por sofrer uma atenuação nas rígidas fronteiras que separavam, analiticamente, política, cultura e economia. Neste sentido, um contexto de acentuada sensibilidade a valores morais, como sugerido não apenas por Taylor (1994) mas fazendo parte igualmente da perspectiva de Honneth (2001), resguardadas as devidas especificidades de cada autor, foi também propício ao afloramento de alternativas teóricas que promettessem novas formulações e diagnoses para os problemas das sociedades capitalistas ocidentais e que, assim, mantivessem resquícios de um determinismo econômico o mais distante possível de seu horizonte de interpretação.

Com o intuito de formular um construto teórico que desse conta de captar tais especificidades e, ao mesmo tempo, se tornar uma nova possibilidade de interpretação crítica para esses fenômenos, Nancy Fraser e Axel Honneth adotam, a partir dos anos 1990, uma perspectiva analítica com uma forte ênfase, respectivamente, pragmática, baseando-se em

aspectos político-filosóficos kantianos, e sociológica, baseando-se em aspectos da filosofia da consciência hegeliana, para contribuir, se bem que de formas distintas, ao desenvolvimento da então incipiente categoria do reconhecimento social. Tal disposição teórica, imersa em um contexto de crescente desinteresse por questões de igualdade socioeconômica, ou mesmo, de um profundo questionamento sobre a forma de lidar com elas, começa a se constituir no que se convencionou chamar “*the Cultural Turn*” (RAY & SAYER, 1999).

Já essa guinada cultural sofrida pelo marxismo ocidental assimilou tanto repercussões práticas provenientes do acirramento de políticas neoliberais em meio à crise do Estado de Bem-Estar Social keynesiano quanto influências do ponto de vista acadêmico, no fenômeno de “culturalização” da nova esquerda, na perspectiva assumida pelas análises pós-modernistas e pós-estruturalistas e em desdobramentos no interior da teoria crítica. É justamente nesta última, conquanto sem se limitar aos seus preceitos, que viria a ecoar um dos correlatos teóricos da virada cultural anteriormente mencionada, o qual tomará um grande impulso a partir do trabalho desenvolvido por Fraser e Honneth: a chamada “teoria crítica do reconhecimento”, vinculada ao que posteriormente ficaria conhecido, mais especificamente, por “*the 1990’s Recognition Theoretical Turn*” (FRASER, 2004a).

A figura abaixo se propõe a resumir o quadro teórico em que essa teoria está envolta sem, com isso, inferir que haja uma total submissão da mesma aos preceitos das outras três – evita-se, assim, que ela seja vista como fruto de uma relação de causalidade direta – ou que elas se limitem ao escopo da teoria crítica do reconhecimento. Pretende-se apenas, ao resumir as idéias expostas acima, apresentar de forma visual uma certa dinâmica de influência que esses pressupostos possuíram para a sua constituição.

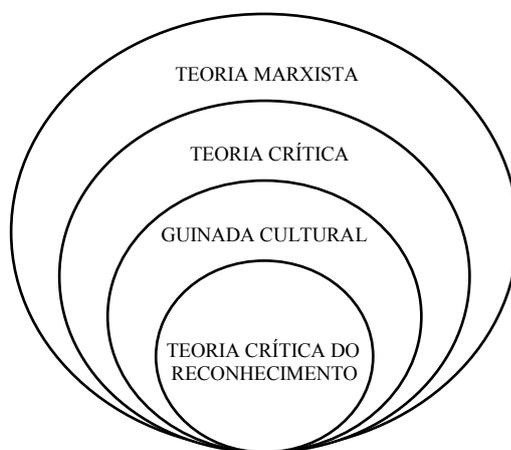


Figura 1.

Empreendendo análises diversas aos mesmos moldes de uma “*grand theorizing*” (FRASER & HONNETH, 2003) capaz de, assim, apreender o capitalismo não somente enquanto um sistema econômico, mas como uma forma de vida, os dois autores tomam para si, cientes dos riscos que daí advêm, o desiderato frankfurtiano de promover o que, em alemão, se costuma chamar *Zeitdiagnose*: “um grande painel que [lhes] permita se situar historicamente e se orientar politicamente”⁷ (FRASER, 2004a:381). Afinal, como argumenta Honneth (1999), a teoria crítica, sempre ciente de seu contexto de origem bem como de suas possibilidades de aplicação prática, só pode cumprir a tarefa que dela se espera se tiver à sua disposição uma teoria da história capaz de esclarecê-la sobre a sua própria posição e papel nos processos sociais, viabilizando um diagnóstico do tempo capaz de revelar o “delineamento de tendências do desenvolvimento histórico do presente” (NOBRE, 2005:3), que é uma tarefa característica do campo crítico ao qual esta teoria está intimamente relacionada.

Mattos (2004a) destaca que reside em ambos os autores o desejo de elevar a categoria do reconhecimento a um patamar de possível reconstrução do pensamento crítico, que ofereça meios de estabelecer uma postura elucidante em relação às atuais sociedades ocidentais. Ao mesmo tempo, ambos se concentram em rejeitar uma visão economicista que relega ao reconhecimento o papel de um mero epifenômeno da redistribuição, em teorizar o lugar da cultura no capitalismo e pensar padrões de justiça social. Para isso, sustentam argumentos a partir de diferentes limites que cada um deles supõe existir nas perspectivas teóricas de Foucault e Habermas.

Mesmo que se possa evidenciar certa confluência em suas perspectivas, como as que foram brevemente apontadas acima, é importante também que se chame a atenção para o manejo diferencial de alguns instrumentos conceituais que acabam compondo arranjos teóricos dissonantes entre os autores. Afinal, por mais similares que pareçam as alternativas de reflexão que cada um deles traz para pensar questões cruciais da sociedade contemporânea – e de fato, Deranty (2003) afirma que, para ambos, o liberalismo permanece sendo formal e conceitualmente inadequado enquanto não levar em conta as dimensões sociais da autonomia –, suas posições resultam divergentes quanto à melhor forma de fazê-lo, o que os leva, como argumenta Silva (2005), a formularem duas versões da teoria crítica: uma com tendências mais universalistas, centrada na idéia de participação paritária (Fraser), e outra mais comunitarista, centrada no conceito de luta por reconhecimento (Honneth). A diferença reside em que Fraser vê a normatividade da autonomia fundada na participação social, enquanto

⁷ Todas as citações literais oriundas de textos escritos em língua estrangeira foram livremente traduzidas pelo autor para uso neste trabalho.

Honneth a vê fundada na auto-realização, no completo desenvolvimento das capacidades individuais.

Será feita a seguir, a título de ilustração, uma exposição de alguns dos pressupostos que orientam as opções teóricas de Honneth, na crença de que os mesmos possam evidenciar particularidades que, por comparação, ajudem na compreensão da perspectiva de Fraser, sendo esta que depois será mais bem desenvolvida para uso neste trabalho. Será feita uma menção ulterior a Honneth quando se apontar limites ao dualismo proposto inicialmente por Fraser em seu texto de 1995, a qual se revestirá do breve intuito de indicar uma possibilidade alternativa de análise.

Axel Honneth, partindo de desígnios habermasianos voltados para o entendimento e para a reprodução simbólica da sociedade, percebe nestes uma lacuna que tende a limitar a percepção de um dos principais aspectos constitutivos da intersubjetividade da ação social, qual seja, a de que esta é o resultado de permanentes conflitos sociais. Para o autor, a base da interação é o conflito, e sua gramática, a luta por reconhecimento, de forma que a ausência de um caráter conflitual na teoria crítica ajuda a perpetuar um “déficit sociológico” (HONNETH, 2003b) capaz de obscurecer a lógica constitutiva de qualquer ação. Desta forma, mesmo que, na passagem de Horkheimer a Habermas, a teoria crítica tenha ganhado em termos normativos, ela “perdera em ancoragem na realidade social, enfraquecendo-se a relação da teoria com a prática dos atores envolvidos” (SILVA, 2004:180).

Com o conceito hegeliano de luta por reconhecimento, desenvolvido à luz de uma psicologia social empiricamente sustentada, Honneth (2003a) supõe ter encontrado os *insights* normativos – ausentes na perspectiva teórica de Foucault – ideais para elaborar um conceito de luta moralmente motivada que lhe permita reintroduzir a noção de conflito na teoria crítica, sem cair em um modelo atomístico e egoístico no qual predomina a idéia de autopreservação herdada da tradição de Maquiavel e Hobbes. Desta forma, para o autor, pensar a sociedade através da combinação dos conceitos de luta e de reconhecimento seria deixar de lado esse ponto de vista abstrato – de descrever e analisar quais os obstáculos simbólicos que se oporiam a uma prática discursiva pautada pela intercompreensão – e passar a conceber as relações sociais de dominação a partir de uma dinâmica de grupos que buscam a afirmação de sua identidade e autonomia, ou seja, seu reconhecimento (PERTILLE, 2000).

Na medida em que formas de desrespeito (maus-tratos e violação, privação de direitos e exclusão, degradação e ofensa) deixam de expressar apenas o infortúnio de indivíduos isolados e passam a expressar a experiência compartilhada de muitos outros, emerge o potencial para uma ação coletiva voltada para o alargamento dos padrões de reconhecimento.

Honneth faz essa conexão entre as experiências individuais e as experiências de grupo a partir de uma releitura dos trabalhos de Marx, Sorel e Sartre. Com a adoção de um modelo monístico, sustentado em bases morais⁸ – “*moral-theoretical monism*” –, ele reinterpreta o ideal socialista da redistribuição econômica e o classifica como uma subvariante da luta por reconhecimento (SILVA, 2000; 2005).

No que se refere a Nancy Fraser, a autora, inspirada por rápidas e profundas mudanças sociopolíticas características de uma era pós-socialista, e agravada por intensos processos de globalização (FRASER, 2002b), se propõe a desenvolver questões normativo-filosóficas capazes de sustentar possíveis desdobramentos políticos resultantes de uma abordagem sócio-teórica dualista. Nesta visão, cada prática é tratada como sendo fruto simultâneo de relações econômicas e culturais, ou seja, em que ambas promovem perspectivas através das quais qualquer instituição ou prática social pode e deve ser analisada. Partindo de um pressuposto que evite que cada uma das dimensões se subordine à outra e, assim, preserve a integridade delas, a autora conduzirá sua trajetória acadêmica com a idéia de desenvolver uma abordagem interpretativa dualista que forneça uma visão crítica alternativa aos emergentes conflitos culturais e aos possíveis remédios adotados para contorná-los.

O modelo sócio-teórico resultante, o qual apresentará profundas divergências ao monismo de Honneth, denominar-se-á “*perspectival dualism*” e será exposto com maior detalhamento ao longo do presente capítulo. Ao assumir esta empreitada teórica, sua pretensão será a de integrá-la às orientações e aplicações práticas, ciente da necessidade de historicizar esta relação de forma a torná-la capaz de resultar na exata combinação marxiana entre “o projeto intelectual de compreender o mundo e o projeto político de mudá-lo” (FRASER, 2004b: 1106):

No campo da filosofia moral, a tarefa é imaginar um conceito de justiça que englobe ambos, que acomode as reivindicações defensáveis por igualdade econômica e as reivindicações defensáveis por reconhecimento da diferença. Em teoria social, a tarefa é entender as complexas relações entre economia e cultura, classe e *status* na sociedade contemporânea. (...) Na prática política, finalmente, a tarefa é fomentar um engajamento democrático que cruze a fronteira das duas correntes para construir uma orientação programática de base ampla que integre o melhor das políticas de redistribuição com o melhor das políticas de reconhecimento (FRASER, 2002c:9).

Da sucinta exposição de seus respectivos pressupostos teóricos, é importante que, no momento, se retenha o quanto subjaz ao esquema conceitual desenvolvido por cada um deles

⁸ Mattos (2004a) chama a atenção para o que o autor denomina de monismo moral como sendo a tese de que toda ação humana, seja em contextos econômicos, políticos ou culturais, está desde sempre inserida numa moldura, ainda que opaca e inarticulada, que pressupõe escolhas e avaliações morais como sua causa última.

uma divergência marcante com relação à forma com que os aspectos culturais e econômicos tendem a se relacionar nas sociedades capitalistas modernas, de onde derivam duas instigantes questões-guia que, de forma distinta, orientam seus desdobramentos teóricos:

Deve o capitalismo, como existe hoje, ser compreendido como um sistema social que diferencia uma ordem econômica não diretamente regulada por padrões institucionalizados de valor cultural de outras ordens sociais que o são? [tal como sugere Fraser] Ou deve a ordem econômica capitalista ser entendida como consequência de um modo de valoração cultural que é guiado, desde o início, por formas assimétricas de reconhecimento? [tal como sugere Honneth] (FRASER & HONNETH, 2003:5).

Longe da intenção de alcançar um denominador comum entre essas posições, tarefa que certamente exigiria um aprofundamento teórico-filosófico que extrapola os limites desta dissertação, opta-se pela divisão analítica entre as dimensões econômica e cultural – sem se reduzir somente a elas – por se acreditar que, mesmo imbricadas na realidade, ambas revertem efeitos com um certo grau de autonomia sobre a vivência dos grupos sociais, especialmente em se tratando daqueles em condição de subordinação.

Sem se limitar a eles, Smith (2001:112) destaca que um *status* de “pária” pode ser associado a grupos que compõem diferentes estratos econômicos, o que faz com que essa teoria “alert[e] os pesquisadores sobre a possibilidade de que classe e *status* possam, às vezes, se interseccionar” e, outras vezes, “operar de forma relativamente autônoma”. Com tal pressuposto, abordar teoricamente a problemática que envolve grupos que sofrem de múltiplas injustiças sociais requer a adoção de uma perspectiva que leve em consideração as lógicas de ação regidas por distintas ordens analíticas que, juntas, ajudam a compor o atual mosaico das sociedades ocidentais: a estrutura econômica capitalista e a ordem de *status* que a acompanha (e, como a própria autora virá depois a acrescentar, também as relações de poder que a sustentam).

Por se apresentarem, apenas analiticamente, como distintas ordens de subordinação, a injustiça advinda do não-reconhecimento é acompanhada pela má-distribuição e vice-versa, de forma que não se assume aqui uma absoluta autonomia entre elas nem a precedência de uma sobre a outra, mas apenas que ambas as lógicas de ação se influenciam entre si, em graus diversos, determinando combinações variáveis em cada contexto histórico. Em consonância com estes pressupostos, Rodríguez (2002) adota, ao estudar o universo dos recicladores na Colômbia, uma perspectiva que permita analisá-lo tanto econômica quanto culturalmente, que esteja atenta, por um lado, à exploração econômica derivada da estrutura do mercado da reciclagem e da conduta dos seus atores dominantes – o setor industrial e os intermediários –

e, por outro, à exclusão social de que são alvos, sem negligenciar que os efeitos econômicos da estrutura do mercado da reciclagem sobre esses indivíduos que sobrevivem do lixo ainda são acentuados pelo estigma e pela exclusão que sofrem. Em síntese, a exploração econômica cria as condições de indigência que lhes provocam a exclusão social e esta, por sua vez, os confina a espaços urbanos e a nichos econômicos que permitem que o mercado explorador se perpetue.

Dessa perspectiva, se um grupo é socialmente “marcado” como detentor de um *status* de baixa estima social, cujos padrões de estigmatização possam estar institucionalizados em múltiplas esferas político-legais – como vem a ser, por inúmeras razões, o caso do objeto empírico em questão, seja por proibição de circulação em vias públicas seja por serem tratados como caso de polícia –, os indivíduos estarão sujeitos a ter menos oportunidades de acesso a recursos que lhes permitam alcançar uma vida digna e mais dificilmente vão acumular as condições necessárias para reconhecerem a si próprios e para serem socialmente reconhecidos como atores politicamente relevantes.

1.1. NANCY FRASER E A ADOÇÃO DE UMA PERSPECTIVA ANALÍTICA DUALISTA: Das primeiras elaborações teóricas às reformulações conceituais

A tarefa de expor a obra de um(a) autor(a), mesmo não se almejando fazê-lo de forma exaustiva, supõe uma reconstituição teórica que abranja um considerável período de sua trajetória acadêmica. Pois é este o intuito ao se procurar revelar aqui particularidades que ao longo dos anos foram permeando a perspectiva de Nancy Fraser, cujo modelo teórico é repleto de reformulações conceituais advindas, em grande parte, do diálogo estabelecido com outros(as) autores(as) e, fundamentalmente, da premissa crítica com que embasa a sua própria teorização.

Embora o objetivo não seja o de se fazer uma “sociologia autoral” ou expor um quadro teórico-explicativo total do conjunto de suas proposições, acompanhar sua trajetória de produção intelectual foi uma forma de acompanhar as mudanças que estão se processando à medida que a teoria do reconhecimento procura se consolidar como uma alternativa crítica de análise das atuais sociedades capitalistas. A exposição feita a seguir igualmente servirá aos propósitos de contribuir para uma discussão posterior acerca dos riscos e das ambigüidades que o dualismo assumido por Fraser enfrenta em sua tarefa de discutir a teoria crítica.

1.1.1. Anos 1990: Um contexto de particular dissociação entre cultura e economia

Se comparada a uma fase de “conciliação” que as questões econômicas e culturais vivenciaram no ordenamento das demandas atribuídas aos novos movimentos sociais de até fins dos anos 1980, a década de 1990, em contrapartida, viu aflorar tensões entre correntes divergentes, surgidas no próprio seio dessas lutas sociais, que contribuíram para consolidar uma nova configuração, na qual as duas dimensões não apenas se distanciaram, mas passaram a manter relações conflituosas: “Talvez sua expressão mais sintomática tenha sido a sensação de alienação mútua experienciada na época entre sindicatos e partidos trabalhistas, de um lado, e multiculturalistas e movimentos ‘pela diferença’, de outro” (FRASER, 2004a:375).

Se, de início, a autora mais facilmente podia correlacionar conceitos – como fizera em seu primeiro livro, publicado em 1989, *“Unruly Practices: Power, discourse and gender in contemporary social theory”* – estes, por uma necessidade analítica informada por grandes transformações sociais, tiveram depois que ser distinguidos em termos de “redistribuição” e “reconhecimento”.

Esta peculiar condição de desconexão que se deu na relação entre cultura e economia foi, para a autora (2004b), fruto do declínio e conseqüente alteração em uma onda historicamente específica de energia ativista: a onda que emergiu no final dos anos 1960 e teve em torno de 20 anos de expressão nos vários novos movimentos sociais, incluída aí a primeira fase da segunda onda feminista⁹. Outro aspecto notório no desacoplamento entre essas dimensões foi o quanto esse cenário prosperou como reflexo de um desenvolvimento histórico maior: a simultânea ascensão das políticas de identidade, de um lado, e de um neoliberalismo econômico globalizado, de outro. Conforme assinala Bauman (2003:81), “não há nada de acidental nessa coincidência”. Afinal, se, ao longo da década de 1980, se pensar em termos de identidade ainda possuía um caráter progressista, de ruptura com o economismo vulgar levado a cabo pela esquerda, na década seguinte, em contrapartida, havia ficado impossível ignorar a crescente onda chauvinista de direita travestida em políticas identitárias. E este processo acabou ganhando forças devido ao retrocesso dos prospectos distributivos em

⁹ Com relação à segunda onda feminista, Fraser (2004b) a distingue historicamente em dois diferentes momentos: a “fase dos novos movimentos sociais”, quando as demandas por redistribuição igualitária dos recursos econômicos estavam em primeiro plano, e a “fase das políticas identitárias”, quando as demandas pelo reconhecimento das diferenças culturais tomam a dianteira, ou seja, se a primeira fase do feminismo pós-guerra ainda lutava para, de fato, “*engender*” (imprimir um recorte de gênero) ao imaginário socialista, a segunda fase efetivamente redefine a justiça de gênero como um projeto eminentemente de reconhecimento identitário. Para acompanhar o desenvolvimento de uma terceira “fase transnacional” do feminismo, em que a autora vislumbra a possibilidade da união de aspectos comuns às duas anteriores, ver Fraser (2005a).

meio a um descrédito em termos de viabilidade e legitimidade das políticas econômicas keynesianas, então demonizadas, como argumenta Fraser (2004b:1110), de “*big government*”:

No contexto do fim do século, a virada para o reconhecimento se uniu em perfeita comunhão com um neoliberalismo hegemônico que não quer nada mais senão reprimir toda a memória do igualitarismo social. O resultado é uma trágica ironia histórica. Ao invés de alcançar um vasto, mais rico paradigma que pudesse englobar ambos, redistribuição e reconhecimento, parece que nós trocamos um paradigma truncado por outro – um economismo truncado por um culturalismo truncado (FRASER, 2004b:1111-12).

Nesse ponto, como argumenta Mattos (2004a), Fraser parece concordar parcialmente com o diagnóstico do cientista político Ronald Inglehart (1971; 1997) de que, atualmente, se vive uma revolução silenciosa, propiciada em grande medida pelas demandas dos novos movimentos sociais, na qual há uma decrescente ênfase em valores materiais, relacionados à economia política, em favor de valores vagamente definidos como “pós-materiais”. Por meio de um raciocínio neomaslowiano, esse autor argumenta que na medida em que as sociedades industriais se desenvolveram, com a escassez absoluta superada e as necessidades básicas satisfeitas, as preocupações públicas puderam se elevar ao patamar de uma escala definida por valores “pós-materiais”. Estes se caracterizariam pelo seu conteúdo não material, gerando lutas que não têm por fim a redistribuição de renda. Assim, o respeito para com a natureza e o interesse pela qualidade de vida muito mais do que pela quantidade de bens materiais adquiridos são vistos como protótipos dos valores pós-materiais¹⁰. Honneth (2001; 2004) também aponta um trabalho de Albert Hirschman¹¹ em que este autor destaca uma mudança teórica no caráter normativo da atual ordem política ao sugerir que, de forma crescente, as disputas sociais estão assumindo o caráter de conflitos “indivisíveis”, que, em contraste aos “divisíveis”, se refeririam a disputas que não mais podem tratar questões distributivas de acordo com princípios igualitários.

Fraser, porém, não comunga totalmente com a perspectiva adotada por Inglehart, nem com a perspectiva marxista ortodoxa que atrela as considerações de ordem cultural ao prévio estabelecimento de formas economicamente estruturadas que não aos moldes capitalistas. Já

¹⁰ Esses valores, por sua vez, predisporiam os cidadãos a apoiarem movimentos com temáticas ecológicas, que não digam respeito ao progresso humano medido apenas em termos materiais. Neste sentido, Buttel (2001) aponta para o fortalecimento de um “novo paradigma ecológico”, imbuído de uma ética que se contrapõe à visão de progresso material irrestrito e irresponsável. Este novo paradigma configura-se na articulação de valores pós-materiais, como a prudência, a sobriedade ecológica, a ênfase na qualidade de vida e a preocupação com riscos ambientais. Em contraponto a essa visão, que de certa forma só é associada a países centrais, Martínez-Alier (1995) lança dúvidas sobre a noção de que o ambientalismo é essencialmente um fenômeno de países ricos e de classes sociais abastadas.

¹¹ HIRSCHMAN, A. Wieviel Gemeinsinn braucht die liberale Gesellschaft? *Leviathan*, 22(2):293-304, 1994.

Inglehart, apesar de criticar as abordagens economicistas que relegam os aspectos culturais a um plano indevidamente secundário, acaba por fazer com que sua análise padeça, segundo Souza (2000:161), de um “economicismo filosófico”. Afinal, a idéia básica por trás do seu argumento é a de que a necessidade material imediata concentra de tal modo os esforços dos seres humanos na sua superação que não deixaria espaço para a persecução de valores não materiais. De forma paradoxal, o que Fraser percebe nas novas demandas dos movimentos sociais por reconhecimento cultural é justamente a minimização e não-tematização das questões referentes às injustiças econômicas em uma ordem social globalizada e marcada por uma crescente concentração de renda, que se exacerba na maioria dos países do mundo, inclusive em países centrais como os Estados Unidos¹².

Resguardando certa reticência a esta virada cultural, Fraser passa, então, a identificar uma mudança desconcertante no cenário de reivindicações políticas, no qual as lutas identitárias se tornam a forma conflitual por excelência enquanto as lutas por questões econômicas, quando não em franco declínio, tendem a ser dissociadas daquelas que são culturalmente motivadas. Passando a ter que considerar essas dimensões como passíveis de apresentarem fins contraditórios, foi do tensionamento gerado entre os dois tipos de reivindicações que daí resultam, que, em 1995, pela primeira vez, Fraser cunhou o “dilema da redistribuição/reconhecimento” em um de seus textos mais influentes e discutidos: “*From Redistribution to Recognition? Dilemmas of justice in a ‘postsocialist’ age*”¹³, onde chamou a atenção para um provável impacto negativo das questões de reconhecimento sobre a estratégia de movimentos sociais particulares e introduziu sua concepção bidimensional de justiça.

Nesse texto, há um esforço da autora no sentido de tornar operacional a temática do reconhecimento de uma forma tal que lhe permita conjugá-la às demandas redistributivas, estando estas particularmente negligenciadas nas análises correntes em meio ao eclodir dos conflitos “pós-socialistas”. Segundo a autora, a era pós-socialista caracteriza-se por acirrar uma série de sintomas relacionados ao processo contemporâneo de decadência do ideário de esquerda, tais como: a ausência de qualquer visão alternativa crível para a presente ordem; o

¹² Fraser (1996a) menciona que a 7ª edição do *Human Development Report*, cujo enfoque foi a relação entre crescimento econômico e desenvolvimento humano, teria demonstrado que os EUA estariam adentrando uma categoria de países onde a estratificação econômica teria se acirrado nos últimos 50 anos, com o rendimento *per capita* nacional estando, no mínimo, quatro vezes maior se comparado à média salarial do pobre (CROSSETTE, 1996). Os capítulos deste relatório estão disponíveis em: <http://hdr.undp.org/reports/global/1996/en/>. Por aqui, um estudo de Figueirêdo, Netto Junior & Porto Junior (2005) mostrou redução no índice de desigualdade de renda do brasileiro, com variações de acordo com a região do país; porém, evidenciou, também, um aumento significativo no índice de polarização, com um conseqüente esvaziamento das classes de renda intermediárias.

¹³ Este texto foi reeditado em 1997 para compor um dos capítulos do livro “*Justice Interruptus: Critical reflections on the ‘postsocialist’ condition*” e teve sua primeira versão em língua portuguesa publicada em 2001.

fracasso em conectar uma política identitária e uma política igualitária; e, servindo de pano de fundo, um renascimento do liberalismo econômico. O que passa, portanto, a configurar como uma de suas maiores preocupações, tanto em termos teóricos quanto políticos, é a desconexão que possa estar se consolidando entre duas importantes dimensões, outrora facilmente conjugáveis, dos conflitos sociais: a econômica e a cultural. Seu objetivo, conforme destaca Yar (2001), passa a ser, então, o de fornecer uma base de distinção analítica entre elas de tal maneira que suporte uma combinação coerente dentro de um projeto político de esquerda.

1.1.2. O “dilema da redistribuição/reconhecimento”: O argumento inicial

Em uma tentativa de elucidar essas reviravoltas do cenário político contemporâneo, a autora (2001a) inicialmente se propõe, no referido texto, a distinguir duas compreensões de injustiça: socioeconômica e cultural (imbricadas na realidade, mas, por motivos heurísticos, analiticamente distinguíveis) e seus respectivos remédios: redistribuição e reconhecimento¹⁴.

As injustiças socioeconômicas estão enraizadas na estrutura político-econômica da sociedade e se expressam na exploração, privação e marginalização a que são ou estão submetidos os grupos; e as injustiças culturais se dirigem a padrões sociais de representação, interpretação e comunicação tidos como consensos cristalizados permeados por preconceitos e se expressam em formas de dominação cultural, não-reconhecimento e desrespeito em representações públicas e/ou em interações cotidianas. Ambas as injustiças estão enraizadas em processos e práticas que sistematicamente valorizam alguns grupos em detrimento de outros.

Com essa distinção, entretanto, a autora não pretende sustentar que os insultos no âmbito do reconhecimento não gerem efeitos socioeconômicos ou, inversamente, que injúrias redistributivas não provoquem efeitos simbólicos. Mesmo assim, devido ao fato de que, para ela, cada uma dessas injustiças tem raízes causais distintas, remédios diferentes lhes devem ser recomendados. O remédio para a primeira diz respeito a algum tipo de mudança na estrutura político-econômica. Como medidas para isso, pode-se pensar na redistribuição de renda, na reorganização do trabalho, na submissão de investimentos à tomada de decisões democráticas ou na transformação de outras estruturas básicas. Já o remédio para a segunda,

¹⁴ Ambos os termos possuem uma referência tanto filosófica quanto política. Filosoficamente, se referem a paradigmas normativos desenvolvidos, respectivamente, pela tradição liberal (teorias da justiça distributiva) e pela filosofia hegeliana e seus atuais desdobramentos; politicamente, se referem a constelações típico-ideais de reivindicações trazidas para a esfera pública por uma série de atores políticos e movimentos sociais.

por sua vez, implica no reconhecimento da diversidade cultural e na reavaliação positiva de identidades discriminadas e estereotipadas, bem como dos produtos culturais de grupos marginalizados ou, ainda, na desconstrução e transformação de padrões sociais capazes de lhes permitirem uma possibilidade alternativa de auto-interpretação.

Feitas essas primeiras distinções, torna-se perceptível o quanto, no interior de cada um desses remédios, há uma variação significativa segundo seu espectro de ação, cujo ponto de contraste é a relação entre resultados oferecidos pelo Estado vs. os processos que os produzem. E, não obstante essas variações internas, a adoção de diferentes combinações deles pode surtir efeitos contraditórios, afinal, “[n]o primeiro caso, a lógica do remédio é de homogeneizar os grupos sociais. No segundo caso, ao contrário, é de valorizar a peculiaridade do grupo, reconhecendo sua especificidade” (FRASER, 2001a:259). É importante destacar, no entanto, que, para a autora, nem todas as políticas de reconhecimento culturalmente orientadas impedem ou interferem com medidas progressivas de reestruturação econômica e vice-versa, como será comentado adiante.

Fraser, então, constrói um *continuum* dos grupos sociais baseando-se no tipo de injustiça ao qual eles estariam mais vinculados. Para isso, primeiramente, ela toma alguns deles como tipos ideais capazes de elucidar, analiticamente, qual a injustiça que os estaria acometendo. Classe, na concepção altamente estilizada e ortodoxa adotada com vistas a sustentar a viabilidade de sua análise, é um modo de diferenciação social enraizada na estrutura econômica da sociedade. Uma classe existe apenas em virtude de sua posição nessa estrutura e de sua relação com outras classes, sendo a injustiça desse arranjo essencialmente um caso de distribuição, em que mesmo os déficits de reconhecimento de classe derivam da economia política. No outro pólo, reside a sexualidade menosprezada, diferenciação social arraigada na estrutura cultural-valorativa dominante na sociedade. É diferenciada como uma coletividade culturalmente marginalizada em virtude dos padrões sociais heterossexistas e homofóbicos de interpretação e não em virtude da divisão do trabalho.

Em seguida, com o intuito de fornecer uma ancoragem empírica ao seu construto teórico, ela o complexifica com as chamadas “coletividades ambivalentes”, localizando-as no meio do seu espectro conceitual. Estas contêm simultaneamente uma face político-econômica, que as levam para o âmbito da redistribuição, e uma face cultural-valorativa, que as levam para o âmbito do reconhecimento. Ao contrário de classe e sexualidade, que ocupam, cada uma em seu extremo, as duas pontas do espectro conceitual, a autora sugere as lutas por questões de gênero e raça por acreditar que ambas estão sujeitas tanto às injustiças socioeconômicas quanto às culturais.

Pensadas assim, essas coletividades têm de afirmar tanto o princípio da igualdade quanto o da diferença, e, desta forma, passam a ter de enfrentar o dilema sustentado pela autora¹⁵. É importante frisar que elas sofrem de ambas as injustiças em formas nas quais nenhuma delas é um efeito indireto da outra, como acontece nos tipos ideais anteriormente apresentados, mas em que ambas são primárias e originais, dotadas de relativa independência. Longe de se manterem isoladas, no entanto, se mesclam para se reforçarem mutuamente, ainda mais porque normas culturais heterossexistas-androcêntricas e racistas-eurocêntricas repercutem institucionalmente no aparelho estatal e na economia, da mesma forma que as desvantagens econômicas impedem a participação igual na produção da cultura e no acesso à mesma, tanto no cotidiano como nas esferas públicas. O resultado é um ciclo vicioso de subordinação cultural e econômica que necessita ser duplamente remediado.

Com o propósito de construir uma abordagem que escape do dilema “pós-socialista” da igualdade/diferença, Fraser dedica-se a duas diferentes medidas que, capazes de assumir repercussões políticas diversas de acordo com a dosagem adotada, resultam em um tratamento conceitual mais refinado da problemática da redistribuição e do reconhecimento. Por medidas afirmativas entendem-se aquelas voltadas para a correção de resultados indesejáveis de arranjos sociais sem perturbar o arcabouço que os gera. Por medidas transformativas, em contraste, entendem-se as que são orientadas para a correção de resultados indesejáveis precisamente pela reestruturação do arcabouço genérico que os produz.

Evidencia-se, então, que a transformação se opõe à afirmação como a profundidade se opõe à superficialidade, já que enquanto os remédios de reconhecimento de caráter afirmativo tendem a promover diferenciações entre os grupos existentes (Multiculturalismo dominante - *MD*), os remédios de reconhecimento transformativos tendem, no longo prazo, a desestabilizar as diferenciações para permitir reagrupamentos futuros (Desconstrução¹⁶ - *D*); e, enquanto os remédios de redistribuição afirmativos tendem a estigmatizar a diferença, somando o insulto da falta de reconhecimento à injúria da privação (Estado de Bem-Estar liberal - *EBEL*), redistribuição transformativa, em contraste, pode promover reestruturação profunda das relações de produção e ajudar a rever algumas formas de não-reconhecimento

¹⁵ Mesmo que Fraser (1995) se refira a gênero e raça como “*bivalent collectivities*”, a tradutora (2001a) opta por “coletividades ambivalentes”. No momento, mantém-se esta conversão semântica por se acreditar que ela melhor explicita a interferência mútua que resulta quando esses grupos dão conta de remediar o dilema com medidas que, para a autora, parecem conflitantes. Na exposição de seus trabalhos mais recentes, onde, como afirma Zurn (2003a), este caráter tem gradualmente se atenuado, opta-se por uma tradução fiel à original.

¹⁶ Pinto (2000) destaca que esta noção foi desenvolvida primeiramente por Jacques Derrida e teve grande centralidade entre os pensadores da chamada democracia radical, entre os quais Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.

(Socialismo¹⁷ - *S*). Dependendo da dosagem com que tais remédios são adotados, eles podem oscilar entre os pólos afirmativo e transformativo, determinando as quatro diferentes combinações indicadas acima. A partir daí, a autora faz algumas suposições preliminares acerca da (in)compatibilidade de algumas dessas combinações. Duas delas tenderiam a se enclausurarem na sua própria contradição e reforçariam o dilema anteriormente mencionado: A política de redistribuição afirmativa do *EBEL* parece em conflito com a política transformativa de reconhecimento da *D*, já que onde a primeira tende a promover diferenciação de grupo, a segunda tende a desestabilizá-la. De forma semelhante, a política de redistribuição transformativa do *S* parece em conflito com a política afirmativa de reconhecimento do *MD*, já que onde a primeira tende a minar a diferenciação de grupo, a segunda tende a promovê-la. Outras duas, no entanto, ofereceriam possibilidades promissoras de combinação: A política de redistribuição afirmativa do *EBEL* parece compatível com a política de reconhecimento afirmativo do *MD*; ambas tendem a promover diferenciação de grupo. Semelhantemente, a política transformativa de redistribuição do *S* parece compatível com a política transformativa de reconhecimento da *D*; ambas tendem a minar as diferenças existentes entre grupos.

Como forma de testar empiricamente as hipóteses formuladas em tais cruzamentos e equacionar a dúvida acerca de qual desses pares de remédios prescritos subverteria o dilema, Fraser relaciona os sujeitos paradigmáticos do dilema da redistribuição/reconhecimento apontados por ela – gênero e raça – com as duas possibilidades mais promissoras de combinação. Enquanto a combinação resultante do eixo afirmativo constitui um cenário problemático, já que tende a acirrar especificidades putativas culturais¹⁸, a do eixo transformativo se mostra a mais profícua em desestabilizar e/ou eliminar diferenciações entre grupos, promover igualdade social e favorecer a construção de coalizões entre coletividades

¹⁷ Para fins de esclarecimento, reproduzo um trecho do texto de Fraser (2001a:269) em que ela explicita a relação que quer estabelecer com o ideário socialista: “Hoje, é claro, muitas características específicas do socialismo do tipo ‘realmente existente’ são problemáticas. Virtualmente, ninguém continua a defender uma economia controlada na qual haja pouco espaço para o mercado. (...) Para meus propósitos não é necessário assinalar o conteúdo preciso da idéia socialista. É suficiente invocar a concepção geral de reparar injustiças redistributivas pela profunda reestruturação da ordem político-econômica em oposição a realocações superficiais”.

¹⁸ Para a autora (*ibid*, p.270), mesmo que as redistribuições afirmativas normalmente pressuponham uma concepção de reconhecimento universal baseada no valor moral igual das pessoas, como um “comprometimento oficial de reconhecimento”, sua prática tende, contudo, a iniciar uma dinâmica estigmatizante de reconhecimento, que contradiz tal comprometimento. Esta pode ser entendida como o “efeito prático de reconhecimento” inerente à redistribuição afirmativa. Para Dubet (2001:12), alguns desses efeitos perversos não podem ser ignorados, especialmente os efeitos de dependência e de estigmatização e, sobretudo, que tais políticas são, muitas vezes, mais favoráveis àqueles que menos precisam: “A análise dos mecanismos de transferências sociais mostra que, freqüentemente, são as classes médias as principais beneficiárias no setor da educação ou da saúde, por exemplo”.

diversas¹⁹. Assim, a autora finaliza propondo que o projeto de transformar as estruturas profundas da economia e da cultura parece ser uma orientação político-programática capaz de fazer justiça a todas as atuais lutas contra injustiça: “Ela não supõe um jogo de soma zero” (FRASER, 2001a:282). O quadro abaixo se propõe a resumir as principais idéias contidas neste seu argumento inicial:

<i>INJUSTIÇA</i>	<i>REMÉDIO</i>	<i>SUJEITO</i>	<i>DOSAGEM</i>	<i>RESULTADO</i>
ECONÔMICA	REDISTRIBUIÇÃO	CLASSE SOCIAL EXPLORADA	AFIRMAÇÃO	ESTADO DE BEM-ESTAR LIBERAL
		COLETIVIDADES AMBIVALENTES	TRANSFORMAÇÃO	SOCIALISMO
CULTURAL	RECONHECIMENTO			AFIRMAÇÃO
		SEXUALIDADE MENOSPRESZADA	TRANSFORMAÇÃO	DESCONSTRUÇÃO

Figura 2.

Essa foi, portanto, a leitura das tendências atuais inicialmente efetuada pela autora. É para essa matriz teórica, daí a importância de apresentá-la aqui, que muitos(as) autores(as) dirigirão suas críticas, especialmente quanto à opção por um sistema de dualismo analítico, e será, justamente, a partir de um estimulante debate com eles(as) que Fraser derivará muitas de suas reformulações conceituais. A figura abaixo servirá como instrumento para que se possa acompanhar visualmente a perspectiva teórica da autora, bem como de que forma as reformulações feitas por ela vão sendo vistas e trabalhadas pelo autor deste trabalho. A proposta aqui é a de que sejam vistas como diferentes lentes em construção, em que as dimensões serão completadas e complexificadas na medida em que o trabalho avançar. Contudo, estas lentes, sem as restringir ao esquema da autora, serão também utilizadas para permitir o desenvolvimento de outras dimensões analíticas que, inspiradas pelo trabalho de campo, se acredita serem fundamentais para compreensão do objeto sociológico em estudo.

¹⁹ Ao idealizar um modelo de Bem-Estar Social pós-industrial – “*Universal Caregiver*” –, Fraser (1996b:235) se propõe a dismantlar certos padrões androcêntricos mediante o estabelecimento de uma igualdade de gênero em que as diferenças que reforçam relações de trabalho desiguais para as mulheres sejam primeiramente reconhecidas, para serem, então, suprimidas, “induzindo os homens a atuarem mais como grande parte das mulheres já o fazem hoje”.

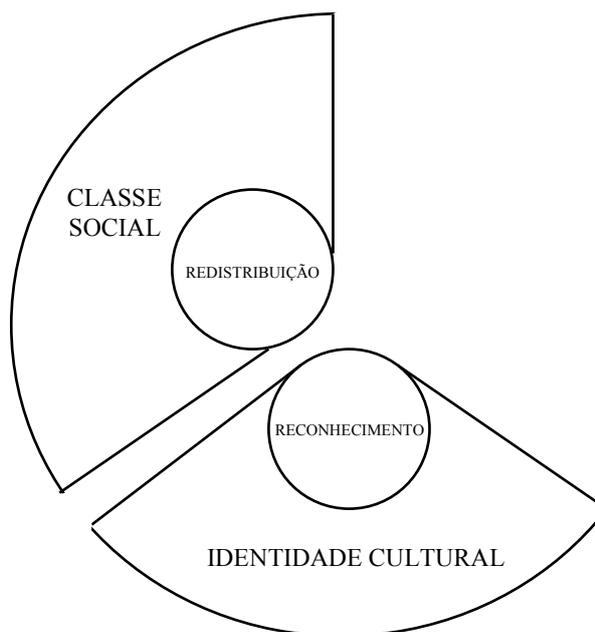


Figura 3.

1.1.3. Uma abordagem supostamente dicotomizada: Algumas considerações críticas

Pode-se perceber que, e seu artigo de 1995, Fraser, mesmo fazendo questão de ressaltar o caráter meramente analítico assumido pela dualidade de sua perspectiva, acaba por conceber uma grande tensão na possibilidade de integrar o paradigma do reconhecimento e o da redistribuição. Parece claro que, na forma como a autora os aborda, onde o primeiro tende a promover diferenciação, o segundo tende a miná-la, ou seja, indivíduos que sofrem destas injustiças precisam, ao mesmo tempo, reivindicar e negar as suas especificidades.

Conforme afirma Martuccelli (1996), no entanto, nada pode ser mais contraditório do que querer mobilizar um recurso identitário para instaurar uma indiferença identitária cuja finalidade entra em oposição com os recursos aos quais apela. Ao querer integrar as injustiças socioeconômicas à dimensão de um reconhecimento que tenda a promover uma valorização das especificidades e diferenciações grupais, a autora acaba menosprezando a possibilidade do reconhecimento verdadeiramente se constituir enquanto uma dimensão que vá ao encontro das necessidades das coletividades ambivalentes, qual seja, o de servir não só como instrumento de reversão de padrões de dominação cultural, não-reconhecimento e desrespeito, mas também como um meio de garantir uma redistribuição material mais equitativa. Para Silva (2000), isto fica ainda mais evidente quando a autora opta por associar as duas categorias analiticamente distintas aos respectivos tipos ideais de movimento social,

implicitamente admitindo, com isso, que a noção de reconhecimento não contempla os problemas socioeconômicos.

Parece evidente seu esforço em resgatar a dimensão econômica perdida nos conflitos pós-socialistas (o qual mesmo sendo louvável foi questionado na forma de fazê-lo por vários autores²⁰). Entretanto, tendo isso em mente, a autora deixa de dar um maior refinamento ao tema do reconhecimento e acaba concebendo-o de um modo tal que dificilmente possa, em condições diversas, se articular com as injustiças econômicas. Com isso, se contenta com uma perspectiva mais “culturalista” do reconhecimento, “como sinônimo de uma esfera de representação lingüística e simbólica” (YAR, 2001:302), que é justamente a qual ela critica.

Em resposta a isso, Yar (2001:289) sugere que o reconhecimento seja abordado mediante uma concepção multiaxial e metateórica que, só assim, o torne apto a englobar ambas as dimensões, sendo visto como um momento internamente constitutivo de qualquer prática orientada à redistribuição: “Em outras palavras, reconhecimento não pode ser confinado ao espectro das demandas culturais, mas constitui, de fato, uma sinopse metateórica da justiça social que contém ambos os momentos cultural e econômico”. Para Yar (2001:292), “a organização da vida econômica já é sempre permeada com valores morais sobre direitos e autorizações que não pode ser analiticamente distinguida das demandas de reconhecimento discerníveis em outras (culturais) esferas”. É importante destacar que o autor não está criticando a perspectiva dualista com a qual Fraser pretende abordar teoricamente os fenômenos sociais – muito embora ela possa reforçar um caráter de oposição entre as demandas culturais e econômicas –, ele só vê problemas ao calcar uma noção de justiça, que é fundamentalmente moral em sua concepção, nessa distinção, quando, na verdade, ao invocá-la como tal, romper-se-iam automaticamente quaisquer fronteiras analíticas que separariam reconhecimento e redistribuição. Uma teorização alternativa proposta por Yar (2001) sugere que as interferências entre as duas dimensões não sejam compreendidas como tensionamentos entre si, tais como vistos por Fraser, mas como tensões entre diferentes tipos ou ordens de

²⁰ Hennessy (1999), ao resenhar *Justice Interruptus*, argumenta que, mesmo tratando-se de uma perspectiva crítica, ao adicionar o prefixo “pós-”, Fraser indica uma relutância em endossar a análise de classe que consiste na própria assinatura do socialismo e deixa de expor as razões pelas quais ela não se constituiria em um ponto viável de análise para a teoria social, apresentando os vínculos entre política de redistribuição e classe de uma forma tal que acaba por obscurecer as causas das desigualdades socioeconômicas sob o regime capitalista. Para a autora, conceituar economia política em termos de distribuição priva a oportunidade de se revelar que, sob o capitalismo, há, e historicamente sempre houve, conexões complexas entre as desiguais relações de produção e a construção de identidades, conhecimentos e cultura. Ao resenhar o mesmo livro, Dupuy (1997:678) põe em dúvida o tratamento dispensado por Fraser às políticas “*wholly culturally based*” em sua capacidade de questionar a estrutura de classes do capitalismo. Ou seja, para ele, a autora não explicita satisfatoriamente de que forma a adoção de remédios de desconstrução de estereótipos culturais poderia contribuir na transformação das relações na esfera econômica.

demandas de reconhecimento, tais como abordadas por Honneth, onde cada uma corresponda a uma dimensão diferente das necessidades humanas que, tomadas em seu conjunto, compreenderiam as precondições para a auto-realização humana. Nesta mesma linha teórica, outro autor, Sayer (2005), que vem desenvolvendo estudos em “economia moral”, já havia demonstrado o quanto qualquer direcionamento à esfera econômica de organização da vida social não pode escapar dos preceitos e valores fundamentalmente morais que o constituem.

Ao introduzir um caráter basicamente cultural ao tema do reconhecimento, como ela mesma evidencia ao assumir que “remédios de reconhecimento para injustiças culturais-valorativas aumentam a diferenciação entre grupos sociais” (FRASER, 2001a:265), seu modelo torna-se, assim, capaz de gerar uma interferência mútua quase que digna de produzir um dilema intratável. Para superá-lo, ela elabora uma resposta única para dar conta de sanar todas as possíveis interferências, buscando nos remédios transformativos para ambas as reivindicações a sua solução, mas, com isso, anulando qualquer referência ao contexto do qual emergem as injustiças. Sob uma perspectiva multiculturalista, Blum (1998) inverte o tom desta crítica “culturalista” e associa o caráter de diferenciação cultural que o reconhecimento suscita (isento de reivindicações econômicas) ao nome de Charles Taylor, argumentando que Fraser, justamente por estar vinculada a uma leitura mais “igualitária”, perde de vista justamente esta importante contribuição proposta pelo autor canadense.

Ao revisitar criticamente o dilema que emana da combinação de uma política de reconhecimento, tomada como promotora de um intenso processo de “balcanização”²¹ societal (capaz de acentuar as diferenças entre grupos sem gerar uma contrapartida motivacional para uma ação comum), e uma política de redistribuição, tomada como promotora de uma falsa homogeneização societal (capaz de ignorar a atual diferenciação social enquanto promove uma discriminatória solidariedade), Zurn (2003a) afirma que as coletividades ambivalentes não necessariamente enfrentariam este suposto dilema, reflexo do comprometimento teórico que a autora assume com uma abordagem demasiadamente objetivista de suas identidades, que não capta as diferentes dinâmicas existentes no interior de cada grupo. Para Zurn, nem todas as políticas de reconhecimento destinadas a reverter injustiças de gênero e sexualidade estão vinculadas a uma tendência inexorável de promover diferenciação grupal (Aqui o autor utiliza as duas primeiras formas de reconhecimento sugeridas por Honneth – relações primárias e jurídicas – para desconstruir tal falácia). Se existe uma tensão prática nos conflitos por justiça social, Zurn (2003a:13) propõe que, dada a adição de medidas que oscilam em

²¹ Balcanização: Ato ou efeito de balcanizar, fracionar (uma região, país ou outra unidade política) em unidades menores, ineficazes e muitas vezes em conflito entre si (MICHAELIS, 1998).

gradações diversas sobre o sistema econômico e sobre os padrões culturais, o dilema enfrentado pelos grupos que sofrem de ambos os tipos de injustiça é, muito antes, entre as tendências de “*differentiation*” dos remédios afirmativos e as de “*dedifferentiation*” dos remédios transformativos, sem que, com isso, as esteja remetendo, respectivamente, ao âmbito do reconhecimento e da redistribuição.

Valendo-se de uma crítica anterior, realizada por Fraser com relação à perspectiva dicotômica assumida por Habermas²², Young (1997) irá questionar a falta de autocrítica da própria Fraser na categorização bifocal em que resultou seu trabalho. A autora põe em dúvida a existência do dilema, se realmente vivenciado na prática dessas coletividades ou se circunscrito a tergiversações teóricas oriundas de gabinetes acadêmicos. Reconhece que existem correntes multiculturalistas que pendem suas análises para a primazia das injustiças culturais, moldando o cenário político contemporâneo quase que isento de preocupações socioeconômicas; porém, não está certa sobre a real extensão dessas inquietações, ainda mais da forma como Fraser as desenvolve teoricamente. Mesmo que, por ventura, este fenômeno ocorra, ainda assim Young (1997:148) pondera que a solução dicotômica proposta pela autora “é pior que a doença”, já que rotula as lutas por reconhecimento como um fim em si mesmo, quando, na verdade, muitas das coletividades ambivalentes as estarão concebendo como meios também para a aquisição de justiça político-econômica. Pode-se dizer que a crítica ensejada por Young reveste-se de inquietações quanto à carga demasiadamente teórica que transparece no esquematismo analítico proposto por Fraser – Swanson (2005) também reitera o caráter excessivamente abstrato que o envolvera –, incapaz de esmiuçar possibilidades múltiplas de categorização em cada uma das grandes categorias a que ela se atém, categorias estas que, não obstante serem postas como mutuamente excludentes (SAWICKI, 2000), pretendem-se exclusivas para darem conta de todas as formas de opressão e injustiça. Basicamente, o tom da crítica diz respeito ao enfoque que dá primazia a uma separação entre economia e cultura e não vê – ou vê pouco – as conseqüências culturais sobre os fenômenos econômicos e vice-versa.

Neste ponto, Butler (1998:40) argumenta que, ao tratar a questão da sexualidade como sendo “meramente cultural”, Fraser ignora que as lutas culturais para transformar o campo social da sexualidade são, mesmo que por motivos analíticos, indissociáveis da esfera econômica – o cultural é a própria condição de existência do econômico –, já que incluem

²² “What’s critical about Critical Theory? The case of Habermas and gender”. In: FRASER, Nancy. *Unruly Practices: Power, discourse and gender in contemporary social theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989. p. 113-43.

críticas ao próprio sistema capitalista de reprodução social dos indivíduos: “[A]mbos gênero e sexualidade fazem parte da ‘vida material’ não apenas por causa do modo como servem à divisão sexual do trabalho, mas também porque a normativa de gênero serve à reprodução normativa da família”. Hennessy (1999) ainda afirma que os motivos heurísticos que a autora usa para desenvolver seu argumento acabam produzindo um efeito histórico: a emergência das identidades sexuais como um dado ontológico, sustentado no binômio homo-heterossexualidade. Como consequência, uma série de questões – dentre elas, a forma como as identidades sexuais têm sido historicamente imbricadas na divisão de gênero do trabalho e no aprofundamento do processo de acumulação capitalista – é abandonada. Mesmo que Fraser refute uma separação ontológica entre cultura e economia, Swanson (2005) considera que ao descrever as causas últimas dos fenômenos em termos exclusivamente culturais ou econômicos, sua análise acaba extrapolando os propósitos analíticos nos quais se sustenta. E de um outro ponto de vista crítico, Phillips (1997) e Sawicki (2000) sugerem que a autora acaba, de certa forma, priorizando as injustiças econômicas em detrimento às culturais ao utilizar um parâmetro econômico como forma de mensurar o potencial emancipatório das demandas por reconhecimento.

Para Feldman (2002:16), um dos méritos do trabalho empreendido por Fraser é que, ao invés de se conformar com uma divisão entre uma “real” política de classe e uma “suspeita” política de identidade, a autora explora ambas as tensões, econômica e cultural, existentes no interior dos agrupamentos sociais, advogando, como solução menos problemática, a combinação de uma política socialista de redistribuição com uma política desconstrutivista da identidade: “Assim, Fraser é capaz de endossar uma política de profundidade sobre uma política rasa, sem endossar com isso uma ‘real, material’ política de classe e economia sobre uma ‘meramente cultural’ política de cultura e identidade”. Para o autor, o que, de fato, permanece pouco desenvolvido em seu argumento é o papel particular do Estado e sua capacidade de determinação política nas lutas por redistribuição e reconhecimento. Segundo Feldman (2002:411), o “poder estatal torna-se um tipo de ‘ponto cego’ no modelo teórico da redistribuição/reconhecimento que, mesmo decisivamente rejeitando a redução marxiana da sociedade civil ao capitalismo, manteve a priorização marxiana da sociedade civil sobre o Estado”. Mesmo que Fraser considere as repercussões tanto econômicas quanto culturais do poder estatal sobre a sociedade, Feldman pontua que, ainda assim, a análise dela resulta em um “*displacement of politics*” decorrente da redução de sua capacidade analítica a injustiças que perpassam majoritariamente a sociedade civil enquanto possivelmente minimiza a importância do papel político do Estado na dinâmica de inclusão/exclusão social dos

agrupamentos sociais²³. Sua análise acaba, desta forma, negligenciando o próprio papel do Estado na produção em primeira instância de classificações que contribuirão, já que mantidas em relação com a ordem política, na legitimação de padrões de estigmatização e invisibilidade sofridos majoritariamente por coletividades sem voz política. O Estado somente é visto como um meio através do qual processos culturais e econômicos se desenvolvem e não, tal como indica Stevens, *apud* Feldman (2002:411), como “uma fonte crucial de opressão e rigor em si mesmo”.

Young (1997) e Zurn (2003b) também ressaltaram a omissão dela ao desconsiderar questões de cunho político, como cidadania, participação política e também aquelas concernentes a instituições e práticas legais, e/ou sua pretensão de querer vê-las sempre incorporadas em estruturas culturais ou econômicas. Neste sentido, McCarthy (2005) ressalta que não é somente a ordem política, mas também a ordem legal que está sendo desconsiderada, ao ser tratada instrumentalmente para o fim último de assegurar a conquista de demandas redistributivas e de reconhecimento. Ferree & Gamson (2001) igualmente pontuaram que existem distintas questões de justiça a serem consideradas na relação política que se estabelece entre indivíduo e comunidade que não se limitam teoricamente aos eixos de reconhecimento cultural dos atores e de redistribuição de seus bens. No que concerne à dimensão política, este capítulo retomará esta discussão adiante.

Na apresentação de vários dos(as) autores(as) que trabalharam de forma crítica sobre o material publicado por Fraser originalmente em 1995, intencionou-se mostrar um panorama com diferentes percepções e enfoques acerca de onde possivelmente residem algumas das fragilidades conceituais desse seu primeiro construto teórico. Como foi discutido nesta seção, é possível perceber que, após ter-se separado as categorias da redistribuição e do reconhecimento por motivos analíticos e se ter dado, como visto por vários autores, um tratamento “culturalista” à última, tornou-se difícil querer vê-las integradas ou deixar de vê-las de forma antitética. É necessário pontuar que, neste texto, também houve a ausência de uma discussão acerca da suposta necessidade de incluir uma terceira dimensão – política – ao seu esquema (com a qual, completaria sua influência weberiana).

²³ Fraser (2003) advoga que o “*perspectival dualism*” com que desenvolve seu trabalho é superior a quatro outras alternativas: o modelo marxista tradicional base/superestrutura; o reverso deste, expresso em uma perspectiva culturalista; o antidualismo pós-estruturalista, no qual qualquer proposta de separação entre cultura e economia, mesmo que de forma analítica, é vista como uma falsa dicotomização; e o dualismo substantivo, no qual cultura e economia aparecem como esferas sociais dotadas, cada uma delas, de lógica própria e não intercambiável. Para Feldman (2002), entretanto, ecos do modelo marxista podem ainda ser encontrados no tratamento dispensado por Fraser ao Estado e ao poder político. Esta é, de modo geral, uma crítica que não é endereçada somente a ela. Alexander & Lara (1996) e Silva (2000; 2004; 2005) já afirmaram que a perspectiva teórica de Honneth se limita, em termos habermasianos, ao mundo da vida, faltando-lhe os elementos capazes de lidar com o Estado.

Mais recentemente, essas categorias ganharão novos contornos analíticos, mesmo que, para Feldman (2002), estes contornos ofereçam ganhos em nuance e complexidade, mas perdas em elegância teórica e simplicidade. Ao apresentar sua *Tanner Lecture on Human Values* (1996a), publicar versões revisadas da mesma (1998b; 2001b; 2002c; 2003), editar novos trabalhos (2000; 2001c; 2001d; 2001e; 2002a; 2002b), dar seguimento ao debate (1997; 1998a) instaurado com estudiosas dos movimentos políticos progressistas – Iris M. Young e Judith Butler – e convir com outras alterações amadurecidas no contexto de sua argumentação com Axel Honneth (FRASER & HONNETH, 2003), Nancy Fraser começa a rediscutir alguns dos pontos expostos anteriormente. À medida que o capítulo avança, se poderá perceber que a autora vai abandonando sua ênfase no dilema vivenciado por coletividades que sofreriam de ambas as injustiças (socioeconômicas e culturais) em prol do desenvolvimento de um modelo de *status* que esteja atento aos padrões institucionalizados de valor cultural que impeçam os indivíduos de ascenderem à condição de pares na esfera pública.

1.1.4. Repensando o reconhecimento: O modelo do *status*

Em sua *Tanner Lecture*, proferida em 1996, Fraser segue desenvolvendo teoricamente e expandindo analiticamente as possibilidades de compreensão dessa nova constelação do horizonte político contemporâneo, a qual nem sempre é tão bem interpretada nas análises correntes, já que, para ela, grande parte destas se equivoca com diferentes níveis analíticos e confunde separações que deles provêm com os próprios dados empíricos. Mesmo reiterando a distinção analítica entre os paradigmas da redistribuição e do reconhecimento, a autora, de forma ainda mais explícita do que no exposto em seu artigo de 1995, fará questão de sublinhar a falácia teórica presente na antítese adotada por análises que tomam para si essa crescente onda política de polarização entre a dimensão cultural da diferença e a dimensão social da igualdade. Isto faz com que, de forma errônea, correntes orientadas exclusivamente às reivindicações por reconhecimento no interior dos movimentos feminista, *gay* e anti-racista sejam tratadas como se fossem a estória inteira, tornando invisíveis, “correntes alternativas dedicadas a corrigir formas econômicas de injustiça que são específicas de gênero, sexo e raça, e que os tradicionais movimentos de classe ignoraram” (FRASER, 1996a:6).

É possível verificar que ela procura ampliar a definição conceitual das políticas de redistribuição e de reconhecimento, favorecendo um entrelaçamento entre economia e cultura que não as reduza, respectivamente, a uma política de classe e a uma política de identidade.

Assume justamente o contrário, ou seja, com base no fato da situação vivenciada pelas coletividades bivalentes se constituir mais em uma norma do que propriamente em uma exceção para virtualmente todas as outras coletividades, cultura e economia são “dimensões de justiça que podem atravessar todos os movimentos sociais” (FRASER, 1996a:6). Incluída nessa revisão, portanto, há uma releitura dos tipos ideais anteriormente utilizados pela autora para exemplificar as formas puras de injustiça.

Classe passa, então, a ser vista sob um prisma bivalente de análise, já que seus membros também sofrem sérias injustiças culturais²⁴, “[a]s escondidas injúrias de classe” (SENNET & COBB, 1972). Segundo a autora, as dimensões de reconhecimento de classe são, atualmente, suficientemente autônomas para demandarem remédios próprios, de forma que, vista como primordial, uma política de reconhecimento possa servir não só aos seus próprios propósitos, mas ajude a alavancar medidas de cunho redistributivo²⁵. Evidencia-se claramente esta reformulação conceitual no seguinte trecho:

Igualmente, pessoas pobres e pertencentes à classe trabalhadora podem precisar de uma “contra-identidade política”, capaz de suportar suas lutas por justiça econômica; elas podem precisar construir comunidades e culturas de classe de forma a neutralizarem as injúrias escondidas de classe e forjarem a confiança necessária para que se levantem por si mesmas. Assim, uma política de classe em termos de reconhecimento pode ser necessária tanto para si quanto para fazer com que uma política de redistribuição decole (FRASER, 1996a:20).

Com relação aos grupos que sofrem de discriminação sexual, também estes passaram por uma revisão, de modo a englobar aspectos econômicos para lidar de forma completa com as injustiças decorrentes de suas sexualidades menosprezadas, o que veio a aproximá-los analiticamente do tratamento dispensado às coletividades bivalentes²⁶. É importante destacar que certamente nem todas as coletividades oprimidas serão bivalentes da mesma forma, nem

²⁴ De fato, Edward P. Thompson (1997) já havia demonstrado que as históricas lutas de classe sempre englobaram uma dimensão de reconhecimento, de defesa por uma cultura de classe e pelo estabelecimento de relações de dignidade no trabalho. No entanto, Ray & Sayer (1999) argumentam que muitos estudos atuais tropeçam no perigo de considerar classe exclusivamente no nível da experiência subjetiva e do discurso, desconsiderando o quanto a economia formal molda e diferencia materialmente os indivíduos sem qualquer referência às suas identidades.

²⁵ A abordagem do reconhecimento como um meio para a conquista de ganhos econômicos e não somente como um fim em si mesmo incorpora, de certa forma, alguns dos argumentos expostos na crítica formulada por Iris Young (1997). Já na edição seguinte da *New Left Review*, Fraser (1997) fez questão de contra-argumentar vários outros pontos levantados por ela, como re-situar o corrente desacoplamento entre cultura e economia, presente à ideologia pós-socialista, na própria vivência dos grupos sociais. Fraser, longe de querer adicionar elucubrações dicotômicas ao seu construto teórico, reitera nos níveis filosófico, sócio-teórico e político, a adoção de uma perspectiva dualista, já assumida em seu texto de 1995, e faz críticas à tendenciosa confusão feita por Young entre o que é uma distinção analítico-metodológica e o que é uma distinção real entre domínios de ação diversos.

²⁶ Assim se deu também em outro artigo, escrito por Fraser (1998a) em resposta a Judith Butler (1998), onde a autora rebate suas críticas, mas, de certa forma, acaba agregando alguns dos pontos levantados por Butler. Outras ponderações críticas ao trabalho de Butler são encontradas em Smith (2001).

no mesmo grau. A proporção precisa de desvantagem econômica e degradação cultural deve ser, para cada caso, empiricamente determinada “no espírito do pragmatismo informado por *insights* da teoria crítica”²⁷ (FRASER, 2001b:56).

No que diz respeito às estratégias de reconhecimento necessárias aos distintos períodos e contextos, Fraser (1996a) passa, então, a dispensar julgamentos feitos apenas em nível teórico, já que estes serviriam de justificativa para a adoção às escuras de remédios que acentuariam *a priori* o caráter de diferenciação dos indivíduos ou grupos selecionados. Abre-se, como efeito, uma pluralidade de possíveis abordagens para as políticas de reconhecimento. Ao explicitamente fazer isso, a autora começa a rever pontos pouco explorados por ela no texto de 1995, quando havia definido que, independentemente das situações vivenciadas pelos grupos, o melhor remédio para os conflitos contemporâneos residia sempre na conjugação das políticas transformativas de reconhecimento e de redistribuição, apostando na desconstrução e no socialismo como formas únicas de satisfazer as demandas das coletividades bivalentes.

E não há razão para assumir que todos eles precisam a mesma coisa em cada contexto. Em alguns casos [os grupos não-reconhecidos] precisam ser desonerados de uma excessiva distinção atribuída ou construída. Em outros casos, eles precisam ter a, até então desconhecida, característica distintiva levada em conta. Ainda em outros casos, eles precisam inverter a relação com grupos dominantes e avantajados, eliminando a distinção destes últimos, as quais são falsamente aclamadas como universais. Alternativamente, eles podem precisar desconstruir os próprios termos nos quais as diferenças atribuídas estão sendo elaboradas. Finalmente, eles podem precisar tudo que foi mencionado acima, ou vários deles, em combinação um com o outro e com a redistribuição (FRASER, 1996a:35).

Isso ajuda a demonstrar o quanto Fraser provocou alterações na perspectiva com que aborda o reconhecimento, já que, até então, ela havia sustentado uma diferenciação muito clara em termos de afirmação e transformação, e sempre guardara severas críticas ao primeiro. Com vistas a engendrar uma sustentação teórica compatível com as alterações provocadas em seu argumento, a autora reformula o modelo de reconhecimento que, se anteriormente se aproximava de uma abordagem mais “culturalista” e identitária, passa a se constituir em um modelo de *status*, capaz de, só assim, evitar os problemas da reificação e do deslocamento²⁸.

²⁷ Como pondera Bauman (2003:73-4), “[n]em todas as diferenças têm o mesmo valor, e alguns modos de vida e formas de união são eticamente superiores a outras; mas não há forma de definir qual é o que, a menos que seja dada a todas a oportunidade de defender e fundamentar seu pleito. A forma de vida que poderá emergir ao fim da negociação não é uma conclusão determinada de antemão e não pode ser deduzida segundo as regras da lógica dos filósofos”.

²⁸ Para Fraser (2000; 2001e; 2002b), uma nova constelação no cenário sócio-político atual estaria favorecendo a emergência de dois problemas em particular: do deslocamento e da reificação. O primeiro se dá quando a política de reconhecimento desloca a de redistribuição e favorece a promoção de desigualdade econômica. Já o segundo, deixa transparecer que as lutas por reconhecimento estão servindo mais para encorajar a intolerância e o separatismo do que promover uma respeitosa interação em contextos gradativamente mais multiculturais.

Mesmo que a autora (2004a) afirme que, desde 1995, já defendesse um modelo não-identitário de reconhecimento, cuja intenção tenha sido a de estabelecer uma abordagem que abrangesse uma igualdade redistributiva (capaz de apaziguar os ânimos de correntes de esquerda que rejeitavam *a priori* as reivindicações por reconhecimento ao considerá-las meramente superestruturais) e que evitasse a reificação de identidades grupais (capaz de se contrapor a correntes de direita que davam suporte político a essa nova onda identitária²⁹), foi somente em *Rethinking Recognition*, de 2000, que ela explicitamente conceitua seu “*status model of recognition*”. Esta concepção acabou por revelar uma particular compreensão da política de reconhecimento: uma política capaz de estabelecer uma igualdade de *status* ao provocar mudanças em nível institucional. Desta perspectiva, não-reconhecimento torna-se “uma relação social institucionalizada, não um estado psicológico” (FRASER, 1998a). Transcreve-se aqui o que a própria autora quer dizer ao re-conceituar reconhecimento em termos de *status*:

O que é realmente importante aqui, não é a demanda pelo reconhecimento da identidade de um grupo específico, mas a reivindicação pelo reconhecimento das pessoas de interagirem socialmente como parceiros completos, capazes de participar com outros como pares na vida social (FRASER, 2004a:377).

Nesse ponto em particular, pode-se notar uma série de características sócio-teóricas que passam a moldar o trabalho da autora. Ao conceituar não-reconhecimento em termos de subordinação de *status* e não de estigmatização identitária, Fraser se afasta de uma corrente da teoria crítica que analiticamente aproxima o reconhecimento social à auto-realização, aos efeitos psicológicos que estão envolvidos no processo de formação identitária, e se volta teoricamente para uma análise que se proponha a elucidar os padrões institucionalizados de valor cultural que impedem a participação dos sujeitos na vida social. Desta perspectiva, fica claro que, para Fraser, alterações em nível institucional mais facilmente tenderiam a provocar mudanças nas relações sociais.

Mesmo que seu modelo de *status* possua uma inegável raiz weberiana, em seu livro publicado em co-autoria com Axel Honneth, Fraser faz um esforço preliminar de desenvolver um novo conceito de *status* que dê conta de abranger processos de intensa hibridização cultural, nos quais diferentes formas de subordinação assumem contornos mais complexos e mutáveis se comparados àqueles das sociedades tradicionais às quais Weber se referia.

²⁹ É importante destacar que, para Fraser (2003), quando o reconhecimento é visto sob o prisma identitário, ele pode estimular intolerância e dominação intragrupo, já que a possibilidade de um suposto desvio do padrão pode ser visto como deslealdade pelos próprios pares, servindo, de forma paradoxal, como um veículo de não-reconhecimento.

A autora constrói a sua teoria social evidenciando que as injustiças de *status* estão relacionadas com a moderna estrutura do capitalismo e não desapareceram com a mudança da sociedade tradicional para a sociedade moderna, apenas modificaram os padrões que fundam o *status* social. Afinal, se, em uma sociedade tradicional, o conceito de *status* era expresso pelo ideal de honra, essencialmente derivado dos papéis sociais, isto não significa dizer que atualmente não o seja, o que mudou na sociedade moderna foi a estrutura dos papéis sociais, da ordem cultural. Naquela sociedade, esta última era indiferenciada, eticamente monista e caracterizada pela inexistência de qualquer horizonte cultural alternativo. Segundo Fraser, dois grandes processos sociais contribuíram para modernizar o *status*, os quais permitiram uma ampliação dos padrões culturais que regulamentam as diferentes arenas de ação social: o mercado e o crescimento de uma sociedade civil plural.

A lógica do mercado propaga a idéia de não ser regulada por padrões de valores culturais, mas, sim, governada por padrões de maximização dos ganhos pelos imperativos do auto-interesse. O que a própria autora faz questão de ressaltar, mesmo que nem sempre tenha sido compreendida³⁰, é que o mercado coexiste com uma ordem valorativa, ou seja, não há uma esfera econômica autônoma que opere independentemente de uma ordem valorativa, mas, sim, que esta pode ser instrumentalizada para os propósitos de eficiência do mercado. A idéia de que Fraser aborda a economia como uma esfera autônoma é uma constante em vários dos artigos que criticam a sua perspectiva. Em um deles, Torres Júnior (2005:100) argumenta que a leitura que a autora propõe acerca das injustiças distributivas decorre de uma visão que as insere em uma perspectiva “a-cultural” e estranha à dimensão do reconhecimento, implicitamente admitindo com isso que o mercado, enquanto instituição fundamental das sociedades modernas, não possui uma moldura moral que o envolva, sendo, por isso, considerado valorativamente “neutro”. Entretanto, em momento algum a autora descarta a existência de uma ordem valorativa que envolva o mercado e que influencie as relações econômicas que se nele se estabelecem. Ela se mostra atenta aos efeitos valorativos que recaem sobre a ordem econômica, inclusive ao considerar que a constituição desta última é culturalmente dependente, mesmo que parcialmente dependente quando de sua ação, como acontece quando fatores econômicos interferem na vida social sem se importar com padrões culturais vigentes.

³⁰ A despeito da forma com que sua perspectiva teórica foi, muitas vezes, interpretada, Fraser não pretende isolar as duas dimensões e se concentra em evitar o que considera um essencialismo habermasiano entre integração sistêmica e integração social ao elaborar um instrumento de distinção analítica capaz de elucidar uma única e mesma luta social que, em sua visão, compartilha simultaneamente ambas as dimensões, mas em proporções diversas. Entretanto, para Heidegren (2004:367), a autora acaba tendo que “substancializar sua intenção de criar uma distinção puramente analítica mais do que ela provavelmente deseja e está pronta para admitir”.

A economia, para a autora, tem de ser vista não como “uma zona livre de influências culturais, mas de instrumentalização e re-significação cultural” (FRASER, 1998b:8), o que faz com que se relativize a visão clássica e bastante difundida sobre o mercado como sendo uma esfera distinta e autônoma da sociedade, onde indivíduos atomizados possuem uma racionalidade instrumental motivada unicamente pelo interesse pessoal, o qual é denominado por Zelizer (1989; 1992), outra autora que desconstrói essa visão, de modelo utilitarista ou modelo de mercado ilimitado. Resulta disso uma relação assimétrica, já que, como havia concluído Granovetter (1985) ao estabelecer os pressupostos da “nova sociologia econômica”, enquanto todas as atividades econômicas possuem uma dimensão cultural, estão “*embedded*” em padrões culturalmente construídos, o mesmo não pode ser dito com relação à existência de um caráter diretamente econômico em todas as atividades culturais.

Já o crescimento de uma sociedade civil plural também permitiu uma ampliação dos padrões culturais que regulamentam as diferentes arenas de ação social. Como resultado, tem-se a constituição de uma ordem eticamente plural, onde os padrões e horizontes de valores são bem mais contestados e estão abertos a mudanças. Há uma diferenciação entre distintas instituições não-mercadoológicas que adquirem, cada uma delas, algum tipo de autonomia e desenvolvem padrões de valores culturais que regulamentam o processo social de interação (MATTOS, 2004a).

Junto a tal perspectiva, a autora passa a correlacionar as demandas por reconhecimento e por redistribuição ao padrão normativo da “participação paritária”, o qual é encarado como uma “receita para o diálogo e a participação democrática” (BAUMAN, 2001:146), e que pretende ser um substituto para a noção liberal de igualdade. Seguindo este princípio, a justiça “requer acordos sociais que permitam que todos os (adultos) membros da sociedade interajam uns com os outros como pares” (FRASER, 2002a:67). Zurn (2003b:14) destaca que a paridade à qual Fraser se refere é um padrão deontológico de justiça e não uma especificação teleológica acerca da boa vida³¹, de tal forma que esta norma apela a uma concepção de justiça que possa ser aceita por pessoas que aderem a visões doutrinárias divergentes, desde que concordem em assumir termos equitativos de interação sob condições de pluralismo valorativo.

³¹ Fraser se aproxima da tradição kantiana ao querer mostrar que a categoria do reconhecimento pode ser mais bem explicada de acordo com um padrão universal de justiça – participação paritária –, aceito por todos a partir do pressuposto racional de igual valor do ser humano. E, com isso, se afasta da tradição hegeliana, já que nesta não há qualquer alusão à possibilidade de os cidadãos se reunirem para deliberar em conjunto acerca de como deveriam ser qualificadas as finalidades coletivas (MATTOS, 2004b). Para Torres Júnior (2005), entretanto, a norma deontológica da simetria participativa é incapaz de fazer com que o conceito de reconhecimento enfrente o desafio maior de uma teoria crítica da sociedade, que é o de revelar as bases morais e normativas que dão sentido às lutas sociais e que nos permitiriam avaliar certas condições institucionais como injustas.

Para que, de fato, esta paridade se efetue, pelo menos duas condições devem ser obedecidas. A primeira é uma condição “objetiva”, no sentido de uma distribuição de recursos materiais de tal forma que assegure independência e “voz” aos participantes e a segunda é “intersubjetiva”, isto é, requer dos modelos institucionalizados de valores culturais que estes expressem o mesmo respeito a todos os participantes e assegurem oportunidades iguais para se alcançar estima social. A primeira enfoca preocupações tradicionalmente associadas com a teoria da justiça distributiva, especialmente as questões relacionadas à estrutura econômica da sociedade e aos diferenciais de classe, definidos economicamente. A segunda enfoca preocupações recentemente ressaltadas pela filosofia do reconhecimento, especialmente as questões relacionadas à ordem de *status* da sociedade, definidas culturalmente. Fraser (2002c) faz questão de ressaltar que nenhuma das condições é meramente um efeito epifenomenal da outra. Pelo contrário, cada qual tem a sua relativa importância. A questão, neste caso, é teorizar acerca de, ao menos, duas diferentes ordens de subordinação existentes nas sociedades capitalistas: estrutura de classe³², que impede a alguns os recursos necessários para que interajam com outros como pares; e hierarquia de *status*, que nega aos indivíduos os padrões culturais de reconhecimento que lhes possibilitariam uma igual participação.

Nesta perspectiva, as sociedades aparecem como campos complexos que abarcam pelo menos dois modos analiticamente distintos de ordenamento social: um modo econômico, em que a interação é regulada pelo entrelaçamento de imperativos estratégicos (institucionalizado no mercado), e um modo cultural, em que é regulada por padrões institucionalizados de valor cultural (os quais podem funcionar através de uma diversidade de instituições, entre as quais, parentesco, religião e direito). O resultado é uma concepção bidimensional de justiça que engloba, resguardadas as devidas especificidades, a redistribuição e o reconhecimento.

Pode-se notar como, para Fraser (1996a:26), a concepção de reconhecimento se refere a padrões estruturados e institucionalizados pela sociedade: “[U]ma sociedade cujas normas institucionalizadas impedem a participação paritária é moralmente indefensável, distorcendo ou não a subjetividade do oprimido”. Sem desmerecer, obviamente, o papel do indivíduo como receptor último desta injustiça, Fraser opta, no entanto, por captar os padrões sociais capazes de manterem os indivíduos presos a valores de caráter negativo que os impeçam de atuarem como pares na vida social. Para ela, o importante é avaliar “quão justos são os termos que regem a interação e que são institucionalizados na sociedade” (FRASER, 2004a:378).

³² Diferentemente de Marx, Fraser não adota o conceito de classe a partir dos mecanismos de exploração presentes na divisão do trabalho, uma vez que isso não pode ser resolvido através do reconhecimento e da redistribuição, mas tão somente por meio da abolição de classes. A ênfase dada por ela recai sob as consequências normativas da divisão de classes que impedem a participação paritária (MATTOS, 2004b).

Nas sociedades contemporâneas, os parâmetros de não-reconhecimento passam a assumir, qualitativamente, uma variedade de formas, presentes em uma pluralidade de espaços.

Mesmo que as dimensões econômica e cultural revertam efeitos com um certo grau de autonomia sobre a vivência de diversas coletividades, fica mais evidente, a partir das reformulações propostas pela autora, o quanto as insuficiências socioeconômicas, longe de se manterem isoladas, representam igualmente uma forma de subordinação social que necessita ser remediada, pois reverte efeitos reais sobre a ordenação das hierarquias de *status* nos mais variados indivíduos e coletividades. Desta forma, sua perspectiva de *status*, se comparada ao conteúdo “supostamente dicotômico” que envolvera sua estrutura teórica no que diz respeito ao tratamento dispensado ao tema do reconhecimento em seu texto de 1995, passa a favorecer uma separação entre cultura e economia que não termina por solidificá-los ontologicamente e torna possível de se vislumbrar prováveis inter-relações empíricas. Já em consonância com seus mais recentes trabalhos, a figura abaixo se propõe a ilustrar este maior entrelaçamento conceitual, expressando-o na superposição das lentes e em sua nova “roupagem” de *status*:

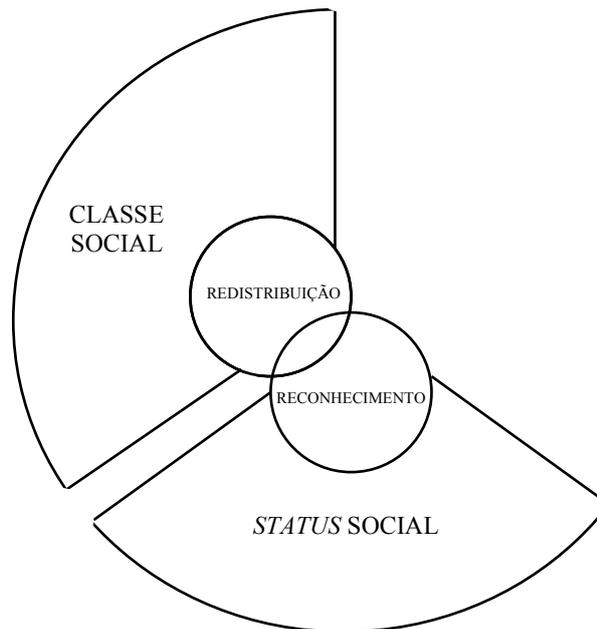


Figura 4.

Para os propósitos deste estudo, é particularmente importante o tratamento que Fraser dispensa ao reconhecimento em seus últimos trabalhos. Ao afastar-se de uma perspectiva mais identitária, a autora desenvolve conceitualmente o reconhecimento segundo uma ótica que contemple os padrões institucionalizados que negam aos indivíduos e grupos as condições objetivas e intersubjetivas que deveriam usufruir para poderem participar das decisões que

lhes dizem respeito. Ao priorizar uma análise dos imperativos capitalistas de valoração, esta perspectiva permite elucidar uma faceta das injustiças sociais de ordem do *status* a qual se revela nos padrões institucionalizados de (des)valor cultural que impedem os indivíduos de participarem como pares na vida social. Aqui se incluem todas as normas, leis e códigos que forçam os indivíduos ou grupos a passarem por constrangimentos na interação a que se vêem submetidos quando do contato com uma ordem dominante dada e, geralmente, inquestionável. Se daí resultam danos psicológicos (mesmo que reais em suas conseqüências), não são esses que, para Fraser, uma teoria crítica do reconhecimento deve considerar, devido ao risco em resvalar numa análise sectária e calcada em princípios éticos não-universalistas. Para Souza (2003:38), interessa à autora construir subsídios conceituais que lhe permitam ir além da descrição fenomenológica das situações que conferem ou não reconhecimento, especialmente no seu sentido “atitudinal”, tentando desvelar o ancoramento institucional que lhe outorga boa parte de sua opacidade e eficácia, permitindo que “nossa vida cotidiana seja perpassada por distinções, hierarquias e princípios classificatórios não percebidos enquanto tais”.

Para os fins analíticos desta pesquisa, a perspectiva assumida por Fraser, no que diz respeito a tomar os padrões sociais de (des)valorização como um meio de melhor apreender as injustiças de não-reconhecimento, é uma das opções adotadas para este trabalho, já que, assim, o discurso dessas coletividades se torna capaz de ser analisado sem se perder de vista a relação que estabelece com os próprios padrões da atual sociedade capitalista que, em última instância, é o cenário onde esses grupos buscam ser reconhecidos. Evita-se, assim, imputar aos indivíduos a causa última e única de seus discursos e descolar estes do contexto maior em que opera a própria legitimidade social que os sustenta.

A teoria de Fraser, conforme argumenta Silva (2005), tem o mérito de recuperar para a agenda teórica e política a noção de redistribuição, bem como apontar caminhos para uma reelaboração crítica do conceito de cidadania social. Já a noção de paridade de participação, no entanto, não parece ter a mesma força mobilizadora que o conceito honnethiano de luta por reconhecimento. Mesmo que o padrão ideal retórico-argumentativo da participação paritária não seja usado como instrumento de análise neste trabalho, foi importante apresentá-lo aqui, pois faz parte de suas mais recentes reformulações teóricas, não podendo ser desconsiderado do conjunto de sua obra. Ele carece, porém, de maior fundamentação teórica a ponto de poder vir a servir como uma categoria analítica. Segundo McCarthy (2005), a pouca ênfase dada por Fraser aos aspectos político-legais, expressa na ausência de contestação acerca do significado que termos como igualdade e autonomia assumem na tradição liberal, pode explicar o fraco desenvolvimento em que resultou este seu princípio normativo. Para Caillé, *apud* Neves

(2005:85), ao adotá-lo, Fraser implicitamente admite que o liberalismo é o regime mais adaptado à exigência de reconhecimento, o que significa que aceita os seus fundamentos individualistas, reduzindo o espectro de uma teoria da justiça aos direitos individuais, “sem levar em conta as lógicas sociais simbólicas e morais que perpassam as interações sociais”.

Ao aproximar, por conseguinte, sua visão acerca dos déficits de reconhecimento aos padrões sociais de atribuição de *status* e não aos padrões de estigmatização identitária, Fraser começa a trazer mais próximo do centro de sua análise, também o papel do Estado e sua dimensão política, quando passa a considerar que “[e]m alguns casos, não-reconhecimento é ‘juridicizado’, codificado expressamente em leis formais; em outros, é institucionalizado mediante políticas governamentais, códigos administrativos ou práticas profissionais” (FRASER, 2000:114). A análise de Fraser privilegia a percepção de padrões socialmente estabelecidos que impedem os membros de uma determinada sociedade de terem a possibilidade legítima de, se caso assim o queiram, interagirem no “jogo político” que também lhes diz respeito. O modelo de *status* assim pensado para dar conta das injustiças de não-reconhecimento centra o foco em grupos que têm como uma de suas reivindicações participarem das esferas políticas de decisão e deliberação. De certa forma, mesmo que a autora assuma a importância do reconhecimento de um *status* político dos indivíduos, será buscando teorizar acerca dos impasses institucionalizados moldados por recentes fenômenos político-sociais em escala mundial que Fraser começará a discutir a possibilidade de inserir uma terceira dimensão – política – em seu construto teórico, como será apresentado a seguir.

1.1.5. Consolidando sua influência weberiana: A adição da representação como a dimensão política do poder

Será discutindo acerca das arenas necessárias para que a participação paritária tenha êxito que Fraser começará a pensar em incluir uma terceira dimensão ao seu construto. Afinal, o escopo necessário para que a paridade funcione deve ser ajustado à arena em questão, de forma que múltiplos enquadramentos são necessários para não obstruí-la. O significado da paridade fica, assim, condicionado ao tipo de participação que se requer e, em cada arena, participação significa uma coisa diferente. Essa preocupação já havia sido explicitada por ela, ao acrescentar aos outros dois problemas enfrentados nessa nova constelação no cenário político (deslocamento e reificação), o que ela denomina pelo “problema do enquadramento desajustado” (FRASER, 2001e; 2002b), referente ao risco de a globalização estar a subverter as capacidades do Estado para reparar ambos os tipos de injustiça.

O re-ordenamento espaço-temporal promovido pela globalização, com fronteiras maleáveis e uma multiplicidade de interações transculturais, começa a ser percebido por Fraser como um processo em direção a uma profunda reorientação no enquadramento territorial tomado como referência para a adoção dos padrões de justiça. Para a autora, seu modelo dualista se constituiu em uma perspectiva datada, referido ao período histórico do pós-guerra, ao aparecimento do Estado de Bem-Estar, às críticas e limitações impostas pelos movimentos pós-fordistas e à emergência dos conflitos políticos de caráter eminentemente cultural que deram conta de findar com a subsunção ao economismo de grande parte das análises vigentes até a década de 1970: “Simplificando, o modelo de redistribuição/reconhecimento respondeu à desestabilização do paradigma do pós-guerra, que reduzia as demandas políticas aos canais redistributivos do *Welfare State* keynesiano” (FRASER, 2004b:1116).

Atenta, entretanto, a transformações da ordem sociopolítica e, ao mesmo tempo, consolidando sua influência weberiana, Fraser (2004a; 2004b) contesta, em entrevistas recentes, a própria bidimensionalidade assumida em seu modelo prévio e passa a propor que uma adequada teoria da justiça tenha que se tornar tridimensional. “Representação, em conformidade, constitui uma terceira dimensão, uma dimensão política da justiça social, junto à dimensão (econômica) da redistribuição e à dimensão (cultural) do reconhecimento” (FRASER, 2004a:380). Para a autora, somente a inclusão da dimensão política ao construto anterior poderia dar conta de problematizar questões referentes às estruturas governamentais e à legitimidade na tomada de decisões na esfera pública.

A necessária interconexão entre as lutas por redistribuição e por reconhecimento requer que as questões de representação política sejam redirecionadas ao nível global, onde grande parte das decisões que incluem os rumos políticos nacionais é tomada e as quais afetam populações as mais diversas com conseqüências também distintas em termos de justiça social. A vulnerabilidade financeira e migratória das fronteiras nacionais, os processos de integração econômica internacional e o acirramento da desigualdade social sob formas inéditas (entre elas o alastramento do desemprego estrutural), a redefinição do papel do Estado e sua conseqüente retração no plano da intervenção social, adicionada às crescentes limitações fiscais da ação pública, compõem um panorama crivado de restrições para a preservação dos elementos descritivos da cidadania, em que um deles é de particular interesse aqui, o que diz respeito à “índole estatal-nacional da cidadania” (GURZA LAVALLE, 2003:77). Esta se refere à existência de um vínculo constitutivo entre a cidadania e a edificação do Estado-nação, graças à construção histórica de coincidência dupla: entre o

território e um poder centralizado único, de um lado, e, do outro, entre a população constituída como comunidade política e o Estado enquanto encarnação presuntiva dessa comunidade concebida em termos culturais ou de identidade nacional.

Se a cidadania nacional ainda poderia, no período do pós-guerra até aproximadamente a década de 1970, ser considerada um enquadramento indiscutível para se pensar os padrões de justiça, hoje, argumenta Fraser (2005b), ela já não é mais. Para a autora, somente a inclusão da dimensão política ao construto anterior poderia dar conta de problematizar questões referentes às estruturas governamentais e à legitimidade na tomada de decisões na esfera pública. Com isso, atinge-se o que de mais recente a autora vem desenvolvendo em termos de dar continuidade às suas análises sobre a sociedade contemporânea, agora vista sob o ângulo de um novo processo de permeabilidade das fronteiras às crescentes interações transculturais e aos fluxos monetários migratórios. Acrescenta-se, na figura seguinte, a dimensão política às duas anteriores:

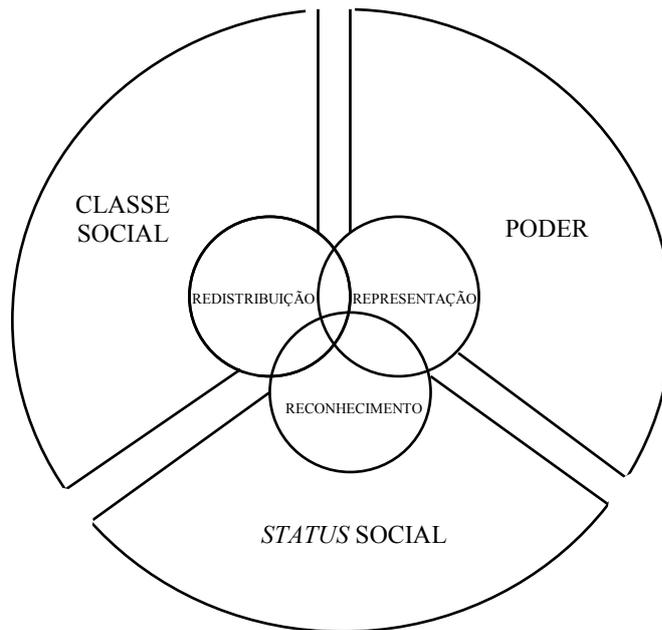


Figura 5.

É importante que, deste capítulo, se retenha as diferenciações dimensionais ensaiadas visualmente mediante a concepção de lentes através das quais os grupos poderão ser vistos. Elas compõem instrumentos analíticos que auxiliarão na construção sociológica do tipo de reconhecimento social ao qual esses grupos podem estar se vinculando, sem se inferir, com isso, que esta análise se preste a defini-los em termos empíricos.

2. O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DOS CATADORES: Reconhecer-se como um coletivo para ser reconhecido legalmente e mediante este vir a se reconhecer coletivamente

Este capítulo se propõe a expor não apenas o desencadeamento como também explorar os contornos assumidos pelo processo de organização dos catadores no Rio Grande do Sul (RS) no que diz respeito ao envolvimento que eles travaram com uma série de agentes individuais e institucionais, com especial ênfase nas conseqüências que isto gerou para a sua própria organização coletiva.

Mesmo que o propósito maior não seja de caráter histórico, nem priorize um detalhamento dos fatos em si, expor o quanto essa experiência envolveu diferentes agentes sociais é uma forma de tornar visíveis os desdobramentos estaduais e nacionais que advieram mesmo com a instalação, inicialmente em Porto Alegre, de uma dinâmica que pouco envolveu os catadores. Se, de princípio, havia sido menosprezada a sua mais ampla participação e possíveis contribuições ao processo, o modo como este se desenrolou acabou por possibilitar a emergência de lideranças que tiveram de aprender a lidar com as múltiplas interfaces socioeconômicas e políticas que lhes foram sendo reveladas. A descrição da forma como se deu esse processo de organização, muito embora não seja o foco central da pesquisa, assume uma importância vital, pois ajuda a elucidar as circunstâncias que culminaram na formação dos dois grupos em estudo³³.

A próxima seção pretende, assim, chamar a atenção para aspectos que evidenciam a forma como os catadores foram sendo inseridos no processo e o quanto eles foram igualmente se reconhecendo como atores coletivos legítimos, capazes de assumirem a condução de seus empreendimentos associativos e de travarem as suas próprias lutas, mesmo que as condições para esse suposto protagonismo tenham sido inicialmente viabilizadas por outros agentes.

³³ As informações que foram utilizadas para a reconstituição de partes dessa história foram retiradas basicamente de Silveira (2002), Lorenzetti (2003) e Martins (2004); do contato com os catadores da Associação de Trabalhadores Urbanos pela Ação Ecológica da Restinga, bairro de Porto Alegre, de março/2004 a outubro/2005; das entrevistas realizadas com membros da FARRGS e do MNCR; e do diário de campo que resultou da presença do pesquisador em encontros promovidos por ambos os grupos e de outras atividades que versaram sobre esta temática no âmbito municipal. A constatação de uma certa discordância de datas e nomes nos trabalhos citados acima resultou em algumas omissões – talvez mesmo, em eventuais enganos –, as quais não chegam a comprometer o objetivo do capítulo.

2.1. UMA EXPERIÊNCIA FEITA *PARA* ELES, *COM* ELES OU *POR* ELES?

Como estratégia didática em prol de uma melhor compreensão acerca do processo de organização dos catadores e sua inserção nos vários espaços de poder e negociação, que envolveram e continuam a envolver uma multiplicidade de agentes, optou-se por expô-lo em quatro fases distintas: 1985-94; 1995-99; 2000-03 e 2004-05.

Permeando esse recurso cronológico, estará um outro, expresso através do uso das preposições *para*, *com* e *por*, em itálico, que servirão para detectar as diferentes maneiras como se deu o processo de organização dos catadores e que representam, respectivamente, três dos seus aspectos:

- ao vivenciarem o processo como “espectadores”,
- ao participarem como “coadjuvantes” e
- ao atuarem como “protagonistas”³⁴.

Cada um dos recursos se prestará, assim, para revelar as formas diferentes com as quais os catadores foram sendo inseridos (e se inseriram) no processo. A alternância entre os recursos prepositivos será retratada por três seções distintas que indicam a predominância de cada um deles ao longo do período compreendido por esta exposição. É preciso, no entanto, ressaltar que não existe necessariamente uma concordância entre o início de uma nova fase cronológica e sua concomitante associação a um novo recurso prepositivo, o qual poderá perpassá-las em ocasiões diversas, reaparecendo quando se julgar pertinente.

O propósito de reconstituir cada uma das fases em separado, mesmo sem almejar esgotá-las, é o de poder revelar o quanto em cada uma delas os próprios catadores foram, aos poucos, ampliando suas possibilidades de gerenciar a parte que lhes diz respeito dentro do universo de empreendimentos que o lixo abarca, de enfrentar tensionamentos que surgem quando ele se torna tão rentável e de lidar da forma que mais lhes convém com os atravessamentos político-ideológicos que emergem ao optarem por certas lutas e abdicarem de outras.

³⁴ A palavra protagonismo é constituída por duas raízes gregas: *proto*, que significa “o primeiro, o principal”; *agon*, que significa “luta”. *Agonistes*, por sua vez, significa “lutador”. Protagonista quer dizer, então, de acordo com a sua raiz etimológica, lutador/ator principal. Embora faça parte de um linguajar teatral bastante corriqueiro e tenha sido difundido através do conceito de “protagonismo juvenil” (COSTA, 1994), para o qual existem críticas devido ao modo individualizador com que, muitas vezes, acabou sendo empregado (CASTRO, 2002), este termo é igualmente utilizado tanto na política quanto na sociologia para falar da pessoa que lidera um movimento ou uma transformação social (LIMA, 2005). Mesmo que o estudo tenha sido concebido a partir do contato com as lideranças de dois diferentes grupos de catadores, não se está considerando que, necessariamente, ambos estejam aspirando à construção de um projeto político alternativo. O termo é empregado aqui, portanto, para destacar os momentos em que se julga que os catadores, coletivamente, tenham participado de forma mais ativa e com maior autonomia nos processos que envolveram a sua própria organização.

Acredita-se, ao recompor partes do percurso vivenciado pelos catadores no decorrer dos últimos 20 anos, ser possível verificar os momentos em que eles foram adquirindo a autonomia que lhes faltara de início para que pudessem coordenar experiências que haviam sido instituídas por outros agentes, como a de seguir dando continuidade à Federação estadual que congrega diversas de suas associações no RS e, igualmente, para que eles mesmos pudessem empreender novas, como a que redundou, mais recentemente, na formação de um movimento social em nível nacional, que se organizou com o intuito de adquirir a autoridade necessária para interferir na cadeia econômica da reciclagem e, com isso, gerar benefícios para toda a categoria.

Faz-se menção aqui às noções de autonomia e de autoridade (FERREE & GAMSON, 2001) no sentido de que as coletividades que serão constituídas no decorrer do processo só poderão viabilizar as condições intersubjetivas para serem socialmente reconhecidas mediante a recusa em perpetuarem relações de subordinação junto aos demais agentes, garantindo o direito de se expressarem sem sofrer constrangimentos por parte de outrem, e mediante a conquista da possibilidade de interferirem nas decisões que lhes dizem respeito. Uma vez que esses grupos não adquiram uma “voz política” (PHILLIPS, 2001) ou se lhes forem negados os meios de acessar recursos econômicos – condições objetivas – terão minimizadas as chances de converter seus esforços coletivos no reconhecimento que julgam lhes ser o mais propício.

2.1.1. Agentes externos em prontidão: afastar os catadores das ruas mediante a implementação de alternativas associativas *para* os “futuros empreendedores sociais”

A primeira fase compreende o período de 1985 a 1994 e o seu início pode ser creditado às tentativas feitas por parte de agentes ligados às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) de desempenharem o papel indutor de um processo de organização *para* os indivíduos que viviam em situação precária às margens do rio Guaíba, os quais se viam obrigados a se deslocarem diariamente até o centro da cidade para que pudessem adquirir o material do qual retiravam o seu próprio sustento e o de seus familiares. Segundo Wendhausen & Lima (1989:126), a ocupação daquela região veio a sofrer grande expansão nas décadas de 1940-50 devido à viabilização de um acesso rodoviário, o qual favoreceu a transformação de áreas inundáveis, aparentemente isoladas, em uma “zona urbana periférica paupérrima”. Em um trabalho dessa época, assim se expressa Fischer (1988:27) acerca do contato que forçosamente acabou por se estabelecer entre os catadores e os que já tinham as ilhas como sua residência:

Estes catadores que moram nas ilhas estão vivendo uma mistura de cultura porque essas ilhas foram conectadas por pontes que eliminaram aquele isolamento dos ilhéus, daqueles nativos que tinham através da pesca uma identidade muito forte, a união – vamos todos pescar, quem fica em casa, quem constrói a rede, quem distribui a rede, aquela rede que unia os ilhéus e os pescadores – agora tem uma nova turma: a rede dos catadores. Aquele progresso que entrou e que dividiu culturalmente está hoje num processo de aproximação entre os ilhéus e os catadores porque o rio não dá mais peixe.

Para dar início ao trabalho, os representantes da Igreja Católica daqui tiveram forte inspiração de uma experiência semelhante que estava começando a dar seus primeiros passos na cidade de São Paulo, dirigida a moradores de rua³⁵. A respeito desta experiência paulista, F., um dos agentes religiosos do qual se fará menção mais adiante, pois que exercerá um papel fundamental em grande parte do processo vivenciado no RS, tece o seguinte comentário:

(...) De forma organizada, os catadores no País iniciaram esse processo nos anos 80, 1983 e 1984. Na Praça da Sé, em São Paulo, a população de rua sobrevivia da catação de materiais. Houve um encontro com agentes da Pastoral da Igreja Católica, da OAF [Organização de Auxílio Fraternal], da Pastoral de Rua, e desse encontro de saberes – o saber do catador, do morador de rua, com o saber da organização, com o desafio de dignidade a ser construída – nasceram as organizações associativas e cooperativadas dos catadores. A partir dessa experiência, esse movimento se alastra para outras regiões do País, seja para o Sul, seja para o Nordeste, seja para o Norte (CÂMARA, 2001).

Com isso, os agentes daqui assumiram a tarefa de começar a organizar – e de certa forma, neste início, mesmo a coordenar – um processo associativo *para* aqueles que residiam na zona das ilhas, a despeito do caráter individual com que a atividade vinha sendo exercida. Desta aproximação, nasceu a primeira entidade de catadores da cidade, a então denominada Associação das Mulheres Papeleiras e Trabalhadoras em Geral, na Ilha Grande dos Marinheiros. Por haver se constituído *para* aqueles que não tinham nenhum histórico de atuação nesse ramo, esta foi uma das associações que apresentou um grau bastante baixo de cooperação interna, onde se viu reproduzida uma das características do trabalho autônomo, que é a atuação individual no processo de coleta e de separação dos materiais recicláveis. O fato de, desde o início, não ter sido dada aos catadores a oportunidade de poderem coordenar a associação, cargo ocupado por representantes da Igreja ou por intermediários comerciais, pode ter sido um fator agravante para que se instalasse um processo individualizador.

³⁵ Esta iniciativa, exemplo de uma experiência bem-sucedida, resultou, em 1989, na primeira cooperativa autônoma de catadores do Brasil, a Cooperativa de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (COOPAMARE). Segundo Rodríguez (2002), experiências de associações e cooperativas autogestionadas se tornaram comuns em escala mundial ao final dos anos 80 e começo dos anos 90, precisamente na época em que a política econômica nitidamente voltava-se para a internacionalização e o neoliberalismo (Outras informações podem ser acessadas em seu endereço eletrônico: www.coopamare.org.br).

Nos anos que se seguiram, surgiu, também por impulso da atuação da Igreja, mas, desta vez, a partir de um trabalho *para* os indivíduos que já catavam em um lixão da zona norte da cidade, ainda uma outra associação, a de Mulheres Papeleiras Santíssima Trindade. Segundo Abreu (2001:35), os catadores dos lixões possuem um forte senso comunitário e a presença majoritária de mulheres tende a facilitar o trabalho social, já que “elas ouvem mais, acreditam mais na possibilidade de transformar sua vida e bebem menos que os homens”. Por certo, o trabalho em um depósito de lixo se mostrou bastante diferenciado em relação à experiência com o grupo da Ilha dos Marinheiros, já que este costumava apenas buscar o seu material no centro da cidade, enquanto, no aterro, os indivíduos literalmente viviam “em cima do lixão” (MARTINS, 2004:89). Por ser um termo que traduz muito a realidade passada, e atual, de grande parte dos indivíduos que seguem se dedicando a esta atividade, acrescenta-se aqui uma definição dada por Buarque, *apud* Gonçalves & Abegão (2004:3), do que vêm a ser os lixões da sociedade moderna:

Os lixões são depósitos de lixos existentes nas grandes cidades onde milhares de homens, mulheres e crianças vivem e lutam desesperadamente entre si para encontrar restos que possam comer ou vender. Tanto o lixo como os que dele vivem, nos lixões, são produtos nitidamente originados pela modernidade, cujos consumidores produzem um excesso de lixo e a concentração de renda um excesso de pobres. As sociedades pobres não têm tanto lixo; as justas não têm tantos pobres.

Durante o processo de organização no lixão, os religiosos ensaiaram o que ficou sendo uma tentativa de empreender um trabalho em moldes coletivos, porém vários dos catadores que começaram não conseguiram se adaptar e acabaram se afastando. Isto abriu precedentes para que moradores desempregados da região, mesmo aqueles sem histórico de catação, vissem, no trabalho associativo ainda incipiente, a oportunidade de formarem um grupo ligado à comunidade do bairro para lá atuarem. Como o próprio nome já revela, a associação foi sendo constituída basicamente por mulheres e, conforme afirma Lorenzetti (2003:5), “existe até hoje uma família que participa desta associação desde o começo”, o que pode haver favorecido a implementação de um processo envolvendo uma parcela minoritária e seletiva daquela localidade. Segundo Rodríguez (2002), é bastante significativo o caráter familiar que se encontra em várias dessas associações. De uma forma geral, o núcleo familiar que se constitui em torno delas é formado basicamente por mulheres de diferentes faixas etárias e homens na sua maioria jovens, geralmente filhos ou irmãos mais novos.

Antecipando já alguns dados em relação às unidades de triagem de resíduos sólidos de Porto Alegre, que serão mencionadas mais adiante, Silveira (2002:119) relata que, atualmente, muitas delas mantêm “como tônica a clara predominância feminina (correspondendo a 67%

do total de participantes)”, inclusive na ocupação dos cargos de direção. Segundo atesta Romani (2003:43) “(...) a tarefa do(a) catador(a) tem a ver no imaginário social com as idéias de limpar e cuidar, mais associadas com as mulheres”. Deriva daí um recorte de gênero que acaba por se refletir numa nítida divisão sexual do trabalho, no qual às mulheres “mais operárias” e que optam por não assumirem os postos de chefia cabe a triagem do material e aos homens o carregamento das bombonas (tonéis em que vão sendo depositados os materiais à medida que são separados pelas mulheres) e a posterior prensagem do material para que sejam acondicionados em fardos, prontos para a comercialização.

Essas funções, no entanto, não são definidas de forma rígida, mas fruto da dinâmica que se estabelece em cada unidade de triagem, de forma que, para Silveira (2002:127), o fato de homens ficarem com tarefas que requerem maior força física e as mulheres com as que exigem delicadeza não representa desigualdade como dominação ou subjugação, pois não se constata entre eles uma “hierarquização valorativa das tarefas”. Martins (2005), contudo, salienta a permanência de diferenças nos rendimentos, a favor dos homens, em algumas UTs.

Considerando que a “divisão sexual do trabalho segue a divisão sexual na sociedade” (MARTINS, 2004:75), é possível supor que toda a dinâmica de trabalho e de relações que envolvem o cotidiano dessas mulheres – a despeito de Silveira (2002) ter admitido que a forma como as atividades são exercidas nas UTs não resultar, por si só, em desigualdade nas relações de gênero entre os catadores – e que extrapolam o âmbito da UT, possa estar contribuindo para reproduzir, em última instância, padrões sociais de dominação que conferem às mulheres um *status* inferior. Em um estudo realizado em duas associações de catadores, onde havia predomínio de mulheres, Mayer (2005) destacou que a reivindicação por respeito pela parte delas não se resumia ao reconhecimento de direitos constitucionais, mas, antes, implicava em uma demanda por respeito à sua condição de gênero, expressa na própria luta que empreendiam, no âmbito privado, contra a violência doméstica. Estes dados estão em consonância com Phillips (2001:8), quando a autora afirma que o objetivo de muitos dos grupos que demandam reconhecimento social não é tanto no sentido de serem igualmente valorizados, mas justamente pelo “reconhecimento da especificidade do grupo de forma a ser capaz de desafiar uma ordem de gênero que estabeleceu o padrão masculino como norma”.

Retomando o caso das duas associações acima mencionadas, o propósito maior ao se descrevê-las foi o de evidenciar a influência decisiva que os agentes religiosos exerceram no fomento a um processo de organização *para* os catadores, o qual, longe de possuir um caráter estritamente econômico, teve, como comentou, ao ser entrevistado por Martins (2004:85), um dos agentes que deu início ao processo, o intuito maior de “dar visibilidade aos papeleiros”,

fazendo com que passassem a ser valorizados pela sociedade. Isto envolvia ter que agir sobre o modo como se apresentavam e/ou eram vistos, a tal ponto de E. (sexo femin., 36 anos, 1º grau incompl., FARRGS) ressaltar a importância do trabalho que uma agente religiosa – H. – veio a desenvolver com um outro grupo de catadoras no sentido de reverter “(...) *como é que eu vou te dizer assim, que as mulheres andavam quase nuas dentro da associação, era um processo assim meio que de prostituição e ela conseguiu, sendo das comunidades eclesiais de base, reverter e formar um grupo, tanto que hoje é uma outra associação, né*”.

A rigor, pode-se mesmo argumentar, como já o havia feito Rodríguez (2002) em um estudo sobre a interação dos recicladores da Colômbia com alguns membros de uma organização religiosa, que os agentes daqui também desempenharam o papel catalisador externo – do “animador social” –, o qual tende a se fazer presente nas experiências de desenvolvimento em comunidades marginalizadas, cuja participação, como sugere A. (sexo masc., 25 anos, 1º grau incompl., MNCR), foi fundamental nesse início de processo, já que “(...) *quando a gente junta um grupo que nunca trabalhou junto, né, tem que se juntar e tem que ter um agente externo que vai estar resolvendo os pequenos problemas sociais que se vêem ali*”. O caso colombiano igualmente serviu para elucidar que, junto aos benefícios trazidos pela organização, emergiram certos conflitos quando a autonomia requerida pelos recicladores entrou em confronto com as expectativas de quem os havia apoiado desde o início, no caso, uma fundação de jesuítas. Quanto ao desenrolar até então do processo em estudo aqui, ainda muito pouco se vislumbrava em termos de autonomia ou mesmo de demanda por participação pelos próprios catadores.

Em um segundo momento, compreendendo ainda a mesma fase, essas experiências de organização se estenderam da tutela exclusiva dos agentes religiosos para abranger os técnicos governamentais quando, a partir de 1989, a “Frente Popular” – coligação de partidos liderada pelo PT – assume a prefeitura de Porto Alegre e incorpora a proposta de dar continuidade ao processo de organização que vinha sendo desenvolvido *para* os catadores mediante o desenvolvimento do “Sistema de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos”, sob responsabilidade do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU).

Esse programa teve como um de seus eixos a geração de trabalho e renda através da implantação de várias unidades de triagem (UTs)³⁶ em distintas comunidades periféricas da

³⁶ Essas UTs são popularmente conhecidas como “galpões de reciclagem”. No entanto, mantém-se aqui a denominação de unidades de triagem por se acreditar que ela seja mais apropriada para expressar a atividade de beneficiamento primário (triagem e enfardamento para comercialização) que elas exercem. Já os locais que realizam alguma atividade de beneficiamento secundário são denominados de (micro-)usinas de reciclagem.

cidade, as quais passaram, mediante a implantação do sistema de coleta seletiva³⁷, a receber cargas contendo o que pode ser mais bem identificado como um “lixo que não é lixo”³⁸ (CURITIBA, 2006). Essa iniciativa começa beneficiando, em 1990, um único bairro e se expande rapidamente de modo que, em 1996, todos os 150 bairros da cidade passaram a ser atingidos pelo sistema de coleta “porta a porta”. Mesmo sendo considerado um programa controverso no que se refere à forma como integrou a coleta seletiva a essas UTs e resultou, por conseguinte, oficialmente ilegal e “desviante” a coleta efetuada pelos catadores de rua, o êxito obtido por ele ultrapassou as fronteiras municipais e influenciou experiências semelhantes em todo o país, além de render ao governo municipal reconhecimento em escala internacional.

Devido à expansão do programa e com o intuito de dar um destino “ecologicamente correto” ao progressivo volume de material coletado, recursos públicos foram destinados para viabilizar a construção de uma série de novas UTs em diferentes locais da Capital, que foram sendo concebidas em moldes arquitetônicos que lhes permitiram uma melhor adaptação à coleta seletiva. Mesmo que ela tenha sido assumida para ser uma política de gestão ambiental dos resíduos sólidos, é questionável o quanto do estímulo à construção de um maior número de UTs que se sucedeu poderia, de fato, estar relacionado aos benefícios ambientais gerados pela expansão desse sistema. Não obstante seja possível estabelecer uma relação entre esses fatores, sua combinação está longe de derivar de uma equação política que tenha sido solúvel por uma causalidade ecológica única, porquanto outras razões, de ordem socioeconômica, fizeram com que, num curto espaço de tempo, surgissem várias dessas UTs na Capital.

O projeto de implantação das UTs teve, de fato, a pretensão de se caracterizar por um duplo eixo, tanto com relação à problemática urbana da destinação de resíduos potencialmente recicláveis (eixo ambiental), quanto à geração de trabalho e renda *para* os segmentos especialmente vulneráveis ou excluídos do mercado de trabalho formal (eixo social). Para assegurar sua sustentabilidade, ações as mais diversas foram empreendidas para mobilizar a opinião pública a aderir ao sistema, garantindo que a quantidade e a qualidade do material coletado pudessem realmente se reverter em efeitos positivos tanto no sentido ecológico quanto na renda dos trabalhadores. No que diz respeito ao eixo social, este programa se

³⁷ Este é o sistema que recolhe somente os materiais inorgânicos que podem ser reutilizados como matéria-prima na indústria da reciclagem. Com isso, todos aqueles supostos resíduos descartáveis que seriam jogados em lixões ou enterrados em aterros sanitários deixam de ser lixo e retornam ao ciclo da cadeia produtiva (MOTA, 2005).

³⁸ Este é o nome dado ao programa socioambiental implantado em outubro de 1989 pela prefeitura municipal de Curitiba, cujo modelo serviu de referência para a experiência de Porto Alegre. Segundo Dias (2002a), desde o início do programa, os catadores de rua da cidade opuseram-se a sua implementação, em função de a destinação preferencial dos materiais inorgânicos ser para o sistema municipal da coleta seletiva, o que resultou em uma significativa redução na quantidade de material disponível e, por conseguinte, redução em seus rendimentos.

prestou a servir de alternativa de emprego nos assentamentos promovidos pelo governo municipal, os quais foram dirigidos principalmente aos indivíduos que moravam em áreas de interesse para obras de infra-estrutura urbana (caso dos indivíduos que são transferidos da Vila Tripa, localizada nas imediações do aeroporto, para o bairro Rubem Berta) ou em zonas de risco (caso do loteamento Cavalhada que foi concebido para aqueles que moravam à beira do rio Guaíba), este último mais bem retratado no depoimento abaixo:

A história que eu conheço mais é da Cavalhada, assim, era um grupo que morava na beira do Guaíba, aqui perto do Beira-Rio e era uma área de risco, cada vez que chovia, dava enchente e levava todas as coisas que os catadores tinham, então a prefeitura fez um deslocamento do pessoal, foi lá para o loteamento Cavalhada. Como 90% do pessoal trabalhava com material reciclável, né, coletando no centro, colocado em transferência lá no loteamento Cavalhada, ele fica mais ou menos uns 20 Km quase do centro de Porto Alegre, ficava inviável para ele sair de lá para vir até o centro coletar os materiais, então (...) para ter o trabalho, para eles serem transferidos para lá e, juntamente com essa transferência, ter um local de trabalho, então, houve uma grande discussão com o DMLU para ter esse equipamento grande aí. Já tinha sido implantada a primeira associação, (...) lá nas ilhas dos Marinheiros e já estava mais ou menos meio que funcionando, então, foi uma proposta que foi mais bem aceita, né (A., MNCR).

Mesmo que a existência de experiências prévias tenha facilitado a implementação do programa, o trabalho dos catadores ainda se caracterizava por ser exercido individualmente. Isto deu margem para que surgissem descompassos no que diz respeito à expectativa do poder público quanto ao início imediato de uma sistemática coletiva “bem-sucedida”, como se ela fosse naturalmente ocorrer mediante uma formalização da atividade desses indivíduos em moldes associativos – a qual, segundo supunham os agentes governamentais, lhes permitiria, por si só, que se constituíssem, e, mesmo, passassem a pensar, como um grupo coeso –, desconsiderada a pouca familiaridade que os catadores tinham com esse formato de trabalho.

Ao considerá-las separadamente, cada uma das atuais 14 UTs (número que consta no *site internet* oficial do DMLU) teve uma história própria e bastante vinculada à região onde foi construída, cujo detalhamento aqui extrapolaria os objetivos deste estudo. De forma geral, considerando o fato dessas UTs terem começado a agrupar em um mesmo local a dispersão que vinha caracterizando o exercício dessa atividade, levanta-se a seguinte questão: tal agrupamento favoreceu uma maior adesão, ou mesmo um engajamento, dos catadores ao projeto que se iniciava?³⁹

³⁹ Segundo uma “tipologia de relação com o trabalho autogerido” proposta por Rosenfield (2003:400), entende-se por engajamento a postura que o trabalhador assume quando possui um projeto político claro e associa a autogestão com uma perspectiva revolucionária capaz de constituir novas relações entre capital e trabalho. Já a adesão se caracterizaria pela vinculação integral/parcial ao projeto de autogestão como uma alternativa concreta de geração de trabalho e renda, assumindo um caráter muito mais instrumental do que propriamente ideológico.

Aqui, da mesma forma, não cabe estipular uma relação causal direta, nem uma comparação precipitada com os anos que antecederam à entrada dos gestores públicos em cena. Por isso, a seguir, será feita a apresentação de alguns dados que se referem a certas características internas e externas dessas associações e que podem ajudar a delinear alguns caminhos exploratórios para a questão acima sugerida.

Primeiro, um número expressivo de pessoas que ali se instalaram não necessariamente possuíam um histórico de trabalho como catadores e, quando possuíam, traziam consigo o padrão individual que os tem caracterizado. Trata-se, em grande parte das vezes, de pessoas desempregadas que residem nas proximidades da UT e que, sem perspectiva de adquirir algum outro emprego, se vinculam às associações com a mesma rapidez com que, depois, as deixam, caso surja “algo melhor”. Porto *et. al.* (2004:1511) comentam que, dentre as perspectivas de melhorar de vida que tinham os catadores que atuavam em um aterro metropolitano do Rio de Janeiro, sair do aterro e conseguir emprego “com carteira assinada” era uma das almeçadas. Esta constatação encontra eco entre os catadores da UT da Restinga, cuja vontade de trabalhar em outro local, recorrente no depoimento de muitos dentre eles, era condicionada à oferta desse “verdadeiro emblema da cidadania” (NEVES, 2002:206). Desta forma, não é de se estranhar que ele figure no horizonte de conquistas de grupos que vêm no acesso a esse benefício a possibilidade de assegurar um vínculo maior entre os catadores e as UTs, uma vez que lhes seriam providas condições dignas de trabalho: “(...) a gente pretende já, em objetivo finalista, já estar chegando a isso mesmo, a esse ponto assim, né, de benefícios, INSS, carteira assinada, aposentadoria, né, pra finalizar com isso mesmo” (C., sexo masc., 18 anos, 1º grau compl., MNCR), embora as conseqüências advindas junto a tais conquistas possam, quando vistas de outro prisma, lhes soar paradoxais: “É que, na realidade, na realidade, carteira assinada seria assim uma forma de patrão, já teria um patrão, então teria o fulano que seria patrão do cicrano, então naquela forma de patrão, já dá aquele negócio de exploração!” (T., sexo masc., 34 anos, 1º grau incompl., MNCR).

Na realidade, sem que a ausência desse benefício se constitua em uma razão exclusiva, outros motivos também levavam a que a rotatividade na associação mencionada acima, o que não é muito diferente do que se conhece das demais, fosse bastante alta, gerando sérios problemas para o seu funcionamento. R. (sexo masc., 49 anos, 3º grau incompl., FARRGS), pertencente a uma associação da região metropolitana de Porto Alegre (a qual parece menos atingida por essa problemática por ser considerada bem-sucedida economicamente, o que não a isenta de ser considerada controversa, segundo a opinião de muitos catadores, pelo caráter familiar e empresarial que teve de assumir para tanto), aponta uma série de questões que

possam estar contribuindo para isso, cujo relato deixa transparecer a trajetória individual que muitas das potenciais lideranças optam por seguir:

(...) a maioria das associações, elas geram poucos recursos, tem uma remuneração muito baixa e isso dificulta a continuidade das pessoas na associação, tem muita rotatividade, (...) pessoal muito, muito sem qualificação, né, sem instrução pra ter um nível um pouco, de entendimento um pouco maior para ser uma liderança que consiga ajudar as associações, (...) então quando uma pessoa começa a se destacar um pouco, geralmente ela não dura muito tempo dentro da associação porque ela começa a enxergar um outro universo e vai para outra coisa, acaba não ficando, e aí precisa de nova liderança.

É igualmente freqüente, entretanto, encontrar catadores que desempenham a função durante uma boa parte ou toda a sua vida. Em conversa com os catadores da Restinga, muitos se autoproclamavam como acomodados e imputavam para si a culpa de permanecer ali por tantos anos, admitindo, assim como no caso carioca, que “(...) seu ‘*esforço próprio*’, em geral, não é suficiente para tanto (...) [sustentar] a crença nas possibilidades de realizá-los [os sonhos de melhorar de vida]” (PORTO *et. al.*, 2004:1511). Do mesmo modo, Ely (2005) comenta que, durante uma atividade de formação que reuniu coordenadores de distintas UTs, as condições precárias nas quais eles julgavam se encontrar eram raramente associadas a fatores sociais, mas sendo fruto de trajetórias individuais “desviantes”, especialmente quanto ao fato de terem sido relapsos ao abandonarem os estudos, o que os levava a uma percepção também individual da causa da situação: “eu não me esforcei o suficiente”. Segundo a autora, isto só tem ajudado a reforçar a idéia de que merecem ficar onde estão e, em última instância, tal condição de subordinação mais facilmente tem se reproduzido e se legitimado.

O fato de pessoas com diferentes formações profissionais acabarem trabalhando em torno da triagem de materiais contribuiu para que se formasse, nas UTs, um grupo de bastante heterogeneidade interna e de difícil conformação identitária. Para Silveira (2002:115), no entanto, o sistema socioambiental posto em prática em Porto Alegre favoreceu a consolidação da categoria do “reciclador” como uma nova identidade profissional, a qual se estende tanto aos ex-catadores quanto àqueles que se propuseram a iniciar atividades nesse ramo. Ao longo do trabalho, serão tecidos outros comentários no que diz respeito à denominação catador/reciclador.

Mesmo se constituindo em uma alternativa de renda para boa parte dos indivíduos, particularmente os estratos populacionais com níveis mais baixos de escolarização (trata-se de uma ocupação que não requer, de início, uma qualificação específica), muitos daqueles que se integraram a uma das associações existentes se mostraram relutantes em se adaptarem a uma

nova ordem de funcionamento (ou, para aqueles que não eram previamente catadores, a uma atividade pouco digna aos olhos da própria vizinhança), com regras outras que não mais as da rua (ou não mais as de um emprego com carteira assinada) e que deveriam ser estabelecidas de forma coletiva, aos moldes cooperativos (cujos princípios se inspiram em valores de igualdade, democracia participativa e solidariedade). O incentivo a um trabalho nesses moldes provocou reações as mais diversas e resultou em um processo de adaptação que se mostrou bastante conflitante, porque, como sugere A. (MNCR), quando as pessoas “*trabalham individualmente, cada um faz a sua própria lei*”, já “*quando trabalham no coletivo, tem que ter leis novas que façam com que toda a comunidade consiga trabalhar sem ter muita divergência dentro do grupo*”.

A experiência em uma das UTs demonstrou, de fato, que as tentativas coletivas de deliberar acerca dos rumos da associação (e a própria crença no cooperativismo autogerido) têm se tornado uma tarefa difícil e um aprendizado longo demais para as necessidades imediatas que emergem. Ao analisar uma delas, Nardi *et. al.* (2006) comentam que, mesmo havendo a repartição por igual da renda obtida com a produção, imperam níveis hierárquicos que centralizam poder, reproduzindo relações autoritárias e ferindo o princípio da igualdade de direitos entre os sócios. Se não há, como havia previamente argumentado Silveira (2002), tamanha “hierarquização” na relação de gênero, tal constatação já não pode ser estendida à relação que se estabelece, em grande parte das vezes, entre coordenação e demais associados. Ao estudar uma outra UT da Capital, Martins (2004:133) exemplifica como essa relação se reflete no cotidiano da associação:

Existe, visivelmente, uma divisão que separa os coordenadores dos outros catadores: isso fica claro não só nos momentos de trabalho, mas também nos intervalos de lanches e na volta do almoço. O grupo da coordenação anda sempre em conjunto e fala como se fosse uma só pessoa, enquanto os outros trabalhadores se referem ao grupo “delas” como uma diferenciação baseada em hierarquia.

Somado a esta dinâmica interna, ainda há o baixo retorno financeiro que acaba por favorecer uma reduzida adesão ao projeto que, quando ocorre, se dá pela necessidade de sobrevivência, “sendo raro o engajamento por motivos políticos” (NARDI, 2006, no prelo). Para concluir os comentários acerca das características internas das associações, reproduz-se aqui um trecho da entrevista com a ex-coordenadora geral de um de seus grupos organizados, que é membro de uma das UTs da Capital:

(...) essas pessoas que entram para a reciclagem, algumas delas são catadores, já cataram e tal, outras foram excluídas do mercado de trabalho, são domésticas, ex-faxineiras, ex-babás, ex-pedreiros, então assim, o que que acontece? Quando tu trabalhas com carteira assinada, tu tens uma cabeça, sabe que tu tens um chefe, quando tu entras para um coletivo, tu tens que trabalhar muito isso para formar um grupo. Por exemplo assim, aqui na associação (...), nós temos um objetivo de até o ano que vem, (...), leve o tempo que for, nós vamos formar uma direção de catadores que hoje não existe, porque as pessoas entram, saem, entram, saem, e aí acham que vão enriquecer no primeiro mês e dá pouco e sabe...então assim, é um desafio. Na verdade, ser catador de materiais recicláveis é um desafio constante todo dia (E., FARRGS).

No que diz respeito à relação com o poder público municipal, este assumiu o financiamento das UTs e mantém com as associações um convênio que lhes permite a utilização do espaço e dos equipamentos. Mesmo que todas elas tenham sido juridicamente constituídas, com autonomia administrativa e operando mediante estatutos e regimentos internos específicos (onde são definidas suas normas de gestão e funcionamento), isto é, tenham se constituído como gestoras das UTs, sendo vedada por lei a interferência estatal em seu funcionamento (princípio garantido pela Constituição em seu inciso XVIII do art. 5º), cabe à prefeitura um regime de controle bastante grande, já que o funcionamento delas depende totalmente do fornecimento de material recolhido pela coleta seletiva e, por sua vez, a quantidade e a qualidade do material coletado não estão só sob gerência do poder público.

Ao ser outorgada autonomia administrativa às associações, cabe a elas firmarem os acordos comerciais que lhes sejam melhores. Neste sentido, desde o início, não houve sequer tentativas pela parte do governo (ou por parte delas, coletivamente) de estabelecer quaisquer relações que as pudessem proteger mutuamente da rede de venda intermediária que lhes provê um retorno financeiro precário e pouco estável, dada à circunstância de total informalidade na qual são assentados muitos dos acordos. Afinal, como as UTs não podem emitir notas fiscais, necessárias ao fluxo contábil das indústrias recicladoras formalizadas, e nem conseguem armazenar grandes quantidades de material, elas se vêem obrigadas a manter uma relação de dependência com essa rede, de forma a garantir a comercialização (CABRAL, 2001). A falta de um suporte do poder público tem gerado sérios problemas para o seu funcionamento, considerando que a sustentabilidade da atividade de triagem de resíduos nas UTs acaba ficando à mercê do jogo de relações econômicas que se estabelece entre catadores e intermediários (comumente chamados de sucateiros ou atravessadores), o qual, na prática, tem se desdobrado de forma bastante conflitante e, em grande parte, desfavorável aos primeiros.

As constatações apontadas acima ajudam a revelar que não basta a instalação – muitas vezes “de cima para baixo” – de projetos aos moldes “solidários” para assegurar que eles se desenvolverão mediante princípios coletivos, sem uma rede de apoio permanente, tanto de

outras associações ou entidades quanto do poder público municipal. Mesmo que essas “economias populares” se constituam em formas de resistência mediante as quais as classes populares criam e exploram um nicho econômico para sobreviverem, Rodríguez (2002:334) argumenta que, quando consideradas dentro do conjunto da economia urbana, torna-se evidente que estão longe de serem autônomas, já que são fonte de produtos, serviços e mão-de-obra barata para o setor moderno da economia, daí “este tipo de atividade possa, por isso mesmo, facilitar, mais do que impedir, a exploração das classes populares”.

Ao realizar uma pesquisa em uma cooperativa autogerida bem-sucedida (do ramo da metalurgia pesada), localizada na região metropolitana de Porto Alegre, Rosenfield (2003) salienta o papel decisivo assumido pelo sindicato não apenas na introdução à alternativa autogestionária, mas fundamentalmente no estabelecimento de relações estreitas com o processo como um todo, bem como a participação de instâncias governamentais. No caso dos coletadores de lixo em Ahmedabad, Capital do Estado de Gujarat, na Índia, Bhowmik (2002:375) apresentou um estudo onde demonstrou que a forte interligação do sindicato (Sewa) com as cooperativas criadas por aqueles que pertencem às castas mais baixas – “os mais pobres entre os pobres” urbanos, com mais baixo *status*, e com uma predominância de mulheres e crianças – foi o que lhes garantiu a sustentabilidade de seus empreendimentos.

Em termos de Brasil, ainda no que diz respeito à questão dos catadores, Jacobi & Teixeira (1997:14) discorreram sobre a experiência de constituição da ASMARE (Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável), em Belo Horizonte, cujo sucesso se deu devido à interação entre população de rua, igreja e poder público. A posse, em 1993, de novos gestores municipais (“Frente BH Popular”, coligação liderada pelo PT), muitos dos quais, pessoas que já vinham apostando no potencial de organização dos catadores, criou as condições governamentais propícias para que fosse firmado um convênio que previu o repasse de recursos financeiros. Com isso, o poder público municipal assumiu o papel de indutor das condições estruturais necessárias para viabilizar o funcionamento de um projeto aos moldes associativos. Os autores também destacaram o papel exercido pela Pastoral da Rua (cujos membros já haviam participado de uma experiência junto à população de rua na cidade de São Paulo, mencionada previamente) em tornar visível a problemática vivida pelos catadores aos olhos da sociedade civil organizada, “articulando a solidariedade externa e fortalecendo um tecido social interno que se consolid[ou] substancialmente na medida em que as parcerias de trabalho se efetiva[ram] e ganha[ram] visibilidade pública”. Em termos práticos, houve pela arquidiocese a solicitação de que em cada uma das paróquias, os padres orientassem os seus fiéis a separarem o seu lixo doméstico, destinado-o aos catadores.

Mesmo que a presença dos agentes religiosos tenha sido imprescindível na indução desse processo mediante a construção de laços de confiança com os catadores, Jacobi & Teixeira (1997:23-24) reforçam que o poder público foi quem, de fato, criou, através do fornecimento de recursos financeiros, humanos e de infra-estrutura material, as condições necessárias para que a ASMARE se tornasse “uma instituição de visibilidade nacional e que muito tem contribuído para que outras experiências surjam em diversos outros municípios do Brasil”. Ao discernir entre quatro tipos diferentes de intervenções comumente acessadas para se tentar resolver a problemática dos “vasculhadores de lixo” e dos sistemas informais e formais de gerenciamento dos resíduos sólidos – ao nível dos industriais, dos intermediários, do poder público e dos próprios catadores – Nas & Jaffe (2004) também apontaram que a existência de vínculos intersetoriais, envolvendo os próprios catadores, foi fundamental para o sucesso da iniciativa que resultou na constituição da ASMARE.

No RS, existe a experiência do Vale dos Sinos, onde a prefeitura de Dois Irmãos, após ter sofrido punições da parte de órgãos ambientais estaduais, assumiu a responsabilidade de fornecer condições de infra-estrutura, manutenção de equipamentos e repasse de recursos financeiros, além de garantir o suprimento de resíduos domiciliares através da coleta seletiva, tudo de forma a viabilizar o funcionamento de um centro de reciclagem que viesse a permitir um tratamento ecologicamente adequado aos resíduos produzidos na cidade. Para efetivar a implementação desse centro, Adams (2005) relata a presença fundamental de um consultor – R. – que já tinha certa experiência no ramo, pois que havia trabalhado anteriormente para uma organização ecológica (no caso, a empresa “Vida Produtos Biológicos”, de José Lutzenberger, em Novo Hamburgo).

Considerando o montante de catadores que puderam aderir ao projeto, e tomando como comparativo a experiência mineira citada acima (que, em sete anos de funcionamento, já contava com 210 associados, número que aumentou para 350 em 2002), a experiência de Dois Irmãos pode ser considerada mais “fechada”, já que o número de participantes, segundo Martins (2004:110), é de “19 recicladores, havendo, entre estes, 15 homens e quatro mulheres” (um número baixo mesmo se comparado às UTs da Capital), sendo que, em termos quantitativos, este número não se alterou muito durante o período que vai desde a sua fundação em 1994 até os dias atuais. Esse centro de reciclagem foi inicialmente concebido como uma microempresa, gozando de autonomia administrativa e política, e primando por uma divisão igual dos ganhos econômicos entre todos os trabalhadores, os quais têm uma renda bastante superior à média das UTs de Porto Alegre (VIDAS, 2005), até que, em 1999,

veio a se tornar uma associação com características técnicas de uma usina de reciclagem. Sobre o aporte financeiro garantido pelo poder público, R. (FARRGS) comenta:

(...) um dia uma pessoa da prefeitura de Estância Velha veio me perguntar: - R., o nosso operador lá da usina está falando que a prefeitura deveria dar uma ajuda financeira, isso é real? A situação é mesmo essa e tal? Eu disse: - É real, acho que grupos assim, nas cidades menores, assim, onde tem, tem mais dificuldade, que nem Novo Hamburgo era uma cidade rica, não tinha tanto catador na rua também, precisa de apoio financeiro sim!

No que diz respeito à sustentabilidade desses empreendimentos solidários, Rodríguez (2002) já havia ressaltado, sem restringir sua constatação ao caso colombiano, que a ausência de vínculos entre as próprias cooperativas, e entre estas e o Estado e o setor capitalista impede uma base econômica realmente capaz de sustentar a engrenagem da reciclagem movida pelos catadores, já que a constância desses laços é condição imprescindível para o sucesso dessas associações no longo prazo. Na verdade, constata-se uma rede de dependência constituída em torno da reciclagem, que envolve, diretamente, a sociedade como um todo. Some-se a isso, conforme argumenta Rosa (1996), que a discursividade dominante em relação à destinação e ao tratamento do lixo ainda se centra, tradicionalmente, em aspectos normativos sanitaristas ou, mais recentemente, em questões de preservação ambiental, e termina por tornar secundárias questões relativas à sobrevivência hodierna dessas associações. Por essas e outra série de questões, uma maior adesão/engajamento por parte dos catadores associados às UTs da Capital esteve bastante comprometida nessa fase e pouco ainda se vislumbrava em termos de um protagonismo do catador em sua inserção na cadeia da reciclagem.

A primeira metade da década de 1990 parecia, de fato, sinalizar uma aproximação ainda muito frouxa entre as associações, limitada à realização de atividades de caráter eminentemente festivo⁴⁰. Outras relações ficavam restritas a eventuais encontros entre as pessoas responsáveis pelas diversas associações. Afora isso, as coordenações mantinham relações com o poder público municipal de forma isolada e eminentemente para tratar de assuntos ligados à situação de cada associação em particular. Com isso, era recorrente a instalação de uma relação personalista, na qual a proximidade pessoal era indício de ganhos ou favores atendidos, os quais se revestiam de um caráter “clientelista” e facilmente eram concebidos, para usar uma expressão de Neves (2002:210), “não como ‘direitos’, mas como ‘dádivas’, ou meras formalidades para uso midiático”. Sem restringir tal comportamento ao

⁴⁰ Conforme relata Lorenzetti (2003), a primeira experiência de aproximação das associações foi fruto da iniciativa dos agentes ligados à Igreja Católica que, de 1987 a 1994, reuniram os catadores associados, na época do Natal e, cada ano, em uma associação diferente, para participarem de uma comemoração conjunta.

contato com o poder público, esta relação igualmente garantia a conquista de parcerias com órgãos privados ou outras entidades da sociedade civil organizada.

A entrada definitiva desse outro agente externo – governamental – fez com que os religiosos que haviam acompanhado o processo desde o início intentassem constituir um espaço de debate e articulação de propostas que auxiliasse os catadores no que diz respeito ao relacionamento que poderiam e deveriam manter com o poder público municipal. No confronto de opiniões entre este último e as entidades religiosas que vinham lidando com os catadores, Martins (2004:160) relata haver críticas e questionamentos mútuos, direcionados, respectivamente, à maneira “antiga” e “doutrinária” de atuação da Igreja e ao “trabalho sem fundamentação na base”, exercido autocraticamente pelo poder municipal.

O envolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) marca a entrada de outro agente nesse processo e cria as condições físicas necessárias para a formação do chamado “Fórum dos Voluntários”. Este espaço se constitui basicamente com o propósito de oferecer assistência a projetos de alfabetização e pós-alfabetização *para* os catadores. No relato de um estudo de caso realizado a partir de um dos cursos de extensão ministrado em uma das associações da Capital, Rosa & Couto (2001:30) afirmam que essas experiências buscaram uma maior aproximação entre a Universidade e os grupos pertencentes às classes populares, “visando contribuir para a reflexão sobre a constituição de currículos alternativos que [pudessem] instrumentalizar esses grupos em suas lutas por maior participação social”. Neste momento, esse Fórum acabou servindo muito mais como um espaço de assessoria educacional voltado às associações de catadores que já haviam sido instaladas na Capital.

De 1990 a 1992, um dos agentes religiosos que mais começava a se envolver nesse processo – F.⁴¹ – se afasta das associações de Porto Alegre, ao ser chamado para organizar um encontro internacional sediado em outro município do RS e, ao regressar desta experiência, traz consigo uma nova visão para nortear o trabalho dos agentes externos enquanto assessores de uma estruturação organizacional *para* os catadores. Inicia-se, assim, uma tímida aposta na organização autônoma das associações, de que seria o próprio grupo quem deveria liderar o seu processo de organização, apoiado externamente somente no que fosse preciso. Entretanto, a julgar pelo que ainda lhes era considerado necessário adquirir – alfabetização, formação, capacitação técnica, para captação de recursos, etc. –, parecia estar longe a perspectiva de uma organização em moldes verdadeiramente autônomos. E, de fato, até então, vários dos

⁴¹ Segundo Lorenzetti (2003), nessa época, este agente já emergia como um importante catalisador externo e uma das figuras-chave desse processo de organização não somente na Capital como também no interior. Atualmente, é coordenador do Centro SESC Comunidade (RS), onde é responsável pelo desenvolvimento de projetos sociais.

dirigentes das associações não eram catadores, cuja coordenação seguia sendo, em grande parte, desempenhada por agentes externos. Os assessores católicos entrevistados por Martins (2004:132) relatam que, durante este período de trabalho, a participação nas decisões dentro das UTs era, de modo geral, muito fraca, agravada pelo fato de que “não havia uma liderança reconhecida por eles”, de forma que restava aos próprios agentes da Igreja e de outras entidades fazer a representação externa das associações junto a compradores e outros órgãos.

Entre 1993 e 1994, alguns catadores, já lideranças em suas associações de origem, são, então, chamados para participar das discussões do Fórum dos Voluntários. A convocação teve por objetivo começar a envolvê-los em um processo de organização que se pretendia mais abrangente e que poderia interessá-los de forma direta. Com o decorrer das discussões, foi ficando cada vez mais perceptível que, para que houvesse um salto qualitativo que pudesse agregar valor ao trabalho que as UTs vinham fazendo com os materiais recicláveis, se fazia urgente incentivar uma maior qualificação profissional, técnica e de gestão organizacional, afinal, como sugerem Rosa & Couto (2001:41), quando discorrem sobre as possíveis causas do fracasso de um curso de alfabetização, o qual não oferecia nenhuma forma de certificação, “[n]a vida desses trabalhadores, tudo é muito informal. Muitos não têm diversos documentos, como carteiras de identidade, de trabalho, certidão de casamento, não são inscritos no INSS”.

Neste momento, surge um primeiro conflito, bastante semelhante àquele previamente apontado por Rodríguez (2002) no caso colombiano. Outro agente religioso, pioneiro deste processo, discorda da crescente disposição em integrar os catadores ao Fórum e defende que as duas categorias – catadores e agentes externos – continuem a se organizar em separado. A manutenção de uma posição intransigente termina por afastá-lo definitivamente deste grupo⁴². Este fato acaba contribuindo para abrir um espaço maior ao envolvimento dos catadores, especialmente no que concerne às lideranças que já começavam a ser identificadas.

O incentivo à implementação de uma experiência mais participativa veio a se tornar o germe do processo de formação, no ano seguinte, de um outro Fórum, concebido em moldes semelhantes, porém que pudesse melhor garantir um espaço de articulação entre os próprios catadores, de forma a que estes passassem a ser assessorados pelos agentes externos somente no que fosse preciso. Isto acaba conduzindo ao que se está considerando aqui o início de uma nova fase.

⁴² Segundo consta em Martins (2004:132), após ter se retirado, ele só voltou a esse trabalho para investir na formação de lideranças e, desde 2003, vem coordenando na Casa da Juventude Marista um curso destinado a 30 catadores, ministrado mensalmente. Inspirado pelo “sucesso” do MST que, na sua opinião, ocorreu pela formação sistemática de lideranças, o assessor propõe fazer do movimento de catadores “os sem-terra do meio urbano”. No trabalho de campo, não se verificou a existência de nenhuma proximidade entre as atuais lideranças do MNCR e este agente religioso, nem sequer houve alusão alguma ao curso.

2.1.2. Recuando alguns passos e resgatando quem ficou para trás: viabilizar meios de compartilhar o processo *com* os catadores

Essa segunda fase compreende o período de 1995 a 2000 e se caracterizou pelo início de uma aliança entre as associações já constituídas, em que se destaca a formação de um segundo Fórum, que se mostrou um importante espaço de articulação das coordenações e dos agentes externos rumo a um novo processo, que lhes parecerá inevitável, e que culminará, mais adiante, na fundação de uma entidade formalizada em termos jurídicos, cuja abrangência estadual permitirá que ela represente as associações de catadores constituídas no RS, desde que devidamente filiadas.

Durante o encontro festivo realizado no final de 1994, F., que permaneceu vinculado ao processo, sugeriu que todos os agentes, incluindo os catadores, se esmerassem em torno da formação de um novo espaço de debate que fosse destinado aos dirigentes das associações e que os reunisse de forma periódica, propiciando um momento de troca de experiências para a discussão de problemas e para a busca de soluções em comum.

Estabelecido o espaço, em uma sala cedida pela Faculdade de Educação da UFRGS, esse viria a ficar conhecido como o “Fórum das Associações de Reciclagem”, já que passou a reunir não somente os agentes externos, mas fez, igualmente, com que estes, quinzenalmente, se reunissem *com* os coordenadores das associações, muitos dos quais catadores. Cada uma das associações contava, minimamente, com uma direção composta por um presidente e um tesoureiro, os quais podiam, caso se interessassem, se tornar seus representantes no Fórum. Nesse momento, algumas lideranças já se destacavam, especialmente aquelas que vinham acompanhando os passos que haviam antecedido a criação do Fórum: um catador pertencente à Associação de Trabalhadores Urbanos pela Ação Ecológica da Restinga e outro, da Associação do Aterro da Zona Norte, todas localizadas em Porto Alegre. Participavam também como catalisadores externos: H., uma agente religiosa vinculada às CEBs, que vinha desenvolvendo um trabalho na Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta, um professor do Instituto de Educação da UFRGS e F., que seguia acompanhando o desenrolar desse processo como voluntário, ainda ligado à Igreja.

As primeiras reuniões do Fórum abordaram temáticas as mais diversas, porém todas remetiam a problemáticas comuns: a relação de dependência que tendia a se estabelecer com os intermediários com os quais as associações firmavam relações comerciais, a dinâmica interna das associações, especialmente no que diz respeito à desconfiança dos associados

quanto à atuação de suas direções e, também, a relação que mantinham (ou a falta de relação) com o poder público municipal. A troca de experiências propiciada por essa instância foi fundamental para a visualização ampla dos diversos fatores envolvidos no sistema municipal de coleta seletiva e na atividade de beneficiamento primário realizada pelas UTs. A partir daí, foi possível identificar um aspecto do sistema em operação que necessitava de mudanças: o DMLU realizava a coleta seletiva dos materiais e destinava uma parte a cada associação, segundo critérios próprios, em forma de cargas. Como a composição dos materiais recolhidos não era a mesma em toda a cidade, algumas associações recebiam resíduos considerados mais nobres, enquanto outras recebiam materiais de baixa qualidade, com menor valor comercial. Este tema foi debatido de forma intensa no Fórum, resultando em um pacto entre os coordenadores das associações, no qual se redefiniu a distribuição dos materiais entre as mesmas. O acordo foi, então, repassado para o órgão público responsável, que reorganizou a distribuição dos materiais.

Este pacto serviu como uma primeira referência para o estabelecimento de parâmetros para uma atuação em conjunto. A mudança de uma situação em que os catadores estavam acostumados a apenas se defenderem dos constrangimentos a que eram submetidos, para uma outra, em que passam a reivindicar não só uma distribuição mais equânime de materiais entre as UTs como também melhores condições de trabalho, pode ter representado os primeiros frutos advindos do trabalho prévio que os agentes externos haviam feito *para* eles. Se a iniciativa de constituir um novo Fórum havia tido um caráter reativo, principalmente em virtude de uma condição de dependência aos agentes externos e de exploração econômica por parte dos intermediários, não se pode menosprezar o caráter “propositivo” que igualmente passou a envolvê-lo, visto que, até aquele momento, não existia um contato maior entre as associações que lhes houvesse permitido uma ação coletiva.

Podem, até aqui, ser vislumbradas duas características que se alinham com cada uma das fases cronológicas previamente sugeridas: a primeira, que diz respeito ao momento em que algumas associações foram constituídas, se expressou na adaptação dos indivíduos a um trabalho que forçou relações de convivência e de deliberação coletiva; e a segunda, em que as associações iniciaram um processo de aproximação através do estabelecimento de reuniões regulares *com* a participação de seus dirigentes, onde problemáticas comuns não foram apenas explicitadas como igualmente debatidas e, na medida do possível, solucionadas.

Até esse momento, no entanto, a atuação sempre esteve bastante calcada na presença de lideranças, sendo a convocação para uma atuação coletiva ainda pouco provável, porquanto o envolvimento dos catadores das diversas associações, e da própria comunidade

ao seu redor, demonstrava ser um processo gradual, cujo avanço parecia demandar um trabalho dentro de cada uma das UTs, as quais apresentavam diferenças bastante acentuadas. Enquanto havia associações que conseguiam imprimir uma dinâmica democrática ao tratarem dos assuntos comuns, dos processos eleitorais e da definição de planos e metas, gerando um incentivo maior à participação, outras carregavam um histórico viciado em termos da presença marcante das mesmas lideranças, que mantinham um regime autoritário na definição das prioridades, gerando apatia e desinteresse pelo trabalho coletivo. Muitas delas, por outro lado, possuíam ainda características mistas, onde a dinâmica desses elementos sofria variações de acordo com múltiplos fatores. Esse trabalho nas UTs passou, então, a se constituir em uma etapa prioritária, especialmente devido à dinâmica instável que havia no interior delas, acrescida à pouca familiaridade com o trabalho associativo e à alta rotatividade, além de outros fatores citados anteriormente.

Essas características tendiam a prejudicar o fomento a uma ação mais coletiva e criavam um abismo entre as lideranças, que atuavam (e se afastavam) de forma crescente, e os catadores de sua própria base, que desconfiavam das intenções que os cercavam a ponto de boicotarem o próprio processo de organização. Em relação a isto, Lorenzetti (2003:12) comenta que muitos “[t]emiam perder aquilo que haviam conquistado e não ter capacidade para levar adiante um projeto de maior envergadura”. O fato é que a presença ocasional dessas lideranças, e o respectivo distanciamento que isso vinha provocando em relação aos que seguiam trabalhando nas UTs, já não bastava para manter um vínculo capaz de sustentar a legitimidade coletiva que se almejava para esse processo (na verdade, um dilema histórico e que, neste processo, não se encerra aqui, visto que acompanha o seu desenrolar até os dias atuais). A partir dessa constatação, a necessidade de capacitação do coletivo emergiu como única forma capaz de fazê-lo se apropriar desse processo e, assim, lhe permitir visualizar o quanto poderia render em termos de melhorias proporcionadas ao conjunto das associações.

Nesse momento, viveu-se o que se está considerando aqui um período de efervescência “participativa” e “in(formativa)”, quando as UTs viram multiplicadas as ofertas de apoio e parceria, ocasionadas, em parte, pelo esforço que suas lideranças empreenderam para dar visibilidade social ao seu ofício e pela conseguinte “descoberta” da existência dessa categoria e sua incipiente organização. Diversas entidades se mostraram dispostas a contribuir *para* os catadores, especialmente em se tratando daqueles que trabalhavam em associações. Estas, por sua vez, fazem parte de uma política governamental, de forma que o desenrolar dos acordos não ocorreu sem que tivesse havido certos tensionamentos. Não

obstante a existência de conflitos⁴³, os quais nunca assumiram proporções públicas explícitas, esse período se caracterizou pela realização de uma série de encontros, cursos, capacitações, etc., que culminou em um seminário que lançou as bases para a formação, em 1998, de uma futura federação (associação de entidades para um fim comum), fato a ser comentado mais adiante.

Ainda em 1997, aprovada a decisão, pelo Fórum das Associações de Reciclagem, de angariar apoio para a realização de cursos de capacitação *para* os catadores, houve a realização de um encontro organizado pelo Fórum e subsidiado por parceiros externos, dentre eles, a FMSS, cujo objetivo foi o de estabelecer diretrizes para a criação de um projeto de qualificação das UTs. Como consequência desse encontro, seguiu-se um curso técnico de reciclagem de materiais plásticos, ministrado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), cuja metodologia submetia os poucos catadores que o puderam usufruir à incumbência de repassar os conhecimentos adquiridos ao restante dos associados. Concomitantemente, constituiu-se uma equipe multidisciplinar com o propósito de ministrar um curso de gestão organizacional, desta vez envolvendo todos os catadores de todas as associações durante um período mais extenso.

A mobilização provocada em torno da constituição dos dois Fóruns (“dos Voluntários” e “das Associações de Reciclagem”), haja vista o contato periódico que os catadores passaram a experienciar com agentes externos ao universo das associações, parecia favorecer a captação de recursos para subsidiar capacitações e propiciar condições para a realização de estudos de viabilidade econômica que, uma vez assentados em bases mais científicas, lhes garantissem maiores oportunidades de conquistar futuras parcerias e incrementar seus ganhos, à medida que diversificassem, de forma coletiva, os tipos de produtos finais para comercialização.

Esse momento de intensa capilaridade ajudou a que, durante o processo, fosse elaborado um diagnóstico de como avançar no ciclo da cadeia da reciclagem a ponto de ensaiar uma tentativa coletiva de abalar o mercado “oligopsônico” que os oprimia. Segundo Gonçalves (2003:143), este se caracteriza pela existência de um pequeno grupo de empresas que compra o material de forma a lhe permitir impor as condições e os preços ao grande número que o vende. Colocada a problemática nesses termos, é possível se questionar de que forma esse setor consegue o que Legaspe (1996:137-38) chama de uma “inversão histórica do

⁴³ Lorenzetti (2003) aponta a existência de um conflito político-partidário que se deu entre a municipalidade, então sob administração do PT, e a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho (FMSS), ligada à RBS, grupo de comunicação afiliada da Rede Globo no Estado, quando da entrada dessa fundação em um projeto para promover melhorias em uma das associações de catadores.

capital”, onde os valores de mercado passam a ser determinados não pelo possuidor da mercadoria, mas, inversamente, pelo seu comprador, ou seja, em última instância, como o setor consegue manipular o controle sobre o que não lhe pertence? Partindo de um estudo sobre a cadeia de reciclagem de papel em São Paulo, o autor sugere respostas a esta questão:

Primeiro, eles são proprietários (na maioria das vezes) de extensas fontes de matéria-prima virgens, caso dos fabricantes de papéis, derivados de metais ferrosos e não ferrosos (alumínio) e o setor industrial do vidro. Por serem proprietários de gigantescas fontes de matéria-prima virgem ou, ainda, grandes importadores e consumidores do produto que utilizam para “abastecer” suas indústrias, eles determinam ao mercado o quanto estão dispostos a pagar pelos produtos reciclados, seja para os que foram coletados pela Prefeitura, ou para os processados pelo mercado informal, neste último caso fica para os catadores receberem importâncias desprezíveis pelo trabalho despendido. Segundo, em virtude da existência de uma cadeia de coleta de materiais clandestinos, muito bem estruturada e adaptada no nosso país, que possibilita manter a reserva de produtos reciclados em níveis estáveis e excelentes para a indústria. A estrutura formada pelos catadores e os depósitos clandestinos, incorporada ao setor industrial, o condiciona a controlar o preço do material reciclado do comércio varejista, bem como do comércio atacadista, permitindo que as indústrias paguem pelo material reciclado menos que seu custo real e operacional, tanto para os catadores como para a Prefeitura, por este motivo a Prefeitura se vê obrigada, inúmeras vezes, a jogar nos Aterros Sanitários toneladas de materiais já reciclados prontos para serem incorporados ao processo produtivo por não conseguir vendê-los para ninguém.

Como já havia evidenciado Birkbeck (1978) ao desenvolver um estudo em relação ao mercado da reciclagem em Cáli, na Colômbia, os catadores trabalham como se de fato fossem empregados do setor industrial que utiliza materiais recicláveis como matéria-prima, embora não se reconheçam e nem sejam reconhecidos como tais. Neste estudo, mesmo que não tenham sido perceptíveis relações de conflito entre os catadores na “briga” pelo material, o autor relata que não chegavam a se firmar laços de confiança suficientes para que eles empreendessem um trabalho coletivo.

Com a identificação do problema maior a ser enfrentado pelas associações como sendo de natureza econômica, a capacitação técnica e em gestão organizacional serviu para evidenciar a necessidade de se criarem locais específicos que permitissem a estocagem de um volume maior de materiais, para que, assim, fossem capazes de interferir, de forma decisiva, na negociação com os compradores, afinal “(...) onde a gente tem uma unidade só, a gente possa ser menos explorado, porque explorado a gente vai continuar, mas que seja menos explorado, que a gente consegue agregar preço, juntando material, né, de todos” (T., MNCR). Parecia ficar claro que somente a implementação de centrais únicas de venda para um grande número de associações ofereceria a oportunidade de romper, se não com a lógica do setor industrial, ao menos com a dependência primeira em relação aos intermediários.

Uma postura de passividade começava, então, a ser revertida na possibilidade viável de co-autoria em projetos coletivos, donde o mais significativo foi o desejo em conceber um pólo alternativo de plásticos, que, a longo prazo, resultaria na construção de diversas micro-usinas de reciclagem de plásticos, espalhadas de forma estratégica por diversas regiões do RS. Estas passariam a funcionar como núcleos aglutinantes da produção das UTs ao seu redor e ofereceriam condições materiais de processar um beneficiamento secundário que, por fim, agregaria um valor maior ao produto final.

A escolha do material plástico havia se dado tendo em vista a constatação de que, dentre os demais materiais, era o que mais crescia em volume e em preço dentro das associações. Vale lembrar que, nesta época, o sistema municipal de coleta seletiva já havia atingido 100% de cobertura. Sem se limitar, no entanto, aos dados das associações, boa parte do processo foi levada adiante com base em indicadores obtidos em estudos que avaliaram, muito cautelosamente, os parâmetros de sustentabilidade para um empreendimento econômico de tamanha envergadura. Neste momento, além dos apoios mais antigos, os catadores já contavam com um leque bastante significativo de novas entidades e indivíduos que haviam se somado ao processo.

A vontade de pôr em prática tal projeto, que garantiria às UTs dividendos econômicos correspondentes à comercialização de um material mais bem processado, desencadeou um longo processo de discussão que se estendeu do âmbito do Fórum para ganhar os espaços das associações e, igualmente, os espaços comunitários. As lideranças passaram a exercer papel fundamental ao buscarem pluralizar esse debate para além da esfera técnico-governamental e ao respeitarem os processos de deliberação coletiva que ocorriam. Sem homogeneizar o processo como um todo, a dinâmica que se instaurou no interior de cada associação refletiu o comprometimento que os catadores tiveram para com ele, que se deu ora sob a forma de formulação de propostas, ora limitado à apropriação de informações. Um fato significativo foi a reivindicação de que, ao ser implantada, a micro-usina viesse a ser gerida pelos próprios catadores, a qual emergiu, justamente, das discussões que foram feitas *com* eles e, junto a isso, viera a necessidade de mais bem se capacitarem para esse trabalho “mais especializado”.

Cabe recordar aqui o “*enxergar um outro universo*”, mencionado previamente por R. (FARRGS), que resultou no afastamento de alguns dos catadores que, após terem adquirido essa capacitação, obtiveram empregos no setor privado. A despeito de contradições, das quais esse processo não esteve imune, a oportunidade de vivenciarem a concepção de um projeto com propósitos claros de melhoria para a categoria associada contribuiu com a grande adesão que se teve, onde se viu serem desenvolvidos aspectos bastante fortes de organização coletiva,

principalmente, conforme afirma Lorenzetti (2003:16), se considerada “a história de vida destas pessoas”.

A proposta de realizar tal empreendimento significou um esforço a mais por parte das lideranças, sejam agentes externos ou catadores, mas que acabou sendo recompensado com o desenvolvimento de uma prática associativa mais forte. Através das articulações que, gradualmente, começaram a ser estabelecidas entre as várias associações contatadas, mesmo que muitas as tenham feito por um motivo estritamente ligado à comercialização de seus materiais, foi ficando possível vislumbrar um fortalecimento da categoria na medida em que questões não restritas à dimensão econômica passaram a se configurar como justificativas inclusive para a promoção de encontros e eventos, tais como a capacitação técnica, as discussões políticas e a realização de manifestações culturais e festividades que ajudaram a reforçar a auto-estima de seus membros. Isso tudo favoreceu a aquisição de uma visão mais “global” de sua atividade, tanto em termos de negócio quanto em termos de organização social, contribuindo para que os catadores não se mantivessem preocupados somente com a associação da qual faziam parte, mas generalizando um sentimento de solidariedade entre as associações, que redundou, por exemplo, em mobilizações coletivas quando da ocorrência de incêndios posteriores em algumas delas.

Toda essa mobilização contribuiu de igual modo para gerar uma aproximação dos catadores com o processo que estava em curso na época, tanto em nível municipal (a partir de 1989) quanto estadual (a partir de 1999), do Orçamento Participativo (OP). Esta aproximação lhes conferiu a possibilidade de intervir na destinação do orçamento público, especialmente no que concerniu à viabilização de verbas para a implementação do projeto da micro-usina. Nos anos em que o projeto esteve em fase de elaboração, as lideranças sensibilizaram um grande número de pessoas a participarem das assembléias, sendo, ano após ano, conforme relata Lorenzetti (2003:18), “a categoria organizada que mais representantes consegu[iu] levar às reuniões” e, desta forma, “prioriz[ou] suas demandas”. Em consequência, somando os esforços do poder público aos esforços das lideranças em envolver os catadores no processo, foi possível estabelecer uma certa dinâmica de decisões que extrapolou o caráter individual e corporativo que até então vinha e, de certa forma, continua sendo uma marca dessa categoria.

O processo de implantação de uma primeira micro-usina, a ser sediada no bairro da Restinga, em Porto Alegre, serviria como um projeto-piloto, capaz de mensurar a viabilidade de expandir essa experiência, aos mesmos moldes, para o restante do RS. Entretanto, ao final, essa iniciativa que, além de contrariar certos interesses, sofreu desgastes bastante grandes ao longo do processo, terminou por não ser implementada. Por não haverem sido coletados dados

suficientes, não se entrará em detalhes acerca das possíveis causas que levaram ao fracasso – e à privatização – dessa iniciativa. Apresento, no entanto, por considerá-los relevantes, os argumentos usados por R. (FARRGS) para explicar o porquê da interrupção do processo:

(...) acabou não acontecendo acho que por uma falha muito grande, assim, porque a categoria dos catadores é uma categoria pouco, pouco instruída, no caso assim, pouca escolaridade e pouca visão empreendedora, né, como grupos, né! Tem pessoas, mas como grupo não! E não se investiu nisso mais profundamente, acho que essa foi a maior falha, porque no momento em que a usina estava quase pronta e nós [da associação de Dois Irmãos] participávamos da discussão sobre a usina e a gente se negava a entrar nesse processo, participava sim, mas não se incluindo, participava porque a gente aqui tinha alguma experiência de moer materiais e sabe o quanto nós passamos de dificuldades para chegar ao ponto que nós estamos hoje em termos de capacitar as pessoas, né, para poder realmente chegar com um material que tenha um mínimo de qualidade (...) E outra coisa era essa gestão toda porque não bastava ter material de uma associação, tinha que ser muitas associações, então, administrar todas essas coisas, em termos de direção, em termos de negócio mesmo, em termos de participação no fornecimento dos materiais, não aconteceu essa capacitação e deu no que deu, né! No momento em que a usina começou a ficar pronta, ninguém, as associações estavam assim meio apáticas em termos de participação, sempre perguntando mas como vai ser? Como vai ser? Que lucro vai dar isso? Sem conseguir se colocar dentro de pensar junto a viabilidade daquilo, então, acho que aí tem um processo um pouco da assessoria também que centralizou demais assim essas informações e achava tudo fácil.

Em relação a essa tentativa frustrada, vale também ressaltar os argumentos levantados por Rodríguez (2002) e Bhowmik (2002) para o caso, respectivamente, dos recicladores colombianos e das catadoras indianas e por Rosenfield (2003) para o caso de uma cooperativa metalúrgica autogerida da região metropolitana de Porto Alegre, comentados previamente, em que todos os autores expuseram a importância de uma intervenção governamental no suporte a iniciativas de empreendedorismo social. Em termos proporcionais, os catadores vêm representando o segmento de menor remuneração na cadeia da reciclagem em comparação aos intermediários e às indústrias recicladoras. Em decorrência disto, Martins (2004) afirma que a reciclagem não deve ficar refém da iniciativa apenas de grandes empresas privadas, sem uma regulação estatal que redistribua os ganhos entre os diversos setores produtivos envolvidos. Em relação ao caso aqui mencionado, ficou visível que, enquanto se contava com a presença do poder público municipal (e estadual), viu-se aflorar um processo amplo de discussão e debate entre os catadores, que assumiu consistência coletiva justamente no momento em que eles estavam mais respaldados, quando este processo assumiu os contornos de “uma política municipal” (LORENZETTI, 2003:19), além de estar contando *com* a participação engajada de algumas de suas lideranças e dos agentes externos que já os vinham acompanhando. Porém, é igualmente importante se destacar que este fator não foi suficiente para garantir êxito no resultado final que o projeto se propunha alcançar.

No entanto, mesmo que o resultado não tenha sido aquele que os agentes envolvidos almejavam, rendeu frutos ao processo de organização dos catadores, que perduram até os dias atuais. Um desses, o qual se passará a tratar mais detalhadamente aqui, foi a constituição de um arranjo mais formalizado, previamente mencionado, que veio a se cristalizar em 25 de novembro de 1998, justamente no momento em que, mais amadurecida, a articulação entre as associações já tinha se estendido a outras regiões do Estado, com a fundação da Federação das Associações dos Recicladores de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Sul (FARRGS).

Então, em 1998, já tinham mais outros grupos, mais outras associações formadas aqui na cidade e a discussão era a de se construir uma federação, uma entidade que buscasse esses grupos de Porto Alegre e os outros grupos do Estado todo que já estavam se formando também. Nessa década de 90, foi a década que deu o arranque, como em Porto Alegre começou o processo de organização dos catadores com o equipamento e tudo mais para agregar valor, né, então, os vários municípios aqui do RS também adotaram esta mesma técnica, esta mesma tática de formar grupos, e então, já em 98, a gente começou a discussão para formar uma entidade que fosse de guarda-chuva aí, de retaguarda para as discussões que já se tinham no ambiente dos catadores. Porque quando foi no princípio era só mesmo o material que era entregue e os catadores lutam por várias coisas, né, não é somente o material que é o seu sustento, ou seja, ele não vive só disso, (...) então tem que ter um grupo que faça isso, que somente o catador como pessoa não poderia, então precisaria ter essa entidade (A., MNCR).

O estímulo para a fundação dessa entidade veio muito do processo que se desenrolou na Capital (cabe destacar aqui o trabalho de formação que uma liderança religiosa – H. – desenvolvia junto a um grupo de catadoras), mas, igualmente, da possibilidade de estabelecer parcerias intermunicipais, as quais podiam atrair um maior número de apoiadores externos, e de conseguir melhorias para as UTs no Orçamento Participativo. De certa forma, tanto a constituição da FARRGS quanto o que teria se tornado a primeira micro-usina de reciclagem de âmbito regional gerida por catadores, têm histórias que, desde a nascente, dividiram, em vários de seus momentos, o mesmo leito, embora acabem confluindo para uma foz diversa. O propósito de formação da Federação foi o de suprir a falta de uma instância jurídica que garantisse uma gestão comum dos recursos econômicos que viessem a ser destinados ao projeto, bem como o de oferecer uma certa unidade para a condução deste e de outros empreendimentos que viessem a se concretizar, de forma a romper, condizente com o objetivo da micro-usina, a relação de dependência que os mantinha atrelados aos intermediários.

(...) a Federação ela teve assim um pouco o intuito de ser um instrumento jurídico para começar a busca de recursos para alguns projetos, principalmente a história da usina de Porto Alegre, da reciclagem de PET, depois, também, uma outra usina de PP. Então precisava um pouco este instrumento, né, para viabilizar essa questão mais empreendedora (R., FARRGS).

Isso demonstra o quanto lhes interessava formar uma unidade de representação que se propusesse a servir ao papel de “(...) gestora dos processos de negociação de preços” (CURSO *apud* MARTINS, 2004:135)⁴⁴, mas que, ao mesmo tempo, não ficasse limitada ao âmbito de execução de um único projeto, afinal, como havia ficado evidente, em 1997, durante a realização de um seminário que acabou se configurando em um evento pró-Federação, eram muitos os desafios e os objetivos a serem perseguidos pela categoria (a qual, nesse momento, já começava a mostrar sinais de organização coletiva), dentre eles:

1) construir um projeto comum; 2) disputar o mercado em expansão; 3) construir uma política de reciclagem e fortalecer esta atividade; 4) negociar com governos e empresas; 5) captar recursos; 6) ganhar visibilidade, reconhecimento e respeito; 7) melhorar a qualidade de vida dos catadores; 8) melhorar a renda de todos; 9) unirem-se e manterem-se informados; 10) organizar os catadores; 11) criar instrumentos para buscar benefícios para as diversas associações de catadores (LORENZETTI, 2003:14).

A origem da FARRGS remonta, na verdade, não apenas ao ambiente que envolveu a realização desse seminário, mas aos diversos eventos que, a partir da instalação do Fórum das Associações de Recicladores, foram sendo desencadeados. Ao longo dos anos, expandiu-se a abrangência desse Fórum mediante a adesão de associações de outros municípios da região metropolitana até que, em 1998, ele passou a contar *com* a participação de membros de associações provenientes do interior do Estado. O relato de R., que, como já foi comentado anteriormente, é membro de uma associação da região metropolitana, ilustra a existência de um processo em expansão justamente antes da fundação da Federação: “(...) *havia um fórum, primeiro foi um fórum municipal e, depois se alastrou um pouco para a região e, depois convidaram eventualmente pessoas e associações mais distantes para participarem das reuniões, né, em Porto Alegre*”. A constituição dessa rede regional se alinhou com vários dos objetivos mencionados acima, já que passou a permitir que essa entidade exercesse o papel de

(...) agregar os catadores e fazer com que eles se organizassem entre eles, (...) entre os galpões de reciclagem, não ficasse só dentro, mas saísse e expandisse para o lado de fora para que eles pudessem lutar pelos seus direitos e também captar recursos para que fosse feita principalmente formação para os catadores (...) e equipamentos para dentro dos galpões, que eles eram muito pobres nesse sentido de recursos, entendeu! Então foi aí que foi fundada a Federação (B., sexo femin., 59 anos, 2º grau incompl., FARRGS).

Na verdade assim, a Federação além de vamos dizer assim, de tentar agregar os catadores, fazer com que eles façam um processo coletivo juntos, né, enquanto associação, os grupos, por exemplo assim, quando eu entrei em 98 para a

⁴⁴ Trata-se de uma documentação produzida em parceria com a FARRGS, a qual o autor não teve acesso (Curso de geração trabalho e renda, Programa Peti. Porto Alegre: FARRGS, 2002).

reciclagem, alguns grupos de reciclagem tinham equipamento sobrando, sem necessidade de uso, e tinha outros que não tinham nenhum, tem galpões que, por exemplo assim, a direção da associação vai atrás, consegue, vamos dizer assim, equipamentos, estrutura para o galpão e a idéia da Federação quando surgiu é que para esses galpões que nunca conseguiram, embora tendo uma coordenação, mas, que nunca conseguiram fazer um projeto, sabe! (E., FARRGS).

Como estratégia financeira, a criação da FARRGS serviu para impulsionar parcerias não apenas com órgãos governamentais, mas que envolveram outras instituições, empresas privadas, de caráter industrial ou comercial, universidades e demais órgãos da sociedade civil. Silveira (2002:123) destaca o fato de que essas parcerias foram sendo construídas de modo diverso pelas diferentes associações de catadores, “não se subordinando a uma lógica única do ‘projeto como um todo’”, o que, para o autor, é um forte indicativo do potencial de atuação autônoma que a experiência permitiu desencadear.

No pêndulo entre uma atuação associativa mais isolada e, ao mesmo tempo, um desejo de uma cooperação coletiva, capaz de os aglutinar numa unidade e, com isso, ultrapassar, como destaca Lorenzetti (2003:11), “tendências corporativas até hoje encontradas em algumas associações”, o potencial autônomo do processo pode ser questionado se considerados os laços de dependência estabelecidos com outros segmentos sociais e também no que diz respeito à participação dos catadores, os quais ainda não pareciam, neste momento, o estar protagonizando. Afinal, segundo comenta uma das entrevistadas, que foi sua coordenadora geral durante a gestão 2002-05, a fundação da FARRGS se deu em decorrência da presença de agentes externos:

(...) eu costumo dizer que a Federação ela não surgiu da idéia dos catadores, na verdade, (...) assim, a Federação surgiu de uma liderança, H., que era coordenadora da Federação, ia se candidatar à coordenação da Federação e um técnico, F., que hoje ele está no SESC, na época ele era técnico contratado pela Federação, e aí a idéia desse técnico e dessa liderança era formar uma instância que pudesse ir atrás, vamos dizer assim, dos direitos dos catadores, né, porque na verdade assim, tinham 14 associações no Estado em 1998, cada uma lutava por si só com muitas dificuldades, e a Federação vinha para somar pelos direitos tanto no poder estadual como no municipal e parcerias, né, então, na verdade, foi pra que a Federação fosse um instrumento dentro da cadeia produtiva do plástico e pudesse fazer uma integração entre os catadores (E., FARRGS).

Pelo relato, fica claro que mesmo que o trabalho da Federação estivesse sendo feito com a presença dos catadores, ainda lhes era reservado um papel coadjuvante no que concerne à elaboração de uma proposta de condução da entidade, já que, segundo comenta R. (FARRGS), “naquela época era uma pessoa que pensava praticamente tudo, a direção ficava muito à margem”, o que fazia com que, para ele, a entidade fosse comandada demais por

assessores. De fato, H. acabou sendo designada para a coordenação geral, eleita para o período de gestão que correspondeu de novembro de 1998 a agosto de 2002 (gestão esta que foi prematuramente interrompida devido ao seu falecimento em março de 2002, cujas conseqüências advindas serão tratadas mais adiante). Na opinião de E. (FARRGS), mesmo que ela “(...) *não catasse, mas ela era uma liderança que buscava não só para a Rubem Berta, mas para todos os galpões, recursos, projetos, discussão com o poder público*”. A dinâmica impressa por essas duas lideranças externas, que estiveram envolvidas de modo direto na formação da Federação, acarretou, mesmo que não fosse essa a intenção, em uma certa centralização das decisões.

Esse histórico de formação acaba por se refletir diretamente nas formas diversificadas pelas quais a entidade passou a ser vista por muitos catadores. Por um lado, para aqueles que não compartilham do modo como ela foi fundada e, particularmente, do modo como ela vem sendo historicamente conduzida, esse passado contribui para perpetuar impressões de desconfiança, expressas na idéia de que a entidade possa estar infiltrando indivíduos que ali se encontram para mascarar interesses de outros segmentos sociais. O depoimento abaixo, de um catador que pertence a outro grupo, é elucidativo acerca desse posicionamento:

(...) na base da Federação, na FARRGS, tem pessoas que são empresários, eram assessores de governo, formaram uma microempresa, tudo, compraram equipamento, pegaram subsídios públicos também e montaram uma empresa privada, ao longo do processo viram que era uma vantagem constituir uma associação e fechar o número de associados...então tem um grupo pequeno de associados que tem uma indústria que beneficiam, tem uma renda elevada, né...são os recicladores, não tem a menor identidade com o grupo de catadores...são trabalhadores também, mas são trabalhadores com outra perspectiva, né...perspectiva de ser uma espécie de microempresários industriais...eles são empresários mais solidários, eles partilham entre si, mas entre si que é um pingado de gente, entre si é um grupo familiar, um pouquinho mais, bota uma que outra pessoa, (...) e eles fazem a defesa ideológica disso aí, né (G., sexo masc., 30 anos, 2º grau incompl., MNCR).

Por outro lado, da parte de muitos de seus associados, reside uma dose bastante grande de indiferença, de descrença em relação aos meios que a Federação, de fato, usufrui para poder reverter situações precárias em melhorias para as associações que são filiadas. Isto fica evidente nas queixas recorrentes que as lideranças evocam no que concerne à dificuldade de renovação de quadros, dificuldade esta que, segundo um deles, é fruto da própria falta de recursos para sustentar o trabalho da coordenação, e à escassa participação dos catadores nas assembleias, fruto, segundo outra entrevistada, da falta de consciência em relação à importância do processo, que para sua ex-coordenadora geral, já começou às avessas:

(...) o problema da FARRGS hoje é a renovação de quadros, não conseguimos renovar, eu até acho que se tivesse recursos teria mais pessoas disponíveis para...só que quando a coisa é mais difícil!! Então, quando a gente pergunta assim: - Queremos a FARRGS? - Queremos!...todo mundo: - ah a FARRGS não pode terminar!...Quem vai assumir? quem é que vai contribuir? Contribuir com 1 real por mês, por pessoa, é uma dificuldade, né! (...) das associações você não consegue arrancar praticamente nada. (...) Então a gente não consegue criar nem um fundo. Bom, mas então vocês querem a continuidade, mas as coisas não caem do céu, alguém tem que andar de ônibus, tem que comer, tem que viver, né. (...) daí fica aquele dilema assim: nós não contribuimos porque a Federação não faz nada, mas a Federação não consegue fazer nada porque não tem recurso! Então, o que vem primeiro, o ovo ou a galinha? (R., FARRGS).

Os desafios, os maiores desafios que a gente tem é a integração dos catadores, entendeu, é um dos desafios, (...) e também fazer com que o catador acredite nele mesmo, né, que ele tem poder, que ele tem força, e fazer com que o catador participe, é muito difícil o catador não...ah vai tu! ou vai qualquer um! Entendeu, assim, não tem consciência! (B., FARRGS).

(...) ela não foi, vamos dizer assim, pensada pelos catadores, e porque que eu digo isso, porque, na verdade, os catadores vêem a Federação como se fosse uma...ah...um outro...tivesse num outro patamar que não fosse uma coisa deles, então, na verdade assim, se o processo fosse construído de baixo para cima, com a decisão, com os custos que iria ter essa entidade, o tempo, né, os objetivos, a missão, e tudo, né, os catadores se apropriariam disso, mas como foi uma demanda de cima para baixo...hoje eles reconhecem, participam do processo todo, mas é muito complicado, a gente patina muito na questão da Federação (E., FARRGS).

Já com relação ao poder público, o conjunto das lideranças entrevistadas demonstrou que o processo de constituição da FARRGS fez com que os governantes “(...) sent[issem] o peso, né, dos catadores, sent[issem] o peso da organização” e, assim, não mais tivessem razões para diluir o debate entre as UTs, já que a partir de então podiam “(...) discutir com uma entidade que representa o todo” (B., FARRGS). Por ser uma entidade que congrega um número grande de associações no RS, os órgãos públicos “(...) necessitam da figura da FARRGS, para quê? Para que eles também consigam junto, é mais uma entidade a fazer projetos, (...) então a gente tem um bom relacionamento”, até porque a manutenção de uma boa relação com eles, a qual faz “(...) com que a gente seja visto, reconhecido, entendeu!” (B., FARRGS), pode se reverter em possibilidades de acesso a recursos financeiros. O problema, segundo B. (FARRGS), é o de que os catadores são chamados pelo poder público para discutir questões que lhes interessam somente “(...) quando tem algo que os beneficie” e, assim, o recurso “(...) quando chega para o catador, já chega bem pequenininho, né!”.

Essa, no entanto, não foi uma situação vivenciada da mesma forma em todos os governos, já que “(...) uma das coisas que a gente percebe é que em alguns governos nós tivemos mais espaço” (E., FARRGS), ou seja, “[t]em prefeituras que tu tens um acesso às informações e acesso ao diálogo, tem outras que a gente não tem reconhecimento”, o que

pode variar muito, segundo B. (FARRGS), em função da própria relação que se estabelece entre os representantes do poder público e os catadores que estão à frente da Federação, considerando que a “(...) Federação não é só a entidade, mas também as pessoas que fazem parte da entidade”. Entretanto, mesmo que haja “(...) a possibilidade da gente fazer algum projeto, no caso assim com o governo”, esta parceria com o poder público tem pouco se concretizado porque “(...) enquanto a gente tiver dívidas, entidade endividada não consegue recursos do Estado, nem federal, nem estadual, nem municipal” (R., FARRGS). A questão do endividamento da Federação será mais bem abordada na próxima fase.

Somada à impossibilidade temporária de firmar parcerias com o poder público, a qual, malgrado as limitações impostas, não interrompe outras formas de apoio, E. (FARRGS) relata as dificuldades que surgem no que concerne à troca constante de diretores do DMLU e à visão político-partidária com que a problemática do lixo é muitas vezes abordada e que acaba desconsiderando, ou ainda menosprezando, o que já foi implementado:

(...) na verdade assim, quando fala em resíduos, todo mundo quer dar pitaco, sabe, todo mundo tem mil idéias maravilhosas, mas aí não leva em conta o que já existe. Por exemplo assim, o antigo diretor do DMLU, (...), que agora mudou de novo o diretor, deu várias entrevistas nos jornais, televisão, dizendo que iria implantar mais 14 associações no governo do Fogaça [prefeito de Porto Alegre, eleito para a gestão 2005-08 pela coligação PPS/PTB] em 4 anos para acabar com o desemprego, só que, na verdade, existem 14 galpões no município e que estão quase fechando!!! Então, tu tens que manter e melhorar o que existe, né, e vai melhorando, isso não quer dizer que tu não faças as coisas, mas melhora as condições do que existe, pra quê que tu vais construir mais 14 galpões se tem galpões caindo aos pedaços? (...) por exemplo assim, em Porto Alegre, embora a coleta seletiva seja referência nacional, né, tem problemas, não é porque é do partido anterior que é 100% não!! Tem sérios problemas mesmo, hoje a gente costuma dizer que Porto Alegre já perdeu o controle da coleta seletiva, sabe, mas isso, esses governantes que estão aí agora, não admitem! Sabe, o problema é do governo anterior, né! E a gente vai fazer outras coisas para mostrar o que nós vamos fazer, não o que já existia, e aí é muito complicado, sabe, é muito complicado porque quem sai perdendo são os catadores, são as organizações.

Mesmo que a Federação não se intitule como partidária, destacando isto até mesmo em seu estatuto, onde consta “(...) que os coordenadores não podem, vamos dizer assim, se deixar participar de debates, coisas políticas”, E. (FARRGS), pessoalmente, não se isenta de tecer alguns comentários que parecem enaltecer alguns aspectos no que diz respeito ao modo como as gestões municipal e estadual foram conduzidas em anos anteriores (o que, de certa forma, pode expressar uma certa gratidão a quem deu início ao processo) e aspectos negativos no que concerne ao modo como o são atualmente, lhes revertendo, segundo ela, desde oportunidades de acessar recursos públicos e de serem “lembrados” até de serem simplesmente “ignorados”:

(...) Em anos anteriores, o pessoal precisava de um galpão, se organizava e ia para o orçamento participativo estadual demandar um galpão de reciclagem, precisava de equipamentos, demandava no orçamento participativo, hoje, sabe, com essa troca de governo aí, e aí assim, a Federação, os galpões de reciclagem, eram, vamos dizer assim, eram visitados, lembrados, sabe, para te dizer hoje assim, com esse governo que está aí, nada contra, mas pra te dizer assim, hoje, o nosso governador Germano Rigotto [governador do RS, eleito para a gestão 2003-06 pelo PMDB], ele vai a Montevideú conhecer uma cooperativa de reciclagem, sendo que no estado tem 52 associações organizadas, que tem uma Federação, e aí ele vai e depois volta aqui e dá uma entrevista fantástica [em tom irônico] que não conhece experiência melhor, sabe!! [em tom de indignação] então, assim, está faltando é vontade política de saber o que existe no estado, nos seus municípios, eu digo a mesma coisa para as prefeituras, tem prefeituras que, independente de ser A, B ou C fazem um ótimo trabalho e dão continuidade ao trabalho que existia, então acho que isso tinha que prevalecer e não prevalece, sabe! (...) no governo anterior tinha fóruns que a Federação participava a nível estadual e a nível municipal. Hoje se os catadores quiserem discutir as políticas municipais, a questão da coleta seletiva, melhoras, ou os galpões se reúnem à parte e chamam a prefeitura, porque se esperar pela prefeitura não acontece nada. (...) e o retorno do que é tirado da demanda ou demora muito ou simplesmente engavetam lá e acabam esquecendo.

Sobre a relação com o DMLU, é interessante observar, como havia salientado Martins (2004), que a referência sobre a criação da entidade é apontada pelo órgão tão-somente como uma possibilidade que a categoria teria de intervir a seu favor nas transações econômicas ocorridas durante a venda dos materiais, não havendo menção à capacidade de organização e capacitação dos trabalhadores para outros fins. Em um estudo que se propôs a analisar a viabilidade da reciclagem feita nas UTs de Porto Alegre e região metropolitana (TURRA; ETCHEPARE & KINDLEIN, 2002:7) e em um relatório que se propôs a abordar distintos aspectos das políticas públicas de gestão ambiental em cidades do mercosul (FAGGETTI, 2002:107), os autores igualmente reforçaram essa concepção ao limitarem a constituição da FARRGS ao objetivo de “fortalec[er] a categoria na negociação da venda do material às indústrias”. Entretanto, a partir do pouco que foi comentado acima acerca dessa entidade parece ser possível começar a desconstruir a visão de querer enquadrá-la como sendo fruto de uma proposta única, quando se viu, e os relatos abaixo podem ainda reforçar este aspecto, que o processo que se instaurou contou *com* a participação dos catadores e lhes permitiu vislumbrar muito além do que o trabalho que eles executam pode, à primeira vista, representar para si, em termos de ganhos financeiros, e para a sociedade, em termos de ganhos ambientais:

(...) na verdade assim, porque a própria questão assim do nosso trabalho que não é só receber o lixo, triar, vender e simplesmente, né, o nosso papel enquanto lideranças, enquanto mulheres, homens, né, na sociedade, né, discutindo, propondo idéias, né, então eu acho que teve, posso dizer assim que teve um crescimento muito grande nisso (E., FARRGS).

(...) hoje a gente está unido (...) nós somos um grupo de catadores, não estamos batalhando só para um, estamos batalhando para todos, discutindo políticas que beneficiem o catador, mas que sejam favoráveis a todos e não a um pequeno grupo (...) para que além de tu ganhares o teu dinheiro ali dentro do galpão, que tu também te sintas íntegro! entendeu, uma pessoa íntegra, que ele é digno numa boa moradia, que ele é digno numa saúde, que ele é digno de um atendimento como qualquer pessoa, entendeu...ser cidadão! (B., FARRGS).

Antes de se iniciar propriamente a próxima fase cronológica, é importante que se teça alguns comentários acerca do posicionamento que a FARRGS adota quanto à escolha de um dos termos: catador ou reciclador. A princípio, este último poderia parecer mais condizente para se referir à entidade, já que foi assim que ela se autodenominou desde a fundação. Entretanto, mesmo em se tratando de um termo que encontra eco em vários trabalhos que o utilizam para se referir àqueles que exercem suas atividades exclusivamente em UTs, público-alvo da FARRGS, nas entrevistas com algumas de suas lideranças, ficou claro que não há uma identificação com um ou com outro em particular, cuja diferença é apenas terminológica: “(...) não temos essa, ainda não definimos, a gente deixa para cada um ter a sua autonomia de se chamar ou catador ou reciclador” (B., FARRGS).

Na verdade, o termo catador será consagrado com a sua legalização como ocupação em 2001, cuja escolha foi fruto de um acordo feito entre representantes de vários estados do país que consideraram o termo reciclador impróprio por ter uma conotação empresarial: “(...) a gente veio conhecer depois no nosso congresso essa terminologia reciclador que, na verdade, reciclador, quem faz é a indústria, que faz o processo de lavagem, moagem, aí faz, na verdade, o processo industrial, e aí entramos num consenso, de catadores de materiais recicláveis”, mesmo assim, acrescenta em seguida: “(...) embora exista essa terminologia (...) ninguém determina: - tu tens que a partir de agora ser catador de papel! Sabe, isso vai de cada um” (E., FARRGS). Quanto ao termo ainda constar no nome da Federação, E. (FARRGS) comenta que não houve mudança devido aos trâmites burocráticos, porque, para ela, “a gente se enquadrava, né” e não justifica empreender um processo desgastante considerando que “(...) mudou a forma de se apresentar, mas em vista não mudou nada”.

Apresentar-se como catador ou reciclador, mesmo que possa parecer aparentemente “indiferente”, de fato não o é para todas as lideranças. Vê-se que o último termo carrega uma carga simbólica positiva em termos de ganhos subjetivos advindos de sua utilização como um meio de driblar a vergonha e a desvalorização, o que faz com que R. (FARRGS), pertencente à usina apontada por Martins (2004:41) como sendo de “maior produtividade e melhores resultados econômico-financeiros no Rio Grande do Sul”, sugira aos seus colegas de trabalho que o adotem: “Não falem que vocês trabalham no lixo. Falem que vocês estão trabalhando

na reciclagem! A partir daí, se as pessoas perguntarem ‘o que é isso’, vocês terão condições de falar sobre o que fazem. Assim podem superar, aos poucos, o preconceito” (ADAMS, 2005:25). Para complementar a discussão acerca do uso desses termos, outros comentários serão tecidos mais adiante, no momento de expor o posicionamento sustentado pelo MNCR.

A partir das informações e dos depoimentos citados acima, espera-se ter sido possível retratar o processo de constituição dessa entidade, que, na época, convergiu os esforços de catadores provenientes de diferentes UTs, bem como ter sido possível introduzir algumas de suas características e dos impasses os quais ela vem enfrentando. Na próxima fase, dar-se-á ênfase à sua entrada no cenário nacional e às ambigüidades resultantes da emergência de um novo coletivo, o qual, de início, se propôs a dividir com ela o espaço de organização dos catadores, embora o desenrolar dessa relação tenha se dado de forma mais “*conflitante*” (E., FARRGS) do que, a princípio, poderia se esperar, já que, com o tempo, “*o grupo começou a se rachar*” (A., MNCR).

A terceira fase, de 2000 a 2003, teve como marco fundamental a inserção da FARRGS no processo de construção de um primeiro congresso nacional de catadores, cuja mobilização que o antecedeu propiciou as condições organizacionais minimamente necessárias para que, durante o evento, fosse germinada a idéia de um novo coletivo: o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). “*A Federação, ela participou da fundação do Movimento, fez toda a articulação, foi uma das entidades que fez a articulação para que acontecesse o Congresso e dali surgiu o Movimento*” (R., FARRGS). A articulação prévia ao Congresso teve seu ponto alto durante o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, realizado em Belo Horizonte, em novembro de 1999, onde foi lançado o desafio de sua construção. Em entrevista com A. (MNCR), ele relatou que este encontro contou com “*(...) a participação da entidade Federação, que, naquela época, era a que representava todos os catadores aqui do Estado, e ali a gente decidiu junto que iríamos fazer esse Congresso, então marcamos data, né, para acontecer em 2001!*”.

Essa iniciativa, contudo, não foi pioneira, já que A. (MNCR) comenta que, em 1992, houve um seminário realizado em Santos-SP, onde se havia igualmente cogitado a realização de um evento deste porte. Porém, na ocasião, pelo encontro não ter reunido “*(...) a força máxima dos catadores*” – do RS, “*(...) só participou um técnico*” – , mas sim uma predominância de “*(...) em torno de umas 15 entidades que eram de apoio para os catadores*”, o Congresso “*(...) foi largado de mão, porque como a representação era muito pouca, não tinha como tocar isso*”. Transcreve-se, a seguir, um trecho do discurso proferido por F. na audiência pública que veio a ocorrer pela ocasião do Congresso, com a Comissão de Direitos

Humanos da Câmara dos Deputados, no qual ele reconstitui, de forma sucinta, o processo que antecedeu a realização do Congresso, ressaltando a importância dos encontros promovidos pelos agentes religiosos para que os próprios catadores chegassem a ter a iniciativa de demandá-lo:

(...) Em 1992, numa atividade desenvolvida pelo Fórum de Estudos da População de Rua, iniciamos o trabalho de reconhecimento de uma categoria considerada marginal, vagabunda, que nada tem a propor à sociedade. A partir dessa primeira experiência, desse seminário de estudos, foram organizados outros dois seminários, o terceiro deles em Minas Gerais, Belo Horizonte, em 1999. No seminário de 1999, em que foram realizados estudos sobre a realidade da rua, estavam presentes vários catadores de diversos estados. Os próprios catadores, naquela oportunidade, nos desafiaram se seria possível construir um espaço, um momento nacional de encontro da população de rua e dos catadores (CÂMARA, 2001).

Nos anos seguintes, para garantir uma frente de mobilização que tivesse legitimidade nacional e que resultasse também em uma ampla adesão dos catadores e moradores de rua ao evento, o país foi mapeado de modo a identificar as entidades que, desde os anos 1980, estiveram apoiando esses segmentos⁴⁵. Seleccionadas as entidades, elas, junto *com* algumas associações de catadores que já tinham sido formadas pelo país, ficaram responsáveis pelo trabalho prévio de divulgação e de viabilização do Congresso. Pela distribuição geográfica, a região sul ficou a cargo da FARRGS, porque “(...) *Paraná e Santa Catarina não tinham representação nenhuma nessa instância [Seminário de 1999]*” (A., MNCR), o sudeste a cargo da COOPAMARE e da OAF, exceto Minas Gerais que foi mobilizada pela ASMARE e pela Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte, enquanto as regiões norte, nordeste e centro-oeste foram articuladas pela Cáritas brasileira junto com a ASMARE (CATADORES, 2002). O sucesso obtido nesse trabalho de articulação foi devido em muito ao que havia se dado na primeira fase, em que ocorrera um processo de agrupamento dos catadores, para o qual estes haviam igualmente contado com o apoio externo daqueles que “(...) *passaram a organiz[á-los], alguns municípios, ou os próprios catadores mesmo se juntaram com o apoio de algumas ONG’s, ou algumas igrejas começaram esse processo de organização, formar associação e cooperativas para os catadores*” (A., MNCR).

É importante, assim, que não se descole a realização desse Congresso dos vários acontecimentos que o antecederam, a maioria deles impulsionada por agentes governamentais e religiosos localizados em três Estados em particular – SP, MG e RS –, que contribuíram

⁴⁵ Com relação à proximidade dos catadores com os moradores de rua, A. (MNCR) comenta que “(...) *tem uma maioria dos catadores que moram na rua, que não tem casa e tudo mais e acabam indo pra rua e o único trabalho alternativo é catar! Então, a gente atua junto com os moradores de rua. A parte mais forte dessa vinculação com os moradores de rua é em São Paulo e Belo Horizonte, que tem a Pastoral de Rua*”.

para que esse processo assumisse, tão rapidamente, uma outra dimensão. Se, em meados dos anos 1980 e ao longo da década de 1990, um processo ainda incipiente de organização havia ficado restrito a horizontes mais “locais” – “(...) *naquele tempo a gente só pensava no local, ou seja, no território, né, como tipo o município só, ou nós éramos isolados*” (C., MNCR); “(...) *só recebia o lixo, ainda era chamado lixo naquele tempo, só recebia o lixo e não tinha mais nada assim em relação à comunidade, né, não sabia de mais nada, vivia só em relação ao trabalho*” (A., MNCR) –, cujos esforços dos agentes “animadores” ainda eram para ensaiar tentativas de lhe infundir um caráter “empreendedor”; a realização, de 4 a 6 de junho de 2001, em Brasília, do I Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis⁴⁶ veio para imprimir contornos mais políticos ao processo, especialmente no que diz respeito à constituição de uma organização social que lhes facilitasse o acesso a benefícios legais. Afinal, conforme relata F., que, na época, seguia assessorando a FARRGS e acompanhava de perto as dificuldades que esses indivíduos encontravam para se “enquadrarem” legalmente: “[O]s homens acaba[vam] se registrando na categoria de serviços gerais e as mulheres como empregadas domésticas, o que não tem nada a ver com a profissão” (JUNGES, 2001).

(...) na ocasião lá do I Congresso Nacional, nós víamos que não tinha como encaminhar um processo de aposentadoria para esse trabalhador, uma porque era muito precário, não tinham pagado o INSS a vida inteira, não tinham feito a contribuição social e outra porque não existia enquanto profissão, ou seja, se aposentar como o quê? Como auxiliar de limpeza! Limpeza do que? De uma firma? Não era de uma firma, de um lixão? Limpeza de lixão??? Limpeza de rua? Não era! Então, não se aceitava a idéia de sequer uma pessoa que tivesse mais de sessenta e cinco anos poder buscar algum tipo de benefício social mesmo que ela tivesse trabalhado cinqüenta anos da vida dela naquilo ali (G., MNCR).

(...) a partir dali a gente viu a necessidade, viu que vários grupos tinham muitas demandas, alguns não tinham conquistado nada, viviam no lixão e tudo mais, nem sabiam qual era a sua profissão, não sabiam que aquilo era trabalho, aquela coisa toda, né, várias pessoas muito sofridas, alguns eram indigentes, não tinham nem o seu nome reconhecido e tudo mais. Várias pessoas relataram que várias pessoas tinham morrido no lixão porque as máquinas do lixão vinham e passavam por cima, ficavam enterradas ali mesmo, nem eram tirados os corpos e tudo mais. Não tinham discussão nenhuma com as suas prefeituras, nos seus municípios e como já tinham vários grupos avançados, como o exemplo aqui de Porto Alegre, Belo Horizonte e São Paulo, tinham grupos, associações reconhecidas pela prefeitura e tudo mais, a gente viu que tinha que formar um grupo, ou sei lá como é que se diz, uma entidade, que fosse representativa para todos os catadores em nível de Brasil. Uma entidade não poderia ser porque o que vinha, a luta que vinha mais adiante não é uma luta mais institucional, mas uma luta social, que era de valorização e reconhecimento dos catadores (A., MNCR).

⁴⁶ Segundo F. (CÂMARA, 2001:12), esse congresso, realizado durante a Semana de Meio Ambiente, contou com a presença de catadores provenientes de 18 estados brasileiros, totalizando cerca de 1.600 congressistas, dos quais 91,8% eram catadores, diferentemente do que acontecia em encontros desse porte, onde costumemente havia “muito mais técnicos, assessores e agentes presentes do que o próprio sujeito da atividade”.

Tanto no depoimento de alguns dos entrevistados durante a realização do trabalho de campo quanto em artigos (MOTA, 2005), livros (CONCEIÇÃO, 2005; GONÇALVES, 2003) e publicações diversas (CATADORES, 2002) é bastante evidente a importância que esse congresso assumiu ao permitir que essas “*pessoas muito sofridas*” começassem a vislumbrar a possibilidade de se constituírem como um coletivo organizado em nível nacional⁴⁷, capaz de lutar pelo reconhecimento de uma atividade que já vinha sendo exercida há muitos anos. Afinal, mesmo que os catadores, individualmente, estivessem movimentando há mais de 50 anos o recém-descoberto mercado da reciclagem, somente a estruturação de um coletivo lhes parecia, de fato, significativo o bastante para mostrar ao poder público o quanto eram capazes de participar de forma ativa no ciclo de limpeza urbana das cidades brasileiras e, assim, virem a conquistar a posição de “*co-gestor*” (G., MNCR) nos programas de coleta seletiva.

A incorporação de demandas com caráter mais político-legal à pauta de reivindicações acabou por revelar outras dimensões que não somente aquelas que, como de praxe nesses eventos, vinculavam o valor da atividade exercida por eles ao âmbito ecológico e à capacidade de geração de renda para grupos socialmente excluídos, sem fazer menção alguma à autoridade que lhes poderia ser investida de influenciar sobre os rumos de sua “prestes a se tornar” ocupação. Mesmo que a dimensão central adotada por estudos que fazem menção à exclusão social seja, basicamente a econômica, e, mais precisamente ainda, a do mercado de trabalho, Nascimento (1998) reforça que a dimensão política é igualmente essencial ao processo de exclusão, pois a ausência de direitos coloca os indivíduos em situação de precariedade e, sobretudo, de dificuldade em mudar sua condição econômica.

Ao apresentar uma síntese sobre o potencial da sociedade civil organizada para reagir frente às múltiplas formas de exclusão social a que estão submetidos, Scherer-Warren (2004:59) afirma que os trabalhadores informais, aqueles que enfrentam situações de desemprego ou vivenciam uma condição de subcidadania, executando atividades consideradas no limite da legalidade, mas que apresentam alguma regularidade ou continuidade em suas “táticas de sobrevivência”⁴⁸, podem vir a formar manifestações de rua – ou a chamada

⁴⁷ Rodríguez (2002) comenta um caso semelhante na Colômbia, embora com dez anos de antecedência, que foi a criação da Associação Nacional de Recicladores (ANR) que entrou em funcionamento em 1991, cuja fundação se deu a partir da realização do I Encontro Nacional de Recicladores. O risco de privatização da prestação de serviços públicos, especialmente o serviço de recolhimento de lixo em Bogotá, foi um dos motivos que levou os recicladores a se organizarem em uma rede nacional, descentralizando-a em representatividades regionalizadas.

⁴⁸ Em um estudo realizado por Natalino (2003), o autor revelou que os “carrinheiros” – catadores que trabalham individualmente puxando seus carrinhos – desenvolvem “táticas de sobrevivência” capazes de reverter um estigma negativo para com o seu ofício, as quais dependem justamente da forma com que eles estabelecem a relação com os supostos “clientes”, indivíduos com os quais firmam um acordo verbal que lhes permite assegurar que o material em questão seja doado somente para eles. No entanto, tal situação se limita a ser uma estratégia individual que não chega a se configurar em um formato, reativo ou propositivo, de caráter coletivo.

“política de rua”, conforme descrita por Asef Bayat –, se organizando através de redes locais constituídas por indivíduos que compartilham uma mesma situação de precariedade.

Em outro trabalho, porém, Scherer-Warren (2003:84) argumenta que esses atores não se limitam às redes passivas às quais a noção acima faz referência, mas podem vir a se articular através de redes politicamente ativas, não se restringindo, portanto, à política de rua meramente reativa, mas sendo “partícipes de um movimento de massas politizadas, com críticas à sua condição de subcidadania, estratégias de ação politicamente construídas e com uma utopia de transformação”. Segundo consta em uma publicação que se seguiu ao Congresso, editada pelo próprio Movimento em parceria com o Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua:

Nesta nova visão dos homens, mulheres e crianças que viviam e trabalhavam nas ruas, não havia mais espaço para as práticas tradicionais que tratavam o catador e morador de rua como cliente eterno da assistência social. No lugar da caridade, entrava em cena o reconhecimento destas pessoas como cidadãos de fato, com sonhos e formas de organização distintas. No lugar do drama solitário, também, entravam em cena as propostas coletivas que apontavam para a ruptura de velhos modelos e o nascimento de um novo movimento urbano (CATADORES, 2002:10).

No trecho acima, pode-se verificar uma tentativa desse coletivo de se afirmar deixando para trás uma situação de “eterna” assistência, cuja importância lhes era dada apenas como “demanda para o serviço de assistência social” (STREB & BARBOSA, 2004:17), para dar lugar a uma luta social que desembocasse no comprometimento do Estado e da sociedade na construção de parcerias *com* as associações/cooperativas, de forma a garantir o que para eles era visto como reconhecimento de sua condição de cidadãos. Durante a realização do Congresso houve, de fato, uma grande mobilização por parte das lideranças presentes em torno da aquisição de um *status* legal para a sua atividade, pela sua inclusão em programas municipais de coleta seletiva, pela criação de linhas de financiamento que permitissem equipamentos próprios às associações/cooperativas e pela criação de mecanismos tributários que incentivassem a indústria nacional da reciclagem (GONÇALVES, 2003).

Visto como um desdobramento da fase anterior, o Congresso se prestou a ser um momento de reivindicação especialmente para aqueles que trabalhavam de forma associativa, bem como de incentivo para que o processo de reciclagem fosse “desenvolvido, em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores” (CATADORES, 2002:18), ou seja, incorporando aqueles que permaneciam nas ruas. Esta última citação faz parte da “Carta de Brasília” que foi entregue ao Congresso Nacional, junto a um anteprojeto de lei que requeria a regulamentação da profissão. Esta Carta revelou o empenho dos participantes em articular a

importância ecológica que já virou quase um “*slogan*” dessa atividade, fato que será retomado mais adiante neste trabalho, às dimensões social e econômica, expressando-as na necessidade de que os projetos do poder público viessem a ser, de fato, construídos *com* os catadores. As reivindicações tratavam eminentemente da obtenção de uma condição legal que fosse capaz de assegurar as conquistas em diferentes esferas, através da legalização da ocupação em nível nacional e de legislações municipais que garantissem a inclusão dos catadores em sistemas de coleta seletiva, afinal, como salientou F., “(...) [e]liminam-se os lixões, proíbe-se os catadores de catarem sobre os lixões, mas não se dialoga com o catador sobre a possibilidade de ele ser um gestor dessa atividade” (CÂMARA, 2001).

O reconhecimento legal da ocupação, “(...) *uma das bandeiras de luta*” (E., FARRGS) e que serviu de maior motivação para a realização do Congresso, terminou, no ano seguinte, se efetivando⁴⁹, mesmo que não da forma como se almejava – “(...) *porque se eu enquanto catadora quiser pagar o meu INSS, é a mesma coisa, eu vou pagar o mesmo valor que um autônomo e a idéia se ela tivesse regulamentada, era ter um custo abaixo do autônomo pra gente poder pagar*”⁵⁰ (E., FARRGS). Esta conquista se deu, em grande parte, devido à “pressão política” exercida não só durante o evento, mas que continuou a ocorrer nos meses seguintes através da ação de alguns dos 30 membros eleitos para compor a Comissão Nacional do Movimento, que se comprometeram em seguir realizando reuniões e articulações com deputados, senadores e representantes ministeriais.

Para G. (MNCR), um dos escolhidos para compor a Comissão Nacional, a legalização da ocupação “(...) *signific[ou] politicamente muitas coisas, né, reconhec[eu] que há décadas existia esse trabalho não pago, não remunerado*”, mas, mais do que isso, permitiu que se criasse um “(...) *status comum de existência desse trabalhador*”, porque “(...) *a maioria se identificava enquanto catador, a maioria trabalhava em lixão naquela época, né*” (A., MNCR), “(...) *então ficou uma linguagem só no Brasil todo e dali nasceu o Movimento*” (T., MNCR). G. (MNCR) ainda acrescenta que a opção por incluir o termo “catador” na

⁴⁹ A ocupação de catador de materiais recicláveis encontra-se normatizada na CBO94, revogada pela portaria 397 do Ministério do Trabalho e Emprego em 09/10/2002.

⁵⁰ Está tramitando na Câmara dos Deputados, o projeto de lei 5649/2005, que regulamenta as profissões de coletador (que presta serviço subordinado a empresas ou à administração pública direta ou indireta), catador (que realiza individual, familiar ou coletivamente, com fins profissionais e sem subordinação jurídica, a cata manual e espontânea) e reciclador (que trabalha com fins profissionais, de forma autônoma ou subordinada, em centrais de reciclagem, constituídas e mantidas por cooperativas de trabalho ou por empresas privadas ou coletivas com ou sem fins lucrativos). Como justificativa para o projeto, o autor argumenta a favor da “visibilidade institucional” que a lei traria para os indivíduos que exercem essa atividade de utilidade pública, com “a conseqüente diminuição do preconceito” mediante a garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários desses profissionais, permitindo tanto aos recicladores, quando autônomos, quanto aos catadores de se registrarem nas “Delegacias Regionais do Trabalho” (CÂMARA, 2005). Não há, entretanto, qualquer menção quanto a valores inferiores a serem pagos pelos catadores no que diz respeito a sua contribuição previdenciária.

Classificação Brasileira de Ocupações havia sido consensual para evitar o que considera um “*contrabando ideológico*” da parte de empresários, do poder público e daqueles “*que batem no peito que são recicladores*”, mas que, na verdade, possuem uma “*consciência de classe mais empresarial*”, que estimulam o uso do termo “reciclador” para inculcar nos trabalhadores a idéia de que podem deixar de se verem como uma “*(...) massa que está excluída, né*” para se tornarem, individualmente, “*(...) empresários do lixo (...) elev[ando] a consciência do catador ao nível do empresariado*”. Entretanto, como algumas lideranças da FARRGS haviam comentado, a mera diferenciação terminológica pode não representar muito e resultar aparentemente insignificante, já que “*(...) muitas pessoas acabaram reproduzindo o termo reciclador, mas tendo consciência de que é catador*” ou seja, “*(...) reciclador, catador, tanto faz, né*”, o conteúdo desde último só ganha sentido para o MNCR desde que indivíduo que o utilize “*(...) se entenda como parte de uma classe, né!*” e isto, segundo G. e A. (MNCR), é visível corporalmente: “*(...) o catador sabe quem é catador, olha na cara, olha nas mãos, olha, sabe, no estilo de quem mete a mão no trabalho, isso está bem marcado mesmo*”, “*(...) nós nascemos no seio da pobreza, no seio da miséria, nós temos isso dentro do nosso corpo, nosso organismo é formado disso, né, e nós temos isso também desde os nossos antepassados, que vieram dos escravos, dos índios, que eram explorados aqui no nosso país*”.

A delegação que participou do Congresso era, em sua maioria, composta por catadores que faziam parte da FARRGS e que estavam dispostos a apostarem na criação de um novo coletivo, menos formalizado, cujas facilidades de articulação e comunicabilidade advindas poderiam propiciar agilidade e resolutividade para interferir em processos políticos que necessariamente extrapolariam o âmbito estadual e que poderiam ganhar força mediante uma mobilização nacional que fosse feita *com* a participação deles. No retorno, entretanto, mesmo que houvesse a expectativa de um esforço por parte de todos aqueles que lá estiveram para difundir esse “*embrião*” no Estado, este trabalho acabou por se restringir a um pequeno grupo de catadores que assumiu para si a função de “*(...) multiplicar o que que seria o Movimento dentro de todo o Estado*”, ou seja,

(...) a partir daí a gente começou a criar, começamos a discutir, começamos a debater firmemente o que seria o Movimento, o que que nós queríamos e tudo mais (...) a gente foi em várias bases de catadores que nós sabíamos que tinha, né, em vários municípios que tinha e começamos a fazer a discussão sobre o que que era o Movimento dos Catadores, apesar de que nós mesmos não sabíamos direito o que que era, porque uma coisa criada um dia antes assim, vamos dizer, então foi uma construção bem coletiva assim, (...) a partir disso, imagina, foi uma briga dentro das bases para a gente explicar o que que era catador, o que que era reciclador, porque, naquela época, se entendia que catador era aquele...o mais baixo de tudo, o mais baixo de tudo, assim, era o mendigo, era o cara que estava na rua, (...) não

tinha aquela questão de solidariedade no fundo, foi um processo de trabalho enquanto Movimento que a gente começou a entrar, conversar com cada catador, e ele entender que tinha que ser solidário com o outro (A., MNCR).

Enquanto um dos representantes do MNCR advoga ter sido instituída uma construção bem coletiva desde o início, E. (FARRGS) relata que esse trabalho acabou se limitando a um grupo pequeno de catadores devido ao fato de que, diferente do que ocorreu em outros estados do país, aqui, no RS,

(...) os dirigentes que foram tirados para o Movimento eram integrantes da Federação, eram diretores da Federação, aí o que que acontece, esses integrantes do Movimento Nacional dos Catadores aqui do RS, (...) um dos representantes que é o representante do Movimento no estado, que é o G., ele quis levar o movimento e essa foi a divergência com a própria Federação, com os catadores, de não quererem continuar participando desse movimento, porque na verdade, o G., ele faz parte do movimento anarquista, ele é um dos coordenadores do movimento anarquista e uma das metas do movimento anarquista é infiltrar dirigentes dentro do Movimento dos Catadores e aí os catadores não quiseram isso, sabe!

Mesmo com certas divergências instaladas, este e outros trabalhos que vinham sendo desenvolvidos nas associações vieram a sofrer um abalo maior com o falecimento, em março de 2002, de uma das principais lideranças externas, H., justamente no momento em que ela coordenava a FARRGS, quando se pôde perceber a forte relação de dependência que os catadores de muitas UTs haviam estabelecido com ela, que ficou ainda mais evidente em virtude do processo de isolamento vivenciado por várias associações, para as quais, pertencer a um movimento social ainda não tinha qualquer significado. Segundo Lorenzetti (2003), a ausência dessa liderança deixou um lapso de união, de coesão frente a um ideal, e abriu a possibilidade para o surgimento de conflitos mais sérios, entre pessoas ou grupos que começaram a disputar o espaço antes ocupado por ela. O primeiro deles foi a própria disputa interna que surgiu pela direção da Federação. De acordo com o que constava no estatuto, no entanto, a entidade passou a ser interinamente coordenada pelo seu 1º Secretário, G., que era membro da Comissão Nacional do Movimento, o que significou quase que uma fusão entre os dois grupos, sem que isto tenha significado que todos os membros compartilhassem os mesmos princípios, “(...) vamos dizer assim, divergindo mas se respeitando” (E., FARRGS), em que, neste momento, um deles basicamente passou a se prestar aos propósitos jurídicos que ao outro não era permitido.

O ano de 2002 marca também o começo do que R. (FARRGS) refere como sendo uma “*mega dívida*” – já que, atualmente, deve “(...) *estar em torno dos 25 mil reais*” – e que acabou se acumulando em decorrência da “*má administração*” com que a Federação foi

conduzida em gestões anteriores, “quando o assessor [F.] tinha várias pessoas contratadas”, o que gerou problemas relativos ao não-pagamento “(...) de previdência social, de imposto de renda, (...) fundo de garantia, todos os impostos federais, taxas”, agravados pelo fato de não ter havido o repasse da última parcela da verba do “Coletivos de Trabalho”⁵¹, programa do governo do Estado do RS ao qual a FARRGS estava vinculada. Essa dívida acaba, segundo o ex-tesoureiro, por ocasionar às atuais gestões um impasse, se “nós vamos angariar recursos para pagar a dívida e gastar as nossas energias nisso ou [se] nós vamos continuar fazendo alguma ação que ajude no dia-a-dia a melhorar a condição dos trabalhadores”, o qual, em última instância, tem ameaçado a própria sustentabilidade da entidade.

Com novas eleições, em agosto de 2002, escolheu-se como coordenadora, E., ligada à Associação da Santíssima Trindade, em Porto Alegre. Contudo, conforme argumenta Martins (2004), o acirramento de conflitos internos, agravados pelo seu crescente endividamento, levou todos os membros da coordenação a que pedissem demissão de seus cargos alguns meses após a posse, em fevereiro de 2003. Segundo R. (FARRGS), isto ocorreu justamente no período em que estourou a dívida financeira e “(...) aí, a E., que era coordenadora, pediu demissão, todo grupo pediu demissão, aí ficou um impasse assim até abril, em abril teve assembleia, que daí não se fazia prestação de contas, se enrolava, enrolava e daí um pessoal ligado ao Movimento foi lá e pegou a coordenação”.

Com a demissão de todos os membros, esta nova coordenação, que assumiu em 30 de abril daquele ano, não foi vista com bons olhos por outros catadores, que consideraram um ato autoritário. A “eleição” não foi sequer tida como legítima pela maioria dos catadores filiados à FARRGS, que alegaram que “(...) eles não registraram a ata” porque senão “(...) iam ter que assumir também a dívida, né” (R., FARRGS) de forma que, assim, havia o argumento necessário para anular o processo e convocar nova assembleia. Nos meses que se seguiram, instalou-se uma verdadeira “campanha” da parte de lideranças provenientes de diversas UTs que mobilizaram diferentes regiões do RS para tentar desapossar a coordenação que havia assumido em abril, o que culminou, por fim, na realização de uma assembleia considerada “tensa” (EDITORIAL, 2003) em 24 de setembro de 2003, a qual teve a participação de 150 representantes de 44 UTs do Estado⁵² e que acabou por “(...) reconduzir a E., porque daí o F.

⁵¹ Este programa teve por objetivo promover a inserção de trabalhadores, excluídos do mercado de trabalho, na perspectiva da auto-sustentabilidade e da autogestão. Para tanto, ele articulava duas dimensões, uma emergencial, que minimizava as conseqüências da vulnerabilidade social e outra estratégica, voltada a ações educativas, que buscava melhorar o perfil ocupacional dos trabalhadores (ACCORSSI, 2004).

⁵² A assembleia contou ainda com nove entidades de apoio, entre elas a Central Única dos Trabalhadores (CUT) do RS, CAMP, METROPLAN, CÁRITAS, UFRGS, Central dos Movimentos Populares e várias ONG’S (TRABALHADORES, 2003:1).

saiu, e se recompôs a coordenação, porque algumas pessoas já tinham saído, não quiseram mais continuar naquela coordenação, daí nessas que a gente entrou” (R., FARRGS). Conforme consta em um documento redigido na primeira reunião de trabalho da coordenação reeleita, “[n]a ocasião [da assembléia], foi definido que devido ao não registro da Coordenação Provisória eleita em 30 de abril de 2003, fica reconduzida a coordenação anterior, eleita em 22 de agosto de 2002, bem como preenchidos os cargos vagos”, e nele consta também os nomes dos onze componentes da coordenação (COMUNICADO, 2003:2).

Dessa coordenação, a qual encerrará o mandato em 2005, foram entrevistados para este trabalho: a coordenadora geral (E.) – Porto Alegre; a 1ª secretária (B.) – Canoas, e o 1º Tesoureiro (R.) – Dois Irmãos. Estas são consideradas três das lideranças mais atuantes, citadas inclusive por membros do outro grupo, convidadas a palestrar em encontros e eventos diversos⁵³ e cujos contatos constam em um documento recentemente produzido pela entidade, o plano de gestão 2003-05, o qual será comentado adiante. Além desses, outros três catadores assumiram os cargos de vice – provenientes, respectivamente, de Porto Alegre, Erechim e Cachoeirinha – e mais cinco passaram a integrar o conselho fiscal – provenientes de Dois Irmãos, Santa Maria, Alvorada, Caxias do Sul e Viamão.

Na verdade assim, essa retomada em 2003, foi um marco na história da Federação, porque além de nós fazermos, nós retomamos nossa entidade que estava, eu costumo dizer que ela estava na UTI, né (...) a gente aposta muito nessa retomada da Federação, a gente vem fazendo formação e tentando multiplicar as lideranças que existem, para quê? Para que, vamos dizer assim, se amanhã ou depois, a E. ou a B. vier a morrer, a Federação, o processo não cai, sabe, pode até estremecer, mas não cai como caiu daquela vez que a gente tinha uma única liderança (E., FARRGS).

Várias pessoas, entre funcionários do DMLU e agentes religiosos, mencionaram, em entrevista a Martins (2004:142), a presença de ativistas do movimento anarquista infiltrados na coordenação que assumira em abril. Um dos agentes religiosos – trata-se justamente daquele que tinha se afastado do processo na primeira fase – salienta inclusive a intromissão desses anarquistas, na sua opinião “politiqueiros que não são papeleiros”, em eventos nacionais da categoria, devido ao lugar de destaque que um deles passou a ocupar após o Congresso. Ainda de acordo com esse agente, mesmo que esse grupo tenha tentado

⁵³ Para mencionar alguns exemplos, dentre tantos outros: E. participou como painalista no Seminário “Os Desafios da Coleta Seletiva no Rio Grande do Sul”, realizado em Porto Alegre, em 2005; B. participou como painalista no Seminário “Educação, Resíduos Sólidos e Cidadania: o futuro de Porto Alegre”, realizado em Porto Alegre, em 2005; e R. participou como painalista no VII Seminário Nacional de Resíduos Sólidos, realizado em São Paulo, em 2004. Ao comentar a experiência, R. relata: “*Eu tive no ano passado, a E. também, em São Paulo, né, teve um congresso da ABES, a gente foi, expôs trabalhos e participou também lá do debate, né, da Política Nacional de Resíduos. Isso com frequência, até a gente é mais solicitado que consegue estar presente, né*”.

“desestabilizar” a FARRGS, o processo de recondução aos cargos da antiga coordenação “(...) foi uma lavada; parecia que eles [os ‘anarquistas’] tinham força, mas não tinham”, cuja opinião condiz com a de R. (FARRGS), já que ele também afirma tratar-se de “(...) *um grupo não representativo, ninguém reconhecia eles*”, de forma que, após a sua saída, a FARRGS pôde, segundo o ex-assessor religioso, voltar a “fazer um trabalho sério, de profundidade” (MARTINS, 2004:143). A inclusão destes depoimentos dá algumas pistas para esclarecer o porquê da inexistência de contato entre esse agente e os atuais dirigentes do MNCR no RS, fato este mencionado previamente.

Essa coordenação considerada “ilegítima” era formada por vários dos catadores que, após essa assembléia, irão romper definitivamente os laços com os integrantes da FARRGS e se dedicar apenas ao núcleo estadual do MNCR, bem como procurar expandir possíveis articulações ao cenário nacional, já que no RS, se instalará um clima de disputa “velada”, em que nenhum dos dois grupos interfere nas decisões tomadas pelo outro, mesmo que se vejam forçados a ter que dividir o mesmo espaço e as mesmas atenções, ou seja, “(...) *no ponto em que ajude os catadores, pra nós está tudo beleza, né, não interfere em nada!*” (A., MNCR).

Em termos práticos, A. relata que a ruptura entre eles e a Federação se deu muito em decorrência desta última ter se restringido à organização dos catadores que estavam em “*associações já formadas*”, porque como declara R. (FARRGS), “(...) *nós entendemos que catador individual não tem futuro*”, enquanto o Movimento teria se proposto a “(...) *organizar os catadores na sua essência, né*”, o que incluía pensar uma estrutura organizacional para aqueles que optassem por trabalhar nas ruas ou ainda para aqueles que não tivessem outra opção senão permanecer nelas, de forma a estender as conquistas a toda a categoria, independentemente da existência de um vínculo associativo/cooperativo.

(...) o fato é que a maioria, a massa, os 99,9% da população catadora vive de catar nas ruas ou nos lixões ainda em condições mais básicas, na parte mais inicial do ciclo, inclusive, catando e entregando para sucateiros logo adiante, né, intermediários. O Movimento vem para reconhecer (...) para buscar conquistas para esse setor, sem confundir com o setor reciclador (G., MNCR).

Se, no cenário nacional, o Congresso de Brasília teve um significado bastante grande, como descrito anteriormente, para o contexto do RS, as conseqüências advindas dele foram ainda mais particulares, já que será muito em decorrência dos acontecimentos que se lhe seguiram e de divergências político-ideológicas que se instalarão que se dará uma cisão entre aqueles que permanecerão na FARRGS e aqueles que decidirão se desligar dela para assumir a coordenação do MNCR, tornando-o muito mais “(...) *combativo mesmo*” (C., MNCR).

Após a realização da assembléia, no final de 2003, as lideranças da FARRGS que a reassumiram também optam por romper relações com aqueles que passam a representar o MNCR no RS devido, em parte, pela linha política adotada, a qual resulta, segundo R. (FARRGS), em uma *“prática pedagógica”* incompatível entre os dois grupos, ou seja, *“(…) eles não devem concordar com a nossa e nós não podemos concordar com a deles”*, de forma que a entidade deixa de assumir o papel de “braço jurídico” do Movimento para o qual havia inicialmente se prestado.

2.1.3. Empreendendo uma auto-organização coletiva: seguir os caminhos propostos *por* uma federação ou *por* um movimento social

A quarta e última fase compreende o período que começa em 2004, quando os dois grupos se separaram definitivamente e se estende até 2005, ano em que, no RS, ocorreu o II Congresso Latino-americano de Catadores de Materiais Recicláveis e no qual se esperava fosse ocorrer também o II Congresso Nacional, ambos promovidos pelo MNCR, e que acabou adiado, provocando mal-estar e desconfiança, desta vez, em representantes da FARRGS. Esta é a fase na qual se está considerando que essas coletividades puderam vivenciar um maior “protagonismo”, mesmo que esta experiência tenha ficado restrita majoritariamente à atuação de suas lideranças.

No caso da FARRGS, muito em função da posse de uma equipe composta somente *por* catadores, eleita legitimamente em assembléia, momento em que se oficializou a saída de F. da coordenação, o qual vinha, já há algum tempo, se afastando do processo. A participação exclusiva de catadores passou a ser considerada uma exigência para a própria composição da coordenação, ou seja, segundo E., um dos critérios que a Federação *“(…) não abre mais mão é que os dirigentes dela sejam catadores, estejam trabalhando no processo de catação”*. Na verdade, o limite entre “ser” e “estar” catador não parece tão bem definido, visto que não é imposto tempo mínimo de trabalho na “catação” nem há qualquer impedimento para se tornar elegível mesmo quando o indivíduo tenha um histórico de atuação em outro ramo. Em última instância, o que prevalece é o vínculo com alguma das associações filiadas, desconsideradas as eventuais cooperativas, já que *“(…) no entendimento jurídico as duas entidades não casam”*, sendo que, para as cooperativas, *“(…) se estudou a possibilidade de fazer convênios, do pessoal entrar por convênios, só que isso não permite a participação nas eleições, na direção, né”* (R.).

Segundo informação recolhida em um curso de formação de lideranças da FARRGS, existem, no total, 52 associações filiadas (embora nem todas estejam com a documentação em dia), que representam, aproximadamente, 2 mil trabalhadores no RS (BREVE, 2004). A filiação à Federação é restrita às associações, sendo vedada a filiação individual. Devido ao fato, já mencionado anteriormente, de que as próprias associações são, em sua maioria, dirigidas por mulheres, isto termina se refletindo na majoritária participação feminina na sua coordenação. No que diz respeito à gestão 2003-05, a coordenação era composta por sete mulheres e quatro homens (COORDENAÇÃO, 2003:3). Já na gestão 2005-08, cuja eleição de seus membros ocorreu no dia 5 de outubro de 2005, em Porto Alegre, durante a realização da assembléia geral ordinária da FARRGS, a qual contou com a participação de 32 representantes de 16 associações filiadas, a coordenação geral continuou a cargo de uma mulher, enquanto a vice-coordenação passou também a ser exercida por uma mulher, já os demais cargos do conselho de coordenação (secretário e tesoureiro, além dos respectivos vices) foram assumidos por homens e, no conselho fiscal, houve uma predominância feminina (4 mulheres e 1 homem), de forma que houve uma distribuição relativamente mais equânime em se tratando de gênero. Foi possível verificar, no entanto, uma certa centralização regional da atual diretoria, proveniente em sua grande maioria da região metropolitana de Porto Alegre e, em segundo, da região da Serra.

Retoma-se aqui, novamente, a conturbada assembléia de 2003, porém, no momento, com o intuito de destacar o fato de ela ter contado com uma ampla participação de entidades de apoio, tendo sido o assessoramento que algumas delas seguiram oferecendo à FARRGS o responsável pela concretização de um primeiro plano de ações que demandou o levantamento da “(...) *questão da missão, dos objetivos e dos desafios que a gente tem enquanto catador a nível estadual*” (E.), cujo material resultante foi, primeiramente, aprovado *por* representantes de várias das associações filiadas à Federação, em dezembro de 2003, para que, só então, pudesse servir de guia para as ações que a entidade pretendia realizar até o final de 2005.

(...) nessa retomada, a gente fez o primeiro plano de ação da Federação, porque a gente tinha bons pensamentos, o que queria, aonde é que queria chegar, mas nada escrito e a gente conseguiu uns parceiros com as entidades de apoio que liberaram seus técnicos e nos ajudaram a construir, né. (...) então assim, eu acredito que nessa questão de parcerias, hoje, né, a gente pode, a gente não está mais sozinho, sabe, embora as decisões sejam nossas, mas hoje, vamos dizer assim, a gente constrói as coisas juntas, não é imposta, vocês tem que fazer! (E.).

A elaboração desse plano e todo o processo que adveio após a retomada da Federação fazem com que R. enfatize, com orgulho, que “(...) *hoje é ao contrário, hoje nós, recicladores,*

nós estamos conseguindo dar direção na coisa”, mesmo que admita que, para isso, ainda dependam muito “(...) *de entidades de apoio em termos de operacionalizar as coisas, né*”. A função de operacionalização acaba sendo dirigida, de acordo com Martins (2004), para três tipos diferentes de “parceiros”: governamentais, que diz respeito àqueles que garantem o fornecimento dos materiais recicláveis, a infra-estrutura física dos galpões, a manutenção dos equipamentos e, em alguns casos, recursos adicionais para treinamento; não-governamentais, tais como entidades sociais, educacionais ou religiosas, que propiciam a qualificação dos catadores e colaboram em outras tarefas de apoio; e parceiros de outras instituições privadas, como empresas, de caráter industrial ou comercial, que dão sustentação a projetos específicos nas UTs, além do fornecimento preferencial dos resíduos dessas instituições (um exemplo é o *Carrefour*, em Porto Alegre, que entrega parte do material reciclável para as UTs da Capital em sistema de revezamento. Como foi visível no caso da UT da Restinga, essa carga, entregue trimestralmente, era ansiosamente aguardada devido ao incremento financeiro que lhe trazia).

Apesar da relação estreita com esse rol de apoiadores, o plano de ações previa driblar um de seus maiores desafios, qual seja, justamente o de superar a dependência do poder público, ONG's e entidades religiosas para que pudessem, finalmente, adquirir a “autonomia e a auto-organização” necessárias para instituir “estratégias próprias para a viabilização econômica” da atividade (FARRGS, 2003), ou seja, “(...) *dar condições para as associações venderem diretamente para a fábrica*” (E.). Para isso, uma das metas era a de criar centrais que pudessem potencializar “processos coletivos de comercialização” e, desta forma, “melhorar os ganhos dos recicladores” (FARRGS, 2003). É perceptível uma afinidade de propósitos entre esta “ação estruturante”, que é parte de uma estratégia de regionalização, e a experiência que tinha sido quase concretizada com a micro-usina de plásticos da Restinga, bem como uma similaridade em seus resultados, já que, até então, ambas não se efetivaram.

A “lição” com o fracasso da primeira tentativa, no entanto, ficou latente para algumas de suas lideranças, já que o maior investimento da entidade passou a ser na questão da formação dos catadores associados, mais especificamente “(...) *investir na formação humana e, também, como empreendedor*” (R.). A pouca ênfase que foi dada a esta questão ao se tentar implantar a micro-usina de plásticos, significou, para um dos membros do conselho de coordenação, “*a maior falha*” (R.), de modo a se tornar quase que um pré-requisito para o sucesso de qualquer projeto que viesse a ser implementado nesses ou em outros moldes: “(...) *o processo de formação é anterior a tudo*” (R.). Segundo a coordenadora geral da gestão 2003-5, E., a “(...) *Federação veio para fazer esse papel, sabe! Para formar os catadores, capacitar os catadores para que eles possam junto com outros catadores fazerem, levantar as*

necessidades e fazerem os projetos para uso comum”, de forma que, assim capacitado para acessar e gerir os recursos financeiros, o catador tivesse também autonomia para gerenciar a sua UT.

(...) a gente trabalha muito com isso e tem dado resultado positivo, as lideranças que participaram do ano passado, a gente fez um encontro, um reencontro esse ano, agora em julho, e eles disseram assim olha, nós estamos vendendo, antigamente nós vendíamos para sucateiros, estamos vendendo direto para a indústria, então quer dizer, e por quê? Porque acreditaram no processo, foram para dentro dos galpões e multiplicaram isso, sabe! (E.).

A despeito da existência de uma dívida financeira que, em certa medida, prejudica a atuação dos coordenadores, estes priorizaram, na re-organização que vinham empreendendo após sua retomada, aproveitar as facilidades advindas com as parcerias que se mostraram interessadas em ajudá-los no sentido de convertê-las em processos “educativos” com ênfase em uma “*metodologia participativa*” (R.). Se, antes, “*não tinham entidades de apoio*”, nesta fase, os coordenadores podiam, junto com elas, “*(...) montar um curso de formação [e] (...) coloc[á-lo] em andamento*”, afinal, mesmo que ele dependesse “*(...) de recursos de pessoas que os organiza[ssem]*” (R.), parecia ser o único meio capaz de fortalecer a entidade e garantir a sua continuidade mediante a emergência de novas lideranças, “*(...) lideranças que ainda estavam abafadas*” (E.), fundamentais para fazer avançar a organização (até porque, nas entrevistas, E. e R., haviam frisado que não permaneceriam na próxima gestão). Na opinião de E., o investimento que passou a ser feito no processo de formação e capacitação, cujo público-alvo era composto majoritariamente por mulheres, foi o que fez surgir

(...) grandes lideranças aí com potencial, com crescimento, embora não tendo 2º grau, mas tendo potencial de tocar a entidade, sabe, seriamente, então eu acho que o grupo cresceu muito mesmo. (...) as mulheres deixaram de ser meramente donas-de-casa, meramente mães de família, hoje elas estão no mercado, lutando, reivindicando os melhores preços, falando de...sabe então, eu acho que...e não deixamos de ser as mães, as donas-de-casa, mas crescemos muito nisso.

Mais do que circunscrever esse processo ao âmbito exclusivo dos cursos de formação, nota-se que as lideranças têm primado por participar de uma série de encontros e eventos que se prestam a várias funções, desde promover a entidade, já que “*(...) é muito fácil tornar visível a Federação, fácil em termos, a gente poderia ter muito mais, se tivesse mais pessoas, ela tem uma aceitação muito fácil*” (R.), até garantir que haja uma representação mínima feita por catadores em alguns desses espaços de discussão, tais como o Fórum Lixo & Cidadania, passando, passando pelo fato de se sentirem orgulhosos ao serem convidados a divulgar, inclusive internacionalmente, o trabalho que executam:

(...) a Federação, ela foi uma das entidades convidadas a participar de um seminário internacional!! De Experiências, formas de experiências de agregar valor a associações de catadores, e o Estado do RS, através da Federação, foi convidado para participar nesse seminário em Buenos Aires. Então lá inclusive a gente pôde ver que tinha dez países, sabe, e do RS, do país, do Brasil, foi a única a nossa experiência que estava lá, sabe...então [em um tom mais empolgado] para gente é um reconhecimento, sabe, das lutas, dos desafios que a gente tem, ter chegado lá!! (E.).

(...) no Fórum Lixo & Cidadania, nós estamos sempre presentes, né, até numa época que a Federação não se fazia representar, estava naquela situação enrolada ali, nós aqui [da Associação de Dois Irmãos] começamos a participar, né, pra pelo menos algum catador estar presente. O Movimento, a representação do Movimento não vai, participaram acho que uma vez, em duas reuniões, mas tempos atrás, e não tem participado, né (R.).

A opção do MNCR de não participar ativamente dessas instâncias, mesmo que, em certas ocasiões, alguns de seus integrantes se façam presentes⁵⁴, é justificada por G. por se tratarem de “(...) espaços estéreis, que não têm poder, na realidade, de instrumentalização das propostas dos catadores, (...) é um espaço onde estão vários atores sociais, mas cada um querendo a sua fatia no bolo desse nicho de mercado da reciclagem”. A perspectiva assistencialista que, para o Movimento, tende a nortear as decisões que são tomadas nesses espaços acaba por lhes tirar a autonomia frente às entidades técnico-governamentais, já que se trata de espaços onde não “(...) deixa de existir a dependência do saber”. Para G., a idéia de constituir um movimento social em que as decisões sejam tomadas por catadores é tida nesses espaços como “(...) uma proposta interessante e tal, mas que tem seus obstáculos, seus complicadores”. Em uma tentativa de se contrapor a isso,

(...) a gente procura fazer com que o catador organizado no Movimento, ele vá formular dentro do bojo do Movimento as propostas, desenvolver tecnicamente as alternativas com os apoios que temos, né e levar essa proposta diretamente a quem é de dever responder por isso, que é o poder público local, os setores do governo, os setores que são responsáveis por essa área, né. A gente tenta fazer essa interlocução direta acabando com os espaços intermediários que empoderam

⁵⁴ O Fórum Lixo & Cidadania faz parte de um programa nacional que começou por iniciativa da UNICEF, “Criança no Lixo Nunca Mais”, a partir de um fato ocorrido na cidade de Olinda, em 1994, o qual escancarou a realidade de pessoas que viviam nos lixões do país. Este fato teve grande repercussão na mídia por ter envolvido a hospitalização de várias crianças que foram intoxicadas por terem ingerido lixo, no qual se suspeitou haver carne humana devido à presença do lixo hospitalar que era totalmente depositado a céu aberto (ABREU, 2001). Para combater tais situações, o Fórum se constituiu como uma instância organizada de discussão que ocorre tanto no âmbito municipal, estadual quanto nacional e que reúne organizações não-governamentais, entidades religiosas, órgãos governamentais e instituições de ensino que atuam nas áreas relacionadas à gestão “social” dos resíduos sólidos. Embora o MNCR não participe das reuniões que envolvem os eventos municipais do Fórum, consta, na programação de dois desses encontros nacionais, a participação de G. como palestrante da conferência “Catadores de materiais recicláveis no ambiente urbano: novas configurações de espaço e de subjetividades”, atividade ocorrida no 2º Festival Lixo & Cidadania, no ano de 2003, em Belo Horizonte e como debatedor do painel “Cidadania em Jogo: Catadores de materiais recicláveis e moradores de rua no mundo globalizado”, atividade que fez parte do 3º Festival Lixo & Cidadania, ocorrido em 2004, na mesma cidade.

outros em vez de empoderar os próprios catadores. Por isso a gente não participa muito de certos espaços que tem aí, que...não vamos perder tempo! Entende?! Então, muita enrolação e não vão direto ao ponto (G.).

A fundação do MNCR significou a possibilidade de se constituir um coletivo que, junto à legalização da “*profissão catador*” (T.), começasse a empreender outras conquistas, de caráter mais político, porque, segundo C., “*(...) naquela época eram bem precárias as coisas assim, não tinha nenhum exemplo de estar, de repente, fazendo a sociedade rever que aquele catador poderia ter sido reconhecido, né*”.

(...) então, com o espelho do MST de Brasília, né, que participou junto dentro do Congresso e ajudou a formular e tudo, a gente viu que a nossa grande força poderia ser de nós termos um movimento, criar um movimento social, aonde, por incrível, ninguém, de nenhum dos 2 mil catadores que tinha, nenhum votou contra, ou seja, foi uma instância assim que...então por isso que o Movimento já nasceu desde o seu embrião, ele nasceu com uma baita duma força, porque todos os grupos de catadores estavam presentes e votaram a favor disso (A.).

A auto-organização, “*protagonizada pelos próprios trabalhadores*” (G.), foi um dos princípios pactuados durante o I Congresso Nacional para assegurar a “*voz do catador*” (C.): “*Na área política, nós nos constituímos enquanto grupo pelo nosso princípio de auto-organização que não necessita de ter pessoas para estar pensando por nós, né*” (A.). Para efetivá-lo, o Movimento julgou imprescindível vinculá-lo à “*independência de classe*”, tanto em relação aos apoios técnicos que poderiam querer “*se aproveitar*” da organização do Movimento quanto no sentido de não depender de “*(...) braços políticos para toc[á-lo]*”, os quais poderiam manipular os catadores a tal ponto de eles acabarem “*(...) explorando os seus próprios companheiros*” (A.). Em relação a matrizes ideológicas e/ou correntes partidárias, G. ressalta que apesar do Movimento ser “*(...) aberto a todo e qualquer catador que queira participar, independente do partido do qual ele faça parte*”, há um acordo interno entre os seus “*militantes*” de que “*(...) o espaço político-social do Movimento não é um espaço de propaganda partidária*”, de forma que mesmo

(...) os anarquistas que estão dentro do movimento não fazem propaganda nenhuma dentro do movimento, eles fazem fora, os petistas que estão aí também, a gente briga com eles, porque é difícil fazer com que eles não tragam as bandeirinhas deles, uns trazem e ficam na volta querendo entrar, né, então, tudo isso aí é muito difícil, tanto os outros partidos de direita que estão aí.

A concretização de seus princípios, no entanto, especialmente no que diz respeito à auto-organização, tem se dado de forma paulatina, tal como afirma G.:

(...) no começo foi necessário dividir mesmo a sala, porque os catadores ainda eram muito espectadores dos técnicos, o que os técnicos falam a gente pensa, entendeu? Se torna muito dependente, os catadores não falam, só os técnicos falam. No que a gente separou as salas, fazendo outro tipo de discussão, aí o catador começou a se expressar e aí começou a desenvolver inclusive o raciocínio estratégico, aí hoje não tem problema se tem que divergir, se pensa diferente se não pensa, se está de acordo, se não está (...) à medida que a gente começa a criar algum grau de autonomia e confiança no fato, o catador não só carrega carrinho no lombo, porque tem a liberdade de se manifestar também.

O estabelecimento de alianças pontuais, “(...) que é quando são táticas”, para fins específicos, e de alianças “estratégicas”, mais duradouras, com “(...) apoiadores militantes” (G.), cuja seleção é feita com base não tanto na “(...) própria instituição em si (...), a gente vê mais a pessoa que está na frente disso”⁵⁵ (A.), foi, entretanto, apontado como fundamental por todas as lideranças entrevistadas, especialmente no que concerne à “(...) questão das leis, códigos, tudo mais, essa parte toda (...) que nós não temos como prática do dia-a-dia” (A.). É perceptível que há a busca por uma maior instrumentalização para lidar com as relações assimétricas que tendem a se estabelecer nas ocasiões em que, como afirma V. (sexo masc., 49 anos, 1º grau incompl., MNCR), “(...) tu vais trocar idéias com os governos, com outras lideranças aí”, onde se reconhece que “(...) a gente realmente precisa de pessoas que tenham estudo e que apoiem e que nos informem para nós termos argumentos pra discutir com eles”. Entretanto, para que eles se apropriem dessas informações sem perpetuar uma relação de dependência, G. relata que o MNCR prioriza “(...) um apoio que é emancipador”:

(...) aquele apoio que respeita os princípios do movimento, de independência de classe, de auto-gestão dos catadores, do protagonismo dos catadores e, sobretudo aquele apoio que, nessa linha, ele vá contribuir para o fortalecimento do catador na perspectiva de deixar até de existir enquanto apoio em alguns casos, ou seja, de que ele vá apoiar o suficiente para capacitar e qualificar o saber e o protagonismo do catador de forma a não mais ser necessário como técnico de apoio, né. O que não significa deixar de ser companheiro, que uma vez que o saber é socializado, seguem todos como iguais e como companheiros na luta, ou seja, a união continua.

Pela própria proposta emancipatória que carrega e pelos meios que utiliza, além da flexibilidade, baixa especificação de papéis e atuação no limite da legalidade, um movimento social, como afirma Sobottka (2003:54), não pode “ser engessado por regulamentos e normas burocráticas”, de forma que a solução para esse dilema foi, muitas vezes, encontrada pela constituição de uma organização formal, capaz de acolher exigências legais com relação a

⁵⁵ No item 5 das “Bases de Acordo do MNCR”, que se refere às parcerias, diz que é necessário “[b]uscar informações sobre a idoneidade (ética) dos que propõem parcerias, sua trajetória e se estão de acordo com os conceitos e princípios do MNCR”, que são, além dos que já foram comentados, a solidariedade de classe e a democracia direta.

recursos financeiros, responsabilidade contratual e mesmo como referência institucional, para a qual se cunhou o termo “organizações de movimentos sociais”. Enquanto estiveram juntas, parece adequado enquadrar a FARRGS como se prestando a tal papel, “o suporte necessário para a estabilização das atividades e da mobilização, como garantia de sua continuidade como movimento”, mesmo que, com o endividamento que se seguiu, ela pouco o tenha cumprido.

A partir de 2004, entretanto, quando a ruptura entre a FARRGS e o MNCR já havia se consolidado, é possível verificar, tomando os termos empregados por Sobottka (2003:56), a mudança de uma “organização *do* movimento social” para uma “organização *para* o movimento social”. A primeira se refere ao momento em que a FARRGS ainda fazia parte do MNCR e, além de se prestar a ser um instrumento jurídico, com ele se confundia no sentido dos membros que compunham a ambas e do histórico de formação que compartilhavam, a despeito de divergências ideológicas que se instalaram após o Congresso. A segunda diz respeito a organizações, em sua maioria ONG’s ou entidades religiosas, as quais, mesmo estando a serviço do MNCR, no sentido de manter um compromisso com os seus princípios e propiciar uma viabilidade técnica para suas ações, dele se diferencia.

A busca de uma nova entidade que, quando necessário, representasse juridicamente o MNCR os colocou em contato direto com o universo tecnoburocrático das ONG’s, o qual não se deu sem as suas contradições, tendo em vista que “(...) *quando nós nos criamos, quando nós já tínhamos equipamentos para o trabalho e grupo organizado, começou a surgir vários ditos apoiadores para vir e nos ajudar, sendo que quando nós estávamos na rua desorganizados, ninguém apareceu, né!*” (A.). Desta “proliferação” de entidades, A. afirma que, ao final, restaram poucas, “(...) *várias, lógico, fugiram*”, porque a exigência era a de que “(...) *elas [tinham] que se enquadrar dentro dos princípios do Movimento e não o Movimento se enquadrar dentro do princípio de cada uma ONG ou cada apoiador*”.

De uma forma geral, suas lideranças vêem essas organizações como “*parasitas do povo*”, especialmente no que diz respeito àquelas que se somam com a perspectiva de tirar vantagem, “(...) *que precisam ter um público alvo para se manterem, precisam da pobreza (...) ela é um nicho de mercado*”, sobre as quais G. comenta “(...) *nós vamos ter entidades aí (...) que têm cem mil reais de orçamento mensal para trabalhar com os catadores, quer dizer, elas não vão aceitar que o movimento se autonomize demais em relação a elas, pra perder esse orçamento! Senão como é que elas vão sobreviver?*”

[E]ssa auto-organização denomina que o catador, ele mesmo vai se organizar, ele mesmo vai tocar a sua própria linha de trabalho, sem ter algum apoiador, né, que alguns apoiadores são de fé mesmo, mas tem alguns apoiadores que vêm e querem

mandar no grupo, inclusive tirar a sua renda dali, uma renda muito superior em cima do trabalho e da mão-de-obra dos catadores (...) [por isso] nós sermos a instância de representação dos catadores e não alguma instituição ou alguma ONG que não têm o seu pé no barro, que não têm a sua mão no lixo (A.).

Condizente com o princípio mencionado por A. e de forma a evitar o que G. considera uma fragmentação em “*ilhas de isolamento*”, onde as associações se tomam o “*(...) centro do universo daquele grupo de catadores*”, o MNCR tem optado por centralizar os convênios e/ou acordos em torno de uma única instância associativa, controlada *por* catadores, que se preste não somente a um papel jurídico, mas também aos propósitos de estar a serviço do coletivo:

(...) se por um lado, nós não podemos deixar de ter uma figura jurídica que nos garanta processo comercial, institucional, né, até porque nós queremos tudo isso aí! Por outro, nós tentamos buscar uma modalidade organizativa que não ficasse fechada dentro de um grupinho da associação, rompesse o isolamento de uma associação. E aí nós optamos por pegar uma delas e transformar numa entidade que tivesse capacidade de dar cobertura jurídica necessária para todos (...) e isso garante com que o poder sobre a entidade essa, jurídica, ela esteja na mão dos próprios trabalhadores e não de um grupo técnico e nem de um grupo outro fragmentado. Então, essa é a alternativa que nós temos apontado aí, nós já estamos utilizando essa entidade do Movimento para fazer convênio com distintas cidades, diferentes locais, com uma estrutura material que está sendo comum a todos, um caminhão que vai para a zona da fronteira pertence a essa entidade, um caminhão que vai para o Vale do Gravataí ou para o Vale do Rio Pardo pertence a essa entidade, e, no final de contas, essa entidade, ela pertence ao Movimento e o Movimento está composto por todos esses. Também pode daqui a pouco deixar de estar em Gravataí e ir para o litoral, né, essa é a idéia. Do equipamento que...do patrimônio que pertence a todos ou todos que não é um grupinho de um distrito, mas é um conjunto de pessoas maiores, um projeto socializado mesmo (G.).

As decisões que “*burocraticamente*” precisam ser tomadas têm ficado a cargo de uma “*Coordenação Estadual*”, subordinada a uma Comissão Regional, enquanto assuntos relativos a recursos e infra-estrutura, são tratados “*(...) por todos, ou seja, em última instância, quem vai decidir para onde vai cada real que entra para dentro do Movimento são os próprios catadores*” (G.). Para evitar que o “*todos*” se resuma, de fato, a alguns poucos e vire o “*(...) movimento de uma pessoa só que articula com os outros*”, o MNCR tem aproveitado a captação de recursos, facilitada pela articulação nacional e pela atual conjuntura política, para realizar encontros e eventos que procuram fazer com que os catadores interajam entre si e, igualmente, conheçam “*(...) os princípios do Movimento, a base de acordo e tudo mais*” (A.).

Sem se limitar ao âmbito local, mas com o intuito de assumir, de fato, sua abrangência nacional, criou-se, em 2004, uma Equipe de Articulação, “*equipe executora do Movimento*” (A.), composta por 6 representantes regionais – G. é o representante da região sul, formada por mais 4 homens e 1 mulher –, com o intuito de “*acelerar o processo de organização da*

categoria em todo o país” (ROCCO, 2004b). Afinal, a Comissão Nacional do Movimento, que conta com 30 representantes, é “(...) *muito custosa para estar se reunindo*”. Como A. faz questão de ressaltar: “(...) *tudo formado por catador, né!*”. Essas comissões foram também uma estratégia de pluralizar o debate entre os estados do país, até porque desde que o MNCR surgiu, segundo consta em um informativo produzido por catadores do Estado do RJ, a sensação dos catadores “é de que a liderança do movimento ficou muito centralizada no Rio Grande do Sul, em São Paulo e em Minas Gerais” (ROCCO, 2005).

A constituição de uma equipe de articulação se deu muito em decorrência da criação, em 2003, do “Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo” (DIÁRIO, 2003), em cujo decreto que o instituiu não se fez menção alguma à participação dos catadores, sendo a equipe uma forma de “(...) *agilizar um pouco melhor*” (A.) a auto-organização para que eles também se incluíssem no processo, o qual ofereceria um canal de diálogo direto com o governo federal, mesmo que, para G., essa instância seja “(...) *uma estrutura um pouco, um pouco estéril também*”, porque “(...) *na realidade não tem efetivado políticas*”:

(...) é um momento em que alguns ministérios com todas as suas coisas que têm para fazer, param de fazer, vêm, se sentam, para ver qual o problema dos catadores, ou seja, tentativa de contemplar dizendo que ah não, nós temos algum momentinho para vocês também. Então é um espaço que tem sua certa importância e tal, que aí podemos falar alguma coisa, reclamar diretamente para o ministério, mas que, na realidade, no...como é que é...na balança, o que pesa mais é a nossa capacidade como povo, base de se movimentar e de pressionar desde baixo, se percebe que essas reuniões interministeriais são dois, três, quatro [catadores] que vão, levam a posição do movimento, mas o que consegue ter, de fato, mais resultado é a relação que nós travamos com as instituições desde o movimento de massa, né.

A criação desse Comitê gerou protestos do outro grupo que deslegitima a forma como o processo foi encaminhado e pelo fato de haverem sido ignorados: “(...) *esse negócio de tu encaminhares um comitê interministerial não respeitando as organizações que existem no Estado, para mim não me serve*” (E.). Mesmo controverso desde a sua criação e pouco crível no que concerne à possibilidade de estabelecer políticas que gerem melhorias concretas para a categoria dos catadores (muito embora esteja envolvido no debate em torno do anteprojeto de lei da “Política Nacional de Resíduos Sólidos”), este Comitê possibilitou a aproximação dos catadores com uma série de outros atores sociais e mais facilmente puderam captar recursos para a viabilização de projetos, tal como afirma A., “(...) *quando a gente começou a discutir com eles [governo federal] conseguimos avançar na parte de equipamentos, reconhecimento, aquela coisa toda e conseguimos também fazer com que outros agentes viessem para esse meio, um deles a Petrobrás, né, e vários outros*” (A.). A opção do MNCR por adentrar

espaços político-institucionais e estabelecer parcerias, entretanto, não se dá sem as suas ambigüidades, “(...) *porque fica aquela coisa meio contraditória, né, se de repente tu és independente, dentro, né, de um espaço institucional, daí é contraditório*”, como segue comentando C.:

(...) aí tem um caso exemplar também da questão da Petrobrás, né, tipo sabe que, de repente, isso aí pode virar meio uma coisa meio contraditória, mas ao mesmo tempo, é um benefício, uma luta que a gente já fez há um longo tempo atrás, né, e a gente pode meio que ficar sabendo que, de repente, pode ser uma coisa meio do governo também, nós demos algumas coisas para os catadores, né, e agora queremos reeleição e tal, né!

Como fruto desse período de intensa articulação, este coletivo conseguiu obter alguns êxitos, realizou uma série de encontros e eventos estaduais e municipais em vários estados do país, propôs a realização de oficinas durante os Fóruns Sociais Mundiais, estabeleceu parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social, Fundação Avina e Fórum Nacional Lixo & Cidadania. Dentre as principais realizações, estão as duas edições do Encontro Latino-americano de Catadores (2003 em Caxias do Sul, RS e 2005 em São Leopoldo, RS). Neste último em particular, E. comenta alguns conflitos surgidos durante a sua realização, devido ao fato de, mais uma vez, a FARRGS ter se sentido excluída do processo:

Nós fomos barrados, nós não participamos, então assim oh...porque esse era um congresso latino-americano de catadores!!! Como se os outros catadores que fossem ligados à FARRGS, ou que não fossem ligados à FARRGS não pudessem participar porque são diferentes, sabe, (...) e são tudo trabalhadores iguais, levantam de manhã cedo, sobrevivem disso (...) então esse processo que está aí para mim não é legítimo!!

Mesmo que, para os dirigentes da FARRGS, a fundação do MNCR tenha se dado de forma legítima, principalmente com relação às “(...) *bandeiras de luta, os princípios dele*”, atualmente, a maneira como a sua organização vem sendo conduzida no RS não lhes parece mais ser feita com propósitos coletivos, tendo se tornado “*palanque para estrelismos*” (E.). Para E., isto fica ainda mais evidente pelo fato de que, em 2005, mesmo tendo sido aguardada a realização do II Congresso Nacional de Catadores, o qual poderia vir a ocasionar alterações nos membros que compõem a Comissão Nacional, ele não foi realizado, de forma que “(...) *por não ter esse congresso, sabe, a gente se sente amarrado*”.

(...) na verdade assim se tu me perguntasse: – Mas e não dá para repensar esse Movimento? Dá, só que para trocar esse dirigente só num próximo congresso nacional, e tu sabes o que o Movimento Nacional está fazendo? Encontros Latino-americanos, sabe, pra não fazer congresso nacional para não trocar os dirigentes

e aí isso aí é uma...palavra, né...sacanagem, tchê! [indignada] porque aí vamos dizer assim oh, o estado do RS podia se organizar pra ir para o congresso e dizer – Olha! os dirigentes que estão aí nós não queremos mais, queremos A e B que são catadores e estão trabalhando e que vão, sabe, vão se comprometer com os princípios do Movimento, né, vão lutar pelo coletivo. Não! Não podemos fazer isso porque não tem um encontro nacional, sabe.

Embora não pareça existir qualquer canal de diálogo entre essas duas coletividades, nem sequer, devido ao próprio histórico que elas dividiram, parece haver o interesse da parte delas de o fazer agora, foi possível, no trabalho de campo, vislumbrar um momento que as fizeram compartilhar juntas de uma mesma concepção – sem com isso, inferir que esta seja a única –, que se expressou em um discurso comum “(...) *contra a privatização dos meios de produção*” (C.), embora, nas entrevistas, tenha sido um tema mais enfatizado pelos membros do MNCR, como na seguinte fala de A. que afirma que “(...) *nós não abrimos mão é de ter o material reciclável para nós, ou seja, de ele não ser privatizado e entregue a uma empresa, né*”. Lutas contra a privatização dos serviços públicos de limpeza são, de fato, recorrentes em várias das manifestações levados a cabo *por* catadores organizados em diversas regiões do Brasil, como relatou Jacobi & Teixeira (1997) no caso de Belo Horizonte e, igualmente, do exterior, como já havia mencionado Rodríguez (2002) no caso da Colômbia.

Em Porto Alegre, devido ao risco iminente de que aqui aconteça de forma ainda mais abrangente (atualmente, 87% dos serviços do DMLU já são terceirizados [DIÁRIO, 2006]), esta foi a tônica do debate que se instaurou durante o Seminário “Educação, Resíduos Sólidos e Cidadania: o futuro de Porto Alegre”, realizado na Câmara de Vereadores em novembro de 2005, protagonizado *por* catadores que pertencem aos dois grupos, MNCR e FARRGS (além de contar com a presença de uma outra catadora, conhecida liderança da Vila Pinto, que, atualmente, não está vinculada a nenhum dos dois), onde foi notável o quanto esta questão propiciou uma convergência no discurso de todos os catadores presentes, que, a despeito de suas divergências, uniram-se para “derrubar” a argumentação dos representantes do DMLU. A discussão, entretanto, não parece ter chegado, naquele momento, a acordo algum, tendo o debate sido interrompido pelo intervalo e não tendo sido retomado à tarde, fato que rendeu críticas à organização do evento por parte de representantes do MNCR que julgaram a parte da tarde meramente expositiva, dominada pela fala dos técnicos e improdutiva em termos de resoluções “concretas” e debates “consistentes”.

Foi possível, neste seminário, vislumbrar uma mobilização coletiva em torno da construção de uma pauta comum dirigida para contra-argumentar o discurso do DMLU, que reproduzia, na ocasião, o próprio discurso do poder público municipal. A autoridade que lhes

é requerida para influenciar na elaboração (ou no veto) de políticas públicas que lhes dizem respeito depende, em grande parte, da união que as várias entidades, institucionalizadas ou não, aceitarão empreender, no sentido de serem politicamente direcionadas para fins comuns, sem que isso signifique ter que abrir mão de seus princípios. No caso do seminário acima mencionado, argumentar contra a privatização do serviço de coleta seletiva municipal lhes pareceu uma causa suficientemente convergente.

Essas são constatações que merecem destaque devido à ênfase dada, no início, em relação ao que diz respeito à construção de um “protagonismo” por parte desses indivíduos. A emergência de lideranças e o seu reconhecimento social como atores legítimos demanda, primeiramente, que se reconheçam como um grupo, que vençam coletivamente os constrangimentos aos quais estão sujeitos e que sejam capazes de “encontrar sua própria voz” (PHILLIPS, 2001:9). Considerando o processo de organização dos catadores em estudo, foi significativo o quanto a conformação dessas coletividades, que, para os propósitos deste trabalho, é relacionada à dimensão cultural do reconhecimento, esteve acompanhada de uma estruturação econômica prévia e de uma formalização legal subsequente. Enquanto a legalização da ocupação foi favorecida pelo processo prévio de estruturação econômica que resultou na constituição da FARRGS, o MNCR, em contrapartida, pôde utilizar os benefícios trazidos por ela para se fortalecer coletivamente.

Na realidade, quando a gente conseguiu essa conquista de ser reconhecido como catador, na realidade foi ali que surgiu o Movimento, a gente teve duas conquistas nessa mesma etapa, a idéia já tinha sido formada, mas ali que a gente conseguiu mesmo formar o Movimento, né porque a gente conseguiu reunir parece que 1500 pessoas em Brasília, né, e ali aí a gente conseguiu reunir de vários estados do Brasil, né, então ali foi que começou a formar o catador, a gente determinou catador pra todo o Brasil, se unindo, que antes a gente não sabia definir direito se era catador ou papeleiro, ou carroceiro ou coisa assim, daí a gente ali definiu, tinha o reciclador que a gente dizia, mas dali a gente começou a dizer que era catador e (...) a primeira das conquistas do Movimento foi ser reconhecida como profissão catador, pode já se dizer profissão catador (T.).

Na análise de uma unidade de triagem que pertence ao MNCR, Mayer (2005) acentua a reivindicação pelo reconhecimento de sua ocupação como condição para pertencer a um sistema de estratificação ocupacional definido pelas normas legais, pressupondo-se, para isso, que são considerados cidadãos todos aqueles indivíduos que se encontram inseridos em algumas das ocupações reconhecidas e definidas legalmente. O autor ainda destaca que o não reconhecimento de sua ocupação significará ser remetido a uma condição de subcidadão, o que, por seu turno, representa a marginalidade, a invisibilidade social, a naturalização da informalidade que irá culminar em trajetórias que caracterizam processos de discriminação e

exclusão social. Se este último termo diz respeito ao ato de excluir, de colocar à margem um determinado grupo social, o conceito sociológico, conforme Nascimento (1994) refere-se a um processo social de não-reconhecimento do outro, rejeição ou ainda intolerância.

O depoimento de B. a esse respeito pode melhor elucidar tal constatação: *“Para nós, nós achamos assim que é um reconhecimento, né, de valorização da classe, a gente pode chegar ali e dizer assim eu sou catadora! O catador pode ir lá no INSS e dizer assim: – eu sou catador, eu quero um carnê para eu descontar como catador!”*. Ainda segundo B., isso faz com que se insiram, de fato, dentro *“(…) desse contexto social que está aí, fizemos parte das profissões que existem em todo o Brasil, né”*. Enquanto G. fez questão de destacar que o processo que culminou com a legalização da ocupação *“(…) signific[ou] politicamente muitas coisas, né,”*, R. comentou que, mesmo que ela tenha facilitado *“a previdência, né, que antes não previa”*, em termos práticos, não se traduziu em ganhos econômicos, até porque *“(…) o reconhecimento de uma profissão, ele não se dá por decreto, o reconhecimento de uma profissão, de uma atividade, se dá pelo trabalho que você consegue fazer com aquela população para enxergar a importância dela. Nada acontece por decreto!”*. De fato, mesmo com o reconhecimento legal, A. acrescenta que *“(…) se a gente não se reconhecer enquanto pessoa, enquanto cidadão, ninguém vai reconhecer!”*, afinal, a legalização da ocupação por si só não garante que *“(…) agora tu tens mais livre acesso dentro da sociedade”*.

Em última instância, ambos os grupos serviram aos propósitos de agregar os catadores, para que, juntos, pudessem se fortalecer não só perante o poder público mas também perante a sociedade, e empreender um *“processo coletivo”* que extrapolasse o caráter *“corporativo”* que menciona Lorenzetti (2003), cujas melhorias dependiam exclusivamente que *“(…) a direção da associação [fosse] atrás”* (E.), o que reforçava uma relação personalista com os órgãos públicos e/ou privados.

Neste processo, foi visível como a legalização foi um instrumento de reconhecimento para o coletivo, especialmente no que diz respeito à formação do MNCR. E embora este último grupo a tenha utilizado para construir um *“status comum”* (G.), este não é único no conjunto dos catadores, de forma que não se pode menosprezar que igualmente gerou repercussões para o outro grupo, no sentido de que *“(…) o ganho que teve foi o reconhecimento, assim, da luta que o catador teve para que ele pudesse ser visto como catador e como uma profissão”* e, através do *“(…) reconhecimento do catador”* gerar também *“uma agregação de valores, entendeu!”* (B.).

O propósito maior com este capítulo foi o de oferecer uma base empírica que sustente a argumentação teórica que será apresentada a seguir, cuja viabilidade se deu mediante o

contato com esse processo de organização, na sua configuração mais atual. Sem desmerecer, no entanto, o valor intrínseco que lhe condiz, esta exposição, por mais detalhada e minuciosa que tenha almejado ser em alguns de seus trechos, não chega a captar toda a dinamicidade e as nuances que caracterizaram tal processo.

Caso, no entanto, se fosse comentar o processo inteiro em poucas palavras, fiel à tentativa de contemplar todos os contornos “prepositivos” que o conformaram, dir-se-ia se tratar de uma experiência vivenciada de forma “quase cíclica”, ou seja, sem que o ponto de partida seja necessariamente o mesmo que o de chegada. Partindo de uma situação individual de informalidade absoluta, onde esta categoria ainda era “(...) *bem desconhecida na sociedade, né, desorganizada e ao mesmo tempo, bem precarizada, setor informal*” (C.), os grupos conseguiram se constituir e investir em atividades econômicas mediante uma certa formalização que lhes garantiu subsídios para tanto, já que, neste período, “(...) *havia uma discussão em torno de uma organização dos catadores, né, e, de repente, se resolveu formalizar isso em termos jurídicos e aí se escolheu o caminho de Federação*” (R.), para, em seguida, alguns dentre eles e tendo outros propósitos, voltarem a se render às condições de poderem agir informalmente, “(...) *porque movimento social não é legal, né, é uma coisa contra governo*” (T.), “(...) *ele tem mais caráter de discutir, de brigar, de lutar pelas coisas*” (A.), por isso “(...) *não dá para registrar, se for registrar eles conseguem facilmente processar qualquer um, processar até o Movimento*” (T.).

Por esse processo, porém, ser tão mais intenso, rico e, ao mesmo tempo, feito de momentos de extrema singeleza, maiores mesmo do que o que foi possível descrever aqui, acredita-se que ele somente possa, de fato, ser retido por aqueles que o vivenciaram (e ainda o vivenciam cotidianamente). Transformado em texto, corre-se o risco de esvaziá-lo; contudo, espera-se, ao menos em parte, ter instigado e introduzido o leitor a se familiarizar com ele.

3. O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA DOS CATADORES COMO UM MEIO DE (RE)DISCUTIR A CATEGORIA DO RECONHECIMENTO SOCIAL

Faz-se necessário, para que se possa seguir adiante, tecer alguns breves comentários acerca do que foi exposto até o momento de forma a esclarecer o tratamento que se procurará dispensar, neste capítulo, à perspectiva teórica e aos dados empíricos. A maior incumbência será de os conseguir enlaçar com vistas a atingir propósitos teóricos.

A apresentação inicial que se faz a seguir se presta também como uma tentativa de esclarecer más interpretações que possam ter-se originado em decorrência da aparente desconexão dos dois primeiros capítulos. Estes, porém, são ambos parte de um processo que, como relatado na introdução, não prescindiu do empírico para ensaiar uma tentativa de (re)discutir uma das vertentes da teoria do reconhecimento. Ao almejar empreender uma discussão teórica que, em consonância com a perspectiva de Nancy Fraser, torne viável uma separação analítica entre as dimensões que, ao longo deste trabalho, virão a conformar a própria categoria do reconhecimento social, o que interessa primeiro, tal como fez Neves (2005) em um estudo sobre o movimento anti-racista no país, resguardadas as devidas especificidades, é estendê-la a uma análise empírica de situações sociais em que os discursos pautados no reconhecimento atuam, para que, aí sim, se possa retornar à teoria de forma a rediscuti-la.

O propósito do primeiro capítulo foi o de oferecer um panorama da perspectiva teórica adotada por Fraser, especialmente no que concerne à separação conceitual entre distintas dimensões da realidade social, onde a autora sugere que elas sirvam de lentes através das quais as coletividades possam ser vistas, ao invés de definidas através delas. De seus últimos escritos, é importante ressaltar a ênfase que ela dá aos padrões culturais que negam aos indivíduos as condições objetivas e intersubjetivas que deveriam usufruir para poderem participar das decisões que lhes dizem respeito. Ao permanecer restrito à perspectiva teórica da autora, este trabalho abandona qualquer pretensão de abordar o reconhecimento como uma categoria de base moral, ou seja, não se intenta adentrar aqui em uma discussão acerca da moralidade que permeia de forma intrínseca as questões redistributivas ou representativas.

Já o segundo capítulo serviu basicamente para apresentar o processo coletivo de organização dos catadores até que eles próprios tivessem conquistado as oportunidades de

poderem assumir um certo protagonismo na condução dos respectivos agrupamentos que dele resultaram. Pode-se dizer que o fortalecimento deste protagonismo se deu muito em decorrência de processos que o antecederam e que ajudaram a conformá-lo, tais como a estruturação econômica dos catadores em associações/cooperativas promovida por agentes externos e, em especial, devido à legalização de sua ocupação.

Com o avançar deste capítulo, tornar-se-á claro de que forma os grupos de catadores que resultaram do processo de organização ocorrido no RS, tomados como base empírica deste estudo, irão permitir vislumbrar inter-relações analiticamente distintas na medida em que se determinar o *status* que conforma o tipo de reconhecimento ao qual cada um deles possa estar se vinculando, bem como mediante atenção aos padrões com os quais se confrontam ao tentarem legitimá-los socialmente.

Na medida em que a conjugação do “teórico” com o “empírico” tiver se prestado aos propósitos de rediscussão e adequação conceitual, o resultado será a concepção de uma grade pluridimensional, apresentada, ao final, quando se julgar que os argumentos tiverem sido suficientemente explicitados.

3.1. ACRESCENTAR CONTORNOS ECONÔMICOS E POLÍTICOS AO *STATUS*: Novas bases para se (re-)pensar o reconhecimento

Esta seção será construída em torno da pretensa incorporação das dimensões política e econômica à categoria do reconhecimento, cuja perspectiva de abordagem tem-se limitado eminentemente a um viés culturalista, no qual recaem muitas das críticas à perspectiva de Fraser, como mencionado no primeiro capítulo.

Se Fraser tendia, em seus primeiros escritos, a engessar cada uma das dimensões em separado, como se fossem únicas e suficientes em si mesmas, mais recentemente, no entanto, ela acaba subordinando-as umas às outras. Afinal, mesmo quando a autora incorpora a dimensão política ao seu construto teórico dual, ela o faz instrumentalmente para que sirva aos propósitos de fornecer “o palco no qual as lutas por distribuição e reconhecimento são encenadas” (FRASER, 2005b:75), desconsiderando o quanto a própria cultura é um terreno legítimo de luta política, profundamente imbricado às desigualdades socioeconômicas. Existe um laço constitutivo entre essas dimensões que se revela quando a cultura é entendida como concepção de mundo, como conjunto de significados que integram as práticas sociais, os quais não podem ser entendidos adequadamente sem a consideração das relações de poder e

das lógicas econômicas que estão embutidas nessas práticas. Enquanto a compreensão da configuração dessas relações de poder não é possível, como argumentam Alvarez; Dagnino & Escobar (2000:17), “sem o reconhecimento de seu caráter ‘cultural’ ativo, na medida em que expressam, produzem e comunicam significados”, os aspectos simbólicos das atividades, artefatos e relações são, conforme afirmam Ray & Sayer (1999), combinados de diferentes formas com atividades instrumentais dirigidas ao propósito externo de reprodução da vida social. Neste sentido, pode-se supor que cultura, política e economia se referem originalmente a diferentes lógicas e propósitos de ação e não a diferentes esferas da vida social, de forma que nenhuma ação social pode ser tida como puramente cultural, política ou econômica, mas, como argumenta Swanson (2005:88), “fundamentalmente constituída, não apenas afetada ou influenciada” pelas três.

A partir de tais pressupostos, argumenta-se que a perspectiva teórica da autora oferece pistas teóricas que permitem, e este é o propósito maior do trabalho, pluralizar seu construto teórico mediante a incorporação de outras dimensões que se supõe sejam igualmente constitutivas dessa que é uma de suas principais categorias, junto à redistribuição e à representação.

Embora o trabalho não se proponha a limitar a análise desses grupos à perspectiva cultural do reconhecimento, acredita-se que ela esteja incluída não apenas neste capítulo, como tenha também sido contemplada no anterior, quando ao se fazer menção à “emergência de lideranças”, “sendo reconhecido como ator legítimo”, “capaz de assumir a condução de seus empreendimentos associativos e de travar as suas próprias lutas” e “protagonismo”, se está fazendo referência ao substrato prévio, necessário para suportar uma discussão sobre as outras duas dimensões, ou seja, o de se constituir primeiramente como um coletivo, o qual, no caso dos catadores, esteve imbricado particularmente à estruturação econômica de sua atividade em associações/cooperativas e ao reconhecimento político-legal de sua ocupação.

Conforme argumenta Phillips (2001), muitas dessas coletividades não estão clamando por uma validação pública de suas próprias identidades, mas o que realmente almejam é serem reconhecidas como um coletivo dotado de preocupações distintas, dignas de terem acesso aos meios de pronunciá-las – e, se necessário for, de legitimá-las legalmente. Neste sentido, a argumentação acerca da dimensão cultural não foi concebida sob uma perspectiva identitária, mas mediante um enfoque que tomou a auto-organização coletiva empreendida por elas, tal como sugeriu Mayer (2005) ao se referir à aproximação das associações entre si e destas com um movimento social, como uma marcha desses trabalhadores em direção à esfera pública, que foi forjada somente quando essas coletividades neutralizaram as injúrias que as

acometiam e adquiriram “a confiança necessária para que se levant[assem] por si mesmas” (FRASER, 1996a:120), cuja importância prévia para a aquisição do reconhecimento social se encontra em consonância com Phillips (2001:9) quando a autora afirma que

[e]sta **auto**-organização é central – os indivíduos alterando percepções externas sobre o que são ou almejam ser e reivindicando o direito de se definirem – e a reivindicação maior é a de que nenhuma das injustiças nem seus remédios possam ser adequadamente abordadas sem o completo envolvimento do grupo em questão. (...) Grupos em condição de subordinação devem ser capazes de encontrar sua própria voz, falar por si próprios, serem reconhecidos como participantes ativos, eles não podem mais ser tratados como um “problema” para que um outro grupo social resolva.

Para resumir o caráter “protagonista” com o qual se está envolvendo essa dimensão, conclui-se com a fala de uma liderança do estado do Rio de Janeiro que, durante um encontro interestadual, assim se expressou: “Se a gente não buscar o reconhecimento, a gente não será reconhecido” (ROCCO, 2005).

Mesmo diante de uma pluralidade de temáticas que pode ser englobada pela dimensão cultural, a discussão feita no capítulo anterior serviu de substrato prévio para a tentativa que será feita neste capítulo de incorporar novas dimensões à categoria do reconhecimento social. Tal dimensão, entretanto, será igualmente retomada quando se discorrer sobre os padrões culturais que sustentam muitos dos discursos que interferem, ou mesmo auxiliam, diretamente na construção de um *status* por esses grupos.

É importante ressaltar que essas delimitações “dimensionais” estão sendo feitas por propósitos teórico-analíticos, de forma que elas se entrecruzam muito mais do que este trabalho será capaz de evidenciar.

3.1.1. A reivindicação de um *STATUS* ECONÔMICO a despeito de serem socialmente valorizados como “AGENTES AMBIENTAIS”

Será dado destaque, nesta seção, a duas dimensões em particular – econômica e cultural – expressas, respectivamente, pelo tipo de reconhecimento que os dois grupos almejam que lhes seja concedido, mesmo que com contornos diversos entre eles, e por uma das formas que se supõe que essa demanda por reconhecimento possua maior aceitação social, a qual se julga ser facilmente assimilada pelos próprios dirigentes desses grupos, mesmo que isto possa acabar por distanciá-los do enfoque econômico que imprimem a tal reivindicação.

3.1.1.1. FARRGS: O reconhecimento como “reciclador”

A partir da reconstituição de alguns dos fatos que contribuíram para o histórico de formação da FARRGS e mediante as entrevistas realizadas com as suas lideranças, bem como o contato com materiais informativos produzidos mediante a colaboração da própria entidade, foi perceptível o quanto a razão de sua existência e as atuais motivações demonstradas pelos seus coordenadores são dirigidas no sentido de dar uma maior visibilidade social à atividade dos catadores.

O histórico da FARRGS esteve bastante vinculado ao processo de estruturação econômica que se deu mediante a implantação de UTs em distintas regiões do RS, tendo sido, desde a fundação, vista como um instrumento “*para viabilizar essa questão mais empreendedora*” (R.). De fato, há, para os seus dirigentes, uma relação muito estreita entre a aquisição dos meios materiais que lhes possibilitem avançar no ciclo da reciclagem, de forma a explorar economicamente este nicho de mercado ainda em fase de expansão e não perdê-lo para outros setores, e a visibilidade social de sua atividade.

Nos depoimentos de B., ex-1ª secretária e atual coordenadora geral, a qualificação do reconhecimento social se alinha nitidamente com a dimensão econômica, como será visível nos trechos citados a seguir, que dão conta de vislumbrar que a justificativa para a busca de uma valorização passa despercebida com relação a processos de caráter cultural ou político (mesmo este último, de certa forma, é condicionado à dimensão econômica, já que a relação que se estabelece com o poder público se dá eminentemente pelo fato de ele ser visto como potencial “*(...) parceiro nos projetos sociais*”), sendo tal justificativa mencionada junto à obtenção de recursos econômicos:

[Ao ser questionada sobre o que havia motivado a formação da FARRGS] *(...) para que eles [os galpões] pudessem lutar pelos seus direitos e também captar recursos. (...) ter um órgão que ajudasse o catador a ser, ter valorização e também nesse sentido também agregar valores aos seus produtos, porque senão cada um vendia e vende não sabe quanto que um vende, não sabe por quanto que o outro vendia.*

[Ao ser questionada acerca de qual era a luta da FARRGS] *Pelo reconhecimento do catador, é um, agregação de valores, entendeu!*

(...) além de discutir o papel do catador, a gente discutir também o...[pausa] a melhor agregação de valor aos materiais, discutir o processo de gestão e planejamento dentro dos galpões de reciclagem (...) e também captar recursos para que possam equipar os galpões de reciclagem.

A captação e o gerenciamento de recursos, porém, lhes parece depender de indivíduos que estejam preparados para assumir uma postura de empreendedores. A ênfase na formação, por conseguinte, recaiu na necessidade de capacitá-los para que venham a se tornar tais como

as lideranças já o são. Pelo que consta nos materiais in(formativos) da entidade, vê-se, de fato, haver um destaque bastante grande quanto à necessidade de priorizar certas “ações estruturantes”, como as de envolver as associações filiadas em “processos de capacitação nas regiões”, com especial ênfase para o desenvolvimento de um “Programa de Formação para Lideranças” (FARRGS, 2003), mediante encontros que incentivem a qualificação profissional “(...) na busca da construção de uma alternativa sustentável de trabalho, (...) para um trabalhador autônomo que se organiza e se articula de forma solidária” (CURSO *apud* MARTINS; 2004:136). Para isto, conforme comenta E., a formação teria que ajudar a definir “(...) *qual o nosso papel enquanto catador no gerenciamento da coleta seletiva, (...) quais os atores que envolve, a questão da comercialização, como fazer com que a gente possa estar conseguindo melhores preços dentro dessa questão*”.

A ênfase que passou a ser dada à questão da formação pôde ajudar a revelar uma outra faceta que diz respeito a um certo distanciamento que se acredita existir entre as lideranças, que se autoproclamam mais empreendedoras, e aqueles que continuam a se dedicar apenas ao trabalho “braçal” das UTs, cujos efeitos adversos, em termos de desestabilizar uma unidade de grupo e inviabilizar processos econômicos coletivos, esses cursos se propõem a reduzir.

(...) o triste da coisa é que os catadores não estão enxergando caminhos que são um pouco mais complexos, né, da gestão coletiva de equipamentos, como a usina de Porto Alegre, ou a usina de Caxias do Sul, que estão construídas e que não estão operando, que poderia agregar valor, só que, pra isso, você tem que ter uma visão empreendedora, gerencial, muito maior, e que não é fácil de alcançar com esse tipo de gente que está aí, né! (R.).

O curso todo, então, parece ser concebido para que, a partir dele, as futuras lideranças enxerguem possibilidades de transformar uma visão individualizadora acerca desse processo em algo pensado para o coletivo e, para que isso aconteça, precisam, primeiramente, deixar de serem indivíduos desmotivados e dotados de pouca visão empreendedora para se tornarem agentes ativos nas suas respectivas UTs. A crença que subjaz implícita nessa concepção é a de que bastaria que fizessem alguns cursos de capacitação para que se tornassem como tais, desconsiderando a existência de quaisquer outros fatores sociais. Isto acaba por reforçar padrões sociais, principalmente da parte do poder público municipal, que os tomam por dependentes e incapazes de gerenciar a sua própria associação, apesar da oportunidade – aparentemente desperdiçada – dada pelo curso. Ely (2005) havia previamente comentado que tais padrões acabam sendo facilmente assimilados pelos próprios catadores.

Em momentos de observação participante, foi possível verificar que existe uma tensão constante entre “estimular um sentimento de coletividade” e, ao mesmo tempo, “desenvolver o potencial individual das lideranças”, que se expressa nas próprias temáticas escolhidas para serem desenvolvidas nos cursos. Entretanto, a perspectiva adotada pelos atuais coordenadores, a qual se aproxima mais da possibilidade de desenvolver potencialidades individuais, acaba por ser privilegiada. Isto pode ficar mais claro ao se tomar o eixo da “Educação”, reproduzido no quadro abaixo, que consta do “plano de ações 2004-05”, concebido, em grande parte, pelos dirigentes, que revela o quanto há de privilégio para as atividades que são consideradas “produtivas” – “(...) *a gente sempre discutiu muito essa questão da produtividade*” (R.) – em detrimento de atividades que viessem a fortalecer laços de solidariedade no interior das UTs e entre elas:

<i>AÇÕES ESTRUTURANTES</i>	<i>ATIVIDADES PROPOSTAS</i>
Processos de Capacitação nas Regiões	<ul style="list-style-type: none"> • Promover, em convênio com entidades de apoio, cursos para grupos de associações sobre: gestão, capacitação técnica, educação ambiental, tecnologias produtivas, novos jeitos de produzir, comercialização, classificação de materiais. • Incentivar a produção cultural, o empreendedorismo, a formação de novas lideranças e a articulação entre galpões como movimento social.
Produção de Materiais Didáticos	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar e publicar cartilhas do reciclador com linguagem acessível.
Formação de Lideranças da FARRGS	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver programa de formação para lideranças da FARRGS (coordenadores e responsáveis pelas regiões) que articule os processos formativos regionais e seja capaz de analisar o sistema produtivo da reciclagem do Estado.

Figura 6.

Fonte: FARRGS, 2003.

Quando da oportunidade que se teve de observar o andamento de um dos módulos que fazia parte do “Programa Estadual de Formação de Lideranças”, em agosto de 2005, cujo tema central era a comercialização e agregação de valor⁵⁶, foi possível verificar o quanto o curso havia sido estruturado em torno dos palestrantes convidados, com uma dinâmica bastante expositiva e que destinava pouco espaço para atividades que envolvessem diretamente os participantes.

⁵⁶ Este Programa, que iniciou em 2004, já estava em sua segunda edição. Na programação de 2005, ele foi dividido em 4 módulos, que foram sendo desenvolvidos na seguinte ordem temática: “Processo Produtivo do Lixo e Identidade do Catador”; “Gerenciamento Integrado de Resíduos”; “Gestão Interna e Legalização”; e “Comercialização e Agregação de Valor”. O segundo encontro, o qual se menciona aqui, teve como foco a relação das UTs entre si, com a Federação e com o poder público, e contou com “a participação de 31 lideranças e 18 Associações de Recicladores vindas de 22 municípios do Estado” (CAMP, 2005).

O processo de concepção do curso, no que se refere à definição das temáticas a serem abordadas e dos palestrantes a serem convidados, acaba sendo bastante entregue aos órgãos apoiadores, que, pela própria autoridade com que são investidos, influenciam e participam diretamente na configuração final que ele assume. Ao comentarem sobre a presença desses órgãos, os coordenadores não relatam aparentemente qualquer preocupação com possíveis interferências que eles possam estar ocasionando, até porque muito do que está sendo feito fica condicionado à existência de apoio. Em última instância, lhes sobra pouca margem para instituírem critérios de seletividade, afinal, são justamente eles que viabilizam a realização dessa “ação estruturante”.

(...) a questão da formação, para isso, nós conseguimos esporadicamente um projetinho aqui, um projetinho ali, para esse ano, a gente tem dois projetos, três, oito mil reais ao todo, para manter assim basicamente as despesas, e a questão da formação daí, a gente conseguiu, então, através da Copesul, e mais algumas entidades, né, que nem a Resol cede a casa, o Camp lá cede as pessoas, telefone, toda rede de infra-estrutura, a ADS também ajuda, e o resto vem da Copesul, a viagem, as passagens do pessoal para vir, os instrutores (R.).

Durante a realização do curso mencionado acima, a única dinâmica de grupo proposta, conduzida por uma agente externa que fazia parte da ONG que acompanhava o curso, foi feita em um momento considerado de “descontração”, após o almoço e antes do início da próxima palestra, e consistia em responder “através de uma brincadeira de completar frases de improviso” a algumas questões, tais como, “sinto-me mais feliz quando...”, “quando estou em um parque, eu gosto de...”, “ser ambientalmente responsável é...”, “conscientização ambiental é...”, “eu me sinto integrado ao meio ambiente quando...”. Sem desmerecer o objetivo a que se propunha, a proposta em si foi diluída em meio às atividades que soavam mais “sérias” e nem sequer foi terminada devido à premência de tempo. Complementando essas atividades, houve a realização de um “roteiro de visitas” à empresa SIL (Soluções Ambientais) de Minas do Leão e à UT de Charqueadas, atividades que são amplamente elogiadas por R. – “(...) *não tem processo melhor!*” – pela capacidade de propiciar um aprendizado prático, onde o catador pode ter um entendimento melhor acerca das diferentes fases do ciclo da reciclagem.

R. comenta que, na usina de Dois Irmãos, “(...) *cada ano nós temos uma viagem de conhecimento*”, sendo uma prática bastante freqüente se comparada a outros locais onde “(...) *tem gente aí que trabalha dez anos ali na associação, nunca pisou num outro galpão*”. Para exemplificá-la, ele relata: “(...) *agora nós temos duas tardes, quarta-feira de tarde termina o serviço aqui, aí nós visitamos uma tarde três associações e uma cooperativa, né e a outra nós fomos em uma reciclagem de Novo Hamburgo, também uma cooperativa e visitamos três*

indústrias, duas que compram matéria-prima de nós". Assim, as visitas não ficam restritas às associações de catadores, mas servem também como uma forma de se apropriar do processo de "(...) *continuação, extrusão, injeção e tal*"⁵⁷ e, para isto, "(...) *fomos na Copesul, nós fomos na Gerdau, fomos na Riocel*". Essa experiência lhe parece ainda mais importante porque "(...) *nivela a gente um pouco, né*" com outros setores, reconhecendo os que lá trabalham e sendo reconhecidos por eles como um "*colega profissional*".

O objetivo dos cursos de formação tem sido basicamente o de instrumentalizar os catadores para o trabalho associativo, abordando assuntos que vão desde a criação dessas associações, confecção de estatuto e regimento interno, obtenção de licenciamento de acordo com os padrões de conformidade ambiental que constam nas legislações vigentes, até formas de gerir o beneficiamento e a comercialização dos materiais: "(...) *esses encontros da Federação são locais de pesquisa também, aonde o catador vai dizer – Quanto que o galpão do fulano está vendendo? Quanto que está se pagando pela PET? A gente tem um universo de informações que faz com que os catadores se apossam delas*" (B.). Tudo parece ser planejado para que o catador, aos moldes do que parece já acontecer com as lideranças – "(...) *a gente, eu, nessa visão, eu trabalho muito isso dentro da Federação*" –, adquira "(...) *uma visão comercial, de mercado*", porque senão vai perder espaço "(...) *frente à concorrência de empresários aí que cada vez mais estão tomando mais espaço junto aos municípios no gerenciamento de resíduos, vem com o pacote todo, com o poder econômico e tal, né*" (R.).

Pode-se notar que o catador deve empreender uma atitude pragmática o suficiente para se adaptar às exigências que forem necessárias para sobreviver em um mercado cada vez mais competitivo, interiorizar os valores e as normas sociais necessários para tanto e adquirir os recursos para que possa se tornar autônomo a ponto de não precisar mais ser economicamente "ajudado", sendo que esta última situação, como conclui E., deriva do fato de o catador ainda ser "(...) *muito imediatista e aí não tem recurso para fazer um capital de giro*". Não obstante isto, R ainda reforça que "(...) *muitos grupos patinam nessa classificação dos materiais e botam muitos materiais fora por falta de conhecimento, então, tudo isso, reduz renda, né, material mal classificado, não tem capacidade de negociação, né, tem uma série de coisas*".

É preciso ressaltar que, em um material informativo que foi entregue durante o curso citado acima, constavam críticas ao modelo de progresso desenfreado que, ao desrespeitar a natureza e a importância da biodiversidade para o equilíbrio ecológico, provoca "um descuido com o aspecto ambiental em função de interesses financeiros (busca do lucro)". Para evitar

⁵⁷ Tanto a "extrusão" quanto a "injeção" são processos industriais de transformação de plásticos (PIRES, 2005).

isto, a ênfase é dada à importância de um maior incentivo à reciclagem, como uma solução viável do ponto de vista econômico, além de ser ecologicamente correta, para reverter o problema da falta de matéria-prima, mesmo que esta prática, como afirma Legaspe (1996:157), não questione “o modelo econômico, ela na verdade o reforça, porque o incentiva e o patrocina, sendo o modelo capaz de manter o consumo como produto de satisfação dos cidadãos urbanos”. Alguns outros comentários acerca do caráter “eco-econômico” da reciclagem serão tecidos mais adiante.

Para que o mercado da reciclagem seja igualmente assumido pelos próprios catadores, R. destaca que “(...) o desafio é fortalecer o associativismo, né, e ele precisa se tornar mais empreendedor porque senão vai perder mesmo muito mais espaço”, sendo que, como sugere Gonçalves (2001), cuja fala pode ser tida como representativa muito mais de um discurso sobre a reciclagem do que de uma prática, “o gerenciamento de resíduos deve envolver sempre e de forma institucionalizada os catadores de materiais reaproveitáveis”⁵⁸. Em um trecho do guia “Do lixo à cidadania: Estratégias para a ação”, produzido pelo Fórum Nacional Lixo e Cidadania em parceria com a UNICEF, também consta a seguinte asserção:

A organização é o exercício mais eficaz para fortalecer a cidadania. No Programa Nacional Lixo & Cidadania, a organização dos catadores é considerada, portanto, como uma necessidade prática, não apenas do ponto de vista de promoção da cidadania, mas voltada também para a ação cooperativista que valorize esses profissionais da coleta seletiva como agentes ambientais e econômicos (ABREU, 2001:30).

Segundo Teixeira & Malheiros (2004:8), o sentido de envolver os catadores reside no fato de que eles próprios “consideram que a partir do momento em que se torn[am] cooperativados, pass[am] a se considerar mais bem valorizados profissionalmente”. Além de serem mais bem vistos pela sociedade, os autores ainda acrescentam que isto ocorre porque, dentro das UTs, eles passam a se sentir tanto sócios quanto donos, e “fazem de tudo, desde executar o trabalho administrativo até a atividade de catar lixo nas ruas”. Conforme relatado no capítulo anterior, o trânsito entre essas diferentes funções não se dá, entretanto, sem as suas ambigüidades e contradições, expressas, por exemplo, nas relações “conflitantes” que se estabelecem entre associados e dirigentes.

⁵⁸ Um exemplo prático se refere a um projeto de saneamento ambiental recentemente elaborado em conjunto pelos Ministérios das Cidades e da Saúde para a seleção de propostas de implementação de projetos de resíduos sólidos urbanos nas regiões metropolitanas, onde consta, como uma de suas diretrizes gerais, a necessidade de que elas apresentem alternativas de geração de emprego e renda mediante a inclusão social dos catadores, “inclusive com a organização de cooperativas e associações” (PROJETO, 2005).

O trabalho em um grupo organizado, vinculado a uma cooperativa ou associação – destacado por Paul Singer como a “solução para os problemas dos catadores” (CATADORES, 2002:6) –, parece favorecer o reconhecimento do catador como um agente econômico, já que oferece, como reforça Mota (2005), condições de estabelecer vínculos mais sólidos com a sociedade, viabilizando a construção de parcerias e a prestação de serviços, gerando oportunidades de comercialização com preços e prazos mais favoráveis e possibilitando um diálogo com governos e empresas.

A visibilidade que esses empreendimentos chegam a obter em termos econômicos pode ser demonstrada em uma reportagem (LIXO, 2003) que enfatizou a experiência de uma conhecida liderança de Porto Alegre – que, em anos anteriores, fez parte da coordenação da FARRGS –, atual coordenadora do Centro Ambiental da Vila Pinto, quando ela participou, em 2000, da feira de Hannover, onde apresentou seu galpão de triagem como um dos 600 projetos mais inovadores do mundo. A matéria ainda ressaltava que ela havia feito contato com empresários chineses que se interessaram pelo seu trabalho e que enviariam recursos para construir um cinema comunitário em seu bairro, de forma que ela concluía que “[o] Brasil está no Terceiro Mundo porque ainda não descobriu o mercado do lixo, que é aberto e promissor”.

A inserção econômica dos catadores, de forma coletiva, favorecida pela adoção de modelos de associativismo/cooperativismo, teve um papel fundamental como uma forma de reconhecimento dos catadores que passaram a ganhar maior visibilidade social, o suficiente para subsidiarem a construção de UTs em várias localidades do país, tendo sido, em grande parte, incentivadas pelos próprios governos municipais. Conforme consta em um guia de reciclagem elaborado pela ABES-RS em parceria com a FARRGS: “As associações e cooperativas de catadores foram a alternativa encontrada, há aproximadamente quinze anos, para garantir a prestação de serviços sociais e uma relação articulada com fornecedores, compradores e poder público” (PIRES, 2005:7). Como foi exposto até então, este modelo somente parece sustentável para a FARRGS se concebido sob um prisma “empreendedor”, mesmo que ainda não se trate de uma realidade para a grande maioria de catadores que segue nas ruas e em lixões, para os quais somente o acesso às associações/cooperativas viria a “(...) *humanizar mais esse trabalho*” (R.).

Essa visão carrega um certo paradoxo, visto que mesmo que se trate de um investimento no coletivo, o sucesso dela parece depender, em grande parte, de uma postura individual arrojada da parte de suas supostas lideranças. Não obstante a importância desse profissional capacitado, cabe recordar aqui, no entanto, os argumentos utilizados por R. para o

fracasso da micro-usina da Restinga, comentado no capítulo anterior, em que um deles foi justamente o fato de só haver indivíduos capazes de empreenderem processos econômicos coletivos e não grupos, já que: “(...) a categoria dos catadores é uma categoria pouco, pouco instruída, né, no caso assim, pouca escolaridade e pouca visão empreendedora”.

Foi perceptível nos depoimentos de E., que, mesmo quando os questionamentos eram dirigidos aos benefícios coletivos gerados pelos processos de formação em andamento, houve referências explícitas à sua própria vivência como coordenadora geral da Federação. Em grande parte das vezes, ela terminava por se remeter aos ganhos em termos de experiência pessoal: “(...) hoje, eu, embora não tendo a 5ª série, eu hoje consigo decifrar algumas palavras técnicas que antes eu ficava com medo de falar, porque não conseguia falar aquela palavra bonita e hoje eu sei que se eu falar do meu jeito, eu vou conseguir falar” (E.). Mesmo em se tratando de um trecho um pouco longo, ele contribui para revelar o significado que esses processos vêm tendo para o reconhecimento de lideranças que passam a se considerar instrumentalizadas para lidarem com o universo econômico da reciclagem:

(...) sexta-feira passada, um repórter estava dizendo assim, porque que tu achas que caiu o preço dos materiais? Eu disse uma das coisas que caiu o preço dos materiais foi a queda do dólar, aí diz ele assim, como o dólar?? [faz cara de surpresa] e eu disse assim, porque o nosso material a gente separa, prensa e vende, né, e as indústrias compram esse reciclado, aí ele está no mercado e com o dólar baixo, as indústrias em vez de pagar o PET, vamos dizer assim oh, beneficiado, lavado, beneficiado a 2 reais, elas podem pagar 2,30 e comprar matéria virgem, sabe, então, para elas, com o dólar baixo compensa mais comprar fora e aí, com isso, os depósitos, as empresas ficam lotadas e o preço cai [rindo]. Aí diz ele assim, ah...tu sabes que eu não tinha pensado nisso!! E da onde tu obténs essa informação? Eu disse, da prática, sabe, aí diz ele assim, que série tu tens? Eu só tenho a 4ª série, sabe, então, quer dizer e, antigamente, pra ti saber disso tu tinhas que ter, sabe, 2º grau para saber disso e hoje não, sabe! Então assim, e é uma coisa que a gente tem que estar sempre por dentro, eu disse para ele assim oh, nós somos catadores mas a gente lê jornal, procura estar atualizado, porque que os compradores não querem levar o teu produto, melhorar a nossa qualidade, então esse processo de formação que nós fizemos, né, e a gente procura trabalhar com os técnicos, parceiros nossos, das entidades, mas também com os próprios catadores, por exemplo assim, embora não tendo 2º grau, né, eu tenho currículo no CNPq lá, e sabe, tenho potencial para ir num grupo, acompanhar, ajudar a se organizar.

Sob a perspectiva do que foi dito até aqui, a construção de um *status* econômico por esses indivíduos que vivem do lixo está bastante vinculada à assimilação de normas sociais dominantes, no que diz respeito à atitude que se deve adotar frente às regras econômicas de funcionamento, mesmo ao operar sob uma perspectiva “solidária”. É possível verificar, com isso, que o reconhecimento social é construído e divulgado mediante um discurso que vincule os catadores ao espaço confinado de uma UT, subordinando-o a um grupo, mediante a formação de uma associação/cooperativa. Tirá-los da rua é a ordem do dia, seja porque

possam, segundo consta no guia comentado acima, feito em parceria com a FARRGS, estar “difícil[ando] o trânsito nas grandes cidades e compromet[endo] os sistemas oficiais de gerenciamento de resíduos sólidos”, seja porque possam estar “ocasion[ando] problemas ambientais graves” (PIRES, 2005:6-7). Poderia mesmo se dizer que a construção de um *status* fica atrelada à vinculação a um grupo devidamente formalizado (ainda neste capítulo serão tecidas considerações sobre o reverso desta situação, expressa no não-reconhecimento social dos catadores de rua), sem que, necessariamente, haja uma subordinação ao grupo, no sentido de que se possa desenvolver potencialidades individuais. A reivindicação por reconhecimento social parece, portanto, ser calcada na construção do que está se denominando aqui como “*reciclador*”.

A consolidação do reconhecimento social, aos moldes empreendedores vistos acima, tem sofrido certas interferências econômicas e políticas. Mesmo que o processo de formação de lideranças da FARRGS esteja em andamento desde 2004, ele entra em choque com a falta de recursos próprios para que os coordenadores possam se dedicar a ele, já que “(...) *a gente não tem remuneração para nós nos afastarmos do trabalho, por exemplo, então cada vez que a gente se afasta do trabalho, ou a associação sustenta ou você não tem renda, né, tem a questão das despesas, deslocamento, tudo isso, né*”, e ainda acrescenta, “(...) *que nem a E. que, tempos atrás, estava praticamente tempo integral disponível, passou meses sem receber nada*” que diga respeito a alguma renda fixa, já que ela recebia o que R. chama de um “*quebra-galho (...) ela ganha lá uns acho que 170 reais por mês, assim, uma ajuda de custo*”. Esta “*ajuda de custo*” corresponde ao valor médio recebido pelos associados em muitas UTs da Capital, sendo que, durante os meses em que se esteve em contato com a UT da Restinga, foi possível presenciar que, seguidamente, os associados receberam um valor mensal inferior.

Com essa “*problemática*” financeira instalada, o processo de regionalização tem-se tornado quase que insustentável e acaba favorecendo uma centralização das ações nas mãos de poucas lideranças que, por sua vez, vêem as potencialidades desse processo serem abaladas a tal ponto que não parece haver menção à importância em si do trabalho de formação, no que diz respeito à sua provável capacidade de mobilizar o coletivo de catadores: “(...) *eu fui participar de uma reunião na semana retrasada, em Caxias do Sul... bom, perdi o dia, né! Não recebi! Se a associação aqui não sustenta nessas coisas, né, não tem, tiro a passagem, a alimentação, mas e daí?*” (R.). Devido à escassez de recursos e às dificuldades que daí advêm para os dirigentes, que são, em última instância, os maiores propulsores dessa capacitação em moldes “*empreendedores*”, o processo acaba severamente prejudicado. Como atestam ambos,

“(...) é um caminho no meio do lodo, né” (R.), “(...) tu andas te arrastando, sabe, aí não tem como continuar o processo” (E.).

A contribuição mensal de cada uma das associações filiadas, no valor de R\$ 1,00 por pessoa por mês, a qual deveria manter a Federação em funcionamento, possibilitando aos dirigentes pagarem as despesas mínimas de manutenção da entidade (que, no momento, não possui sede própria), “(...) não acontece, se tem 5 ou 6 associações contribuindo é muito!”, o que faz com que E. recorde o próprio modo arbitrário como a entidade foi fundada, “(...) foi decidido ah vai ser assim, assim, assim e pronto!”, para explicar o porquê dessa irrisória participação que se estende até os dias de hoje. Segundo ela, esse descaso acaba por se refletir diretamente na desconfiança que muitos dos associados das UTs de onde os coordenadores provêm têm quanto às freqüentes saídas dessas lideranças de seus locais de trabalho, afinal, como ela mesma chega a afirmar, “(...) às vezes tu ficas uma semana fora da associação sem trabalhar (...) inclusive se deixar, a Federação consome a gente sábado e domingo”, o que provoca um desgaste na relação entre eles:

(...) para eles [os outros associados], tu estás aqui, tu estás trabalhando, se tu não estás, tu não estás trabalhando, né, e como a Federação ela não pode remunerar os seus coordenadores, tu não tens como passar meses sem receber, sabe, aí o quê que acontece, tem associações que liberam, não tem problema e tem outras que complicam, e isso, o que que acaba acontecendo, acaba tendo um estresse muito grande, sabe, e queimando lideranças aí, então assim, eu pra te dizer bem francamente assim (...) que eu não vou continuar (...) o processo vem se arrastando e tal, mas eu, eu acredito que a Federação, ela é importante, vem fazendo um bom trabalho, deve continuar, mas eu estou abrindo mão! (E.).

Sob a ótica de seus coordenadores, essa situação crítica parece ser favorecida por duas circunstâncias em particular, uma pelo fato de que existem condições legais que impedem que a Federação os remunere e outra, pela escassa contribuição financeira da parte dos associados, os quais, segundo E., “(...) não sabem aonde querem chegar com a Federação”. Com isto, R conclui que “(...) não é difícil tornar visível a Federação, o difícil mesmo é sustentar ela”. A sustentação econômica está tão complicada em sua opinião que ele chega a sugerir para a ex-coordenadora geral que ela pare “(...) de sair muito nessas coisas assim [eventos], porque a gente está criando uma expectativa e daqui a pouco, se as coisas não continuarem, né?”.

A despeito da existência de imposições legais e da escassez de recursos financeiros, houve, recentemente, a eleição de uma nova coordenação, para a qual, E. e R., de fato, não se candidataram – muito embora E. relate apelos da parte de alguns dos associados que a consideraram como a “*espinha dorsal*” da Federação e que chegavam a propor “(...) ah, mas a gente muda os estatutos, vamos achar um jeito de pagar os coordenadores!”. Esta eleição

significou a opção coletiva por dar continuidade à entidade, já que antes da realização da assembléia, E. chegou mesmo a comentar que se, por acaso, durante a mesma, “(...) *não tiver lideranças, sabe, se elas não quiserem assumir por essa questão do custo, (...) da viabilidade econômica dela, pode-se fechar, a assembléia seja para fechar a Federação, esse é um risco que se corre*”. R. acrescenta à instabilidade econômica, que chegou a ameaçar a continuidade da entidade, outras dificuldades de contornos mais políticos que não deixam de lhes aportar também um cenário de incerteza, para o qual ele já começa a vislumbrar opções de saída:

(...) infelizmente ainda nós estamos passando por situações assim de mudança, aí complementa com os processos políticos, né, públicos, mudança de gestão, por exemplo, Porto Alegre, tem situações aí, Novo Hamburgo, e outras aí, Alvorada, onde a mudança de gestão na prefeitura muda a relação com a associação ou a visão sobre o tratamento de resíduos, coisa assim, é bastante complicado. Eu acho que nós não podemos fugir, em termos de futuro então, nós não podemos fugir de uma articulação entre nós, que faça circular aí informações, que estimule a formação, né, que busque até crescer na questão da cadeia produtiva, essa questão da comercialização coletiva é uma coisa assim que é bem complicada de fazer, mas ela é necessária pouco a pouco.

A saída de R., tesoureiro da gestão 2003-05, da coordenação da FARRGS coincide com algumas críticas feitas por ele durante a realização do trabalho de campo quanto à validade desse suposto “(...) *instrumento jurídico de representação*”. Utilizar a Federação, “*entidade que representa o todo*” (B.) – entendendo o todo como o segmento dos catadores organizados em associações –, como um instrumento de obtenção de recursos econômicos foi bastante questionado por R., considerando não o fim que se almeja, de angariar recursos, mas o fato de não estar se prestando adequadamente para tanto e, ultimamente, ter-se tornado um processo desgastante, afinal “*representar quem não quer ser representado, não vale a pena, né! O que as associações esperam é um pai, uma mãe, né, e não é por aí*”. Para R., “(...) *apesar dos processos de formação serem muito mais efetivados, porque antes não havia praticamente*”, eles não conseguem atingir os objetivos para os quais se propunham devido ao fato de serem feitos de forma pontual, sem nenhum “*processo de acompanhamento*”.

Mesmo participando dos cursos de formação que estão sendo ministrados atualmente, o ex-tesoureiro sugere alternativas para contornar a baixa eficácia de alguns deles, alternativas estas que derivariam de uma reformulação da própria entidade. Isto faz com que ele venha a propor uma nova configuração para a Federação – “*reciclagem em rede*” – a qual se ajustaria melhor aos moldes empreendedores que o trabalho nas UTs deve assumir e, ao mesmo tempo, seria capaz de capacitar profissionalmente os catadores, permitindo que eles aprendessem “(...) *a pescar com aquilo que tem na mão, o rio que está aí*”, adquirindo, por fim, o que não

deixa de ser igualmente almejado pela atual coordenadora geral, “(...) *sua autonomia dentro do seu galpão*” (B.).

Eu acho que essa é a tarefa principal, que é dar instrumentos para o trabalhador da reciclagem poder se autogerir, né, autogerir, administrar seus conflitos na relação dentro da associação e crescer profissionalmente para agregar mais valores aos materiais, né (...) e daí eu venho pensando assim se de repente a gente pensasse alguma coisa assim, reciclagem em rede, né, participa quem quer, você arruma recursos através de uma entidade que consegue fazer esse processo de capacitação da mesma forma sem esse desgaste da representação (...) porque se nós dissermos ah nós não somos Federação, somos em rede, né, nós temos uma rede de associações, tem uma equipe aí que, que pode socorrer as associações para fazer uma capacitação, né, referências, telefone, tal e tal, e-mail, tem um e-mail central aí, presta assessoria e não fica desgastando com representação, igual nós não podemos pegar recurso, então, pega e faz um projeto via igreja, ou Camp, ou qualquer entidade aí (R.).

Sem a preocupação com a questão da representação, que, para R., tem-se tornado um empecilho, essa assessoria poderia “(...) *ajudar o pessoal a planejar melhor o seu espaço, a questão da produtividade, os seus conflitos internos, a questão da comercialização, controles, transparência, prestações de contas internas para não gerar nenhum conflito*” e isto teria um impacto diverso daquele provocado por entidades externas que não possuem conhecimento concreto acerca da realidade dessas UTs e, assim, mais dificilmente poderão estabelecer um vínculo com os trabalhadores: “*É diferente de alguém de uma entidade que vai aí e que não vive isso do que a gente poder chegar e ajudar um grupo, né*”. Mesmo que essa “troca” traga certos benefícios porque, como ele faz questão de reforçar, seria “(...) *catador falando para catador*”, há uma relação de dependência que tende a se perpetuar, já que a metodologia e os assuntos abordados não se parecem diferenciar muito do formato adotado atualmente por outras entidades, cujo foco prevê a “ajuda” de um agente externo que se julga capaz de diagnosticar problemas – em sua maioria, vistos sob um viés econômico – e apontar soluções.

(...) os catadores precisam, a gente está perseguindo muito essa coisa assim, eu acho que processo de formação, de acompanhamento nas associações, nós fizemos, eu e a O. [R. menciona o nome da esposa que trabalha na usina de Dois Irmãos] aqui, fizemos, mas daí nós como pessoas contratadas, né, nós fizemos vários trabalhos assim já, ou por solicitação do município ou por alguma entidade que está precisando de reforço (...) essa gente [faz menção à usina de Dois Irmãos] está crescendo, mas ele cresce porque eu estou aqui, a O., que temos mais condições de ajudar, tu ajudas ele a crescer aqui em relação à reflexão, traz um problema de lá, traz uma reflexão e tu reforças ele aqui dentro, (...) para ele conseguir se tornar um multiplicador, fortalecer isso, né, então, eu acho que o processo de formação ele não pode ser acadêmico, o processo de formação ele tem que ser do dia-a-dia (...) agora a maioria, isso que nós estamos em um outro nível, a maioria das pessoas em outras associações, eles não têm esse poder de chegar, muitas vezes são até analfabetas até que vão para o curso, não conseguem nem anotar as coisas e depois não conseguem trazer (R.).

As dificuldades financeiras, segundo relato dos coordenadores da FARRGS, são agravadas por conta da entrada do MNCR no cenário nacional, “(...) *hoje tudo é Movimento, né, tudo é Movimento*” (R.), sendo canalizadas para este último quaisquer oportunidades de firmar parcerias com órgãos governamentais federais, pela própria conjuntura política que, segundo E.

(...) libera [recursos] para quem é ligado ao Movimento e quem não é ligado ou quem...sabe, não recebe! (...) porque lá está um dirigente daqui do Estado que foi eleito legitimamente num congresso e que, agora, ele diz para quem é que vai e para quem é que não vai o recurso! Então, isso gente, sabe, é o cúmulo dos cúmulos! [indignada] (...) inclusive assim, porque o movimento ele foi construído, sabe, para beneficiar todos, independente se é filiado à Federação ou não, se estavam organizados ou não, e hoje está uma discriminação aí, sabe.

De fato, houve, em 2004, a assinatura de um convênio do MNCR com o Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor de R\$ 1, 4 milhão. A liberação da verba foi feita por meio de um convênio entre o ministério e a OAF, que administrou os recursos com parceiros do MNCR nas 5 regiões do país. O objetivo do projeto, apresentado ao ministério pela Comissão Nacional e Equipe de Articulação, foi o de capacitar 700 lideranças, cobrir gastos com o deslocamento de pessoal e material didático. Junto a este, houve ainda a estimativa de que se destinassem R\$ 50 mil para investimentos em capacitação e equipamentos de segurança com recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia (ROCCO, 2004a), sendo que, em 2003, durante o 2º Festival Lixo & Cidadania, já tinha havido o lançamento do edital do Fundo Nacional do Meio Ambiente que previu o repasse de R\$ 4 milhões para capacitação de cooperativas e associações⁵⁹.

Em 2005, durante o II Congresso Latino-americano de Catadores, houve o lançamento do edital de seleção pública de propostas para o Ministério de Ciência e Tecnologia e do projeto “Cadeia Produtiva de Reciclagem”, que previu o repasse de R\$ 965.759,92 pela Petrobrás, para a formação de lideranças e a organização de 17 entrepostos de comercialização somente no RS, cuja execução no Estado ficou a cargo do núcleo estadual do MNCR com o apoio da Fundação Luterana de Diaconia (BUCHWEITZ, 2005). Em meio a

⁵⁹ O MNCR também já havia assinado, em 2003, um convênio com o Governo do Estado do RS – “Programa de Frentes Emergenciais de Trabalho” (PFET) – que fornece bolsa-auxílio e bolsa-alimentação no valor total de R\$ 280,00 por seis meses e também qualificação profissional, cujo repasse de recursos estava atrasado, o que motivou um ato público em frente ao Palácio Piratini no último dia do 1º Encontro Estadual do MNCR, em novembro de 2004 (ANDRADE JR., 2004). Já R. diz ser contrário a esta postura de requerer auxílios do governo, o que acaba resultando em críticas à atual coordenação da FARRGS: “(...) *tem gente que critica a nossa coordenação porque nós não buscamos bolsas no governo do Estado, (...) olha eu me nego a fazer isso! Acho que, em situações extremas sim, mas eu quero que os catadores tenham instrumento de trabalho*”.

este montante de recursos a que o MNCR está tendo acesso, E. declara ter dúvidas com relação ao destino final dessa verba pública, afinal

(...) tem projeto que foi encaminhado para a Petrobrás, que veio caminhão e que está com um cara que se intitula catador e que, na verdade, é um atravessador! E ninguém fiscaliza isso, sabe, está assim que é uma beleza [em tom de ironia] (...) e eu sinceramente assim, o processo de transparência do Movimento, de recurso que vem do Movimento pelo governo federal não tem transparência, te digo isso bem claramente! Se for botar numa (...) se fizer uma CPI do Movimento dos Catadores vai ser vergonhoso pra todo mundo, porque aí vão se lembrar dos catadores aqui do RS, sabe, mesmo que a gente não seja ligado ao Movimento Nacional diretamente assim, então sabe, esse tipo de coisa, eu sinceramente, eu prefiro que o Lula [presidente, eleito para a gestão 2003-06 pela coligação PT, PL, PC do B, PMN e PCB] perca, sabe, que pare de financiar os movimentos para que nós possamos lutar, sabe, ou a gente faz essa união junto de novo ou cada um por si, aí vai o Movimento lá, vai a FARRGS lá, porque é um absurdo isso hoje que está assim (E.).

Segundo consta em um informativo dos catadores do Rio de Janeiro, o convênio do MNCR com o Ministério do Desenvolvimento Social “atende às orientações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando criou, em setembro de 2003, o Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis” (ROCCO, 2004a).

Eu sinceramente, olha, nada contra o governo Lula, mas eu estou rezando que o governo Lula caia, sabe, porque assim oh, votei em todas as vezes que ele se candidatou, acredito na...como é que se diz, nas metas dele sabe, só que assim oh, esse negócio de tu encaminhares um comitê interministerial não respeitando as organizações que existem no Estado, pra mim não me serve! (...) este modo como está este encaminhando político, como está o Movimento dos Catadores não serve (E.).

A despeito das críticas aos atuais encaminhamentos políticos, E. admite que “(...) hoje os catadores nacionalmente estão tendo legitimidade e estão tendo recurso”. A Federação, no entanto, acaba por sofrer um certo isolamento dos processos que se dão em nível nacional. Foi visível, no trabalho de campo, que, de uma forma talvez ainda mais acirrada, continua a “divergência” entre os dois grupos: “(...) lá [outros estados] eles não abriram, sabe, eles não se enfrentam para não abrir a ferida e aqui no RS, nós nos enfrentamos, sabe, botamos as coisas a limpo e vamos lá e não está bom, então o que que acontece, acaba vazando para outros” (E.), “(...) e como isso tem influência em nível federal, o reconhecimento do Movimento prejudica a questão da Federação, e a situação da Federação ela é única aqui no estado do RS, em outros estados não existem essas organizações, por estado” (R.).

A construção analítica feita a partir dos dados coletados a respeito da FARRGS à luz da teoria do reconhecimento permitiu concluir que as atuais impossibilidades político-

econômicas de estabelecer parcerias de grande porte (conjuntura político-governamental e situação de endividamento) e os impasses financeiros que as suas lideranças vêm enfrentando por limitações legais e pelo “descaso” de grande parte dos associados acabam por interferir na construção de um “*status econômico*”, considerando que este se sustenta na ênfase dada ao associativismo/cooperativismo e em uma postura individual empreendedora, cujas bases lhes servem de argumentos para serem socialmente reconhecidos como “*recicladores*”.

3.1.1.2. MNCR: O reconhecimento como “co-gestor”

No que diz respeito ao MNCR, mesmo que seja igualmente perceptível uma demanda de reconhecimento em conformidade com a dimensão econômica, ela pode ser considerada, quando comparada à FARRGS, mais propriamente direcionada ao poder público do que à sociedade. Sem que se desconsidere a importância que o reconhecimento social tem para o MNCR, se percebe que a conquista prévia de um reconhecimento da parte do poder público serve, neste caso, como um meio para fazer com que a sociedade “*(...) reve[ja] que aquele catador poderia ter sido reconhecido, né*” (C.). Outrossim, mesmo que um caráter econômico envolva a ambas, há fins que, por vezes, se cruzam, mas que são sustentados por concepções distintas.

A partir da reconstituição de fatos que contribuíram para o histórico de formação do MNCR e mediante entrevistas realizadas com suas lideranças, bem como o contato com uma série de documentos listados na introdução, foi possível verificar o quanto a existência dessa organização e as motivações demonstradas por suas lideranças são dirigidas no sentido de dar uma maior visibilidade social aos catadores, “*(...) para mostrar que nós também temos direito a conviver dentro da sociedade, temos caráter para isso*” (V.), o que dependeria de que se legitimasse socialmente “*(...) uma outra forma de estar e viver no mundo em coletividade, partilhando aí o resultado dessa produção que é coletiva, né, individual e coletiva*” (G.).

Em termos mais imediatos, no entanto, um dos “*(...) objetivos estratégicos*” (G.) para que todos os catadores, inclusive aqueles que estão na rua, possam começar a usufruir dessa produção coletiva é obter a “*(...) valorização do trabalho através do pagamento pelo serviço prestado, pelo poder público*”, já que “*(...) acabar com a exploração, né, totalmente*” (T.), da forma como o MNCR diz almejar, “*(...) é um processo complicado, que é muito a longo prazo*”.

Há, de fato, para as suas lideranças, uma relação muito estreita entre a aquisição dos meios que lhes possibilitem “(...) *qualificar o trabalho e pagar o custo operacional que está embutido neste serviço*” (G.), de forma a evitar que o mercado da reciclagem seja, cada vez mais, assumido por empresas privadas, e a luta que eles empreendem para que “(...) *o povo seja reconhecido*” (V.).

O serviço ao qual as lideranças fazem referência aqui é o da coleta de lixo, mais especificamente o serviço de coleta de materiais potencialmente recicláveis, diariamente recolhidos das ruas por um contingente de “coletadores informais” existentes na Capital, cujo número, excetuando-se aqui os chamados recicladores, que Costa & Sattler (2000) consideram como sendo as pessoas que trabalham nas UTs, foi estimado por estes autores em 1.140. Já segundo os dados fornecidos pela Assessoria às Unidades de Triagem do DMLU, e apresentados por Martins (2004), existiriam, aproximadamente, 1.500 trabalhadores informais, já descontados os mais de 600 que estão em UTs. Em relação à coleta, a autora relatou que de um total de cerca de 180 Ton/dia de materiais, só 60 Ton/dia (20% do total diário) são recolhidas pela coleta seletiva “oficial”, sob administração do DMLU, e levadas para as UTs, enquanto a maioria, cerca de 120 Ton/dia, é recolhida pelos catadores de rua. Como afirma Legaspe (1996:57), para o caso de São Paulo,

são os catadores que interferem na paisagem urbana do Centro quando eles funcionam como um exército de lixeiros, percorrendo rua por rua, várias vezes ao dia, ou ainda, quando ficam estacionados em um grande calçadão e lá esperam que cada loja os chame para fazer o serviço do lixeiro, só que neste caso eles não são remunerados pela Prefeitura para tirar o lixo e dar um fim nele, como é o caso das empresas que recebem por volta de US\$ 20 por tonelada recolhida de lixo.

Mesmo não sendo remunerados, em uma avaliação técnico-econômica e social acerca dos sistemas de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos existentes no Brasil, realizada, em 1999, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, cujo relatório final incluiu dados sobre a atividade de “catação” em várias cidades brasileiras, os catadores de rua não puderam ser considerados como “desnecessários economicamente”, constatação a qual Oliveira (1997) já havia refutado. Gonçalves & Abegão (2004) comentam que, apenas na cidade de São Paulo, os catadores “salvam” cerca de 750 Ton/dia de materiais recicláveis, que deixam, assim, de ir para os aterros, economizando para a prefeitura cerca de R\$ 45 mil na coleta e operação dos mesmos e, ao longo do período de um ano, fazendo-a economizar aproximadamente R\$ 15 milhões. A despeito de sua informalidade, os catadores são apresentados, no referido relatório, como uma possível fonte social de lucratividade, ao que parece, menos para eles

próprios, já que a execução de sua atividade sem remuneração parece um dado inquestionável no trecho abaixo, o qual ilustra particularmente que, para além dos benefícios ambientais, sua importância reside nos resultados gerados em termos propriamente econômicos, em especial para o poder público municipal:

Eles (cerca de 1.000 carrinheiros circulam diariamente) contribuem, assim, para o programa “lixo que não é lixo”, desde que executam a coleta sem ônus para a Prefeitura Municipal de Curitiba ou para a empreiteira. Com isso, além de reduzir os gastos da limpeza pública, geram empregos com o material que encaminham para as empresas, economizam recursos materiais e contribuem, também, para ampliar a vida útil do aterro sanitário (PUC *apud* AZEVEDO, 2004:81-82).

Esse processo, que Legaspe (1996:8-9) denomina de “reciclagem clandestina”, termo adotado a partir da perspectiva da “Prefeitura e [de] todos os demais órgãos do Governo [que] não entendem a coleta de lixo por terceiros como uma atividade legal, ou ainda como um serviço”, está sendo o maior responsável pelos altos índices de reciclagem que o país vem conquistando. Segundo Zampetti (2005), estima-se que os catadores sejam responsáveis por 90% dos materiais que suprem as indústrias recicladoras, a despeito da informalidade em que operam e a despeito do fato de que, conforme afirma V., “(...) *a nossa classe é uma classe muito desprivilegiada, é uma classe que não aparece, né, e sendo que fizemos a parte mais difícil de toda a limpeza de Porto Alegre, assim como em todo o Brasil, né, e não somos reconhecidos*”.

Com o intuito de gerar “(...) *postos de trabalho para os catadores*” (G.), o projeto firmado com a Petrobrás previu justamente o desenvolvimento de um estudo sobre o custo do posto de trabalho na coleta seletiva em comparação com o custo dos postos de trabalho na indústria, no comércio e no setor de serviços. O objetivo teria sido o de levantar informações para embasar as negociações com o Governo Federal no que diz respeito à participação dos catadores nos sistemas de coleta seletiva (A reivindicação é a de que o Governo Federal invista 170 milhões de reais e gere 39 mil postos de trabalho em 199 cidades localizadas em 22 estados, repassando o recurso diretamente para as associações/cooperativas, sem editais e licitações)⁶⁰.

Foi possível perceber que para grande parte dos entrevistados “(...) *reconhecer os catadores*” significa lhes prover as condições para que eles possam “(...) *organizar uma estrutura digna de trabalho*”, como fica evidente no depoimento de A. que afirma que a valorização “(...) *é porque o catador ele faz o trabalho de limpar a cidade, de encaminhar de*

⁶⁰ Essas informações foram coletadas, em abril de 2006, no *site internet* do MNCR: www.mncr.org.br.

forma correta os materiais recicláveis e tudo mais, então a valorização parte disso, que é a prefeitura reconhecer, né, esse trabalho que ele faz”. Esse reconhecimento significa receber do poder público municipal, principal responsável pela limpeza urbana, os rendimentos correspondentes ao serviço prestado, ou seja, responsabilizá-lo por pagar “(...) *cada tonelada de material reciclado*” recolhido pela “(...) *coleta seletiva solidária que os catadores organizam nas ruas há muito tempo*”:

Taticamente, está colocada a responsabilização do poder público, porque, pela lei ele é o responsável pelo destino do lixo, né, principalmente o poder público local, municipal (...) então nós entendemos que aí está o alvo, que o poder público ele tem que ser de alguma forma co-responsabilizado e é pelo serviço de coleta, ele é o responsável e é com ele que nós temos que tratar de obter o pagamento pelo serviço prestado, reconhecimento, a valorização, a estrutura necessária para desenvolver o trabalho, né (G.).

A conquista desse reconhecimento, no entanto, deve ocorrer sem que isso se qualifique num vínculo empregatício, já que, como G. faz questão de salientar, “(...) *nós não queremos ser empregados pelo poder público*”, ou, como reforça T., “*não na lógica de patrão*”, mas sim “(...) *que o catador seja o seu próprio patrão*”. Os benefícios de operar em um sistema formal, porém, não parecem estar tão distantes de seu horizonte de luta visto que a condição de “*autônomo*” pode garantir “(...) *um dia poder se aposentar pelo pagamento do INPS*”, de forma que, como já havia sido comentado por uma das lideranças do MNCR, “(...) *a gente pretende já, em objetivo finalista, já estar chegando a isso mesmo, a esse ponto assim, né, de benefícios, INSS, carteira assinada, aposentadoria, né*” (C.).

A reivindicação de que seja o poder público a ser responsabilizado por pagar o serviço de coleta prestado pelos catadores de rua, como foi visível nos depoimentos de várias das lideranças do MNCR, parece operacionalizável no que diz respeito à fonte de arrecadação de tais recursos mediante os impostos pagos pela sociedade, correspondentes à taxa de limpeza pública urbana. A adoção desses parâmetros econômicos é explicitada nos trechos a seguir:

(...) principalmente o poder público local, municipal, através dos impostos, né, tem o recurso necessário para dar o destino correto (G.).

(...) porque a prefeitura recebe, né, através dos impostos de cada um dos cidadãos que produz o seu resíduo, ela recebe para fazer isso, então nós também teríamos que ter essa parte (A.).

(...) eles [prefeitura] não pagam o DMLU para fazer a coleta seletiva? A sociedade não tem um encargo social onde desconta pro DMLU? Nós fizemos toda essa reciclagem, todo esse serviço, nós fizemos de graça, e não somos reconhecidos, né! O que o DMLU tem mais do que nós? O diretor do DMLU é um cidadão que nem nós, o gari que trabalha atrás de um caminhão é que nem nós, só que ele tem um

salário fixo e nós não! Nós temos que sair de manhã e ir à luta para termos comida dentro de casa e ele não, ele tem uma carteira assinada e um salário fixo no fim do mês, mas por quê? Porque o município recebe uma contribuição da sociedade aonde consegue repassar pro DLMU para andar de bom carro, de bom caminhão, né, e nós como não temos esse repasse, temos que depender dos nossos braços, do nosso cavalo, dos nossos carrinhos, que eu acho o cúmulo uma pessoa, um ser humano ter que puxar 300, 400 kg no peito aí como se fosse um animal (V.).

Mesmo que, com isso, se perceba um alinhamento entre a demanda de reconhecimento que os catadores requerem do poder público e a perspectiva redistributiva que Fraser imprime à dimensão econômica, faz-se necessário, segundo Phillips (2001), empreender um trabalho de precisão conceitual com vistas à correta utilização do termo “redistribuição”. Phillips vai argumentar que nem todas as reivindicações socioeconômicas devem verdadeiramente ser abrangidas dentro da perspectiva redistributiva. Esta deve ser reservada somente para aquelas reivindicações que desafiam os critérios utilizados na distribuição de recursos e de poder. Diz a autora (2001:3): “Eu sugeriria que nós reservássemos o termo para movimentos que buscam redistribuição ao invés de ganhos, e que se comprometem ativamente com o que consideram ser as injustiças provenientes da atual distribuição”.

Phillips conclui que, de forma geral, qualquer demanda que não envolva algum tipo de taxação poderia mais facilmente ser enquadrada como redistributiva, mesmo que esta não tenha sido a intenção original. Desta perspectiva, a aproximação com a dimensão econômica em moldes redistributivos fica mais visível quando as lideranças adotam um outro discurso que não somente aquele que concerne à arrecadação de impostos, mas se referindo à “(...) *questão da responsabilização dos grandes geradores, as indústrias que são as produtoras também se responsabilizem (...) paguem por este serviço que os catadores executam, né*”, até porque, como G. exemplifica,

(...) nós entendemos que a Petrobrás, o Ministério, ou os bancos que têm no Brasil, todos esses, eles têm uma dívida histórica com os catadores, toda a sociedade tem uma dívida histórica com os catadores, nessas décadas e décadas de trabalho. Mais do que com os catadores, tem com o povo! São os que têm concentrado a riqueza do país nas suas mãos e a administração dessa riqueza. Então, a Petrobrás, quando a gente firma uma parceria, né, com a Petrobrás, para um projeto nosso, nós estamos entendendo que é uma doação da Petrobrás, mesmo assim uma parcela pequena do pagamento da dívida social que a Petrobrás tem com o próprio povo brasileiro, com essa parcela do povo que são os catadores

Em um dos documentos produzidos pelo MNCR, que é a cartilha de formação política, onde constam os princípios e as bases de acordo do Movimento, igualmente consta a seguinte afirmação: “Queremos firmar com os poderes públicos contratos que nos garantam **o repasse financeiro** pelo serviço prestado à sociedade e, **cobrando das empresas privadas**, produtora

industrial dos resíduos, o devido **pagamento** pela nossa contribuição na reciclagem”. De forma que

a Petrobrás como indústria geradora de derivados de petróleo, ela extrai petróleo, ela é responsável pela matéria-prima das resinas plásticas, né, e nós somos quem mais reciclamos plásticos no mundo aí, os catadores, então nada mais justo do que responsabilizar em primeira instância quem é o responsável pela produção da matéria-prima. Então, esses aí estão sendo responsabilizados de alguma forma (...) eles têm obrigação social com o setor que processa o final da cadeia produtiva (G.).

Sem se querer adentrar aqui numa discussão mais aprofundada com os argumentos levantados por Phillips, os quais, de uma forma geral, sinalizam aspectos importantes, soa, entretanto, precipitado enquadrar, por exemplo, um convênio estabelecido entre os catadores e a Petrobrás, fruto, na opinião de G., de uma “*luta de negociação*”, como uma conquista em termos redistributivos, tendo em vista que tal constatação careceria de uma maior fundamentação teórico-empírica. Por certo, este convênio lhes parece propiciar “(...) o reconhecimento de que nós somos responsáveis pela destinação correta dos resíduos que eles produzem”, o que contribui, segundo G., para que a própria Petrobrás reconheça, ao apóia-los economicamente, a “(...) *parcelinha da dívida que se tem histórica, né*” e igualmente a existência de um trabalhador que está vinculado a ela pela cadeia produtiva, vinculada ao “(...) *setor que processa o final da cadeia produtiva, porque eles fazem o princípio*”, mesmo que “(...) *talvez essa não seja a posição deles publicamente*”.

A reivindicação de que o poder público reconheça os catadores, principalmente em se tratando daqueles que “seguem as regras do Movimento” (V.), como profissionais capacitados para empreenderem uma ação conjunta com a prefeitura, “visando à estruturação do trabalho de coleta, separação e preparação de materiais recicláveis para fins de encaminhamento para reciclagem” é a base de um convênio proposto pelo MNCR para a inclusão dos catadores de rua, “organizados junto às entidades já existentes”, ao sistema de coleta seletiva de Porto Alegre. Mesmo que o convênio se proponha a se contrapor a um outro, já existente, proposto pelo DMLU, na seção que se refere às responsabilidades das associações, é visível a forma “conciliadora” com que o catador de rua tende a ser inserido no sistema de coleta seletiva já em funcionamento, sem que este seja perturbado: “Organizar e desenvolver o programa de coleta seletiva a partir dos catadores de rua organizados junto à unidade, estando estes devidamente uniformizados, identificados e com roteiro predefinido que não convirja com o roteiro da coleta mecanizada já realizada pelo DMLU”. Entretanto, longe de se estabelecer uma relação “tranqüila” entre o MNCR e o DMLU, Nardi (2006, no prelo) afirma existir uma

disputa entre eles no que diz respeito, mais particularmente, à “definição das formas de organização do trabalho nos galpões”.

A proposta de manter um convênio com o poder público municipal já vem, segundo T., de longa data: “(...) a gente já debateu um monte de vezes, desde o início do Movimento a gente está debatendo isso com o governo e a gente não consegue arrancar nada porque eles sempre tocam um pro outro, um governo, outro governo, e aí vão sempre enrolando a gente”. Não obstante isso, aproveitando a mudança de gestão político-partidária municipal após 16 anos de gestão do PT e considerando que o “(...) partido [novo] não quer tocar o mesmo processo, eles querem fazer uma coisa nova, mas eles não sabem como fazer” (A.), a assinatura imediata desse convênio foi uma das pautas de reivindicação de um ato promovido pelo MNCR, realizado na Capital, no dia 09 de junho de 2005. Esse ato, que faz parte da estratégia de ação direta do MNCR, é motivado, segundo comentam A. e G., porque as lideranças acreditam tratar-se de uma forma alternativa, não menos legítima, de forçar o poder público a os “ouvir”:

(...) o modo de ação direta, a gente tira ele como última instância de reivindicação, né, a gente primeiro vê mais pela parte da discussão, da representação, por parte do governo, do município, Estado, sei lá com quem é que a gente está negociando (...) quando a gente não consegue fazer pelas vias mais institucionais, mais de discussão mesmo com as prefeituras, daí a gente pegar e fazer as mobilizações com os catadores, botar todos na frente da prefeitura, se for encarar desta forma, né, pra todos esses gritar os seus direitos para serem reconhecidos e a partir daí forçar então o reconhecimento dos catadores.

(...) é quando a gente consegue botar milhares de pessoas nas ruas e atrapalhar um pouco o funcionamento da sociedade como ela está hoje, injusta e desigual, é quando a gente consegue travar esse sistema, é que a gente consegue ter força e expressão mesmo, se não for assim, a gente não tem força.

Mesmo que C. declare que o Movimento “(...) esperava também receber pau direto, né, que era a dita direita”, houve, na ocasião, a realização de uma reunião em presença do prefeito, vice-prefeito e mais cinco representantes governamentais, na qual se teve como encaminhamento, já que o governo não acedeu positivamente à proposta naquele momento, a sugestão de se criar uma comissão de trabalho com ambas as partes (lideranças do MNCR e representantes governamentais) para que se desse seguimento às discussões iniciadas. Ao tecer alguns comentários acerca dessa reunião, C. reforça a importância da ação direta para viabilizar encontros com representantes governamentais – ao que T. acresce se constituir numa oportunidade de “(...) divulgar também o Movimento perante a sociedade” –, mesmo que a posição do MNCR seja a de descrença com relação ao sistema político representativo.

(...) os políticos de hoje em dia eles prometem várias coisas que vão fazer grandes projetos, isso e aquilo, tudo mais, né, mas muitas vezes não sabendo (...) porque o próprio político ele não tem conhecimento mesmo do que é a sociedade, sabe, é um só decidindo por todos, né, e essa questão da ação direta, quando a gente faz contra isso, trancando todas as ruas, fazendo piquete, ou, né, alguma coisa assim, tem uma forma muito grande de estar demonstrando isso porque pára todos os setores, pára o comércio, pára a exportação, né, a exemplo se a gente pegar uma avenida principal, e aí tem como eles jogar com a gente e aí vamos decidir isso hoje, vamos encaminhar um grupo de trabalho para estar discutindo e resolvendo esses problemas de vocês e ouvindo vocês (...) eu acredito que, em primeiro lugar, acho que tem aquela coisa assim, eles estão botando a boca em público, vamos acalmar eles, vamos discutir numa vez, vamos tentar resolver! Por segundo lado, eles consideram como uma classe trabalhadora! Tem seu certo respeito! Mas é o seu certo respeito e ao mesmo tempo também é o, né, é o vamos atender pra não dar problemas!

No relato abaixo, T. explicita o “circo” que, geralmente, se arma nessas reuniões para que o governo possa seguir “enrolando”, sem dar qualquer tipo de encaminhando prático às suas reivindicações. Isto acontece tanto ao desmarcarmos reuniões pré-agendadas quanto ao convocarmos pessoas diferentes a cada reunião e que não possuem a autoridade necessária para tomar decisões (inclusive durante observação participante, ocorreu de as lideranças do MNCR optarem por se retirar de uma reunião quando perceberam que haviam sido designados outros representantes governamentais, diferentes daqueles que já vinham discutindo, o que fez V. comentar que, na próxima, provavelmente estariam se reunindo com “o porteiro ou a senhora do cafezinho”):

(...) então eles chamam para discutir e já vem com um troço assim meio armado, na realidade, já está tudo armado, né, desde o começo, então eles chamam para a primeira reunião, vamos discutir, vamos ver o que vocês querem, a segunda reunião, ah..vocês querem isso, isso e aquilo, que foi o que foi falado, então vamos para a terceira reunião, ah..a terceira reunião, ah..eu me lembro bem vocês queriam isso, isso, como a gente vai fazer? Quarta reunião, ah..me lembrei..tá é tudo isso aí mesmo que vocês querem..quinta reunião..olha! sinto muito, mas eu acho que vocês têm que fazer uma outra coisa..aí já foi um ano! Aí, então, a gente vai de novo pra rua, então vamos reunir novamente, vamos começar com a primeira reunião de novo!! Até chegar o terceiro ano e quando chega o terceiro ano, eles já pegam e dizem: – A gente não pode fazer nada porque vai mudar o governo e a gente não pode deixar dívida para o governo que vem!! Eles sempre enrolam a gente!

Segundo consta na ata da primeira reunião, G. fez questão de salientar “que ao fazer a reciclagem [os catadores de rua] estão fazendo um trabalho gratuito para o município”, de forma que o MNCR reivindicava a “assinatura do convênio, para subsidiar este trabalho”, o qual já vem sendo pago a “pessoas terceirizadas”. Na quarta reunião que se seguiu com a comissão de trabalho já constituída, o diretor-geral do DMLU declarou “que se entregarem áreas para os catadores, corre-se o risco de não darem conta da demanda”, o que poderia

redundar em reclamações da parte da população caso a prefeitura optasse pelo convênio. A solução encontrada pelos representantes governamentais foi a de sugerir a implementação de um teste, “como um piloto de 10 ruas para início”, como uma forma de avaliar a viabilidade de expandi-lo posteriormente, o qual, dependendo do sucesso obtido, poderia vir a resultar em um convênio em moldes semelhantes aos que já são feitos com as associações de catadores e as creches comunitárias. Mesmo encarada pelas lideranças do MNCR como uma alternativa “arriscada”, tendo em vista a possibilidade de “boicote”, até quando se estendeu o trabalho de campo, embora ela ainda não tenha sido posta em prática, tem sido dado seguimento às negociações.

Na relação que se trava entre catador de rua e poder público, este último é visto pelo MNCR como um “*adversário muito forte*”, devido ao fato de que “(...) *entendendo que o lixo é responsabilidade dele, ele define quem são os operadores desse processo, né, de coleta, de destino final, e isso tem uma relação com o setor privado, com as empreiteiras, com algumas outras estruturas de serviços que estão sob controle total do poder público, né*”.

Para evitar que o poder público municipal dê exclusividade aos serviços de coleta prestados pelo setor privado, o que é fácil de acontecer na opinião de G., porque “(...) *gera recursos, né, retorno dos próprios recursos investidos*”, e inviabilize aos catadores o acesso ao lixo, praticamente último recurso de sobrevivência – como expresso na fala de um dos catadores durante uma das reuniões com os representantes governamentais: “*A nossa meta é a sobrevivência. Tenho 56 anos e não sei fazer outra coisa. Passarei a ser um problema para os órgãos públicos se não puder trabalhar*” – , vê-se que há a tentativa de estabelecer uma relação com o poder público que force este a reconhecer que o catador pode e deve ser “*co-gestor*” dos serviços municipais de coleta seletiva, porque, segundo A., “(...) *quem realmente sobrevive disso somos nós, então somos nós que sabemos como fazer o processo*” ao que G. complementa reforçando que “(...) *taticamente é isso que se quer, né. Ele ser co-gestor do serviço de coleta e destino final dos materiais, tanto o seco quanto o orgânico*”.

Mesmo que esse tenha sido um discurso bem mais presente ao se entrevistarem as lideranças do MNCR, R. também diz tratar-se de uma demanda da FARRGS, muito embora ela tenha sido menos recorrente nos depoimentos de seus coordenadores. Da forma como o ex-tesoureiro a apresenta, pode-se notar que a justificativa de tal reivindicação é posta muito mais de acordo com as vantagens econômicas que ela seria capaz de trazer para os órgãos públicos e por comparação ao serviço prestado por empresas privadas do que servindo como base para a construção de um *status* econômico que se expressaria no reconhecimento do poder público para com os catadores:

(...) hoje o Movimento fala isso e nós também falamos que as prefeituras deveriam contribuir, porque assim, se estivesse aqui uma empresa particular de empresários trabalhando, a prefeitura com certeza estaria pagando porque iria fazer um processo de licitação e tal, sempre a reciclagem ela gera uma economia para o município em termos econômicos diretos, assim, porque é um volume menor de materiais que precisam ser enterrados, esse é o benefício direto que a prefeitura, em cidades onde os catadores recolhem materiais na rua, a prefeitura já tem menos gastos na coleta e na destinação também. E se um outro agente fosse fazer, ele cobraria, então, a prefeitura deveria repassar um recurso, né, dar um subsídio por prestação de serviço, eu sou contra de dar tanto sem medir nada, eu acho que sempre tem que dar tanto prestando um serviço de tanto, que a gente se sinta valorizado naquilo que faz, estimulado inclusive, né, a tanto mais vocês fizerem, quanto mais vocês aproveitarem, mais a gente tem vontade de contribuir com vocês.

Na análise feita a partir dos dados provenientes do MNCR, a construção do *status* em sua dimensão econômica se sustenta em uma postura que oscila do “confronto” a “negociação” de tal forma a que possa garantir às lideranças a autoridade política de “pressionarem” o poder público para reconhecer os catadores como agentes capacitados para co-gerenciar os serviços municipais de coleta seletiva, evitando um acirramento dos processos de privatização de modo que também os permita, condizente com elementos mais redistributivos, começarem a usufruir “o resultado dessa produção que é coletiva, né” (G.). Em última instância, para o MNCR, a obtenção desse subsídio mediante convênio com o poder público poderia mais facilmente resultar também em um reconhecimento social dos catadores, como se evidencia na fala de T. que julga que o convênio poderia ajudar

(...) que a gente não seja tachado assim como ah...um catador, ele vai ser um bandido, se ele chegar ali na minha lixeira! que tem muitas lixeiras aí que são cadeadas, né, então que a sociedade mesmo reconheça que a gente está fazendo esse trabalho e que liberem o lixo, que não tem utilidade mais nenhuma para eles, que liberem para a gente.

A reivindicação de ser socialmente reconhecidos – considerando aqui ambos os grupos – parece mais suscetível de ocorrer quando se estabelece alguma relação formal entre o catador e o poder público e para que isso ocorra, segundo declara um representante da UFBA, cujo argumento consta no relatório de um encontro de lideranças do MNCR, “a mobilização precisa ser feita de forma organizada junto com o poder público, porque só assim a sociedade percebe que o catador é um trabalhador realmente inserido na economia e na política” (RELATÓRIO, 2006). Tal constatação será desenvolvida a seguir através de uma interlocução com alguns autores que discorrem acerca de exemplos de parcerias estabelecidas entre esses segmentos e que, ao mesmo tempo, permitem revelar padrões culturais, sustentados por um discurso ecológico, que auxiliam/interferem na construção de um *status* econômico.

Em um projeto de coleta seletiva realizado pela prefeitura de Cascavel, no Estado do Paraná, envolvendo 88 catadores, Romaní (2003:37) relata que a parceria feita com o poder público favoreceu os catadores para que fossem percebidos pela sociedade como agentes importantes “dentro do processo de melhorias ambientais”, especialmente em se tratando daqueles que eram cadastrados no programa oficial e que passaram a receber a denominação de “agentes ecológicos”, o que parecia, assim, lhes garantir uma maior aceitação social de sua condição e do serviço “ecológico” que passaram a prestar, como se evidencia no trecho citado abaixo:

O trabalho envolvendo os catadores representou um impacto no modo com que eles se percebiam e eram vistos pela sociedade. A própria substituição da expressão "catador" por "agente ecológico" sugere uma posição mais pro ativa dos catadores. Eles passam a ser vistos como agentes de transformação que detém a responsabilidade e o poder de colaborar para o sucesso de um programa que, no fundo propicia uma melhor qualidade de vida. Através da profissionalização do grupo com a uniformização e a instrumentalização técnica [cursos de segurança no trânsito, alfabetização, educação sanitária e ambiental e cursos profissionalizantes: panificação, costura e datilografia] e operacional, a identificação com crachás e a formalização da parceria com a Prefeitura, eles se sentem mais integrados à cidade. A própria população passa a dar mais valor ao trabalho desenvolvido por eles (ROMANÍ, 2003:30).

Martins (2004:88) relata que, durante o trabalho de organização em Porto Alegre, os agentes religiosos já enfatizavam o papel de “agentes ambientais” (GRIMBERG, 2004) que os catadores assumiam, “o que proporcionava às pessoas predominantemente de classe média que freqüentavam as igrejas uma outra visão sobre esses trabalhadores, antes vistos como marginais e desocupados”.

Mesmo que, no caso de Cascavel, o poder público não tivesse o intuito de gerar uma situação de exclusão para com os catadores que continuaram na “informalidade” (cerca de 2/3 do universo total de catadores que trabalham na cidade), ao indagar pessoas da comunidade sobre a opinião que guardavam dos catadores e dos agentes ecológicos, Romaní (2003:40) comenta que a maioria delas manifestou a mesma posição. Para ilustrá-la, cita-se aqui uma de suas entrevistadas, que diz: *“não dá para julgar pela aparência, mas eu confio mais nos catadores uniformizados, pois sabemos que tem alguém para responder por eles”*. Esta fala evidencia que a confiança que passou a ser depositada nos catadores, na verdade, não é dirigida a eles, mas sim ao órgão público municipal. Já com relação aos catadores, em um depoimento de uma das agentes, torna-se claro que a formalização de uma parceria com o poder público local foi o que lhes garantiu uma maior visibilidade social, a qual resultou, em última instância, no próprio acesso aos direitos sociais previamente negados: *“trabalhar aqui*

é uma grande honra, o povo agora sabe quem somos e eu tenho acesso a escolas e postos de saúde”, constatação comprovada por outro agente que afirma que “usar o uniforme e o crachá traz respeito”.

No relato de uma experiência de outro projeto social para catadores de Guaratinguetá, no Estado de São Paulo, Aímola (2003) condiciona esta suposta transformação de “lixeiros” em “agentes ambientais” à realização de um roteiro mínimo de atividades, que compreende certos passos imprescindíveis para que ela ocorra e que envolvem não somente a aquisição de apoios e parcerias com o setor público ou privado, mas o estímulo à organização associativa e, principalmente, à participação dos catadores em atividades de capacitação:

Com o apoio do Senac, do Sebrae e de várias outras organizações, foi realizado o primeiro curso de capacitação profissional para os catadores. A metodologia e o material utilizado foram fornecidos pelo Compromisso Empresarial para a Reciclagem (Cempre), firmando assim o conceito de que os catadores formam uma categoria profissional e ressaltando o caráter de utilidade pública dos serviços por eles prestados. A estrutura do curso foi dividida em sete módulos: relações humanas, limpeza pública, saúde do catador, trânsito, reciclagem, princípios do cooperativismo e aspectos práticos da cooperativa. A partir de então, os catadores passaram a ser chamados de agentes ambientais. Tal denominação teve dois propósitos: 1) enfatizar o relevante papel dos catadores na preservação ambiental; e 2) ao tratá-los como uma categoria profissional, buscava-se também eliminar o estigma que é atribuído a pessoas que sobrevivem dos materiais recicláveis retirados do lixo. (...) Assim, não sentem mais vergonha de sua atividade, pois surgiu a consciência da relevância da profissão e sobretudo porque a comunidade os trata como “amigos” [devido ao nome dado à cooperativa “Amigos do Lixo”]. (...) Hoje eles são cidadãos (AÍMOLA, 2003:6;8;13).

No que se refere à capacitação, Jacobi & Teixeira (1997:32) comentam que o curso ministrado pelo CEMPRE para os catadores da ASMARE, de Belo Horizonte, teve uma dupla finalidade, tanto no sentido de “formar nos catadores uma consciência ambiental, informando-os sobre os benefícios que as suas atividades trazem para o meio ambiente da cidade”, quanto no sentido de instrumentalizá-los para “uma melhor compreensão a respeito da lógica de funcionamento do mercado”, especialmente aquela que lhes diz respeito diretamente, que é a do mercado da reciclagem.

Embora tenha ganhado nova roupagem com o fortalecimento do que Buttell (2001) chamou de um “novo paradigma ecológico” e mediante a emergência de uma nova onda mundial de preservação do meio ambiente que daí adveio, a reciclagem é, antes de qualquer alusão ecológica, como atesta Legaspe (1996:120), um “instrumento econômico”. Ao analisá-la como um produto das relações econômicas capitalistas, o autor (1996:10) revela o quanto muitos dos programas que surgem para estimular a reciclagem, assim como boa parte da propaganda ecológica estampada “nas caixinhas que envolvem os produtos” – o chamado

“marketing ambiental” –, servem antes aos propósitos de “ocultar” interesses por trás de uma “demagogia ecológica” (GONÇALVES, 2003:75). Neste sentido, Legaspe (1996:32) critica a forma como a reciclagem vem sendo conduzida, os altos custos que estão envolvidos e os baixos rendimentos revertidos para os catadores, quando são justamente estes que sustentam os altos índices obtidos com a reciclagem no país, julgando-a como a mais pura construção capitalista, travestida de ecologista e falando na defesa do meio ambiente⁶¹. Os reais beneficiados pela coleta dos produtos reciclados “se constituem num grupo muito pequeno de comerciantes e industriais que sabem que a matéria-prima bruta obtida do lixo é uma fonte de especulação muito lucrativa”. O fato de que existe, por trás da reciclagem, um tremendo jogo de poder e de interesses econômicos conflitantes fica evidente, conforme afirma Conceição (2005:23), no excesso de tributação sobre o produto reciclado, que contraria qualquer alusão a uma política ecologicamente sustentável, eis “a *prima fácies* do eco-capitalismo”.

A problemática ambiental não é ideologicamente neutra nem é alheia a interesses econômicos e sociais. Sua gênese dá-se num processo histórico dominado pela expansão do modo de produção capitalista, pelos padrões tecnológicos gerados por uma racionalidade econômica guiada pelo propósito de maximizar os lucros e excedentes econômicos a curto prazo, numa ordem econômica mundial marcada pela desigualdade entre nações e classes sociais (LEFF, 2002:62).

A reciclagem vista como possibilidade de recuperação lucrativa dos resíduos sólidos para o circuito de consumo das mercadorias, nos conduz a uma desmistificação com relação aos ganhos ambientais por ela proporcionados, já que (...) o seu principal estímulo é a obtenção de lucro e não a preservação ambiental, que para sociedade que está sob a égide do capital é uma situação contraditória, pois como preservar e estimular o consumo ao mesmo tempo? (LEAL *et. al.*, 2002:179).

Não obstante isso, o enfoque na questão ecológico/ambiental é uma constante que encontra eco nas mais diversas publicações que se referem ao trabalho dos catadores, desde artigos jornalísticos, passando por material publicitário de incentivo à coleta seletiva e *sites internet*⁶² que abordam esta temática, até trabalhos acadêmicos.

As 50 toneladas diárias de lixo seco recolhido pelo DMLU e as outras tantas carregadas informalmente constituem um mercado onde as negociações envolvem centavos – disputados como ouro por catadores, associações e atravessadores – e têm como grande beneficiário o ambiente (RECICLAGEM, 2004:6).

⁶¹ Mota (2005:4-5) afirma que, atualmente, trabalhar com materiais recicláveis – os quais já foram relegados à condição de “mercadoria de segunda” (LEGASPE, 1996:120) – e conduzir programas de gestão socioambiental podem gerar impacto positivo na imagem das empresas. Várias delas investem pesado para criar perante os clientes a imagem de que são “ecorresponsáveis”, assumindo o “compromisso ambiental” necessário para se adequarem aos inúmeros processos de certificação que já existem, tais como a Avaliação do Desempenho Ambiental – ISO 14031, a Rotulagem Ambiental – ISO 14020, a Auditoria Ambiental – ISO 14010, e tantos outros (TURRA; ETCHEPARE & KINDLEIN, 2002).

⁶² Para citar alguns: www.cempre.org.br; www.recicla.org.br; www.lixoecidadania.org.br; www.lixo.com.br.

(...) Não temos como erradicar o problema [dos catadores ambulantes] porque tem fundo estrutural. Temos de organizar a coleta informal e investir na educação ambiental destas pessoas – diz Mario Diniz, diretor da divisão de projetos sociais do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (RECICLAGEM, 2004:6).

A presença cada vez maior de catadores de lixo, por um lado, permite o aproveitamento de quantidades cada vez maiores de materiais (PIRES, 2005:6).

(...) a importância do trabalho desenvolvido por estes profissionais, no que se refere aos benefícios ambientais gerados (...) Analisando-se todos os materiais coletados pelos catadores, vê-se que o papel deste é de suma relevância no contexto ambiental, ainda que os mesmos e a sociedade em geral não se dêem conta deste fato (...) A realidade mostra que a atividade desempenhada por estes profissionais é de suma importância, uma vez que os mesmos contribuem para o ciclo da reciclagem de alguns materiais constituintes dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais (...) educação ambiental junto à população, incentivando-a a participar do ‘dia do agente ecológico’ – *slogan* a ser atribuído aos catadores (COSTA & SATLLER, 2000:387; 394;396;397).

Ao abordar a questão da implantação de projetos sociais para catadores é recorrente se salientar o quanto a sustentabilidade desses projetos depende da colaboração de diferentes segmentos da sociedade e, para isso, a ênfase na persuasão e no convencimento à participação recai ora em um apelo à solidariedade dos moradores para com a situação desses indivíduos e de suas famílias, principalmente no que concerne à erradicação do trabalho infantil nos lixões, ora em um apelo à questão ecológica. Em um trecho de um guia produzido pelo Fórum Nacional Lixo e Cidadania em parceria com a UNICEF, consta a seguinte afirmação ao se fazer menção à importância da coleta feita pelos catadores de rua:

A catação de alimentos e de materiais para comercialização também acontece nas calçadas das cidades brasileiras por catadores de rua – homens, mulheres e crianças – que interferem, diariamente, no ciclo da limpeza urbana, interceptando materiais que seriam levados aos lixões ou aos aterros. Eles contribuem, assim, para amenizar os efeitos negativos do nosso desperdício e para reduzir a poluição ambiental que o lixo provoca (ABREU, 2001:18-19).

Neste sentido, a questão ecológica parece ser instrumentalizada como um subterfúgio de ganho de dignidade e aceitabilidade da figura do catador, o qual não é mais encarado como um mendigo ou um indigente, mas um prestador de serviços à causa ambiental, devidamente regulamentado e “uniformizado”, o que o torna um autêntico “agente ambiental”, capaz até de amenizar os efeitos negativos do consumismo. É particularmente notável a necessidade de legitimar os catadores como uma categoria profissional cujo serviço prestado possui um caráter de grande utilidade pública, passível de ser reconhecido pela “importância ambiental” que carrega, o que “impõe a necessidade de valorizar a sua profissão” (ABREU, 2001:34-35).

No curso citado acima por Jacobi & Teixeira (1997:32), os autores relatam que a metodologia empregada previa que os catadores desenvolvessem “novos padrões de comportamento ambiental”. A assimilação dos ditos “padrões” parece bem visível no depoimento de uma das catadoras que pertence à ASMARE: “Eu e minha família sabemos quantas árvores o nosso trabalho economiza, esses dias visitamos o aterro e aí soubemos também que muito lixo não foi pra lá devido ao nosso trabalho, o nosso trabalho contribui também para aumentar a vida do aterro e limpar a cidade” (JACOBI & TEIXEIRA, 1997:26).

Embora a dimensão econômica ainda seja preponderante na construção de um *status* pelos dois grupos em estudo nesta pesquisa, é possível notar o quanto esses “padrões” são facilmente assimilados por ambos como forma de legitimar face à sociedade e ao poder público a reivindicação de que sejam reconhecidos profissionalmente, como demonstram alguns dos depoimentos de lideranças de ambos os grupos, a começar por G. que afirma que a luta do MNCR é pela “(...) *valorização e reconhecimento do trabalho histórico do catador de material reciclável na luta pela preservação do meio ambiente*”. Em relação a esta questão, assim também se expressa A.

(...) o nosso trabalho é de que? É de triar esse material, de tirar esse material que iria para a natureza, nós triamos e demos um outro...nós fizemos um outro encaminhamento, não aquele do aterro sanitário, onde vai acumulando grandes quantidades que vai, por fim, poluindo o meio ambiente, destruindo a natureza, nós fizemos a inversão desse trabalho, então é nessa parte que nós temos que ser valorizados.

Esses padrões são igualmente perceptíveis em uma publicação da Rede Independente de Catadores de Materiais Recicláveis do RJ, onde, ao serem comentadas as repercussões do último Congresso Latino-americano, consta a seguinte afirmação: “O encontro revelou que a maioria dos catadores ainda sofre com a discriminação e a falta de reconhecimento do seu papel ambiental” (ROCCO, 2005). Em uma publicação do MNCR em parceria com a Pastoral da Rua, igualmente constava referência aos catadores como sendo “agentes ambientais natos” (CATADORES, 2002). Em um material informativo da FARRGS, a entidade é apresentada como sendo

(...) resultado de um processo de articulação e organização de trabalhadores extremamente explorados, que passaram a tomar consciência de sua autonomia, dignidade e possibilidade de recuperar os materiais recicláveis, de forma ecológica, preservando a natureza, garantindo a sustentabilidade e qualidade de vida a todos (Curso, apud Martins; 2003:135).

Ao fazer a defesa do modelo associativo de reciclagem, R. também argumenta que

(...) outro benefício, acho que uma associação gera é em termos ecológicos, ambientais, a consciência, por isso nós fizemos muito, eu brigo muito com grupos, brigo no bom sentido, para que estabeleçam mais a relação com a comunidade, para mostrar pra comunidade a importância do nosso trabalho, tu buscar o reconhecimento mas para também aquela comunidade ser sempre mais estimulada a cuidar mais do meio ambiente, a separação do lixo, o cuidado que tem com o lixo para não jogar em qualquer lugar, e outras coisas, a preservação da água, das árvores, do ar, não queimar lixo por exemplo. Então eu acho que uma coisa bem organizada ela gera muitos benefícios para uma comunidade, isso para nós aqui é muito claro. Quantas pessoas já passaram por nós aqui que mudaram de visão.

Em entrevista com a ex-1ª secretária e atual coordenadora da FARRGS, foi-lhe pedido que qualificasse mais bem as motivações que estariam por trás da demanda de que a sociedade reconhecesse o catador, ao que ela prontamente respondeu:

Que nós prestamos um grande serviço para o meio ambiente! Que nós prestamos um grande serviço para a comunidade, que o nosso trabalho seja reconhecido, não como um simples lixeiro, mas simplesmente como tra-ba-lha-dor do meio ambiente!! Seja um idealizador de uma categoria que trabalha para defender e preservar a natureza, né!

Toda essa “ecologização” dos discursos em torno do catador pode estar favorecendo a aquisição de um reconhecimento social desses indivíduos como profissionais. Entretanto, argumenta-se aqui, quando vista do ângulo dos grupos em estudo, pode estar limitando, como no caso da FARRGS, a possibilidade de serem economicamente mais empreendedores, já que esse discurso tende a deixá-los “atrelados” ao poder público. Já quando é este que assume a função de organização dos catadores, acaba, por sua vez, geralmente por restringir o número de catadores, em oposição aos princípios de “*igualdade de classe*” (T.) e de solidariedade com os quais o MNCR almeja legitimar as suas propostas de convênio com o poder público, desvinculando-as de quaisquer condições redistributivas e/ou de caráter político. Segundo comenta A.

(...) o nosso trabalho é esse, da gente conseguir equacionar isso que acontece hoje, hoje temos grupos de catadores, ou recicladores que ganham mil reais, enquanto que temos catador que ganha 20 reais por mês (...) fazer com que ninguém ganhe mais, ou muito mais do que outros, assim como ninguém, né, ganhe tão pouco que não consiga sobreviver, como acontece hoje.

O que, de fato, muitas dessas experiências “bem-sucedidas” que envolvem setores públicos e/ou privados em prol do estabelecimento de um sistema de coleta seletiva que integre os catadores omitem é que, a despeito da propalada visibilidade social que adquirem por terem incorporado alguns catadores, elas acabam por limitar o número de participantes e excluem desse processo tantos outros, que continuam em lixões, atuando informalmente,

meros “candidatos a agentes” e que passam a ser vistos como clandestinos e ilegais ao seguirem exercendo a atividade de “catação”.

Não obstante isso, Jacobi & Teixeira (1997:26) relatam que o “ganho ambiental” acaba igualmente se tornando um “instrumento político” nas mãos dos catadores que fazem uso desse discurso como argumento ao solicitarem recursos econômicos. Em uma entrevista concedida na presença de uma representante de uma ONG francesa que oferece apoio financeiro para projetos, o presidente da associação de moradores da Vila dos Papeleiros de Porto Alegre, declara sobre o lugar onde ele e mais cerca de 212 famílias literalmente se amontoaram para viver: “Moramos num lugar onde um cachorro não quer viver. Mas temos utilidade. Quanto mais papel apanharmos, menos árvores vão ser derrubadas” (O SUOR, 2003, p. 33). Associar a atividade exercida pelo catador com o meio ambiente pode, como atestam Carmo; Oliveira & Migueles (2004), ser a chave para reverter significados sociais negativos, incluindo-o não apenas econômica, mas, fundamentalmente, social e simbolicamente: “[A] atribuição de significados positivos ao trabalho com a catação, através de um discurso de defesa do meio ambiente, parece ser uma pré-condição para a inclusão simbólica daqueles envolvidos com esta tarefa”.

A partir da discussão empreendida acima, a “transformação” do catador em “agente ambiental” tem, de fato, contribuído para consolidar perante a sociedade e o poder público o caráter profissional dessa categoria, mesmo que este *status* esteja favorecendo uma inclusão muito mais no plano simbólico do que propriamente esteja contribuindo para viabilizar as condições intersubjetivas nos moldes econômicos que a FARRGS e o MNCR almejam que os catadores sejam reconhecidos, respectivamente, como “reciclador” e “co-gestor”. A combinação das dimensões cultural e econômica é, conforme declara A., fundamental, visto que “(...) reconhecimento e valorização, eles andam juntos, porque não basta só pegar, olhar e dizer: - Olha lá, o fulano é um catador, está encaminhando de maneira correta os meus resíduos, o material reciclável, não está mais poluindo (...) tem que valorizar ele, que é aqui na parte mais da grana”.

3.1.2. A reivindicação de um *STATUS* POLÍTICO a despeito se serem socialmente tachados de “ARRUACEIROS”

Será dado destaque, nesta seção, a duas dimensões em particular – política e cultural – expressas, respectivamente, pelo tipo de reconhecimento que as lideranças do MNCR almejam construir perante o grupo, mesmo que não prescindam de legitimá-lo socialmente, e por uma das formas que se supõe que essa demanda por reconhecimento seja deslegitimada do plano político, mediante a difusão de padrões que contribuam para perpetuar “(...) *aquela visão ainda de bagunceiros, né, são ainda pessoas que vão para as ruas fazer baderna*” (T.), o que os diferencia até mesmo dos catadores que atuam junto ao sistema “oficial” de coleta, visto que os primeiros “optam” por seguir atuando ilegalmente, tanto em termos de grupo, como movimento social, quanto em termos individuais, como catadores de rua.

O MNCR tem primado por se firmar no cenário nacional mediante a constituição, nas mais diversas instâncias, de comissões formadas somente por catadores, sendo que, de forma hierarquizada, cada uma delas fica subordinada às decisões daquela que estiver acima. Com isso, em última instância, os responsáveis por “dar a linha política” do Movimento são os representantes da Comissão Nacional dos Catadores, que permanecem sendo os mesmos que foram empossados, em 2001, durante o I Congresso Nacional. Reproduz-se, na figura abaixo, o organograma de organização do MNCR, o qual possui a mesma conformação para todas as regiões do país:

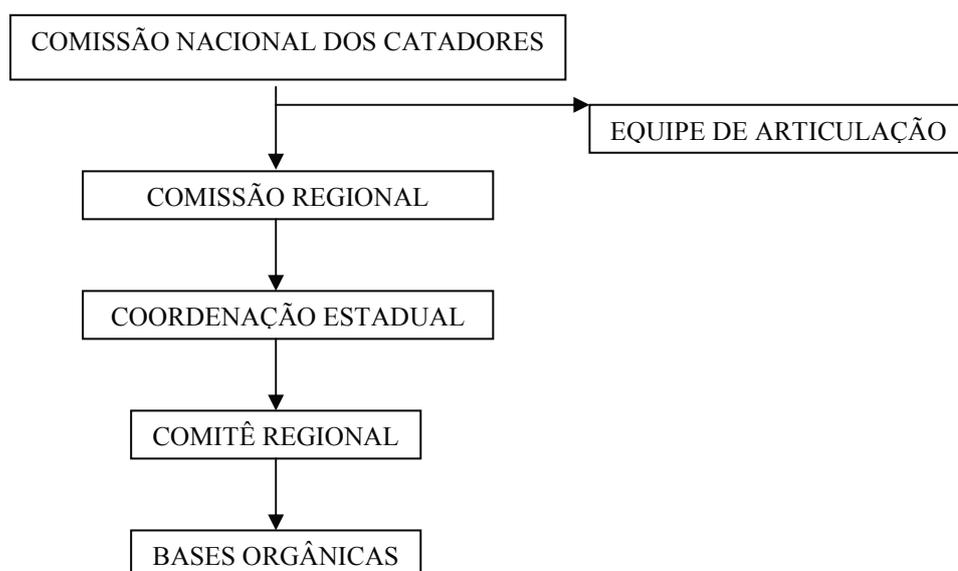


Figura 7.

Mesmo que o MNCR almeje uma legitimidade coletiva ao conceber a sua “pauta de reivindicação” e crie estratégias para ampliar o número de lideranças que possam vir a se tornar aptas a ajudar a organizar os catadores, sem depender em demasia de outros agentes externos – “(...) *queremos o povo organizado com a bandeira do povo*” –, V. relata que o grupo ainda se limita a “(...) *muito pouca gente para organizar muita população (...) a gente não está dando conta!*”. Entretanto, dependendo do projeto que se está desenvolvendo, o MNCR opta por centralizar o andamento do processo. Neste caso, V. cita a parceria com a Petrobrás, na qual “(...) *nós estamos tendo esse cuidado, com menos militantes*”, para evitar que se dê margem para que os próprios apoiadores, ou mesmo outros agentes externos, possam ter motivos para, ao final, concluírem: “– *oh, eu disse que não dava certo, apostamos, perdemos dinheiro aqui e não deu certo!*”.

A ênfase no papel exercido pelas lideranças acaba, a despeito de ser motivada pela tentativa de unir os catadores, “(...) *formando-se um corpo só, né*” (T.), se convertendo em um certo distanciamento entre os dirigentes e o restante dos catadores, cujo nivelamento demanda que estes últimos passem, primeiro, por um processo de formação fundamentalmente político para que venham a conhecer “(...) *os princípios do Movimento, a base de acordo e tudo mais*” (A.). Para as lideranças do MNCR, faltaria aos catadores, de modo geral, uma “consciência de classe” e uma “postura de militantes” que lhes possibilitasse enxergar, de forma crítica, a situação de exploração na qual se encontram e da qual somente terão condições de sair mediante a tomada de consciência para fortalecer a organização coletiva dos catadores. Junto com a falta de “*equipamentos para o trabalho*”, a questão da falta de formação é uma das “(...) *partes mais problemáticas que tem nos grupos*” (A.). Na fala de T., citada abaixo, pode-se perceber que esse processo de formação é vivenciado por todos aqueles que assumem a posição de militantes e que passam a ficar, assim, responsáveis por repassar as informações seja às “bases orgânicas” já constituídas (como são chamadas as UTs que seguem os princípios do MNCR) seja aos catadores de rua:

(...) a gente sempre faz uma formação política entre nós mesmos e o que a gente quer é que todo mundo conheça política, não só eu, como animador, né, mas que sim simplesmente aquele catador que está puxando o carrinho lá, aquele carrinho de supermercado, também tenha uma linha política e que conheça o Movimento politicamente e que ele entenda o que é a sociedade politicamente.

Conforme consta no relatório do encontro das 700 lideranças que foram capacitadas durante o ano de 2005, mediante uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e que ocorreu em Brasília, em março de 2006, um dos objetivos a serem

alcançados pelo grupo do RS, no curto prazo, foi o de dar prioridade para que houvesse “[m]ais formação de militantes; [c]onquistar mais bases de militância” (RELATÓRIO, 2006:16), sendo que as duas prioridades andam juntas, visto que, como salienta V., “(...) *tu tiras um líder da base, tu rebentas com a base, né*”, ambas servem, então, de estratégias para que o Movimento se fortaleça internamente. A proposta do MNCR, segundo afirma V., é a de

(...) conhecer as lideranças de cada lugar, né, de cada vila, pegando as lideranças, pegando pessoas que tenham a vocação pra coordenar alguma organização, algum povo que está atirado em algum canto, né, então, ele está pegando essas lideranças e com essas lideranças está fazendo uma formação (...) uma das prioridades do Movimento é selecionar e capacitar o pessoal que vai fazer parte dele, e eu acho que isso é uma coisa importante (...) eu acho que aí depende muito do Movimento com a organização do povo, porque falar em Movimento é muito fácil, organizar o povo é difícil! Então eu acho que tem que primeiro organizar o povo e uniformizar o povo pra se destacar da pessoa que não é organizada, então aí o Movimento vai começar a se integrar dentro das regiões e ficar destacado como Movimento, ah não...aquele pessoal é do Movimento, vamos ajudar porque o pessoal é o pessoal que trabalha, pessoal que tem dignidade, pessoal de respeito, pessoal que pára pra conversar, entendeu!

O local que serve de suporte jurídico estadual, já mencionado por G. no capítulo 2, tem servido inclusive para ser um espaço para onde são dirigidos os catadores que, por um período mais longo, estão em processo de “*formação política*” (T.) para se tornarem “(...) *militantes de cada base, né, para estar articulando, organizando, se alastrando mais dentro dos municípios*” (C.). Longe de se limitarem ao enfoque político ou a questões de trabalho, no entanto, esses encontros, mesmo quando realizados em um curto espaço de tempo, não se limitam a abordar tais questões, porque senão, A. exemplifica, “(...) *quando eu chego em casa eu esqueço de tudo!*”, mas procuram envolver a questão “*da pessoa, né, mais emocional (...) fazer com que as pessoas, os catadores se entend[am] enquanto catador*”, desenvolver laços de solidariedade entre os participantes mediante o uso de uma metodologia participativa; do contrário “(...) *a gente não consegue constituir nada que seja palpável*”. Em relação a isso, A. acrescenta que o “*Movimento social que a gente propôs era de ser uma coisa que a gente vai carregar aonde a gente vai, dia-a-dia, noite, tal, fim de semana, para tudo que é lugar que a gente vá a gente seja o Movimento dos Catadores*”, de forma que, em sua opinião, “(...) *a parte que realmente faz com que o Movimento funcione é a partir do nosso sofrimento que nós tivemos, do que nós não queremos para os nossos filhos*”.

Durante a realização do trabalho de campo, foi possível verificar que as relações que se constroem entre os militantes (e, de uma forma geral, entre estes e as outras lideranças) são bastante calcadas em laços de confiança, sendo que o comprometimento pessoal exigido para com as questões do Movimento acaba fortalecido pelas próprias relações de parentesco

existentes. Nas reuniões do Comitê Regional, que ocorrem em Porto Alegre, em média, uma vez por semana, é comum que assuntos que digam respeito à comunidade ou à família venham à tona em meio às discussões de caráter político, instaurando inclusive um clima bastante informal.

Foi igualmente possível se perceber que as reuniões eram conduzidas por homens, havendo uma presença mínima de mulheres que, quando presentes, participavam pouco dos debates e, havendo a necessidade, ficavam responsáveis por cuidar das crianças. Durante o trabalho de campo, não foi possível identificar nenhuma mulher que estivesse assumindo um papel de destaque em nível de Rio Grande do Sul. Essa situação, entretanto, pode vir a mudar tendo em vista que o MNCR esteve, no ano de 2005, envolvido no processo, mencionado anteriormente, de capacitação de 700 lideranças em 23 estados do Brasil, dentre as quais, “ficou explícita a forte presença das mulheres” (RELATÓRIO, 2006:2). Por enquanto, vê-se que o trabalho dos militantes, especialmente no RS, que, segundo T., “(...) *é tido como um dos guerreiros, né, na política e nos movimentos sociais*”, fica restrito à atuação masculina.

Foi possível verificar também que há a busca por uma certa unificação do discurso que provém das lideranças em relação àquele proveniente dos militantes, no sentido de também se prepararem para atuar em espaços públicos, tanto em reuniões com as bases, quanto com representantes governamentais, para evitar, conforme relata V., que estes últimos “(...) *nos tir[em] do ar porque a gente não tem a informação suficiente para discutir com eles*”. Com isso, é visível uma movimentação “nos bastidores” desses encontros como forma de manterem o controle sobre a informação que está circulando, bem como as lideranças estarem suficientemente instrumentalizadas para representarem o Movimento. Em consequência, há um comprometimento pessoal bastante grande dessas lideranças que, em grande parte das vezes, “abrem mão” do tempo disponível para a sua vida privada para poderem estar presentes nas atividades que seguem quase que diariamente. A realização de reuniões é semanal, mesmo que o contato entre os militantes seja ainda mais freqüente, onde se destaca a presença de um Coordenador de Formação do Movimento, com grau de instrução universitário que participa ativamente dos eventos promovidos pelo MNCR tanto no Estado quando nos eventos nacionais, cujas opiniões são bastante respeitadas pelo grupo. Em uma das reuniões com os representantes governamentais, inclusive, estes o convocaram para idealizar algum projeto, ajudar o governo a “pensar, criar algum projeto piloto” e um deles se referiu a ele como o “pensante” do grupo. Neste aspecto, vê-se uma valorização de um saber técnico que esteja integrado às questões sociais e que não negligencie o caráter político que as envolve.

Essa formação política, em última instância, procura “(...) *multiplicar o número de bases orgânicas do Movimento, bases de trabalhadores que estão muito mais preocupados em processar a organização do Movimento, dar consciência, dar base na sua luta, do que propriamente em formar uma associação, uma cooperativa, burocraticamente com as preocupações todas que tem dentro*” (G.). Afinal, para os militantes do MNCR, a adoção dessas associações/cooperativas como sendo o “*centro do universo*” dos catadores tende a dispersar outros esforços coletivos, canalizando-os para algo que, como G. afirmou durante um curso de formação política no qual se esteve presente, não passa de uma pseudo-alternativa, afinal “(...) *se unir em cooperativas é solução para o quê dentro do sistema econômico atual?*”

(...) isso, muitas vezes, apontou para a idéia de que ali é quase como uma empresa, né, a lógica predominante do capitalismo, é uma empresa, com caráter social, mas é uma empresa, em que seus membros buscam desenvolver cada vez mais as suas funções internas, de venda, de trabalho, e isso promoveu muitas vezes um isolamento em relação à grande maioria que está fora do espaço da cooperativa ou associação (G.).

Para G., esta visão que o próprio poder público insiste em perpetuar condiz com a “*cisão*” que eles querem estabelecer entre catadores associados e catadores de rua, a qual se nutre de uma “*confusão ideológica*” que tenta “(...) *eleva a consciência do catador ao nível do empresariado*”, o que acaba por fazer com que o próprio MNCR a expresse através do uso dos termos catador e reciclador, que contêm significados ideológicos distintos (mesmo que uma grande parte das lideranças entrevistadas esteja vinculada a uma estrutura associativa):

(...) de que nós também podemos ser empresários do lixo, né e ao sermos empresários do lixo, nós deixamos de ser aquele povo que está nas ruas e nos lixões e aí criamos uma cisão, uma ruptura entre os que têm privilégios de ter talvez alguma estrutura de apoio do poder público ou das empresas, né, e aquela massa que está nas ruas. Por isso que nós temos uma ruptura entre os que se chamam recicladores, e que tem um galpãozinho, um local de triagem e os que se chamam catadores, que é a massa que está excluída, né.

Existe, de fato, uma baixa adesão das associações da Capital ao MNCR, sendo que E. relata que, recentemente, uma delas optou por se desligar porque “(...) *inclusive os dirigentes do Movimento iam lá interferir na decisão do coletivo, não respeitavam a associação*”, enquanto na versão dos dirigentes haviam sido eles que optaram por abandoná-la dada a resistência da coordenação da UT ao trabalho do MNCR, seu suposto vínculo com o DMLU e especulações sobre o envolvimento de seus integrantes com atividades ilícitas na comunidade.

No trecho a seguir, E. argumenta que o trabalho do MNCR é, muitas vezes, feito sem que se estabeleça um diálogo com as bases e fica centrado demais na decisão das lideranças, desvinculando a prática do Movimento das reais necessidades das associações, usando estas como “fachada” para divulgá-lo.

(...) eu sinceramente assim, se tiver que ir, sabe, ir a Brasília de novo, passar sete dias lá, sabe, reivindicando uma proposta dos catadores, eu com certeza vou, agora se é para fazer palanque para estrelismos aí, não conta comigo!!! Eu acho que o catador não pode servir como massa de manobra, sabe, não pode mesmo (...) por mim eu vou com todo mundo, mas se a gente discutir o que a gente vai querer lá, o que a gente vai enfrentar, se a gente vai ter que correr, sabe, isso para mim é um movimento! Não como é feito hoje! Sabe, que traz as pessoas, com crianças, vamos levar criança, vamos aparecer, mostrar os catadores, filhos de catadores! [em tom de ironia] mas aí não dá estrutura, sabe! E acha que porque é catador tem que dormir no chão, sabe, já passou essa fase!

A “divisão” de trabalho entre os catadores ditos informais e aqueles que estão a serviço do DMLU não se apresenta sem as suas contradições. Vê-se que é de forma maniqueísta e suscetível de gerar conflito entre os próprios catadores (associados vs. de rua) que este assunto vem sendo abordado nos mais diversos veículos de divulgação.

Em termos acadêmicos, esta constatação é corroborada por Lorenzetti (2003:22) quando o autor conclui seu estudo argumentando que “as Associações de Catadores de Porto Alegre passam por dificuldades em obter material em quantidade e qualidade justamente pela concorrência destes catadores autônomos”. Já Silveira (2002:124) afirma que a concorrência pelo lixo que se estabeleceu entre o DMLU e os carrinheiros e condutores de carroça não é uma “competição saudável”, visto que estes últimos fomentam uma catação clandestina que age no sentido de “desviar” a coleta seletiva, contribuindo para debilitar o sistema oficial e perpetuar um regime de trabalho que, como reforça Singer (2005:10), “além do mais é ilegal pois o lixo tem dono, que em geral é o poder público municipal”. Ao apresentar os dados correspondentes ao volume de 180 Ton/dia de material potencialmente reciclável que a coleta seletiva de Porto Alegre recolhe, Martins (2004:35) reforça essa suposta dicotomização quando relaciona esse somatório à existência dos “(...) dois grupos, da coleta oficial e da informal”. Segundo classificação que consta nos relatórios da COMLURB (Companhia Municipal de Limpeza Urbana) do Rio de Janeiro, e citada em Carmo; Oliveira & Migueles (2004), haveria quatro diferentes tipos de catadores, sendo que um deles é denominado de “catador predatório de rua”, cuja atividade é realizada antecipadamente à coleta oficial do caminhão da prefeitura e que acaba causando distúrbios, já que eles “[g]eralmente rasgam os sacos de lixo para pegar o que julgam interessante, deixando o restante espalhado”.

Para não ficar restrito a alguns autores, mas remeter tal constatação a padrões mais institucionais, reproduz-se aqui um trecho do guia comentado previamente, produzido pelo Fórum Nacional Lixo e Cidadania em parceria com a UNICEF, que assim se expressa, ao se referir à coleta feita pelos catadores de rua: “Atuando ao lado dos serviços municipais, esse exército de trabalhadores informais desvia entre 10% e 20% dos resíduos urbanos para um circuito econômico complexo, que passa por intermediários e termina nas empresas de reciclagem” (ABREU, 2001:33).

Em termos de mídia impressa (os quais contribuem para revelar contornos do próprio poder público), um artigo do jornal *Zero Hora* (RECICLAGEM, 2004:6-7) apresenta uma matéria com a proposta de ilustrar o caminho percorrido pelo lixo seco na capital e aproveita para destacar os obstáculos que “*ameaçam o processo*”. Ao nomear cada uma das etapas, faz referência à existência de uma suposta segunda etapa, a qual denomina de “*O desvio*”, para descrever o fato temido pela moradora citada na matéria, que é o de que o seu lixo “*seja saqueado por catadores*”, e termina expondo estratégias para evitar tal situação. A matéria também realça que, para a moradora, eles deixam “*a rua toda suja*”, e, para o DMLU, eles são tidos, igualmente, como um “*problema para a limpeza das ruas da Capital*”. Esta última constatação não deixa de ser paradoxal, considerando que, conforme relatam Costa & Sattler (2000), os catadores de rua em Porto Alegre continuam sendo os grandes responsáveis pela coleta de cerca de 125 Ton/dia, valor correspondente a aproximadamente 3 vezes o total da coleta seletiva organizada pelo DMLU, que corresponde a 40 Ton/dia.

Em outra reportagem do mesmo jornal (METADE, 2005:54), a matéria atribui o declínio do volume recolhido pela coleta seletiva à existência de uma verdadeira “*briga pelo lixo seco*” instalada entre catadores de rua e DMLU, sendo que este fica em desvantagem, já que, desde 2002, “*um exército de catadores e microempresários, inclusive de cidades vizinhas, invade a capital*” (MARIANO, 2003:32). Segundo o diretor-geral deste último, a ação dos catadores resulta em um duplo prejuízo para o município: “*Além de reduzir o volume de lixo destinado aos 14 centros de triagem cadastrados pela prefeitura, os carrinheiros e carroceiros descartam na rua os resíduos que não lhes interessam, sujando a cidade*”. Para evitar essa clandestinidade, em reportagem para outro jornal (SELISTER, 2005:10), ele já havia mencionado que a solução “*é incentivá-los para que eles se organizem em cooperativas, tirando-os da rua e dando condições dignas de trabalho*”. Esta posição, mesmo que se faça menção a ela através de depoimentos pessoais, parece expressar um caráter muito mais institucional, visto que é recorrente entre os indivíduos que assumem a direção geral do

DMLU. Acrescenta-se o relato de outro de seus diretores, ao proferir uma palestra sobre a “Gestão dos Resíduos em Porto Alegre”:

Do ponto de vista ambiental, da reciclagem de materiais, esta situação é boa, mas sob o aspecto social é uma realidade que precisaria ser melhorada, pela estrutura social bastante degradante, de exploração elevada, que persiste na coleta feita pelos catadores que não estão organizados em associações. Seria, portanto, necessário ter um projeto na administração para inclusão desses trabalhadores. (...) Em Porto Alegre há hoje 600 pessoas que têm essa renda absorvida e que deixam de representar um problema e passam a ser uma solução social (CAMPANI, 2002).

Esse parece ser o posicionamento que a atual gestão municipal (cujo prefeito se elegeu pela coligação PPS/PTB) demonstra ter acerca dessa questão, o qual não difere muito daquele sustentado pela gestão anterior (PT). De fato, segue vigente a normativa que consta no capítulo III (parágrafo único) da Lei Complementar nº 234/90 (que instituiu na cidade o código municipal de limpeza urbana), que sugere que o lixo seco coletado seletivamente seja “destinado preferencialmente a núcleos de catadores devidamente organizados e cadastrados no DMLU”⁶³. Para G. (MNCR) esta visão que o poder público insiste em perpetuar condiz com a “*cisão*” que eles querem estabelecer entre catadores associados e catadores de rua, a qual se nutre, como já havia sido comentado, de um “*contrabando ideológico*”. A isto se acrescenta outro trecho que sintetiza alguns dos argumentos nos quais se assenta a problemática sob a ótica do poder público e, muito provavelmente, de grande parte da sociedade:

Na disputa pelo lixo seco, a argumentação da Prefeitura em relação aos catadores de rua é, dentre outros aspectos, que eles causam problemas relativos ao trânsito na cidade. Sobre essa questão, houve, por parte da EPTC e do DMLU, uma tentativa frustrada de se imporem horários à circulação dos carroceiros que catam resíduos. Já que não existe uma organização dos catadores informais, que trabalham autonomamente, por grupos familiares. Além disso, os catadores utilizam o trabalho de menores, inclusive para a condução das carroças, e, ademais, ao recolherem o resíduo seco, executam a separação nas ruas, abandonando o rejeito não aproveitável em “qualquer esquina”. Nesses casos, os condomínios que fazem acordos com os catadores informais podem ser multados, por estes colocarem restos de lixo em locais indevidos. Ainda segundo técnicos do DMLU, essa possibilidade faz com que, em alguns condomínios, os moradores se desestimulem e até deixem de separar seus resíduos. Efetivamente, observa-se um claro conflito entre a coleta informal e a oficial (MARTINS, 2004:160).

⁶³ A Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte é um dos poucos exemplos, considerando as capitais do país, em que os catadores de rua conseguiram incluir no capítulo referente ao saneamento básico uma normativa que os coloque como atores privilegiados junto ao serviço de limpeza urbana da cidade. Para Jacobi & Teixeira (1997:20), esta conquista significou “um reconhecimento institucional do trabalho dos catadores”.

Como foi visível a partir dos trechos citados acima, a instalação de um “confronto” entre a ordem a ser zelada pelo poder público e a “desordem”⁶⁴ provocada pela presença, cada vez em maior número, de carrinheiros – catadores que trabalham individualmente puxando seus carrinhos – e condutores de veículos de tração animal (VTAs) estaria favorecendo a emergência de um discurso sobre os catadores de rua que se assenta em padrões mantidos pelo poder público municipal e amplamente divulgados pela mídia local e que, de forma generalizada, os associam à imagem de baderneiros, sujos, desorganizados, irresponsáveis, exploradores da mão-de-obra infantil, causadores de maus-tratos aos animais, etc., culpando-os pela baixa adesão da sociedade à coleta seletiva. Essas expressões são confirmadas por V. (MNCR), que afirma que “(...) a gente quando sai para rua só vê essas lideranças aí do governo municipal dizer – carroceiros e carrinheiros são tudo ladrão, são maconheiros, são isso, são aquilo, são arruaceiros!”.

No que diz respeito à proteção aos animais, já existe uma norma específica, que consta em um “Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta”, expedido no mês de agosto de 2002, em Porto Alegre, pela Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, no qual o condutor de veículos de tração animal (VTAs) fica sob fiscalização da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), a qual é responsável pelo emplacamento obrigatório desses veículos, e do Batalhão Ambiental, que pode ser acionado através de denúncia e apreender o VTA, caso sejam verificados maus-tratos ao animal. Um *site internet* de proteção aos animais convoca o poder público a tomar providências urgentes nessa questão, considerando o “caos” que estes “carroceiros” ocasionam nas vias públicas e por se tratarem, em geral, de pessoas que “(...) são agressivas quando chamada sua atenção, o que deixa sem alternativa o cidadão que paga impostos para poder circular com seu automóvel pelas vias públicas” (PORTO, 2006).

Há uma lei municipal que impede a circulação de carroças na área central de Porto Alegre das 6h às 20h, com horários restritos à circulação nas principais avenidas da Capital e proibição expressa para a Avenida Castelo Branco, via de acesso à cidade⁶⁵. A circulação de

⁶⁴ Em um estudo que avaliou o impacto da política de resíduos sólidos de Belo Horizonte na atividade que os catadores organizados exercem cotidianamente, Dias (2002b) se contrapõe a essa aparente imagem de desordem argumentando que os catadores se destacam, dentre os personagens que compõem a população de rua, por terem na catação de materiais recicláveis uma atividade regular, com uma territorialização e uma rotina de trabalho bastante definidas.

⁶⁵ Houve a tentativa de que se aprovasse, na cidade de São Paulo, o projeto de lei 171/2004 (que acabou sendo vetado) que dispunha algumas regras para a circulação de trabalhadores que usavam carretas/carroças movidas a braço, obrigando-os a se cadastrarem e a se credenciarem no órgão municipal competente, a participarem de cursos de “higiene, manipulação de resíduos e orientação no trânsito” e a utilizarem carretas/carroças padronizadas (as quais poderiam ser financiadas pela iniciativa privada ou facilitadas através de financiamento de crédito popular), as quais deveriam contemplar espaço para publicidade (PROJETO, 2005).

carrinhos movidos à força humana, no entanto, pode ser feita pela cidade em qualquer horário (CARROCEIROS, 2005). A esse respeito, houve uma manifestação no dia 09 de junho de 2005 (comentada previamente), em que os catadores de rua também reivindicavam a liberação quanto à circulação de carroças no centro, além de exigirem a liberação de pontos de coleta solidária, cuja doação de material pela comunidade vinha sendo punida pelo poder público. Conforme consta na ata de uma das reuniões dos membros do MNCR com os representantes governamentais, o “DMLU havia ameaçado com multa aos proprietários dos locais que continuassem entregando o lixo aos carroceiros e catadores. O mesmo deveria ser entregue apenas ao DMLU”.

Durante o ato, houve um acidente provocado por um catador que resultou em danos materiais para uma fonte localizada em frente à prefeitura, que é patrimônio histórico da cidade, de forma que, no dia seguinte, praticamente todos os jornais da cidade noticiavam o ocorrido, mencionando brevemente os motivos da manifestação enquanto enfocavam o “grande congestionamento no centro” (VANDALISMO, 2005), que exigiu “muita paciência dos motoristas” (PAPELEIROS, 2005). Em relação ao acidente com a fonte, abusavam do uso de fotografias e de expressões, tais como “prejuízo histórico” (CARROCEIROS, 2005); “vandalismo na fonte Talavera” (VANDALISMO, 2005); “desastre”, “desrespeito com a História”, “dia trágico para a cidade” (AZEVEDO & ETCHICHURY, 2005), “depredação” (PAPELEIROS, 2005).

Em relação à forma como esse acontecimento foi tratado pelos mais diversos meios de comunicação, V. relata que “(...) *eles denegriram e não nos deram direito à resposta*”, sendo, para o MNCR, um dos espaços mais difíceis de acessar devido aos altos custos envolvidos para “*alugar um espaço no jornal e dar uma informação*”, de modo que ele declara que “(...) *essas coisas do governo, município, câmara de vereadores, assembleia, nós temos espaço, sabe, temos assento livre, já o meio de comunicação é que está sendo mais difícil*”. Segundo C., os meios de comunicação se referem ao catador de modo isolado, sem fazer referência à sua capacidade de organização, o que acaba por reforçar as constatações mencionadas acima, já que “(...) *ao invés de falar em Movimento, eles falam como catadores ou alguma coisa assim, né, mas ao mesmo tempo eles mostram catadores, mas não como um Movimento em si, organizado, daí fragmenta, aí o pessoal da sociedade pensa, ah os catadores e tal, mas não reconhece que tem um Movimento, que é uma ferramenta de luta dos catadores*”.

Em um trabalho de grupo realizado durante o encontro das 700 lideranças, a proposta foi a de que houvesse o relato de alguns dos problemas que mais afligem os catadores, bem como a identificação de suas raízes, inimigos e aliados. Dentre os vários mencionados, citam-

se os “conflitos constantes com a prefeitura que os desrespeita (perseguição da prefeitura, questão esta, presente em vários grupos), ameaças de morte por parte da polícia assim como dos atravessadores (falta de segurança geral)”, ao que um dos palestrantes do encontro acrescentou, “[q]uando o poder público entra em contato com os catadores é através da polícia, fiscalização e limpeza urbana” (RELATÓRIO, 2006:6;12). De fato, V. já havia se queixado que o poder público “(...) trata o povo, a sociedade pobre das vilas aí, simplesmente como um caso de polícia, eu creio assim e vejo assim, né”. Segundo Jacobi & Teixeira (1997:7) existe em relação a esses indivíduos, principalmente em se tratando daqueles que compõem a população de rua, “um comportamento preconceituoso quase sempre justificado pela aparência e pela condição na qual se encontram, e quase sempre acusados de serem drogados, alcoólatras ou marginais”.

Então o nosso reconhecimento é que a gente seja reconhecido e que a gente não seja tachado como um animal, porque, às vezes, eles dão mais bola para um cachorro do que um catador que está ali catando, porque se tu passares com um carrinho ali na frente de um carro, tu podes até ser atropelado, agora um cachorro se ele passar ali na frente, o cara vai bater o carro, mas vai frear! Isso é o que a gente quer, o reconhecimento do catador perante a sociedade e que, lógico, que a renda seja distribuída em partes iguais, que nenhum catador seja explorado (T.).

Embora o MNCR se diga como representante dos catadores de rua, E. comenta que a relação que se estabelece entre eles oscila entre um arbitrarismo da parte dos primeiros e um desconhecimento/indiferença da parte dos últimos:

(...) eu te digo bem francamente assim oh, se tu for, vamos dizer assim, vai conversar com os catadores de rua, da vila dos papeleiros, eles não têm isso claro, o que é o Movimento, o que o Movimento vai trazer, o Movimento liga para eles: - olha! tem um acampamento aqui, tem que vir aqui tantas pessoas!..aí, gente, sabe!!

Para os militantes, investir na formação política é a maneira mais coerente de fazer com que o Movimento adquira legitimidade coletiva para as suas ações, “(...) porque se não tiver líderes, não tiver conhecimento com pessoas que organizem o povo”, as possibilidades de conquistarem o reconhecimento que lhes permita influenciar nos processos políticos que lhes dizem respeito se reduzem significativamente. Antes, no entanto, de serem reconhecidos tanto socialmente quanto pelo poder público como líderes capazes de influenciar nesses processos, os catadores precisam ter a legitimidade do próprio grupo para empreenderem suas “lutas”, afinal “(...) não adianta tu saíres para a rua reivindicar um direito, se não tem uma entidade que te apóie, tem que ter! (...) então, nós organizados dentro do Movimento, nós temos ele como apoio, é uma entidade apoiando” (V.).

Mesmo em se tratando da construção de um reconhecimento intragrupo, ele possui contornos sociais que o projetam para o exterior, especialmente para os processos políticos, que é onde devem ser desconstruídos os padrões que contribuem para deslegitimar a participação dos catadores junto ao seu próprio grupo, o que acaba prejudicando a construção de um trabalho de “militância”.

Diferente de ser liderança, o *status* de “*militante*” é construído mediante a ênfase na formação política, no comprometimento pessoal para com o Movimento, mesmo que, para isso, haja uma certa subordinação aos ideais coletivos calcados nas bases de acordo existentes, na consolidação de laços de confiança com outros pares, capazes de sustentar um intenso trabalho de articulação que extrapola o âmbito das associações/cooperativas, mesmo que muitas vezes “(...) a base não reconhe[ça] isso” (A.), e significa também estar pronto para atuar em espaços de poder e negociação nas mais diversas instâncias.

Não se trata da demanda pelo reconhecimento da identidade específica do grupo, mas opta-se aqui por confrontar a construção desse *status* aos padrões culturais que negam aos indivíduos e grupos as condições intersubjetivas necessárias para que possam interagir socialmente como pares na vida social, mesmo quando a participação a que se esteja fazendo referência diga respeito aos encontros, reuniões, seminários e demais atividades promovidas pelo próprio MNCR. A partir da discussão empreendida, a difusão de padrões culturais abordados acima podem estar prejudicando as possibilidades de o catador viabilizar as condições intersubjetivas nos moldes políticos que as lideranças do MNCR almejam para que venha a ser igualmente reconhecido entre os seus pares como “*militante*”.

Propõe-se, na figura abaixo, para finalizar em consonância com as lentes apresentadas ao longo do capítulo 1, uma visualização do modo como a perspectiva teórica foi incorporada a este trabalho. A figura faz um recorte mais específico na categoria do reconhecimento social, a qual foi utilizada para analisar a construção de um *status* por ambos os grupos, em sua múltipla dimensionalidade, bem como indicar à qual segmento social essa reivindicação tem-se eminentemente destinado, sem, com isso, inferir que seja o único. Ela permite também destacar os padrões culturais que podem contribuir para deslegitimar a construção dessa demanda por reconhecimento na forma como ela é concebida por esses grupos.

Espera-se que a utilização dessa ferramenta como forma de sistematizar visualmente a construção teórica que resultou da análise dos dados empíricos possa, apesar do risco de simplificação, auxiliar na compreensão do uso que se fez, neste trabalho, da categoria do reconhecimento social, em sua tentativa de abordá-la sociologicamente.

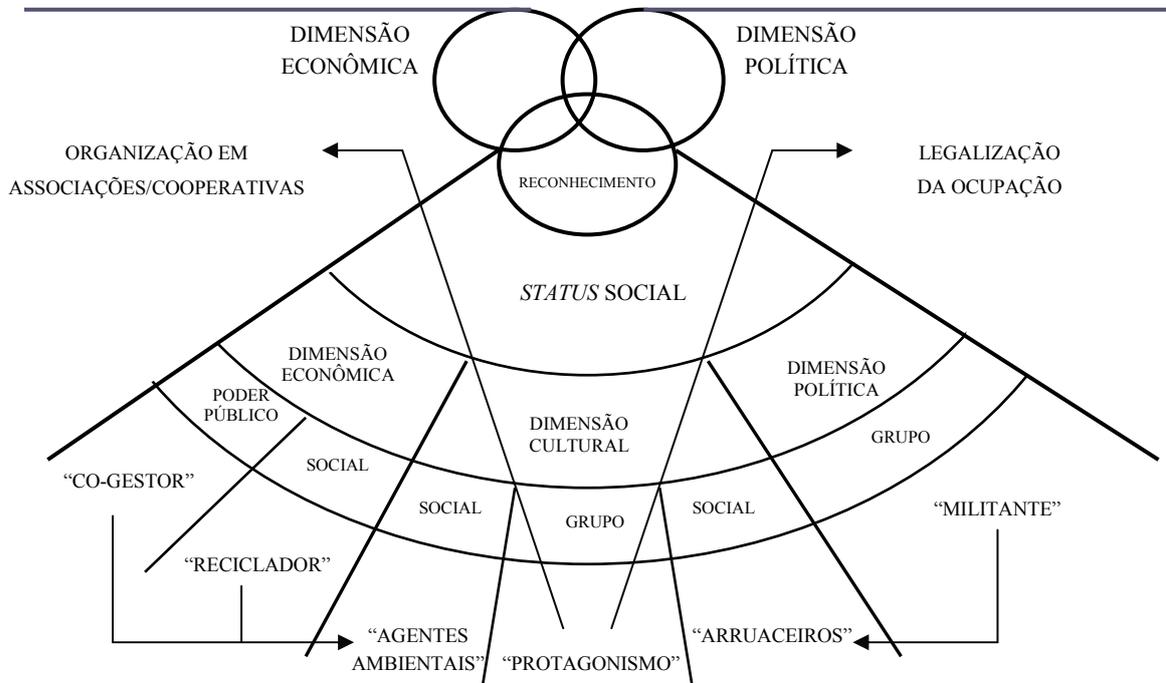


Figura 8.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É imprescindível, a título de considerações finais, que se faça o resgate de algumas das elaborações anteriores, que, à luz dos dados empíricos analisados, permitirão ser-lhes agregadas outras, de caráter mais teórico.

Com seus mais recentes desdobramentos conceituais, Nancy Fraser dá uma imensa contribuição teórica ao explorar as possibilidades de se pensar a justiça tridimensionalmente, não somente em termos econômicos, mas igualmente em termos culturais e políticos. Entretanto, mesmo que a autora se refira, em seus textos mais recentes, aos possíveis entrelaçamentos analíticos dessas três dimensões, sua estrutura teórica guarda, ainda assim, uma forte vinculação de classe em termos estritamente econômicos, *status* em termos culturais e poder em termos políticos. Tal concepção, de certa forma, está plenamente condizente com as distintas ordens de estratificação às quais cada um dos três remédios – redistribuição, reconhecimento e representação – está vinculado, pelo menos no que diz respeito à sua constituição intrínseca.

Dependendo, todavia, da perspectiva que se quer adotar, tal pressuposto pode acabar por engessar cada uma dessas três dimensões como se fossem dadas, únicas e suficientes em si mesmas, além de dar margem ao risco latente de subordiná-las instrumentalmente umas às outras.

Ao ser considerada em termos relacionais, argumenta-se aqui, torna-se uma perspectiva que suscita uma dupla implicação teórica: uma delas parece ficar satisfeita com a estrutura teórica sugerida pela autora, já a outra, a princípio, careceria de subsídios analíticos para tal. A primeira se refere ao possível relacionamento que as distintas lentes mantêm entre si, isto é, tomando as reformulações conceituais da autora, pode-se perceber uma maior facilidade em correlacionar conexões e interferências entre o reconhecimento, a redistribuição e a representação, bem como relacionar estas às respectivas ordens de subordinação social. Neste sentido, a própria autora (2000:109) argumenta que, quando concebidas de modo apropriado, as lutas por reconhecimento “podem ajudar na redistribuição de poder e riquezas”.

Já ao se pensar na possibilidade de aprofundar a análise no interior de cada uma delas, podendo-se vir a estabelecer, por conseguinte, relações ainda mais teoricamente refinadas e que possam mais bem apreender inter-relações empíricas, o construto teórico na forma como

é proposto pela autora tenderia, entretanto, a limitar tais pretensões. Afinal, parece lhe faltar subsídios para que ele – expresso, neste trabalho, na forma de lentes – forneça meios de se pensar cada uma dessas lentes no confronto teórico com sua própria dimensão e com as outras duas, isto é, tomando o caso do *status* para exemplificar, capaz de possibilitar que se pense sobre ele tanto culturalmente, quanto econômica e politicamente. Tal exercício teórico pode contribuir para se compreender não somente as condições culturais que perpetuam injustiças econômicas e políticas, mas permitir apreender as próprias injustiças culturais em sua múltipla dimensionalidade interna.

Partindo, portanto, do processo de organização dos catadores de “lixo que não é mais lixo” no RS, especialmente no que concerne à construção analítica de uma reivindicação por reconhecimento social por ambos os agrupamentos que dele resultaram, propõe-se aqui uma modificação na estrutura teórica fraseriana, a qual, mesmo que, nesta pesquisa, tenha se limitado ao reconhecimento social, viabilizou multiplicar as dimensões abordadas pela autora de forma a ter permitido abordar-se sociologicamente a categoria do reconhecimento social, sem limitá-la à dimensão cultural, bem como sugerir o mesmo ao construto como um todo.

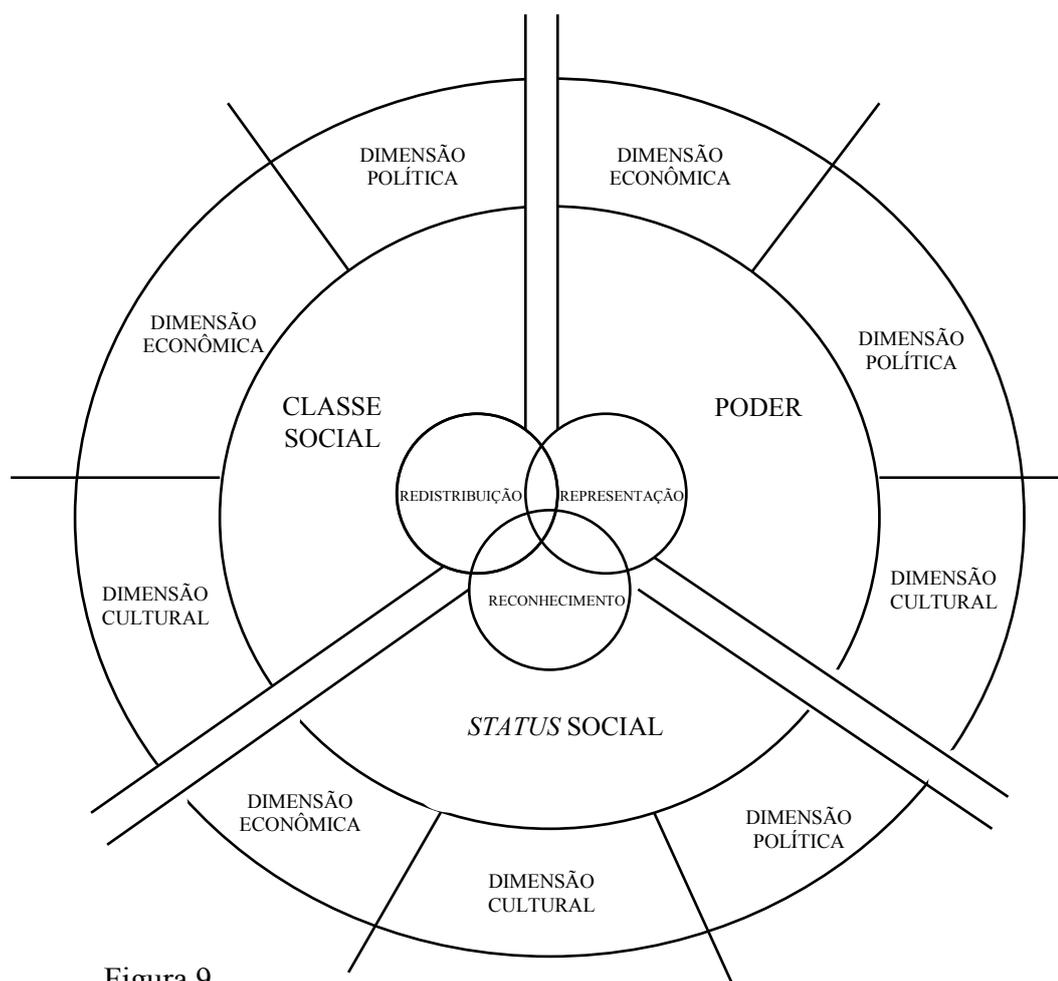


Figura 9.

Somente visto dessa forma, argumenta-se aqui, tal construto pôde servir aos propósitos de análise dos grupos em estudo, justamente por haver propiciado uma pluralização dessas dimensões de forma a serem consideradas em relação aos mais diversos *status* almejados para viabilizarem o reconhecimento – “reciclador”, “co-gestor” e “militante” – que não é dado *a priori*, mas construído teoricamente mediante o esforço de “costurar” (CORTES, 1998) o trabalho empírico, a curiosidade científica do pesquisador e a teoria do campo de conhecimento com a qual este último se propôs a dialogar.

O recorte analítico desse trabalho deu conta de elucidar apenas uma parte da realidade e o modelo em questão, bem como as combinações que dele podem resultar não têm a pretensão de serem capazes de explicar o todo. Por isso, é preciso afirmar que a grade conceitual resultante não foi construída com o propósito de envolver, vestir a realidade; pelo contrário, mesmo tendo sido concebida a partir das leituras teóricas, da mesma forma o foi através do contato com o campo empírico. Sem nunca se haver constituído em um objetivo que tenha sido instituído *a priori*, a pluralização conceitual com a qual este trabalho é finalizado foi, na verdade, muito mais um produto da própria forma como se deu o processamento dos dados empíricos à luz da teoria do reconhecimento.

Espera-se que a concepção dessa grade tenha podido tanto apontar contribuições ao modelo teórico adotado quanto permitir uma certa compreensão da dinâmica que, atualmente, esses grupos imprimem às suas lutas. Assim como espera-se que a utilização, neste trabalho, da proposta de uma “grade analítica fraseriana modificada” possa ter eco em outros trabalhos que se relacionem com essa perspectiva teórica e que busquem aproximar, analiticamente, distintas ordens de estratificação às quais indivíduos e coletividades estão subordinados e às quais também, por distintos meios, lhes oferecem resistência. É importante salientar, portanto, que esse construto teórico não se limita a este objeto de estudo, muito embora tenha sido ele a servir de inspiração. Refletir acerca das diferentes combinações conceituais dessa grade, tanto a partir de outros contextos empíricos quanto com apoio em outros autores, poderia, de fato, se constituir em um exercício ainda mais frutífero teoricamente⁶⁶.

⁶⁶ Devido aos prazos impostos à concretização deste trabalho, não foi possível explorar outras possibilidades teóricas, como as que permitiriam vincular esta perspectiva a uma teoria das distinções sociais de Bourdieu, cujo resultado poderia contribuir para revelar, como afirma Souza (2003), o próprio potencial legitimador de diferenças que está implícito à teoria do reconhecimento. Um aprofundamento teórico que as interseccione pode se constituir em uma alternativa teórica frutífera para futuros trabalhos, especialmente no que concerne ao conceito de *status*. No que diz respeito a este último, Fraser (2004a:378) comenta em entrevista recente suspeitar que várias idéias de Bourdieu provarão serem úteis neste aspecto: “[P]or exemplo a noção de campo, onde diferentes padrões valorativos predominam; e a noção de diferentes formas de capital – econômico, social, simbólico. Eu gostaria, em algum momento, de voltar-me para estas idéias para desenvolver de forma sistemática uma nova concepção de *status*, melhor adequada às atuais condições”.

Muitas inquietações surgiram no decorrer da pesquisa. É pouco provável, entretanto, que se tenha podido aqui abordar cada uma delas. A tentativa empreendida por esses catadores de sustentarem um coletivo organizado facilmente se mostra um terreno com tensionamentos múltiplos tanto intra quanto intergrupos e um palco de atravessamentos de interesses diversos, sejam públicos, privados ou emancipatórios que, combinados à recente visibilidade do lixo como atrativo de mercado, tem provocado direcionamentos, por vezes até contraditórios entre si, na condução de suas demandas, ganhos ou utopias.

Uma inquietação em particular, contudo, merece atenção suficiente para constar nas reflexões finais deste trabalho, a qual remete à persistência de um vínculo, historicamente construído, entre cidadania e trabalho assalariado, quando se considera, como já afirmou Gorz (1995:138), que “a sociedade do trabalho assalariado está morta” e que a vida dos indivíduos já deixou de ser dominada pelo tempo de trabalho, mesmo “que as relações sociais continuem sendo dominadas pelos imperativos de valorização do capital”. É com uma lúcida citação deste autor que se finaliza este trabalho, não em tom de profecia, nem de desesperança, mas de imensa preocupação com a vida de milhões de pessoas que, ao sabor das decisões econômicas que se engendram pelos meandros dos jogos políticos, ainda se questionam “(...) *quais são as prioridades que tem o ser humano perante a sociedade*” (V.).

Quanto mais o discurso social e político dominante se obstina em fazer do emprego o fundamento da coesão social e do sentido da vida de cada um, mais se sentirão estranhados ou socialmente excluídos todos aqueles e aquelas, virtualmente majoritários, para quem o emprego é sempre precário, temporário, à mercê do arbítrio patronal e das flutuações do mercado. Se se quer restabelecer a coesão social e o sentimento de cada um de pertencer à sociedade como cidadão de pleno direito, é necessário começar por reconhecer que a sociedade do trabalho assalariado está morta e que é *a atividade, e não apenas o trabalho-emprego*, que deverá fundar o estatuto, os direitos e o valor social reconhecido aos indivíduos (GORZ, 1995:137).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maria de Fátima. **Do lixo à cidadania**: estratégias para a ação. Brasília: UNICEF/Caixa Econômica Federal, 2001.

ACCORSSI, Aline. “**Eles te dão o pão e não te dão a faca**”: representações sociais e ideologia no *Programa Coletivos de Trabalho*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Orientador: Prof. Dr. Pedrinho Arcides Guareschi. Porto Alegre: PUCRS, 2004.

ADAMS, Telmo. **Vivendo e reciclando**: Associação dos Recicladores de Dois Irmãos. São Leopoldo: Editora Oikos Ltda., 2005.

AÍMOLA, Luis Antônio Lacerda. Projeto “Amigos do Lixo”. p. 1-13. *In*: LOTTA, Gabriela Spanghero; BARBOZA, Hélio Batista; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho & PINTO, Verena (Orgs.). **20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania**. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2003. Disponível em: <inovando.fgvsp.br/conteúdo/documentos/20experiencias2002/20%20-%20amigos%20do%20lixo.pdf>. Acesso em: 12/18/05.

ALEXANDER, Jeffrey C. & LARA, Maria Pia. Honneth’s new critical theory of recognition. *New Left Review*, n. 220, p. 126-137, set.-out. 1996.

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina & ESCOBAR, Arturo (Orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**: Novas leituras. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

ANDRADE JR., Orestes de. Catadores revelam força e organização. **Correio de Gravataí**. Gravataí, edição n. 2509, seção Economia, p. 10, terça-feira, 9 nov. 2004.

ASMARE. **Apresentação 3º Festival Lixo e Cidadania**, Belo Horizonte, 31 de agosto a 05 de setembro de 2004. Disponível em: <<http://www.asmare.org.br/festival/festival.htm>>. Acesso em 02/09/05.

AZEVEDO, Bruno & ETCHICHURY, Carlos. Sobrou para a fonte. **Zero Hora**. Porto Alegre, ano 42, n. 14.534, p. 50, 10 jun. 2005.

AZEVEDO, Gardênia Oliveira David de. **Por menos lixo**: A minimização dos resíduos sólidos urbanos na cidade do Salvador/Bahia. Dissertação de Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana. Escola Politécnica. Orientador: Prof. Dr. Asher Kiperstok. Co-orientador: Prof. Dr. Luiz Roberto Santos Moraes. Salvador: UFBA, 2004. Disponível em: <www.teclim.ufba.br/curso/monografias/novas/dissertacao_meau_gardenia.pdf> Acesso em: 28/02/06.

BAJOIT, Guy. Olhares sociológicos, imagens da pobreza e concepções de trabalho social. **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n. 40, p. 49-54, jan./abr. 2004.

BAUMAN, Zygmunt. The great war of recognition. **Theory, Culture & Society**, Sage (London, Thousand Oaks and New Delhi), v. 18, n. 2-3, p. 137-150, 2001.

_____. Direito ao reconhecimento, direito à redistribuição. p. 69-81. In: _____. **Comunidade: A busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BECKER, Howard. Problemas de inferência e prova na observação participante. p. 47-64. In: _____. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994.

BHOWMIK, Sharit. As cooperativas e a emancipação dos marginalizados: estudos de caso de duas cidades na Índia. p. 369-400. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BIRKBECK, Chris. Self-employed proletarians in na informal fatory: The case of Cali's Garbage Dump. **World Development**, v. 6, n. 9-10, p. 1173-1185, 1978.

BLUM, Lawrence. Recognition, value and equality: a critique of Charles Taylor's and Nancy Fraser's accounts of multiculturalism. **Constellations**, Blackwell Publishers Ltda., v. 5, n. 1, p. 51-68, 1998.

BREVE, Nelson. **Cooperativas de Porto Alegre**. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SNIES, Textos para Discussão, agosto de 2004. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/TextosDiscussao/Conteudo/cooperativaportoalegre.pdf>>. Acesso em 05/04/05.

BUCHWEITZ, Susanne. Projeto de catadores recebe apoio da Petrobrás. **Notícias IECLB**. Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. 24 de maio de 2005. Disponível em: <<http://www.ieclb.org.br/noticia.php?id=7601>>. Acesso em: 12/10/05.

BUTLER, Judith. Merely cultural. **New Left Review**, n. 227, p. 33-44, january/february 1998.

BUTTEL, Frederick. Instituições sociais e mudanças ambientais. **Idéias**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 9-37, 2001.

CABRAL, Sueli Maria. **Trabalhadores do lixo: O relato de uma pedagogia da desordem**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Orientador: Prof^{ra}. Dr^a. Malvina do Amaral Dorneles. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

CÂMARA dos Deputados. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. **Transcrição de Audiência Pública**, n. 000651/01. Comissão de Direitos Humanos. 07 junho 2001. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/comissoes/cdhm/notastaq/nt07062001.pdf>>. Acesso em: 12/12/05.

_____. Projetos de Lei e outras proposições. Consulta Tramitação das Proposições. **PL – 5649/2005**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=294102>. Acesso em: 12/04/06.

CAMP. Centro de Educação Popular. **Notícias**. Camp promove segunda edição do Programa de Formação de Lideranças da FAARGS. 2005. Disponível em: <<http://www.camp.org.br/home.htm>>. Acesso em 12/01/06.

CAMPANI, Darci Barnech. **Gestão dos Resíduos de Porto Alegre**. Palestra proferida durante o VI Seminário de Resíduos Sólidos, promovido pelo CONFEA/CREA - MG. 2002.

Disponível em: <<http://www.abes-sp.org.br/seminarioresiduos/2002/09.html>>. Acesso em 26/10/05.

CARDOSO, Maria Beatriz Rocha & CARVALHO NETO, Antonio. As políticas públicas de emprego e as potencialidades do terceiro setor: a ASMARE, um caso de resgate da cidadania e geração de renda. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 39, n. 162, p. 193-212, já./jun. 2003.

CARMO, Maria Scarlet do; OLIVEIRA, José Antônio Puppim de & MIGUELES, Carmen Pires. A semântica do lixo, o estímulo à reciclagem e o trabalho dos catadores do Rio de Janeiro: Um estudo da relação entre significado e ação econômica. **Integração – A Revista Eletrônica do Terceiro Setor**. FGV – EAESP, CETS – Centro de Estudos do Terceiro Setor, ano VII, n. 34, janeiro/2004. Disponível em: <<http://integracao.fgvsp.br/ano7/01/administrand o.htm>>. Acesso em: 06/09/05.

CARROCEIROS tomam o centro. **Diário Gaúcho**. Porto Alegre, ano 5, n. 1.603, p. 6, 10 jun. 2005.

CASTRO, Mary Garcia. O que dizem as pesquisas da Unesco sobre juventudes no Brasil: leituras singulares. In: NOVAES, R., PORTO, M. & HENRIQUES, R. (Orgs.). **Juventude, cultura e cidadania**. Comunicações do ISER. Rio de Janeiro, v. 21, n. especial, p. 9-247, 2002.

CATADORES de vida. **Publicação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua**. Edição 1/ 2002.

CLASSIFICAÇÃO Brasileira de Ocupações. **Catadores de Material Reciclável**. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/busca/descricao.asp?codigo=5192-05>>. Acesso em: 12/11/05.

COMUNICADO anuncia a nova coordenação. **Vento Sul**. Porto Alegre, Informativo do CAMP (Centro de Educação Popular), ano 1, n. 4, p. 2, out. 2003. Edição especial.

CONCEIÇÃO, Márcio Magera. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade – análise interdisciplinar das cooperativas de reciclagem de lixo**. 2. ed. Campinas, SP: Átomo, 2005.

COORDENAÇÃO eleita. **Vento Sul**. Porto Alegre, Informativo do CAMP (Centro de Educação Popular), ano 1, n. 4, p. 3, out. 2003. Edição especial.

CORTES, Soraya Maria Vargas. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. **Cadernos de Sociologia**. Pesquisa social empírica: Métodos e técnicas. n. 9, p. 11-47, 1998.

COSTA, Ana Cláudia Fernandes da. & SATTTLER, Miguel Aloysio. Catadores informais: Elo do processo de coleta dos materiais recicláveis presentes no lixo urbano da cidade de Porto Alegre. p. 386-399. In: FRANKENBERG, Cláudio Luis Crescente; RAYA-RODRIGUEZ, Maria Teresa & CANTELLI, Marlize (Coord.). **Gerenciamento de resíduos e certificação ambiental**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Uma forma de protagonismo juvenil. **Dois pontos: teoria & prática em educação**, Belo Horizonte, v. 2, n. 19, p. 67-69, 1994.

CROSSETTE, Barbara. **U.N. survey finds world rich-poor gap widening**. The New York Times, Foreign Desk, Late Edition - Final, Section A, Page 3, Column 1. July 15, 1996. Disponível em: <<http://www.wright.edu/~tdung/wealthgap.htm>>. Acesso em: 07/08/05.

CURITIBA. PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Limpeza pública**. Lixo que não é lixo. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/Cidadaos.aspx?s=214>>. Acesso em: 12/02/2006.

DAGNINO, Evelina. Cultura, cidadania e democracia: A transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. p. 61-102. *In*: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina & ESCOBAR, Arturo (Orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**: Novas leituras. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

DERANTY, Jean-Philippe. Conceptualising social inequality: redistribution or recognition? **Social Inequality Today Conference**, Macquarie University, CRSI Conference Proceedings, nov./ 2003. Disponível em: <<http://www.crsi.mq.edu.au/Social%20Inequality%20Today/Deranty.pdf>>. Acesso em: 20/01/05.

DIÁRIO Oficial da União. **Decreto que cria o Comitê Interministerial de Inclusão de Catadores de Lixo**. Seção 1, p. 12 (publicação), 12 de setembro de 2003. Disponível em: <www.ibict.br/inclusaosocial/arquivos/Legislacao/Decretos/Dec11092003.pdf>. Acesso em: 24/08/05.

DIÁRIO Oficial de Porto Alegre. **Audiência Pública discute novo modelo de limpeza**. Órgão de divulgação Oficial do Município, ano XI, edição 2758, p. 1, 13 de abril de 2006. Disponível em: <[lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/dopa/usu_doc/13abril06.pdf](http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/dopa/usu_doc/13abril06.pdf)>. Acesso em: 15/04/06.

DIAS, Allan Rodrigues. **Condições de vida, trajetórias e modos de "estar" e "ser" catador**: estudo de trabalhadores que exercem atividade de coleta e venda de materiais recicláveis na cidade de Curitiba (PR). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Orientadora: Profª. Drª. Leny Sato. Universidade de São Paulo, junho/ 2002a. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-06102005-132201/>>. Acesso em 02/03/06.

DIAS, Sonia Maria. **Lixo e Cidadania**: os impactos da política de resíduos sólidos de Belo Horizonte no mundo do trabalho do catador da ASMARE. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), Ouro Preto, MG, 4 a 8 de novembro, 2002b. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MA_ST37_Dias_texto.pdf>. Acesso em: 25/01/06.

DMLU (Departamento Municipal de Limpeza Urbana). **Relação Unidades de Porto Alegre**. Disponível em: <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/dmlu/usu_doc/unidadestriagem.pdf>. Acesso: 12/12/05.

DUBET, François. As desigualdades multiplicadas. **Revista Brasileira de Educação**. Belo Horizonte, n. 17, p. 5-19, maio/ago 2001.

DUPUY, Alex. Book Review of "Justice Interruptus: Critical Reflections on the 'Postsocialist' Condition" by Nancy Fraser, New York: Routledge, 1997. **Contemporary Sociology**, Academic Research Library, v. 26, n. 6, p. 676-679, november 1997.

EDITORIAL. **Vento Sul**. Porto Alegre, Informativo do CAMP (Centro de Educação Popular), ano 1, n. 4, out. 2003. Edição especial.

ELY, Helena Bins. **Profissão: Catador**. CAMP, publicações. Julho/ 2005. Disponível em: <<http://www.camp.org.br/texto38.htm>>. Acesso em 14/01/06.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. **Lua Nova**, São Paulo, n. 24, p. 85-116, setembro 1991.

FAGGETTI, A. S. Carlos. **Diagnóstico de aspectos prioritários em política de gestão ambiental urbana na rede de mercocidades**. Relatório Final. Montevideu, setembro/ 2002. Disponível em: <<http://www.mercociudades.org/modules.php?op=modload&name=Downloads&file=index&req=getit&lid=117>>. Acesso: 15/01/06.

FARRGS. Federação das Associações dos Recicladores de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Sul. **Plano de Ações 2004-2005**. Apoio: Camp. Porto Alegre. 2003.

FELDMAN, Leonard C. Redistribution, Recognition, and the State: The irreducibly political dimension of injustice. **Political Theory**, Sage publications, v. 30, n. 3, p. 410-440, 2002.

FERREE, Myra Marx & GAMSON, William A. **The gendering of governance and the governance of gender**: Abortion politics in Germany and the United States. *In*: Conferência “Gender and citizenship within and across policy borders”, promovida pelo Programa de Pesquisas Avançadas em Estudos Comparativos de Gênero, Stockholm University. 29 outubro 2001. Disponível em: <<http://www.sociology.su.se/cgs/Conference/Myra.pdf>>. Acesso em: 17/06/05.

FESTIVAL Lixo e Cidadania. **A cidadania em jogo**: catadores de materiais recicláveis e moradores de rua no contexto urbano. 3º Festival Lixo & Cidadania. Belo Horizonte. 31 de agosto a 5 de setembro/ 2004.

FIGUEIRÊDO, Erik Alencar de; NETTO JUNIOR, José Luis da Silva & PORTO JUNIOR, Sabino da Silva. **Distribuição, mobilidade e polarização de renda no Brasil no período de 1987 a 2003**. Textos para Discussão, Programa de Pós-Graduação em Economia/ UFRGS, 2005. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2005_07.pdf>. Acesso em: 07/07/05.

FISCHER, Nilton Bueno. Educação pelo trabalho: A provisoriidade de uma luta emancipatória entre os catadores de lixo na periferia de Porto Alegre. p. 25-28. **Anais da 5ª Conferência Brasileira de Educação**, promovida ANDE/ ANPED/ CEDES. Brasília, DF, 2 a 5 de agosto de 1988.

_____. A luta emancipatória entre os catadores de lixo na periferia de Porto Alegre: A provisoriidade da educação pelo trabalho. **Educação & Realidade**, v. 14, n. 2, jul./dez. 1989.

FRASER, Nancy. From Redistribution to Recognition? Dilemmas of justice in a “postsocialist” age. **New Left Review**, n. 212, p. 68-93, july/august 1995.

_____. Social justice in the age of identity politics: Redistribution, recognition, and participation. *In*: **The Tanner Lectures on Human Values**. Delivered at Stanford University, April 30–May 2, 1996a. Disponível em: <<http://www.tannerlectures.utah.edu/lectures/Fraser9>>

8.pdf>. Acesso em: 13/05/05.

_____. Gender equity and the Welfare State: A postindustrial thought experiment. p. 218-241. In: BENHABIB, Seyla. (Ed.). **Democracy and difference**: Contesting the boundaries of the political. Princeton: Princeton University Press, 1996b.

_____. A rejoinder to Iris Young. **New Left Review**, n. 223, p. 126-129, may/june 1997.

_____. Heterosexism, misrecognition and capitalism: A response to Judith Butler. **New Left Review**, n. 228, p. 140-149, march/april 1998a.

_____. **Social justice in the age of identity politics**: Redistribution, recognition, participation. Discussion Paper FS 98 – 108. Lecture given at the Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung, dezembro/ 1998b. Disponível em: <<http://skylla.wz-berlin.de/pdf/1998/i98-108.pdf>>. Acesso em: 25/03/05.

_____. Rethinking recognition. **New Left Review** [on-line], n. 3, p. 107-120, may/june 2000. Disponível em: <<http://www.newleftreview.net/PDFarticles/NLR23707.pdf>>. Acesso em: 03/02/05.

_____. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. p. 245-282. In: SOUZA, Jessé. (Org.). **Democracia hoje**: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora UnB, 2001a.

_____. Redistribution, Recognition, and Participation: Towards an integrated concept of justice. **World Culture Report/ UNESCO**, n. 2, p. 48-57, 2001b.

_____. **Rethinking recognition**: Overcoming displacement and reification in cultural politics. In: Conferência “Gender and citizenship within and across policy borders” promovida pelo Programa de Pesquisas Avançadas em Estudos Comparativos de Gênero, Universidade de Stockholm, out./ 2001c. Disponível em: <<http://www.sociology.su.se/cgs/Conference/fraser.pdf>>. Acesso em: 17/06/05.

_____. Recognition without ethics? **Theory, Culture & Society**, Sage (London, Thousand Oaks and New Delhi), v. 18. n. 2-3, p. 21-42, 2001d.

_____. **Social Justice in the Knowledge Society**: Redistribution, recognition, and participation. Beitrag zum Kongress "*Gut zu Wissen*", Orientierung in der Wissensgesellschaft, Heinrich-Böll-Stiftung, maio/ 2001e. Disponível em: <<http://www.wissensgesellschaft.org/themen/orientierung/socialjustice.pdf>>. Acesso em: 16/05/05.

_____. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. p. 59-78. In: BRUSCHINI, Cristina & UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/ Editora 34, 2002a.

_____. A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, Portugal, n. 63, p. 7-20, outubro 2002b.

_____. Redistribuição ou reconhecimento? Classe e *status* na sociedade contemporânea. **Interseções** – Revista de Estudos Interdisciplinares, UERJ, Rio de Janeiro, ano 4, n. 1, p. 7-32, jan./jun. 2002c.

_____. Social Justice in the age of identity politics: Redistribution, recognition and participation. p. 7-109. *In*: FRASER, Nancy & HONNETH, Axel. **Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange**. New York: Verso, 2003.

_____. Recognition, redistribution and representation in capitalist global society. Interviewed by Hanne Marlene Dahl; Pauline Stoltz & Rasmus Willig. **Acta Sociologica**, Scandinavian Sociological Association and SAGE (London, Thousand Oaks, CA and New Delhi), v. 47, n. 4, p. 374-382, december 2004a.

_____. To interpret the world and to change it. Interviewed by Nancy A. Naples. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, University of Chicago, v. 29, n. 4, p. 1103-1124, summer 2004b.

_____. Mapping the feminist imagination: From redistribution to recognition to representation. **Constellations**, v. 12, n. 3, p. 295-307, september 2005a.

_____. Reframing justice in a globalizing world. **New Left Review**, n. 36, p. 69-88, nov./dez. 2005b.

FRASER, Nancy & HONNETH, Axel. **Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange**. New York: Verso, 2003.

GONÇALVES, Pólita. **Coleta seletiva e inclusão social**. 2001. Disponível em: <<http://www.lixo.com.br/artigo1.htm>>. Acesso em: 21/10/04.

_____. **A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos**. Série Economia Solidária, n. 5. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2003.

GONÇALVEZ, Heloisa Helena & ABEGÃO, Luís Henrique. **Da ausência do trabalho à viração**: A importância da catação na manutenção da vida. *Paper* apresentado no GT09: Modernidade, riscos e meio ambiente, do II Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), Indaiatuba, SP, maio de 2004. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro/segundo/Papers/GT/GT09/Heloisa%20e%20Luis.pdf>>. Acesso em: 12/10/2005.

GORZ, André. Saindo da sociedade do trabalho assalariado. **São Paulo em Perspectiva**. v. 9, n. 3, p. 135-144, 1995.

GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: The problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481-510, november 1985.

GRIMBERG, Elisabeth. **A política nacional de resíduos sólidos**: a responsabilidade das empresas e a inclusão social. Publicado em 22/07/2004. Disponível em: <http://www.polis.org.br/artigo_interno.asp?codigo=35>. Acesso em: 05/06/05.

HEIDEGREN, Carl-Göran. Recognition and Social Theory. **Acta Sociologica**, Scandinavian Sociological Association and SAGE (London, Thousand Oaks, CA and New Delhi), v. 47, n. 4, p. 365-373, december 2004.

HENNESSY, Rosemary. Book Review of “Justice Interruptus: Critical Reflections on the ‘Postsocialist’ Condition” by Nancy Fraser, New York: Routledge, 1997. *In: Hypatia*, Academic Research Library, v. 14, n. 1, p. 126-132, winter 1999.

HONNETH, Axel. Teoria crítica. p. 503-552. *In: GIDDENS, Anthony & TURNER, Jonathan (Orgs.). Teoria social hoje*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

_____. Recognition or redistribution? Changing perspectives on the moral order of society. **Theory, Culture & Society**, SAGE (London, Thousand Oaks, CA and New Delhi), v. 18, n. 2-3, p. 43-55, 2001.

_____. **Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003a.

_____. “Honneth Esquadrinha ‘Déficit Sociológico’” (Entrevista a Marcos Nobre e Luiz Repa), **Folha de São Paulo** [on-line], Assessoria de Comunicação e Imprensa – UNICAMP, 11/10/2003b. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/canal_aberto/clipping/outubro2003/clipping031011_folha.html>. Acesso em: 20/01/2005.

_____. Recognition and Justice. Outline of a Plural Theory of Justice. **Acta Sociologica**, Scandinavian Sociological Association and SAGE (London, Thousand Oaks, CA and New Delhi), v. 47, n. 4, p. 351-364, december, 2004.

INGLEHART, Ronald. The silent revolution in Europe: Intergenerational change in post-industrial societies. **American Political Science Review**, v. 65, n. 4, p. 991-1017, december/1971.

_____. **Modernization and postmodernization: cultural, economic and political change in 43 societies**. Princeton: Princeton University Press, 1997.

ITURRA, Raúl. Trabalho de campo e observação participante em antropologia. p. 149-163. *In: SILVA, Augusto Santos & PINTO, José Madureira. Metodologia das ciências sociais*. 8. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1986.

JACOBI, Pedro & TEIXEIRA, Marco Antônio C. Criação do capital social: O caso ASMASRE – Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, vol. 2, São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, junho de 1997. Disponível em: <http://inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/cadernos_gestapublica/CAD%2002.pdf>. Acesso em: 12/02/06.

JUNGES, Leandro S. Catadores querem regulamentar profissão: Grupos e associações de todo o Estado se reuniram em Joinville para trocar experiências. **Portal ANotícia** [on-line]. Joinville, SC. Terça-feira, 01 de maio de 2001. Disponível em: <<http://an.uol.com.br/2001/mai/01/0ger.htm>>. Acesso em: 03/02/06.

LASH, Scott & URRY, John. **Economias de signos y espacio: Sobre el capitalismo de la posorganización**. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1998.

LAVALLE, Adrián Gurza. Cidadania, igualdade e diferença. **Lua Nova**, São Paulo, n. 59, p. 75-93, 2003.

LEAL, ANTONIO CEZAR *et al.* A reinserção do lixo na sociedade do capital: Uma contribuição ao entendimento do trabalho na catação e na reciclagem. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 177-190, jul./dez. 2002.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 3. ed. São Paulo : Cortez, 2002.

LEGASPE, Luciano Rodrigues. **Reciclagem: A fantasia do eco-capitalismo**. Um estudo sobre a reciclagem promovida no centro da cidade de São Paulo observando a economia informal e os catadores. Dissertação de mestrado, USP/FFLCH/GEOGRAFIA, São Paulo, 1996.

LEI COMPLEMENTAR. N. 234, de 10.10.1990. – Institui, em Porto Alegre, o **Código Municipal de Limpeza Urbana** (D.O.E. 16.10.1990, p. 24-28). Disponível em: <www.camarapoa.rs.gov.br/biblioteca/integrais/lc_234.htm>. Acesso em: 02/12/05.

LIMA, Ana Maria Moraes de Albuquerque. **Inclusão digital e protagonismo juvenil**: Um estudo em dois centros de tecnologia comunitária. Dissertação de mestrado, Educação: Currículo, Orientador: Prof. Dr. José Armando Valente. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1026>. Acesso em 02/03/06.

LIXO. Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. **Istoé Online**. Edição n. 1748. 02 de abril de 2003. Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoe/1748/ciencia/1748_perolas_aos_porcos_02.htm>. Acesso em: 12/12/05.

LORENZETTI, Claudio Cavalcanti. **Micro Usina de Reciclagem de Plásticos da Restinga**. Projeto “Ciudadanos y Deliberación Pública”, Inter-American Foundation, Red Inter-Americana para la Democracia, Council on Public Policy Education, Partners of the Americas. São Paulo, jun./2003. Disponível em: <www.nbz.com.br/prefeitura/projetos/Usina_ReciclagemLixo.doc>. Acesso em: 12/08/05.

MARIANO, Nilson. A guerra pelo lixo reciclável. **Zero Hora**. Porto Alegre, ano 40, n. 13.898, p. 32, 09 set. 2003.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTÍNEZ-ALIER, Juan. The environmental as a luxury good or “too poor to be green”? **Ecological economics**, v. 13, n. 1, p. 1-10, april 1995.

MARTINS, Clítia Helena Backx. **Trabalhadores na reciclagem do lixo**: dinâmicas econômicas, sócio-ambientais e políticas na perspectiva do empoderamento. Tese de Doutorado, PPGS – UFRGS. Orientadora: Profa. Dra. Anita Brumer. Teses FEE, n. 5. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/teses/teses_fee_05.pdf>. Acesso em: 12/11/05.

_____. Catadoras/recicladoras na região metropolitana de Porto Alegre: Organização do trabalho e identidade ocupacional. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre: Fundação de Economia

e Estatística, Governo do Estado do Rio Grande do Sul v. 5, 2005. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/mulher/2005/artigo4.pdf>>. Acesso em: 20/06/05.

MARTUCCELLI, Danilo. As contradições políticas do multiculturalismo. **Revista Brasileira de Educação**, n. 2, p. 18-32, mai/jun/jul/ago 1996.

MATTOS, Patrícia Castro. Reconhecimento, entre a justiça e a identidade. **Lua Nova**, São Paulo, n. 63, p. 143-161, 2004a.

_____. **A Sociologia Política do Reconhecimento**: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia/ ICS/ UnB. Orientadora: Profa. Dra. Maria Francisca Pinheiro Coelho. Brasília: UnB, 2004b.

MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MAYER, Ricardo. **Hierarquia, igualdade e diferença**: Lutas por reconhecimento no sul do Brasil. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Orientador: Prof. Dr. Raúl Enrique Rojo. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

MCCARTHY, Thomas. Book review of “Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange” by Nancy Fraser & Axel Honneth. **Ethics**, University of Chicago Press, v. 115, n. 2, p. 397-402, january 2005.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

METADE do lixo seco é recolhida por catadores na capital. **Zero Hora**. Porto Alegre, ano 42, n. 14.702, p. 54, 25 nov. 2005.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 4. ed. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1996.

MOTA, Adriana Valle. Do lixo à cidadania. **Democracia Viva**, Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, Edição Especial/ Meio ambiente e democracia, n. 27, p. 3-8, jun./jul. 2005.

NARDI, Henrique Caetano *et. al.* Subjetividade e Solidariedade: a diversidade das formas de implicação dos jovens na economia solidária. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, UFRGS, v. 19, n. 2, 2006, no prelo.

NAS, Peter J. M. & JAFFE, Rivke. Informal waste management: shifting the focus from problem to potencial. **Environment, Development and Sustainability**, v. 6, n. 3, p. 337–353, september 2004.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Hipóteses sobre a nova exclusão social**: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. XVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu-MG, novembro/ 1994.

_____. Globalização e exclusão social: fenômenos de uma nova crise da modernidade? *In*: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio & RESENDE, Paulo-Edgar A. (Orgs.). **Desafios da Globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998.

NATALINO, Marco Antonio C. **Táticas de sobrevivência**: catadores de lixo no contexto urbano de Porto Alegre. Monografia de conclusão, Orientador: Prof. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo. Departamento de Sociologia IFCH/UFRGS. 2003.

NEVES, Paulo Sérgio da Costa. Direitos humanos e cidadania simbólica no Brasil. p. 203-223. *In*: LYRA, Rubens Pinto (Org.). **Direitos humanos**: Os desafios do século XXI. Uma abordagem interdisciplinar. Brasília: Brasília Jurídica, 2002.

_____. Luta anti-racista: Entre reconhecimento e redistribuição. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: ANPOCS, v. 20, n. 59, p. 81-96, outubro/ 2005.

NOBRE, Marcos. **Sobre a relevância da distinção entre teoria tradicional e teoria crítica na atualidade**. *In*: XXIX Encontro Anual da ANPOCS, texto apresentado no GT25 Teoria Social e a Multiplicidade da Modernidade, Caxambu, outubro de 2005.

OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos “existem”? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: ANPOCS, n. 33, ano 12, p. 49-61, fevereiro/ 1997.

O SUOR dos que tracionam carrinhos. **Zero Hora**. Porto Alegre, ano 40, n. 13.898, p. 33, 09 set. 2003.

PAPELEIROS protestam em frente à prefeitura. **O Sul**. Porto Alegre, p. 22, 10 jun. 2005.

PERTILLE, José Pinheiro. Dialética do reconhecimento: consciência e consciência para si. p. 67-82. *In*: MIRANDA, Nilson & FRANCISCHELLI, Leonardo A. (Orgs.). **Cruzamentos**: Psicanálise, filosofia, política, ética. Porto Alegre: Criação Humana, 2000.

PHILLIPS, Anne K. From inequality to difference: A severe case of displacement?. **New Left Review**, n. 224, p. 143–53, 1997.

_____. **Recognition and the struggle for political voice**. *In*: Conferência “Gender and citizenship within and across policy borders” promovida pelo Programa de Pesquisas Avançadas em Estudos Comparativos de Gênero, Universidade de Stockholm, outubro/2001. Disponível em: <<http://www.sociology.su.se/cgs/Conference/Phillips.pdf>>. Acesso em: 17/06/05.

PINTO, Céli Regina Jardim. A democracia desafiada: a presença de direitos multiculturais. p. 136-158. *In*: AVRITZER, Leonardo & DOMINGUES, José Maurício (Orgs.). **Teoria social e modernidade no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

PIRES, Jussara Kalil. **Guia de Reciclagem Rio Grande do Sul**. Publicação da ABES-RS e da FARRGS, 2005.

PORTO Alegre, a capital das carroças. **Desrespeito às leis de trânsito**. Disponível em: <http://www.eugostodebicho.com.br/carrocas_de_poa.htm>. Acesso em: 02/03/2006.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza *et. al.* Lixo, trabalho e saúde: Um estudo de caso com catadores em um aterro metropolitano no Rio de Janeiro, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, p. 1503-1514, nov./dez. 2004.

PROJETO de Lei 171/2004. Fórum Lixo e Cidadania. **Notícias**. 17/05/2005. Disponível em: <<http://www.abes-sp.org.br/noticias/index.php?id=436>>. Acesso em: 15/01/06.

PROJETO de Saneamento Ambiental em Regiões Metropolitanas 2005-2006. **Resíduos Sólidos Urbanos**. Ministério das Cidades/ Ministério da Saúde. p. 1-71. 2005. Disponível em: <www.funasa.gov.br/Web%20Funasa/not/not2005/Mnl_Proj.pdf>. Acesso em 12/04/06.

RAY, Larry & SAYER, Andrew (Eds.). **Culture and economy after the cultural turn**. London: Sage Publications Ltd., 1999.

RECICLAGEM: Renascimento do lixo. **Zero Hora**. Porto Alegre, ano 40, n. 14.129, p. 6-7, 29 abr. 2004.

RELATÓRIO do Encontro dos 700 Militantes do MNCR em Brasília. **Artigos**. 14/04/2006. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/download_publicacaoonline.aspx?publicacao=14042006132556Relatório%20do%20%20Encontro%20dos%20700.pdf>. Acesso em: 21/04/06.

ROCCO, Luciano. Governo anuncia liberação de R\$ 1,4 milhão para o Movimento Nacional dos Catadores. **Informativo do Catador**. Ricamare – Rede Independente de Catadores de Materiais Recicláveis, 5. ed., Rio de Janeiro, out./nov./dez. 2004a.

_____. Desenvolvimento em ritmo acelerado. **Informativo do Catador**. Ricamare – Rede Independente de Catadores de Materiais Recicláveis, 4. ed., Rio de Janeiro, jul./ago./set. 2004b.

_____. “Quem somos e o que queremos”. **Informativo do Catador**. Ricamare – Rede Independente de Catadores de Materiais Recicláveis, 7. ed., Rio de Janeiro, abr./mai./ jun. 2005.

RODRÍGUEZ, César. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: O caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. p. 329-367. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

ROMANÍ, Andréa Pitanguy de. **Ecolixo**: Programa de coleta seletiva para reciclagem. Estudo de caso em Cascavel - PR. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal/ Caixa Econômica Federal, 2003. Disponível em: <www.ibam.org.br/publique/media/e_ecolixo.PDF>. Acesso em: 28/02/06

ROSA, Russel Teresinha Dutra da. **Educação informal na reciclagem de resíduos sólidos urbanos**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Orientador: Prof. Dr. Nilton Bueno Fischer. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

ROSA, Russel Teresinha Dutra da & COUTO, Andréa Santos. Depois do incêndio: Reflexões sobre a experiência de um curso com recicladores de lixo. **Espaços da Escola**, Editora Unijuí, ano 11, n. 42, p. 29-43, out./dez. 2001.

ROSENFELD, Cinara. A autogestão e a nova questão social: Repensando a relação indivíduo-sociedade. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 3, n. 2, p. 395-415, jul.-dez. 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SAWICKI, Jana. Book Review of “Justice Interruptus: Critical Reflections on the ‘Postsocialist’ Condition” by Nancy Fraser, New York: Routledge, 1997. *In: Constellations*, Blackwell Publishers Ltda., v. 7, n. 1, p. 141-144, 2000.

SAYER, Andrew. Class, moral worth and recognition. **Sociology**, The British Sociological Association, v. 39, n. 5, p. 947-963, december/ 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. A problemática da pobreza na construção de um movimento cidadão. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 3, p. 71-93, outubro/ 2003.

_____. As múltiplas faces da exclusão nas lutas pela cidadania. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 17, n. 40, p. 55-60, jan./abr. 2004.

SCLIAR, Moacyr. A matéria fora de lugar. **Ciência & Ambiente**, número temático: Lixo Urbano. Santa Maria: Editora da UFSM, n. 18, p. 11-12, jan./jun. 1999.

SELISTER, Roberta. Porto Alegre gerencia o lixo com iniciativas que preservam o meio ambiente e ajudam a população. **O Sul**. Porto Alegre, caderno reportagem, p. 10, 30 set. 2005.

SENNET, Richard & COBB, Jonathan. **The hidden injuries of class**. New York: W. W. Norton & Company; 1972.

SILVA, Josué Pereira da. Cidadania e reconhecimento. p. 123-135. *In: AVRITZER, Leonardo & DOMINGUES, José Maurício (Orgs.). Teoria social e modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

_____. Teoria crítica e movimentos sociais. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 69, p. 179-181, julho de 2004.

_____. **Teoria crítica na modernidade tardia**: sobre a relação entre redistribuição e reconhecimento (versão preliminar). *In: XXIX Encontro Anual da ANPOCS*, texto apresentado no GT25 Teoria Social e a Multiplicidade da Modernidade, Caxambu, outubro de 2005.

SILVEIRA, Caio Márcio. **Reciclagem, participação política e gênero**: as múltiplas faces de uma experiência local. Versão preliminar dos textos para discussão. Governo Local e Desigualdades de Gênero – Fórum de discussão promovido pela Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, p. 109-131, junho/ 2002.

SINGER, Paul. Prefácio. p. 9-10. *In*: CONCEIÇÃO, Márcio Magera. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade – análise interdisciplinar das cooperativas de reciclagem de lixo**. 2. ed. Campinas, SP: Átomo, 2005.

SMITH, Anna Marie. Missing poststructuralism, missing Foucault: Butler and Fraser on capitalism and the regulation of sexuality. **Social Text**, Duke University Press, v. 19, n. 2, p. 103-125, summer 2001.

SOBOTKA, Emil A. A utopia político-emancipatória em transição: movimentos sociais viram ongs que viram “terceiro setor”. **Teoria & Sociedade**, n. 11.1, p. 48-65, jan.-jun. 2003.

SOUZA, Jessé. A dimensão política do reconhecimento social. p. 159-184. *In*: AVRITZER, Leonardo & DOMINGUES, José Maurício (Orgs.). **Teoria social e modernidade no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

_____. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

STREB, Cleci Schalemburger & BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. **Coleta informal de resíduo e reciclagem: Suas interfaces com as questões energéticas, sociais e ambientais da modernidade**. Trabalho apresentado no GT06: Energia e Meio Ambiente no II Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), Indaiatuba, São Paulo, 26 a 29 de maio de 2004. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro/segundo/Papers/GT/GT06/cleci_s%F4nia.pdf>. Acesso em: 07/07/05.

SWANSON, Jacinda. Recognition and redistribution: Rethinking culture and the economic. **Theory, Culture & Society**, v. 22, n. 4, p. 87-118, august 2005.

TAYLOR, Charles. A política de reconhecimento. p. 45-94. *In*: GUTMANN, Amy (Org.). **Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

TEIXEIRA, Murilo & MALHEIROS, Telma Maria Marques. **Cooperativas de catadores de lixo: um processo de inclusão social**. I Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, Associação Educacional Dom Bosco (AEDB), 2004. Disponível em: <http://www.aedb.br/seg-et/artigos/140_ARTIGO%20CATADORES%20DE%20LIXO%202.PDF>. Acesso: 05/12/04.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

TORRES JÚNIOR, Roberto Dutra. A moralidade do mercado: Uma intervenção no debate sobre reconhecimento entre Nancy Fraser e Axel Honneth. **Política & Trabalho – Revista de Ciências Sociais**, João Pessoa, n. 22, p. 97-114, abril/ 2005.

TOURAINÉ, Alain. **Igualdade e diversidade: o sujeito democrático**. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

TRABALHADORES da reciclagem avançam em sua organização. **Vento Sul**. Porto Alegre, Informativo do CAMP (Centro de Educação Popular), ano 1, n. 4, p. 1, out. 2003. Edição especial.

TURRA, Dilce; ETCHEPARE, Hélio & KINDLEIN Jr., Wilson. **Caracterização e viabilidade de reciclagem dos materiais nos centros de triagem de Porto Alegre e região metropolitana**. Trabalho apresentado no GT Gestão ambiental, Inclusão social, Tecnologia e Design do I Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Indaiatuba - SP, 6 a 9 de novembro de 2002. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/gt/gestao_ambiental/Dilce%20Turra.pdf>. Acesso em: 20/06/05.

UCHIMURA, Kátia Yumi & BOSI, Maria Lúcia Magalhães. Qualidade e subjetividade na avaliação de programas e serviços em saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 6, p. 1561-1569, nov./dez., 2002.

UNESCO. **National Association of Colombian “Recicladores”**. Best Practices for Human Settlements. 2001. Disponível em: <<http://www.unesco.org/most/southam4.htm>>. Acesso em: 20/02/06.

VANDALISMO na fonte Talavera. **Correio do Povo**. Porto Alegre, ano 110, n. 253, capa, 10 jun. 2005.

VIDAS solidárias. **Vento Sul**. Porto Alegre, Informativo do CAMP (Centro de Educação Popular), n. 8, p. 11, jan. 2005. Edição especial Fórum Social Mundial.

WENDHAUSEN, Eugênia da Silva & LIMA, Teresinha Carvalho de. Projeto de vida na Ilha Grande dos Marinheiros: uma experiência de resgate social. *In: O lixo como instrumento de resgate social*. Porto Alegre: AEBA/Metroplan, 1989.

YAR, Majid. Beyond Nancy Fraser’s “perspectival dualism”. **Economy and Society**, v. 30, n. 3, p. 288-303, august 2001.

YOUNG, Iris Marion. Unruly categories: A critique of Nancy Fraser’s dual systems theory. **New Left Review**, n. 222, p. 147-160, march/april 1997.

ZAMPETTI, Luigi. Arte, cidadania e samba no pé. **Democracia Viva**, Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, Edição Especial/ Meio ambiente e democracia, n. 27, p. 108-113, jun./jul. 2005.

ZELIZER, Viviana A. The Social Meaning of Money: “Special monies”. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 95, n. 2, p. 342-377, 1989.

_____. Repenser le marché : la construction sociale du ‘marché aux bébés’ aux Etats-Unis, 19870-1930. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 94, p. 3-26, 1992.

ZURN, Christopher F. **Group Balkanization or Societal Homogenization: Is there a dilemma between recognition and distribution struggles?**. University of Kentucky, Department of Philosophy, p. 1-40, 2003a. Disponível em: <<http://www.uky.edu/~cfzurn/CzoGroupBalk.pdf>>. Acesso em: 10/05/05.

_____. **Arguing over participatory parity: On Nancy Fraser’s conception of social justice**. Invited paper for Scholar’s Session at the Society for Phenomenological and Existential Philosophy (SPEP), Boston, MA. November 6, 2003b. Disponível em: <www.uky.edu/~cfzurn/CZonNFJustice>. Acesso em 12/02/05.

ANEXO 1.

G. (tempo de gravação: 30 min.)

- Para começar contextualizando, tu poderias me falar um pouco sobre qual é a luta do movimento?
- Quanto ao reconhecimento da ocupação de catador de material reciclável na CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), também foi uma luta do movimento?
- Mas existem grupos que se autodenominam recicladores, não?
- Do que que o movimento não abre mão?
- O que o movimento considera como apoiador?
- Como que o movimento vê a atuação do Estado, do gestor, na formulação das políticas públicas para os catadores?
- E o movimento consegue estar sendo chamado para formular e debater isso? Está mantendo um diálogo com o poder público?
- Como o movimento vê a possibilidade de adentrar o espaço institucional? E qual é a relação do movimento com os partidos políticos?
- Considerando a perspectiva de autonomia que o movimento vislumbra, como este acaba lidando com a questão jurídica?
- Qual seria a motivação, a importância do movimento estar fazendo parcerias com o Ministério, Petrobrás, etc?
- E se a Petrobrás pedir para colocar o logo dela na bandeira do movimento? Como fica?
- Você considera que essas parcerias estariam no campo da redistribuição de renda ou mais na questão do reconhecimento, da valorização do catador?
- Que tipo de reconhecimento o movimento está buscando?

A. (tempo de gravação: 48 min.)

- Para começar, tu poderias me contar um pouco da história do movimento?
- Esta organização ocorreu a nível nacional?
- Pode-se constatar disso que o poder público teve um papel importante nesta organização...
- Catador ou reciclador?
- Desculpa interromper, mais isso em nível nacional?
- E nessa trajetória, como foi ficando a Federação?
- Com relação à inserção da ocupação catador de materiais recicláveis no CBO, foi uma luta do Movimento, contribuiu para isso que tu estavas comentando?
- Atualmente, o Movimento está buscando uma maior formalização do trabalho do catador?
- E qual a importância do Movimento estar conquistando, cada vez mais, espaços institucionais?
- Em termos de resultados concretos, a ação direta ou a via institucional da negociação, qual tem surtido maior efeito?
- Como que o Movimento vê a atuação do gestor público, nas três esferas, na formulação das políticas públicas para os catadores, está havendo espaço para a voz do catador ou as decisões vem de cima para baixo?
- E o Movimento tem conseguido firmar parcerias com ONG's?
- Que tipo de reconhecimento o Movimento almeja, espera conseguir com a sua luta?
- Diante disso, o Movimento ainda é a melhor forma para adquirir esse reconhecimento?
- Do que que o Movimento não abre mão?
- E o Movimento quer transformar suas conquistas em lei?

- Justiça para o Movimento tem a haver com esse reconhecimento ou mais com questões materiais, de redistribuição de renda?
- Qual a motivação de buscar parcerias com ONG's, instituições religiosas ou mesmo com o Estado?

V. (tempo de gravação: 22 min.)

- Gostaria de iniciar te perguntando pelo que o MNCR luta?
- E de que forma o Movimento vai ir atrás desse reconhecimento?
- Do que que o MNCR não abre mão?
- Como que o MNCR está vendo a atuação do(s) governo(s) na formulação de políticas ou projetos para os catadores? O Movimento está sendo chamado para debater junto?
- E quando vocês levam essa pauta de reivindicação eles estão dando atenção?
- Então, está tendo importância sentar com eles para discutir?
- E vocês estão sentindo um respeito da parte deles?
- Essa é a grande luta do Movimento?
- Nesse sentido, me parece que o Movimento está buscando isso através de uma certa formalização da atividade, de forma a garantir os direitos trabalhistas?
- Como que o Movimento vê as possibilidades de ocupar os espaços mais institucionalizados, qual a motivação disso?
- Nesses anos de luta do MNCR, desde 2001, tu achas que ele tem contribuído para mudar a imagem do catador perante a sociedade?
- Na realidade, o Movimento acaba sendo aquele que bota a cara para bater...
- E isso, como o senhor disse, acaba sendo visto pela sociedade com maus olhos?
- ...sem slogan partidário na bandeira do MNCR?
- E do ponto de vista jurídico como que o MNCR se desdobra? Nas parcerias firmadas, etc.?
- Existe a proposta de criação de uma entidade jurídica única em Gravataí, que poderia facilitar, não?
- E quem são os apoiadores do Movimento?
- Na tua opinião, o Movimento luta por redistribuição de renda, questões mais econômicas, reconhecimento e valorização do catador ou as duas?
- A parceria que o MNCR firmou com a Petrobrás está trazendo reconhecimento para os catadores?
- E pra finalizar, tem algum espaço que o Movimento não consegue adentrar?
- Tu achas que os meios de comunicação têm ajudado a denegrir a imagem do catador?
- ...me lembro até do episódio com a fonte no centro da cidade no dia do ato de vocês...

C. (tempo de gravação: 18 min.)

- Pelo que que o movimento luta?
- A questão do reconhecimento do catador como uma ocupação na CBO, foi uma conquista?
- E trouxe ganhos concretos?
- E nesse sentido da mídia, como é que tu achas que ela está tratando o catador?
- Do que que o Movimento não abre mão?
- E como é que tu achas que o Movimento pode adquirir reconhecimento para o catador?
- O Movimento opta pela ação direta, tu achas que tem resultados concretos?
- E tu achas que há alguma perda com relação à sociedade?
- Tu achas que está tendo um respeito por parte do poder público municipal em relação aos catadores organizados?
- Mas o que está sendo discutido dá para vislumbrar um encaminhamento prático?
- Tu achas que vocês são chamados também para formular ou mais para legitimar decisões tomadas previamente?

- Isso é comum aos diferentes órgãos do governo, DMLU, EPTC, etc.?
- Considerando as articulações do Movimento em nível municipal, estadual e nacional, tem algum espaço institucional que o Movimento quer adentrar mas tem tido dificuldade?
- Ceder em alguns momentos, mas cercado de cuidados?
- Em termos partidários, o MNCR não tem interesse a se vincular a algum partido em particular?
- Na tua opinião, o que precisa mudar em termos de prefeitura, governos ou outros espaços institucionalizados?
- Para finalizar, que tipo de reconhecimento o Movimento almeja?
- E o Movimento luta por uma formalização da categoria? A garantia de carteira assinada e direitos trabalhistas?

T. (tempo de gravação: 19 min.)

- Qual a luta do MNCR?
- ...tem um segundo propósito?
- Mas está dentro do que o MNCR quer?
- Falando em termos de formalização, como a recente inserção do catador como uma ocupação no CBO, isso é uma luta do Movimento?
- Ao se constituir como um movimento social, como fica a viabilidade legal do MNCR ao fechar convênios e parcerias com instituições que demandam um “CNPJ”?
- Com relação à ação direta, tu achas que ela é o meio mais eficaz para provocar resultados?
- E nesses ainda poucos anos de caminhada do Movimento, tu percebes uma mudança da sociedade com relação ao catador?
- Tu achas que na esfera municipal, o governo tem chamado o Movimento para discutir junto os assuntos que dizem respeito aos catadores?
- Estás te parecendo que o poder público municipal tem demonstrado ultimamente um maior respeito?
- Com relação a vínculo partidário, o Movimento se abstém?
- E do que que o Movimento não abre mão?
- ...te ouvindo falar, me parece uma luta pela valorização do trabalho do catador, mas eu gostaria de te perguntar que tipo de reconhecimento tu achas que o Movimento está buscando?
- Como é que o Movimento vê a possibilidade de estar adentrando espaços mais institucionalizados, tipo participando de um comitê interministerial lá em Brasília, qual a motivação disso?
- Tu achas que o Movimento está tendo voz política aqui em Porto Alegre?
- O Movimento busca mais reconhecimento, redistribuição de renda ou os dois?
- Pra isso, o MNCR quer garantir a conquista de direitos legais, tipo carteira assinada, etc.?
- Ou seja, quer um reconhecimento pelo trabalho, quer os direitos trabalhistas, mas não na lógica de patrão, de exploração?

B. (tempo de gravação: 11 min.)

- Na sua opinião, o que que motivou a formação da FARRGS?
- Tentar adquirir uma certa autonomia?
- E atualmente a FARRGS congrega galpões de todo o Rio Grande do Sul?
- E como que a FAARGS vê a atuação do poder público na formulação de projetos para os catadores? Existe um diálogo com o governo do estado ou...
- Pelo que a FARRGS luta?
- Em que sentido esse reconhecimento?
- E como que está sendo o diálogo da Federação com as prefeituras?
- E qual a importância de manter essas discussões com as prefeituras?

- E estão chamando a Federação para discutir junto?
- E nesse sentido, houve mudanças com o fato de existir um coletivo organizado?
- E para os catadores, também houve mudanças?
- A Federação se refere aos recicladores, eu vejo a senhora, e não só a senhora, se referir aos catadores, tem alguma diferença?
- Mas qual é a diferença entre um e outro?
- E quais são os objetivos da FARRGS?
- E quais são as maiores dificuldades?
- Resumindo, a FARRGS vai lutar mais por ganhos materiais ou por reconhecimento?
- E a FARRGS mantém relações com outros grupos de catadores?
- Faz pouco o catador foi reconhecido como ocupação...
- Qual a importância de estar legitimado na lei?
- Esse fato de existir legalmente gerou algum outro ganho?

E. (tempo de gravação: 52 min.)

- Quais foram as motivações para a formação da FARRGS?
- E a H. não era catadora então?
- E tu consideras que desde de 1998 até agora, a Federação tem sido assumida cada vez mais por catadores?
- Tu poderias me falar um pouco sobre essa opção de tocar uma Federação, um espaço mais institucionalizado, legalizado, no sentido de eventuais vantagens que isso possa estar proporcionando...
- Com a inserção do catador na CBO2002, que foi uma grande luta coletiva no Congresso de Brasília de 2001, tu percebes melhorias na condição de ser catador?
- E essa é uma luta de vocês?
- E a Federação opta por algum deles em particular?
- Qual a importância da FARRGS estar participando de encontros, tipo esse de Florianópolis, seminários, etc?
- E a questão do diálogo com o poder público, assim...
- Está difícil a comunicação com o poder público?
- Como que a FARRGS vê a atuação da prefeitura na questão da formulação das políticas públicas municipais para catadores no sentido de participação, digo, vocês tem sido chamados para o debate?
- Mas então se eles vão lá, se reúnem e chamam, a prefeitura aparece?
- Nesse sentido, pode-se dizer que está tendo um respeito do poder público pela questão dos catadores?
- E como que a Federação vê a possibilidade de adentrar espaços mais institucionais, ou fazer parcerias com associações religiosas, ong's, etc.?
- E qual a importância dessas parcerias? Seria no sentido de viabilizar recursos econômicos ou mais...
- A formação me parece ser um dos principais focos de atuação da Federação, né?
- Eu sinto na tua fala um processo de crescimento pessoal, de reconhecimento, mas se pode dizer que este processo também está vinculado à formação de um coletivo?
- Como que tu achas que a sociedade de uma forma geral está vendo o catador?
- Do que que a FARRGS não abre mão?
- Que tipo de reconhecimento a FARRGS está buscando?
- A FARRGS representa apenas catadores que estejam em galpões, é isso?

- Tu poderias me falar um pouco da relação que a FARRGS mantém com outros coletivos de catadores organizados, como por exemplo, o MNCR, com o qual manteve uma relação mais ou menos...
- Ou seja, não está havendo diálogo...
- Deste comitê interministerial a FARRGS não faz parte?
- Desculpe voltar no assunto, mas no município de Porto Alegre, a relação do PT com a FARRGS foi...
- Estão sendo desigualmente distribuídos os recursos?
- E me diz uma coisa, para que eu consiga maiores sobre a fundação da FARRGS, eu conseguiria aonde? No DMLU?
- Contra quem a FARRGS luta?

R. (tempo de gravação: 56 min.)

- Quais foram as motivações para a criação da FARRGS?
- Por que a opção por este caminho em particular?
- Como tu vê a participação dos catadores nesse começo da FARRGS?
- A sustentação econômica da FARRGS está complicada?
- Como anda a questão dos apoios financeiros?
- Poderias me falar um pouco sobre a relação que vocês estão tendo com o poder público?
- Então, não existe outra Federação de recicladores em outro estado brasileiro?
- A partir de sua fala eu poderia extrair que um grande montante de recursos econômicos está sendo atualmente drenado mais especificamente para o Movimento do que propriamente para a Federação?
- Voltando à questão da dívida da Federação, ela começa quando?
- Como anda a participação da FARRGS em eventos, como, por exemplo, o Fórum Lixo & Cidadania?
- E qual a importância para a Federação de estar presente nestes locais?
- Ou seja, a Federação não se sustenta sozinha, mas mediante a contribuição das associações da qual fazem parte a coordenação, é mais ou menos isso?
- Mas quanto a esta programação o senhor se refere a sua usina aqui ou à Federação como um todo?
- Na sua opinião, o *status* jurídico da Federação ajuda na questão da captação de recursos?
- ...me parece que o senhor está questionando a validade concreta dessa instância representativa, desse instrumento de representação formal que acaba...
- Mais no sentido de uma assessoria?
- Ou seja, a necessidade de um *status* jurídico está bem questionável nesse momento?
- Trazendo esta questão, como se dá atualmente a relação com o Movimento, considerando o fato de terem iniciado suas trajetórias praticamente juntos?
- Do que a FARRGS não abre mão, digo, quais seriam seus princípios, seus pilares de sustentação?
- Pode se dizer que a FARRGS está cada vez mais sendo coordenada e administrada por catadores?
- E que tipo de reconhecimento que a FARRGS busca?
- E quanto à classificação do catador na CBO de 2002...
- Certo, e qual é a importância disso, ou quais seriam as possíveis vantagens?
- Em termos da formulação de políticas públicas para os catadores, em diferentes instâncias, a Federação está sendo chamada para estes espaços?
- Para a gente ir finalizando, gostaria que o senhor fizesse algumas especulações sobre o futuro da FARRGS?
- Com relação aos catadores de rua que o senhor acabou de mencionar, o quê a FARRGS vislumbra para todo esse contingente que não está dentro de associações e cooperativas?

ANEXO 2.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, concordo em participar da pesquisa de mestrado do aluno Fernando Michelotti do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que tem o intuito de discutir questões referentes ao universo de reconhecimento social dos catadores de materiais recicláveis de Porto Alegre e seu processo de organização coletiva. O pesquisador se compromete a não revelar nomes e, caso haja interesse, a dar retorno da pesquisa após a sua conclusão.

Porto Alegre, _____ de _____ de 20____.

Assinatura
